



AO BRASIL SEM MEDO: A IDÉIA PETISTA DE NAÇÃO FELIZ

Rodrigo de Almeida Ribeiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna

Rio de Janeiro
Janeiro de 2005

AO BRASIL SEM MEDO: A IDÉIA PETISTA DE NAÇÃO FELIZ

Rodrigo de Almeida Ribeiro

Orientadora: Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada por:

Presidente, Profa. Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna

Prof. Charles Pessanha

Prof^a. Isabel de Assis Ribeiro de Oliveira

Prof. José Luis da Costa Fiori

Rio de Janeiro
Janeiro de 2005

Ribeiro, Rodrigo de Almeida.

Ao Brasil sem medo: A idéia petista de nação feliz/
Rodrigo de Almeida Ribeiro - Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS,
2005.

220f.

Orientadora: Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna.

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-
Graduação em Ciência Política, 2005.

Referências Bibliográficas: f. 203-213.

1. Partido dos Trabalhadores. 2. Utopia. 3. Marxismo. 4.
Iluminismo. 5. Cristianismo. I. Werneck Vianna, Maria Lucia
Teixeira. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação
em Ciência Política. III. Ao Brasil sem medo: A idéia petista
de nação feliz.

RESUMO

AO BRASIL SEM MEDO: A IDÉIA PETISTA DE NAÇÃO FELIZ

Rodrigo de Almeida Ribeiro

Orientadora: Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

O trabalho analisa a trajetória do PT até outubro de 2002 e discute as concepções partidárias à luz das vastas teorias da felicidade apresentadas ao longo do tempo. Baseou-se no pressuposto de que a idéia de ser feliz e a esperança guiaram simbolicamente o voto de mais de 52 milhões de brasileiros. A pesquisa, portanto, investiga os limites e convergências das diretrizes do partido com algumas concepções de felicidade coletiva, dentre as quais os pensamentos cristão, iluminista, marxista e economicista. A dissertação se utiliza também de referenciais teóricos e empíricos que balizam a idéia brasileira de utopia e felicidade, além de analisar como a campanha do PT explorou essas concepções.

Palavras-chave: partido dos trabalhadores, utopia, marxismo, iluminismo, cristianismo.

Rio de Janeiro
Janeiro de 2005

Aos meus pais,
Oton e Celeste
– exemplo

Aos meus irmãos,
Wander e Luciana
– afeto

À minha mulher,
Lycia
– motivo

*Não é fácil decidir se nossa época se caracteriza
pelo excesso ou pela míngua de crença.*
Carlos Drummond de Andrade

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1. A felicidade	12
A felicidade cristã: a esperança no paraíso	
A felicidade moderna: o valor legítimo do bem-estar terrestre	
A felicidade utilitarista: o cálculo do prazer	
A felicidade econômica: a dimensão objetiva e as políticas sociais contemporâneas	
Capítulo 2. O PT	69
A visão programática: a construção do partido sob o ideal de justiça e liberdade	
A visão pragmática: das concepções utópicas de 1989 às alianças de 2002	
A visão carismática: Lula, o <i>filho do Brasil</i> desigual	
Capítulo 3. O Brasil <i>sem medo de ser feliz</i>	139
O país do futuro imediato: a utopia e a felicidade de ser brasileiro	
O país da <i>onda vermelha</i> : as campanhas presidenciais	
Considerações finais	185
Referências bibliográficas	203

Introdução

No rádio, habituou-se a dizer que *o pleito decorreu em clima de absoluta normalidade*. Na TV, embora com outras palavras, acostumou-se a seguir o mesmo bordão. O tempo, no entanto, ajudou a deixar a frase estranha. Sugere, afinal, que deveríamos esperar de nossas eleições certos excessos, pancadaria, tumulto. Sobretudo depois de vinte ininterruptos anos de democracia eleitoral, sobressaltos do gênero parecem inimagináveis. Irrelevantes. A expressão da normalidade, contudo, parecia servir de alerta contra possíveis exemplos de intimidação à soberania popular simbolizada pelo voto – característica do modelo constitucional das democracias liberais do Ocidente.

Mesmo assim, até os mais notáveis vãos de imaginação de muitos analistas, eleitores, políticos e do próprio candidato eleito não poderiam prever um estado de tamanha tranquilidade como se viu na eleição presidencial de 2002. A *absoluta normalidade* – como diriam os locutores de um passado não tão distante – foi surpreendente sobretudo por se tratar do primeiro presidente da República do Brasil a chegar ao poder sob a bandeira de um partido classificado originalmente como *de esquerda*. Mais: vencera um retirante nordestino, pequeno engraxate na cidade grande, depois operário metalúrgico, sindicalista e fundador do Partido dos Trabalhadores - PT – como a esmagadora maioria da grande imprensa passou a sublinhar o perfil biográfico de Luiz Inácio Lula da Silva.

O aparente consenso parecia espalhado nas avenidas, nas capas de revistas, nas primeiras páginas de jornais, nas análises acadêmicas. Com maior ou menor otimismo – e ressalvadas as devidas exceções – a vitória de Lula, nas condições em que ocorreu, pareceu *uma investidura histórica, conferida pelo povo brasileiro*, conforme sintetizou Antonio Candido, em artigo no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia seguinte à vitória do candidato do PT. E completou:

É como se os eleitores tivessem sentido que a mudança a que muitos aspiram só pudesse ser tentada por alguém desligado dos velhos hábitos da nossa política. Por isso, ricos e pobres, radicais e

moderados, cultos e incultos lhe abriram um crédito largo de confiança, esperando com certeza que possa contribuir para as transformações de que o país precisa.¹

Para Antonio Candido, havia, antes de tudo, uma espécie de simbolismo na vitória de Lula e do PT.

Cansado das injustiças e dos erros cometidos pelas elites, analisou, o povo brasileiro resolveu confiar seu destino a alguém da classe operária, como se quisesse reconhecer o direito que ela tem de participar decisivamente do governo da nação, com ânimo de mudança.²

Apesar do tom excessivamente especulativo, o texto de Antonio Candido justifica-se na defesa do aspecto histórico da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. Não só pela trajetória do presidente eleito, como pela indiscutível mobilização popular de esperança e alegria, comprovadas por pesquisas de opinião pública que apontaram vasto apoio a Lula e significativa elevação da auto-estima.³

Símbolo dos movimentos sociais que se opuseram ao regime militar nos anos 70 e 80, Lula foi eleito capitaneando uma trajetória que, em 22 anos, sofreu pela resistência de parte do eleitorado brasileiro a um suposto radicalismo e cuja chegada ao poder coincidiu com um nítido percurso do partido e do candidato rumo a um discurso classificado como *moderado*. Como disse a atriz Regina Duarte, apresentadora da campanha do seu principal adversário, José Serra (PSDB), *ele mudou*. Lula, é preciso reconhecer, teve a percepção de que buscar o que é possível obter pela convergência de interesses de diferentes classes sócio-econômicas seria o mais inteligente dos caminhos eleitorais. Essa mudança ajudou a arrefecer as objeções de setores substanciais do empresariado que, por preconceito social, por conveniência conservadora ou por convicção política,

¹ CANDIDO, A. Um presidente e muita esperança: A13.

² Ibidem.

³ Três semanas antes da posse, em 1º de janeiro de 2003, 76% do eleitorado dizia acreditar no sucesso de seu governo, o mais alto índice de otimismo entre todas as eleições presidenciais após a redemocratização do país. VEJA: 23. Poucos dias antes, pesquisa do instituto Datafolha revelava que 84% dos brasileiros se diziam orgulhosos do Brasil, país considerado um lugar ótimo ou bom para se viver por 66% dos consultados. FOLHA DE S.PAULO: A7.

constituía a posição mais cristalizada em todo o cenário sócio-político posterior ao regime militar (1964-1985).

A trajetória política de Lula, no entanto, refuta a idéia de que foi uma transformação pontuada por interesses eleitorais imediatos de 2002. Ponto de mediação entre sindicalistas, a esquerda católica e intelectuais que, com ele, fundaram o PT, Lula habituou-se a buscar a convergência e a moderação para alcançar vitórias políticas – fossem avanços salariais em negociações com os empresários, fossem conquistas eleitorais. Isso não impediu a prevalência de certos *medos* de parcela do eleitorado. Somente depois de superar tais receios, Lula chegou ao Palácio do Planalto. Ele é o mais orgânico dos partidos brasileiros. Tendo cerca de 860 mil filiados no momento da eleição de 2002, o PT obteve a sua maior votação para presidente, Senado, Câmara dos Deputados, governos estaduais e Assembléias Legislativas – o melhor resultado desde que nasceu oficialmente, em 10 de fevereiro de 1980.

Foi, contudo, uma longa jornada: três derrotas consecutivas até o partido, enfim, conquistar a Presidência da República. Com os fracassos anteriores, a estratégia da campanha de 2002 começou a ser planejada dois anos antes. *Eu não posso errar*, advertiu Lula em reuniões do comando petista.⁴ Segundo essa mesma reportagem, em 28 de outubro de 2000 o publicitário responsável pela campanha, Duda Mendonça, fez a primeira de uma série de pesquisas nacionais para investigar quais eram os medos do eleitorado, sobre o PT, que contaminavam Lula. A conclusão não foi das melhores. Para muitos dos eleitores que não votavam no partido, o PT era associado à baderna e nem sempre representava o ideal administrativo. O temor estendia-se à capacidade de gerenciamento de crises e da política econômica.

A partir dessa primeira pesquisa ficou estabelecido, entre a cúpula do partido e o publicitário Duda Mendonça, que quanto mais Lula apresentasse

⁴ CADERNO ESPECIAL. Lula presidente: H27.

projetos para o país, diminuindo o teor de um suposto radicalismo de propostas defendidas em outras campanhas – como o calote da dívida externa e a estatização irrestrita –, mais se tornaria *confiável*. Começava ali uma evidente separação no tratamento da imagem de Lula em relação ao PT, por um lado, e dos dirigentes do partido em relação à base, por outro.

Eu disse ao Duda que queria ser vendido pelas minhas idéias, não queria ser um objeto. Qualquer um poderia ser falsificado, menos eu. Se tivesse de vender uma imagem que não fosse a minha, não seria o candidato.⁵

Com imagem falsificada ou não, a campanha presidencial de 2002 significou a consolidação definitiva do partido e a superação das três derrotas anteriores sofridas por Lula. Curiosamente, a campanha que lhe permitiu chegar ao poder ficou marcada pelo mesmo slogan utilizado na primeira tentativa de conquistar a Presidência da República, 13 anos antes: *Sem medo de ser feliz*. Esperança, mudança, transformação social foram palavras-chave exploradas exaustiva e eficazmente por Lula e seu partido. Não à toa, em discurso na noite de 27 de outubro, após a divulgação do resultado, Lula afirmou:

O Brasil está mudando em paz. A esperança venceu o medo. Hoje eu posso dizer para vocês que o Brasil votou sem medo de ser feliz.

É esta integração entre o jogo político e a felicidade a principal motivação deste trabalho. Fundamenta-se sobretudo na premissa de que a eleição de 2002 significou uma evidente aproximação entre os dois campos. A ênfase midiática alcançada na última campanha presidencial, reforçada pelo marketing eleitoral e emoldurada pela disposição da imprensa em investir no assunto eleitoral, sugeriu a indagação: o *sem medo de ser feliz*, cristalizado na publicidade do PT, resumiu-se a um slogan de campanha, um paraíso artificial construído apenas simbolicamente? Ou, sob os recursos retóricos e audiovisuais que fundamentam as modernas técnicas de marketing eleitoral e trabalhadas por Duda Mendonça e sua equipe, esconde-se um projeto real de nação feliz, baseado nos documentos e diretrizes

⁵ Ibidem.

aprovados nos congressos e encontros do partido, e exposto nos programas de governo consolidados ao longo das quatro campanhas presidenciais?

Não interessa aqui, portanto, analisar o desempenho do PT nos dois primeiros anos de governo. O foco do debate encerra-se no triunfo do *sem medo de ser feliz*, na *vitória da esperança sobre o medo*, ou em qualquer outra expressão que tenha simbolizado a vitória petista em 2002. Recorre-se, assim, à discussão da trajetória do PT como partido de oposição até a conquista do poder. A pesquisa acaba onde este texto começou: na noite de 27 de outubro de 2002.

Tal opção, convém sublinhar, tornou ainda mais movediço o terreno sobre o qual esta pesquisa se assentou. Lula assumiu a Presidência da República, afinal, com um voto de esperança e compromisso por mudanças. Não à toa, no seu discurso de posse, no dia 1º de janeiro de 2003, repetiu 14 vezes a palavra *mudança*.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu presidente da República. Para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro [vice-presidente] José Alencar afirmou, ao ser empossado no Congresso como o 36º presidente da História do Brasil. Já no discurso, no entanto, demarcou as possibilidades de que a exacerbação das expectativas sobre seu governo precisaria ser contida. Embora, afinal, tenha reafirmado o compromisso de campanha com a *mudança*, Lula disse que a faria *sem atropelos* e defendeu o controle das *muitas e legítimas ansiedades sociais*, para atendê-las *no ritmo adequado e no momento justo*. A mudança pregada por ele só viria com *paciência e perseverança*.

O primeiro ano de governo, em particular, significou um momento difícil de redefinições programáticas para o PT. A reforma da Previdência e a política macroeconômica, principalmente, simbolizaram um ano de polêmicas e de críticas ao que muitos classificaram como uma continuidade do governo de Fernando Henrique Cardoso. A inflação foi contida, a confiança nos chamados mercados financeiros restaurada, e a balança comercial alcançou sucessivos recordes. Mas o

resgate de tal estabilidade teve seu preço: os 12 primeiros meses foram de estagnação econômica, inclusive com queda no Produto Interno Bruto em relação ao ano anterior. A elevação do desemprego e a renda em baixa foram outros números ruins que o governo petista apresentou à nação no primeiro ano. Em outras palavras, o eixo político (com o pragmatismo exibido na votação das reformas e na formação de alianças de sustentação do governo) e o eixo econômico (com os resultados tímidos e a continuidade da política macroeconômica da gestão anterior) do PT sofreram um choque de *realpolitik*.

No segundo ano, os resultados econômicos revelaram-se mais positivos – incluindo melhores indicadores de desemprego e crescimento – mas pareceu igualmente evidente a sujeição a um modelo econômico semelhante ao do governo anterior. As análises recentes, contudo, ainda são incertas, movendo-se entre a crítica feroz,⁶ a discussão sobre as mudanças programáticas do PT⁷ e a manutenção da população na fronteira da (im) paciência.⁸ Reafirme-se: trata-se de um debate sobre o qual não se pretende aqui destinar esforços.

O principal objetivo, em vez disso, é buscar entender o que se pode chamar de um (re)encontro da política com a felicidade, simbolizada pela bem-sucedida campanha de 2002, em que o *ser feliz* e a *esperança* guiaram simbolicamente o destino dos votos de mais de 52 milhões de brasileiros. Pretende-se analisar os limites de convergência entre o conceito de felicidade e o discurso petista, situado em dois eixos: o discurso interno, voltado para a própria base do PT e exposto nas diretrizes e nos documentos aprovados pelo partido nos congressos e encontros nacionais; e o discurso externo, dirigido ao eleitor e evidenciado nas quatro campanhas eleitorais em que disputou a Presidência da República: 1989, 1994, 1998 e 2002. Daí a necessidade de trafegar na fronteira que vai do estudo sobre os

⁶ ANTUNES, R. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*; ROSENFELD, D. L. *PT na encruzilhada: social-democracia, demagogia ou revolução?*

⁷ AMARAL, O. E. *A estrela não é mais vermelha*.

⁸ MENDES, C. *Lula: entre a impaciência e a esperança*.

programas de governo e princípios doutrinários do partido às estratégias de marketing eleitoral.

Inscrever o sentido da felicidade no jogo político é um mérito que, bem ou mal, deve ser creditado a Lula e ao PT. Mérito ainda maior em função das carências sócio-econômicas históricas do país – a despeito da melhoria de muitos indicadores sociais nas últimas décadas.⁹ Balizado por um discurso de convergência e de concertação social, Lula herdou um Brasil moldado pela divergência entre

os recursos governamentais e as carências, entre trabalhadores e desemprego, entre a dívida pública e os cofres públicos, entre a cidadania e a criminalidade urbana, entre a velhice e o ganho do aposentado, entre a ida à escola e a educação, em resumo, entre o que este país deveria ser e o que é

como afirmou o jornalista Janio de Freitas, em artigo no jornal *Folha de S. Paulo*.¹⁰

Ao responder a uma pergunta sobre as condições que levaram o Partido dos Trabalhadores à vitória, Luiz Dulci, ex-secretário geral do PT e atual secretário-geral da Presidência da República, enumerou um conjunto bastante amplo e diverso de fatores. Disse:

Foram muitos, com certeza, os fatores que contribuíram para a vitória, tanto gerais como específicos. A crise do modelo neoliberal, as fraturas do bloco dominante, a pertinência de nossa alternativa programática, nossas alianças sociais e partidárias, a escolha do candidato a vice-presidente, a sintonia fina de Lula com o sentimento popular, a admirável unidade do PT, a lucidez e o entusiasmo da base, a agilidade tática da coordenação, a competência dos programas de rádio e TV, entre tantos outros.¹¹

A complexidade da resposta do assessor de Lula guarda íntima relação com o próprio caráter complexo e singular de qualquer decisão eleitoral – que, em seu desenrolar, aciona necessariamente inúmeros componentes vitais para a escolha do voto. Nem se poderia pensar diferente. Há uma diversidade suficientemente grande

⁹ Basta citar, por exemplo, a publicação *Estatísticas do Século XX*, divulgada em setembro de 2003 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A publicação aponta, por exemplo, que o Produto Interno Bruto - PIB per capita cresceu em nível comparável a países como Japão, Finlândia e Noruega. Em contrapartida, a concentração de renda aumentou no mesmo período.

¹⁰ FREITAS, J. Lula da Silva, presidente: A7.

¹¹ DULCI, L. Entrevista a Ricardo de Azevedo.

de razões para que se evite creditar a chegada de Lula e do PT ao poder exclusivamente a um aspecto, como o midiático ou o marketing eleitoral – uma tentação possível diante da eficaz campanha do partido.

Com isso, quer-se dizer que não se pretende aqui encontrar explicações para a conquista de Lula e do PT. Antes, e unicamente, pretende-se discutir a relevância da idéia de *ser feliz*, amplamente exposta na campanha, analisando-a à luz das concepções de felicidade apresentadas pela filosofia e pela teoria política. Não se busca, portanto, estabelecer um vínculo absoluto entre a vitória e um possível desejo brasileiro de *ser feliz*. Discursos e slogans de campanha costumam padecer de maior consistência de conteúdo, e uma extensa literatura que lida com mídia e política reforça essa idéia.¹² Ademais, há certamente inúmeros fatores – históricos, conjunturais, circunstanciais, etc. – que favoreceram a vitória de Lula, inclusive o que alguns analistas chamaram de guinada do partido rumo ao centro e uma aproximação programática com o PSDB, partido do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.¹³

Cabe, portanto, analisar a relevância da simbologia da felicidade nesse contexto político brasileiro; investigar, enfim, até que ponto a exploração da felicidade pelo partido e seu principal líder deixa revelar, ou não, uma concepção de política, de Estado, de poder. É a isto que este trabalho se propõe.

O primeiro capítulo expõe algumas abordagens teóricas sobre a felicidade. Convém sublinhar, no entanto, que se refuta qualquer possibilidade de se estabelecer uma teoria da felicidade, um manual de conduta para se chegar ao paraíso, um *vade-mécum* comportamental, um texto de auto-ajuda nos moldes da mercadologia contemporânea. Antes – pode-se pensar, isto sim – numa mínima e relevante história das idéias sobre a felicidade; uma reflexão da ciência política ou da filosofia política sobre o desejo de ser feliz.

¹² Para uma síntese desse tipo de análise, ver Bourdieu (1989); Miguel (2002b); Fausto Neto et al. (2003).

¹³ GIANNOTTI, J. Primeira reeleição; OLIVEIRA, F. O marajá superkitsch.

Um segundo alerta é necessário: destacam-se aqui somente algumas dentre as inúmeras concepções teóricas sobre o tema porque se buscou encontrar eixos de aproximação com uma possível definição petista de felicidade. Tem-se a convicção da complexidade da tarefa. Santo Agostinho, em seu tempo, já contava não menos de 280 opiniões diferentes sobre o tema. Até hoje, trata-se de um enigma, fonte permanente e inesgotável de disputas. Do labirinto de definições e análises divergentes, o capítulo 1 pretende aprofundar, em primeiro lugar, a felicidade segundo a concepção cristã – num percurso que vai dos escritos bíblicos antigos, passa pelos Evangelhos e confronta-se com a visão dos representantes da esquerda católica que ajudaram a construir o PT. A segunda abordagem constitui a felicidade de acordo com autores modernos, em particular a promessa iluminista que rompe com a subordinação a Deus e faz a defesa da busca da felicidade humana na sua vida terrena. Trata-se da felicidade baseada na crença no poder da própria razão e no progresso civilizatório.

A terceira abordagem, uma extensão da segunda, é a felicidade utilitarista, baseada no cálculo do prazer e numa ética consequencialista – segundo a qual as coisas devem ser medidas e avaliadas por suas consequências efetivas e possíveis. A utilidade constitui, portanto, uma medida de valor, que tende a produzir benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade; ou, por outro lado, tende a evitar a ocorrência de danos, dor, mal ou infelicidade. Neste tópico será possível encontrar também as concepções de felicidade de autores que não se encaixam no rótulo utilitarista e iluminista. Ao contrário, refutam tais concepções. É o caso de Rousseau. A quarta abordagem reflete uma discussão contemporânea de felicidade coletiva, na qual a ênfase econômica exige uma readequação e uma busca de efetividade das políticas sociais num contexto de restrições governamentais.

Nas duas últimas abordagens, por uma restrição da própria organização do texto, incluem-se diferentes perspectivas – que vão da concepção freudiana às idéias marxistas de felicidade. Praticamente não há aqui nenhuma distinção

histórica. Priorizam-se, sim, as relações de conteúdo entre diferentes análises sobre o tema.

O segundo capítulo analisa o Partido dos Trabalhadores e Luiz Inácio Lula da Silva. Do primeiro, enfatiza as principais transformações programáticas nos 22 anos em que se consolidou como o principal partido de oposição. Sob uma perspectiva histórica, discutem-se, em particular, as diretrizes e documentos do partido, por um lado, e os programas de governo apresentados nas quatro campanhas presidenciais, por outro. Analisam-se também as mudanças que levam o PT de um partido utópico, de transformação, para um pragmatismo eleitoral expressado, por exemplo, pela mudança de paradigmas e pelo alargamento de sua política de alianças. O enfoque deste capítulo recai ainda sobre a característica singular da biografia e das idéias de Luiz Inácio Lula da Silva. No diálogo entre o primeiro e o segundo capítulo estão as possíveis concepções de felicidade apresentadas pelo partido, em geral, e pelo hoje presidente da República, em particular.

O terceiro capítulo aborda a especificidade brasileira no que diz respeito à idéia de felicidade. Não apenas pela já surrada máxima cristalizada por Stephen Zweig e ainda hoje mantida no imaginário coletivo, segundo a qual o Brasil é o *país do futuro*, onde a esperança de uma vida melhor e mais feliz parece ser uma marca profunda do *ser brasileiro*. *Antes dos portugueses descobrirem o Brasil*, disse Oswald de Andrade em seu Manifesto Antropófago,

o Brasil tinha descoberto a felicidade. A felicidade é a prova dos nove.

Não se pretende analisar as raízes dessa característica na cultura brasileira, mas é possível mostrar como o Brasil segue uma tradição própria de países latinos e africanos, que se poderia chamar de *felicidade involuntária*, o que Giannetti – um dos principais estudiosos brasileiros da atualidade que se debruçam sobre o tema e, portanto, nome recorrente neste trabalho – chamou de uma forma de exuberância e um estado de ânimo que parecem emanar espontaneamente das pessoas,

independente de qualquer razão ou justificativa lógica.¹⁴ Algumas pesquisas de opinião apóiam, neste capítulo, a reflexão sobre essa *alegria sem causa, felicidade sem dia seguinte*, expressão célebre de Joaquim Nabuco.

No diálogo com este campo subjetivo, o terceiro capítulo ainda aborda as campanhas publicitárias do PT nas disputas presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002, detendo-se evidentemente sobre a última campanha. Embora reconheça o risco de ampliar demasiadamente o leque da análise, tal percurso é necessário pela pergunta a que este trabalho se propõe a responder: existe uma concepção de felicidade coletiva escondida sob o manto do slogan *sem medo de ser feliz*?

A hipótese é que sim.

No início da pesquisa, acreditava-se, portanto, que as mais avançadas técnicas de marketing eleitoral, tão bem conduzidas em 2002, apenas potencializaram um projeto real de nação feliz. Sobretudo pela histórica mediação do PT entre a utopia transformadora e o pragmatismo eleitoral, expressado desde os primeiros documentos do partido – que enfatizaram que qualquer projeto transformador precisaria seguir as regras habituais da democracia eleitoral. Mais: o processo de construção dos ideais políticos que marcaram a trajetória de Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores, mais do que o otimismo e o conseqüente risco de frustração coletiva, fez entrar na agenda política brasileira o que se vem chamando aqui de (re)encontro da crença popular com a práxis política. Os rumos da análise, no entanto, conduziram a pequenos *desvios* de rota. É o que se verá nas próximas páginas.

¹⁴ GIANNETTI, E. *Felicidade*.

Capítulo 1

A felicidade

Sócrates é convidado para uma festa. Um *banquete* para celebrar o sucesso literário de Agatão. Depois de boa bebida e boa comida, os convivas se perguntam como prosseguir a noitada. A dúvida paira sobre dois prazeres: entregar-se a uma orgia completa ou dedicar-se a uma discussão filosófica. Optam pelo segundo prazer. Despacham, então, os músicos e as belas dançarinas – inúteis, pois, a partir dali. Escolhida a discussão filosófica, eles decidem falar do amor. Vários oradores se põem a debater: um médico, poetas, políticos. Cada um, à sua maneira, elogia o deus Eros. Todos o apresentam como o mais perfeito dos deuses. Para eles, o deus do amor.

Por último fala Sócrates, que exprime o seu pesar por estar em desacordo com os discursos anteriores. Parecem-lhe, afinal, equivocados. Ele, que diz que nada sabe, exceto talvez no amor, afirma que todo o seu saber sobre o desejo lhe vem de Diotima, uma sábia sacerdotisa. No entanto, explica, ela lhe revelou isso sob a forma de um discurso mítico, o único capaz de ser compreendido por mentes insuficientemente exercitadas na especulação filosófica. (Com isso, ironiza a sabedoria dos falsos sábios, que pensam saber o que não sabem). Só o mito, portanto, é capaz de nos revelar a palavra fundamental sobre a natureza e a origem de Eros.

Diotima lhe ensinou, e Sócrates explicou aos outros oradores. Eros é sempre *Eros tinós*, amor de alguma coisa. Não se pode, então, definir a natureza de Eros sem levar em consideração o seu objeto. Eros é, portanto, desejo, e o desejo é sempre desejo de alguma coisa. Eros deseja o que não tem e aquilo que ainda não é. Assim definido, Eros é inseparável da falta. Ele é o desejo daquilo que falta; daquilo que não se possui. Com efeito, no lugar de um Eros divino, de um Ser-em-si pleno e absoluto na posse de si mesmo, Eros é definido como desejo. Não é um

deus, mas um semideus, um demônio, um intermediário entre os deuses e os homens.

A alegoria contada acima, célebre, é de Platão em seu *O Banquete*, e serve para pontuar a base filosófica que marcaria, a partir de então, os estudos sobre a busca da felicidade. Fundamenta-se na premissa de que a felicidade, ou a busca infundável do homem pela felicidade, ou ainda a crença sobre a possibilidade ou não de alcançar a felicidade, baseia-se na saciedade de algo, que implica pensar em conceitos tão correlatos quanto desejo, esperança, falta. É a felicidade como paradoxo, como arte interminável de sobreposição de vontades.

A análise efetuada por Platão permeia essa via, embora com suas variáveis: ser feliz é ter o que se deseja. Desejo é a própria essência do homem, como escreve Espinosa.¹⁵ Porém, se desejo é falta, só desejamos, por definição, o que não temos, e não o que já se possui. Diz Platão, na voz de Sócrates, por cuja boca costuma exprimir-se:

O que não temos, o que não somos, o que nos falta, eis os objetos do desejo e do amor.

Em outras palavras, aquele que deseja a felicidade não a tem ainda, senão não a desejaria mais. Quem deseja a riqueza sente-se pobre demais. Aquele que deseja ser amado não o é na ocasião.

Trata-se de uma entre muitas vias – sucessivas e contraditórias – que cercam o conceito de felicidade. O eixo comum parece ser o desejo; o desejo de felicidade. Tais sentidos rondam um amplo conjunto de reflexões que vão da filosofia clássica à filosofia e ciência política modernas, da psicanálise à sociologia, da economia política à teologia. As teorias da felicidade, dizia Diderot, nunca contarão senão a história dos que as fazem. Seria inútil, portanto, propor uma definição formal de felicidade, ou buscar um conceito específico sobre a qual se fundamentaria a idéia de felicidade contida no projeto político do Partido dos

¹⁵ ESPINOSA, B. *Ética*.

Trabalhadores. Convém, no entanto, vasculhar os termos essenciais. Reunir múltiplas concepções que, juntas, estariam sustentando um suposto projeto de felicidade coletiva petista – confirmando, assim, a hipótese deste trabalho.

Seja como for concebida, a felicidade é uma preocupação universal da humanidade. Há uma quase banalidade nisso, porque a felicidade, quase por definição, interessa a todos. *Os homens todos, sem exceção, desejam ser felizes*, diz Pascal.¹⁶ E completa mais adiante:

É esse o motivo de todas as ações de todos os homens, inclusive dos que vão enforcar-se (...).¹⁷

A campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, no fundo, explorou esse desejo comum – que, do ponto de vista da política, traduz-se em grande parte no atendimento a demandas sociais variadas, como educação, saúde, saneamento básico, segurança, emprego, exemplos de indicadores de bem-estar coletivo – promessas evidentemente repetidas quase com unanimidade pelas candidaturas presidenciais.

Conceitualmente, cabe sublinhar que nem sempre felicidade e bem-estar são conceitos e atribuições semelhantes. Pelo contrário, estudos apontam que elevação nos níveis de bem-estar não guardam relação direta sobre a percepção de felicidade de uma população. E o seu inverso também é verdadeiro: países latino-americanos ou africanos, exemplos de escassez material, revelam um povo com profunda esperança e altos níveis de percepção de felicidade.¹⁸

Segue-se aqui a mesma premissa trabalhada por Giannetti,¹⁹ a da existência de duas dimensões do bem-estar: uma dimensão objetiva e uma dimensão subjetiva. A primeira – objetiva – é aquela passível de ser publicamente apurada, observada e medida de fora. Reflete-se nas condições de vida registradas por indicadores numéricos de nutrição, saúde, moradia, uso do tempo, renda *per*

¹⁶ PASCAL, B. *Pensamentos*.

¹⁷ Ide: § 425.

¹⁸ Ver as evidências correspondentes no item 1.4 deste capítulo.

¹⁹ GIANNETTI, E. *Felicidade*; GIANNETTI, E. Economia e felicidade.

capita, desigualdade, criminalidade, poluição e assim por diante. A segunda – a dimensão subjetiva – é a experiência interna do indivíduo, aquilo que se passa na sua mente e que o leva a refletir sobre a vida que tem levado.

A felicidade é algo que sucede na confluência das duas dimensões – a nossa satisfação em viver e o grau de realização que esperamos e alcançamos em nossas vidas.²⁰

O que interessa aqui é o grau de satisfação global com a vida que se tem.

É preciso discutir o *ser feliz*, não o *estar feliz*. Historicamente, no entanto, foi sempre difícil desvendar o segredo do que faz o homem feliz. Diz, por exemplo, Kant:

O problema de determinar de modo certo e universal qual ação promoveria a felicidade de um ser racional é completamente insolúvel.²¹

É completamente insolúvel porque

o conceito de felicidade é tão indeterminado que, se bem que todo homem a deseje alcançar, ele nunca pode dizer ao certo e de acordo consigo mesmo o que é que propriamente deseja e quer.²²

Insolúvel ou não, impressiona o fato de que o homem não só acredita que é possível ser feliz, como busca a felicidade com uma obstinação religiosa.

A felicidade cristã: a esperança no paraíso

Sufrimento e esperança serão algumas das palavras-chave para entender o pensamento cristão sobre a felicidade. Fiel à sua herança grega, o cristianismo reconheceu a aspiração à felicidade. Colocou-a, no entanto, fora do alcance dos homens. A felicidade, afinal, está no Paraíso. Ou nos céus. Ficou para trás ou para amanhã, na nostalgia ou na esperança. Nunca no tempo presente.

²⁰ GIANNETTI, E. *Felicidade*: 19.

²¹ KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*: 49.

²² Idem: 48. Complemento do trecho: *A causa disso é que todos os elementos que pertencem ao conceito de felicidade são integralmente empíricos, isto é, têm de ser extraídos da experiência, mesmo que para a idéia de felicidade se exija um todo absoluto, um máximo de bem-estar em meu estado presente e em todo estado futuro. Ora, é impossível que um ser, mesmo o mais perspicaz e ao mesmo tempo mais poderoso, se for finito, possa fazer idéia exata do que propriamente quer. Se quer riqueza, quantos cuidados, quanta inveja e quantas ciladas não poderá chamar para si!*. Em suma, afirma Kant, ninguém é capaz de determinar, com plena segurança, o que realmente lhe faria feliz.

Bem-aventurados os pobres em espírito, porque deles é o Reino do Céu. Bem-aventurados os aflitos, porque serão consolados. Bem-aventurados os mansos, porque possuirão a terra. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. Bem-aventurados os que são misericordiosos, porque encontrarão a misericórdia. Bem-aventurados os puros do coração, porque verão a Deus. Bem-aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus. Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino do Céu (...) Fiquem alegres e contentes, porque será grande para vocês a recompensa no céu.²³

Este é um dos trechos fundamentais para a compreensão da felicidade segundo o pensamento cristão.²⁴ Ambos tratam das bem-aventuranças apresentadas no sermão da montanha. Esta palavra, bem-aventurança, deriva de *ventura*, comumente utilizada para felicidade –²⁵ tanto que em muitas traduções do Evangelho os *bem-aventurados* do trecho acima são substituídos por *felizes*. Originalmente é um plural de *venturu* (o que há de vir). Há, portanto, uma interessante referência ao futuro, novidade no vocabulário da felicidade.

Todas as bem-aventuranças têm a forma de uma promessa, justificada por uma atitude, uma condição – os puros de coração verão a Deus. A essas determinações corresponde uma felicidade, uma bem-aventurança *prometida*. O essencial é esse duplo caráter: a referência ao futuro e a conexão com algo próprio do homem. Uma atitude, uma forma de conduta.

Cristo não promete bem-aventuranças sem mais; promete cada uma [bem-aventurança] a cada um, pelo menos a cada tipo de atitude: os limpos de coração, os pacíficos. A cada forma de conduta ou atitude corresponde uma bem-aventurança que é prometida em certo sentido individual. E há um ponto capital que se deve levar em conta: de momento não há nenhuma referência à visão beatífica; diz-se que os limpos de coração *verão a Deus*, sem mais precisões (...) ainda que certamente prometa muito.²⁶

Se é legítimo aspirar à felicidade, é impensável pretender alcançar este estado neste mundo, afirma Bruckner.²⁷ Segundo essa concepção, o homem deve

²³ BÍBLIA SAGRADA. Mateus 5, 3-12.

²⁴ Outra versão é o de idem: Lucas 6, 20-23.

²⁵ MARÍAS, J. *A felicidade humana*.

²⁶ Idem: 114.

²⁷ BRUCKNER, P. *A euforia perpétua: ensaios sobre o dever de felicidade*.

primeiro compensar o erro de existir e assim trabalhar para a sua salvação. E a salvação, lembra o autor, torna-se ainda mais angustiante por ser conseguida somente uma vez: para o cristão, não existe uma segunda chance, ao contrário do hindu ou do budista, submetidos ao ciclo das encarnações até ganharem a libertação.

É durante o estreito intervalo de minha residência sobre a Terra que é feita a aposta na eternidade, e esta perspectiva confere ao acidente temporal que eu represento o caráter de um verdadeiro desafio. É típico da cristandade o fato de dramatizar ao máximo esta existência colocando-a sob a alternativa do Inferno e do Paraíso. A vida do crente é um processo que se desenvolve inteiramente diante do Julgamento Divino.²⁸

É possível complementar tal idéia com um trecho dos Salmos: *Todo o mal que os maus fazem fica registrado sem eles saberem*. Nossos desvios, portanto, serão julgados e definirão a possibilidade de nossa salvação. Precisamos, pois, passar um tempo aqui embaixo de acordo com as leis de um outro mundo. Esta Terra, porém, seduz-se com seus sortilégios; ela é, portanto, ao mesmo tempo a inimiga e a aliada da salvação. Por isso o tempo para o cristão não é uma garantia adquirida para o além, mas uma tensão feita de angústias, de dúvidas, de aflições. A esperança da redenção não se distingue, pois, de uma inquietação fundamental: a salvação é uma *porta estreita*, enquanto *é larga a porta e espaçoso é o caminho que leva à perdição*.²⁹

Com essa exigência – ganhar a eternidade ou afundar no pecado – quanto pesam as alegrias da vida? Nada. Elas não são apenas efêmeras e enganosas, mas também nos desviam do caminho certo, lançam-nos na servidão em relação aos bens desta terra. *Toda opulência que não seja meu Deus é para mim penúria*,

²⁸ Idem: 22-23.

²⁹ BÍBLIA SAGRADA. Mateus 7, 13.

afirma Santo Agostinho.³⁰ Em outra obra, *A Cidade de Deus*, ele afirma que os homens pertencem simultaneamente a duas cidades – a de Deus e a terrena. Naquela, perfeitamente ordenada, reina

harmonioso companheirismo em Deus; a paz de todo universo é tranqüilidade da ordem – e a ordem é uma disposição de coisas iguais e desiguais num padrão em que cada coisa ocupa sua posição apropriada.³¹

A ordem temporal, diz Santo Agostinho, foi criada por Deus e ordenada segundo a perfeita justiça; a liberdade natural, no entanto, é perdida quando os homens, cedendo às tentações do demônio, pecam. Para que a cidade humana não se desagregue em violência interna e externa ela requer *a direção divina*. Sob essa direção, os homens saberão manter a paz em uma cidade, obedecendo a

duas regras: primeira, não causar dano a ninguém; segunda, ajudar aos outros sempre que possível.³²

A paz na Cidade Celestial é eterna; na dos homens, precaríssima. O rompimento da paz equivale, em Santo Agostinho, à perda da liberdade natural

dos que, destinados à liberdade perfeita no céu peregrinam na terra, onde encontram a felicidade que aspiram.³³

Diz Pascal:

Não existe outro bem nesta vida a não ser o da esperança de uma outra vida.³⁴

Para ele, somos felizes na medida em que vamos nos aproximando desta

outra vida e que assim como não haverá mais desgraça para os que tinham inteira garantia da eternidade, não haverá também felicidade para os que necessitam de toda luz.³⁵

A salvação deve prevalecer à preocupação com a felicidade. Renunciar aos falsos prestígios do mundo é ter o direito de esperar uma gratificação do Céu.³⁶

³⁰ SANTO AGOSTINHO. *Confissões*.

³¹ Apud Andrade, 2002: 38-40.

³² Ibidem.

³³ Ibidem.

³⁴ PASCAL, B. *Pensamentos*: § 194.

³⁵ Idem.

Marías, no entanto, enxerga uma promessa de felicidade também num sentido mais imediato. Embora reconheça as referências *à outra vida*, sublinha o trecho do sermão da montanha: os *suaves*, os que têm doçura, possuirão a terra; os que choram, lembra, serão consolados, não forçosamente no outro mundo – talvez aqui, por que não?; e os pacíficos, os que fazem ou fomentam a paz, serão chamados filhos de Deus, o que teria, segundo esta visão, um sentido primariamente terreno, referido nesta vida.³⁷

Percepção semelhante tiveram os ideólogos da Teologia da Libertação, que fundamentaram o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, um dos grupos de sustentação política da construção do Partido dos Trabalhadores. A Teologia da Libertação não é senão a ponta visível de um *iceberg*, ou seja, de um imenso movimento social latino-americano composto por comunidades de base, pastorais populares – da terra, operária, indígena, da juventude – por redes do clero progressista (especialmente nas ordens religiosas), associações de bairros pobres, movimentos de camponeses sem-terra, etc. O movimento nasceu nos anos 1960, com a primeira esquerda cristã brasileira (1960-1962)³⁸ e com o sacrifício de Camilo Torres, o padre guerrilheiro morto em combate em 1966. Encontrou sua expressão religiosa mais avançada a partir de 1971, ano de publicação das obras pioneiras de Gustavo Gutierrez e Hugo Assman. Forneceu ainda relevante parcela dos militantes e simpatizantes da Frente Sandinista, da FMLN salvadorenha e do PT.

Constituiu-se ali um esforço de compreensão racional da realidade a partir de uma leitura religiosa e histórica. Em outras palavras,

a pobreza é (...) compreendida como o resultado não do destino, mas de certas relações sociais de exploração do trabalho. A sociedade é vista como o produto da ação dos homens e, portanto,

³⁶ As religiões, escreveu Kierkegaard, são agências de viagem que nos prometem uma passagem assegurada para o Céu, mas jamais alguém voltou para nos dizer se estava satisfeito com o transporte e a estada.

³⁷ MARÍAS, J. *A felicidade humana*: 114-115.

³⁸ Ver MENDES, C. *Momento dos vivos: a esquerda católica no Brasil*.

como passível de mudanças, podendo tornar-se mais justa, menos desigual. Deus é visto como agindo na história através dos homens e mulheres, entendidos como agentes históricos, aqueles por intermédio dos quais os desígnios de Deus se realizam.³⁹

Compete à Teologia da Libertação a tarefa de discursar sobre Deus a partir da ótica de um processo excludente e a partir da realidade concreta dos excluídos. O teólogo da libertação, portanto, deve ter este duplo olhar: o olhar para Deus e o olhar para o excluído. O céu almejado pela humanidade não é pensado como realidade *post mortem*. Este céu, pensado pela teologia cristã clássica como realidade distante que se manifestaria no porvir, encarna-se no *agora*, através da práxis do povo em prol da dignidade humana:

Cada conquista popular, no que tange uma relação mais justa entre os homens, presentifica o céu no seio da humanidade.⁴⁰

A Teologia da Libertação busca mostrar que Deus é *Pai-Nosso*; portanto, os homens e as mulheres devem relacionar-se como irmãos e irmãs, sem haver exclusão, sem haver opressão ou sem qualquer tipo de violação da dignidade.

A felicidade está, assim, na libertação. A libertação é toda *ação que visa criar espaço para a liberdade*.⁴¹ Ser livre, neste sentido, é não estar sob o jugo da lei alheia; é poder construir-se autonomamente. Mais:

Libertação é libertação do oprimido. Por isso, a teologia da libertação deve começar por se debruçar sobre as condições reais em que se encontra o oprimido de qualquer ordem que ele seja.⁴²

Embora persista a constante referência a um sombrio quadro de *opressões* cotidianas, é sempre a esperança, conceito-chave para qualquer idéia de felicidade, que prevalece.⁴³ Apesar de todas as dificuldades, os teólogos da libertação acreditam que conseguirão. Para os integrantes do movimento ou para seus filhos, as lutas que travam hoje terão como resultado uma nova sociedade, balizada por

³⁹ LESBAUPIN, I. Comunidades de base e mudança social.

⁴⁰ CABRAL. Teologia da Libertação: o cristianismo a favor dos excluídos.

⁴¹ BOFF, L. *Teologia do cativo e da libertação*: 87.

⁴² BOFF & BOFF. *Como fazer teologia da libertação*: 40.

⁴³ LIBÂNIO, J. B. *A volta à grande disciplina*; BETTO, F. *O fermento da massa*; BETTO, F. *CEBs: rumo a uma nova sociedade*.

liberdade e justiça. A utopia – não no sentido do irrealizável, mas no sentido daquilo que ainda não existe – sustenta o esforço presente e nutre a esperança.

Para tanto, a religião é redimensionada. *A religião passa a ser um fator de mobilização e não de freio.*⁴⁴ Não mais se apresenta como *ópio do povo*. Ao contrário, passa a ser fonte de libertação e de esperança para o homem. Não se reduz a uma ideologia que mantém o *status quo* social e político. Também não é mais fonte de discursos tão-somente metafísicos. Deus não constitui um conjunto de doutrinas e especulações, mas a fonte de toda a luta pela justiça e igualdade. Por isso, Deus se manifesta nas lutas históricas pela justiça, pela inclusão e pela superação de toda opressão vigente.

Há também, nas análises dos teólogos da libertação, um diálogo permanente com o marxismo. O ponto de partida é a pobreza:

Muitos crentes escolheram o marxismo porque ele parecia oferecer a explicação mais sistemática, coerente e global sobre as causas da pobreza, e porque ele era a única proposta suficientemente radical para aboli-la.⁴⁵

Não convém aqui detalhar as relações conceituais entre o *cristianismo de libertação* e o marxismo, mas destacar que alguns autores buscaram reformular, à luz da cultura religiosa e da sua experiência social, alguns temas fundamentais da filosofia marxista.

Exemplo dessa reformulação é a utilização, ao lado de termos *clássicos* de trabalhadores ou proletários, do conceito de *pobre (idem)*. O cuidado com os pobres insere-se, evidentemente, na tradição do pensamento cristão. Para os teólogos da libertação, no entanto, os pobres não são mais, essencialmente, objetos de caridade, mas os condutores de sua própria libertação. A ajuda ou assistência paternalista cede lugar a uma atitude de solidariedade com a luta dos pobres pela sua auto-emancipação – unindo-se a um dos princípios marxistas,

⁴⁴ BOFF, L. *Teologia do cativo e da libertação*: 102.

⁴⁵ LÖWY, M. O marxismo da Teologia da Libertação.

segundo o qual *a emancipação dos trabalhadores será feita pelos próprios trabalhadores*. Para Boff, por exemplo,

na teologia da libertação o marxismo nunca é tratado em si mesmo, mas sempre a partir, e em função, dos pobres.⁴⁶

O sentido último da teologia não é Marx, mas Deus.

O próprio conceito de *pobre*, no entanto, foi-se modificando no pensamento da Teologia da Libertação. No fim dos anos 60, enfatizou-se o pobre econômico-político; nos anos 60 o pobre cultural, como os índios, os negros e as minorias discriminadas; nos anos 80 deu-se ênfase à questão de gênero, especialmente a subjugação secular da mulher; nos anos 90 começou-se a ouvir o grito da Terra, também empobrecida.⁴⁷

Analisando a relação entre o pensamento cristão e a felicidade, Bruckner define o cristianismo como uma doutrina da desvalorização relativa e razoável do mundo.⁴⁸ Ao considerar esta vida como um lugar de perdição e de salvação, faz dela o obstáculo e a condição de redenção. O cristianismo afirma, assim, a autonomia humana no próprio momento em que a subordina à transcendência divina. Exige do crente oscilar entre os perigos da satisfação e a recusa da *sedutora e perigosa doçura da vida*, conforme expressão de Santo Agostinho.

Para o cristianismo, o sofrimento é o passivo que devemos liquidar por causa do pecado original. As igrejas, nesse sentido, fazem da vida a reparação de um erro que nos macula a todos desde o nascimento, por ter contaminado a inumerável descendência de Adão e Eva. Para Bosh, seria irresponsável desesperar-se por causa desta miséria ligada à nossa imperfeição. Foi por amor que o Senhor deu seu filho único para que ele livrasse a humanidade do mal.⁴⁹ O fato de o emblema desta religião ser um crucificado sobre a cruz significa que ela estabeleceu que a morte de

⁴⁶ BOFF, L. *O caminhar da Igreja com os oprimidos: do vale das lágrimas à terra prometida*: 45.

⁴⁷ BOFF, L. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*.

⁴⁸ BRUCKNER, P. *A euforia perpétua: ensaios sobre o dever de felicidade*.

⁴⁹ BOSH, P. V. D. *A filosofia e a felicidade*.

Deus é o cerne de seu ritual. Jesus, agonizante, converte a morte em alegria. Luto e ressurreição: o filho de Deus sobre essa cruz afirma o trágico da condição humana e a supera em direção à ordem sobre-humana da esperança e do amor. Assim, sua paixão permite a todo infeliz revivê-la. Deve, portanto, carregar sua própria cruz e encontrar em Jesus um guia e um amigo que o ajuda. Com essa condição, seu sofrimento se tornará não um inimigo, mas um aliado capaz de promover um poder de purificação.

O sofrimento é o fracasso que leva à vitória e, como dizia Lutero, é amaldiçoando o pecador que Deus assegura sua salvação. *Todo o homem toma o caminho da Igreja, especialmente quando o sofrimento entra em sua vida*, afirmou, por exemplo, o papa João Paulo II.⁵⁰ Dessa forma, o cristianismo recusa a moral estóica que ordena aceitar lutos e doença sem gemer – aquele pensamento que chega a incitar o sábio a suportar a tortura com um sorriso. Opõe-se à idéia de que *a morte não é nada para nós*, como diz Epicuro. É preciso, ao contrário, confessar o próprio calvário para, assim, ascender a Deus.

Não é vergonha para o homem sucumbir em meio à dor, afirma Pascal, é vergonha sucumbir em meio ao prazer.⁵¹

Apoiada nas palavras bíblicas, a visão cristã pressupõe a luz de uma poderosa esperança de vida melhor, surgida somente no fim dos tempos, quando o Messias voltará e a acumulação de infelicidades se transformará em um radiante Apocalipse. É possível, no entanto, lembrar Hegel,⁵² para quem a religião contém, nela mesma, todos os germes de sua superação e do abandono da religiosidade. Seu principal defeito para os homens da Renascença e do Iluminismo foi cobrir a infelicidade com o véu de uma eloquência que promete a ressurreição, a fim de

⁵⁰ Apud BRUCKNER, P. *A euforia perpétua: ensaios sobre o dever de felicidade*.

⁵¹ Afirma trecho de Lucas: *Bem-aventurados sois vós, pobres, pois é vosso o reino dos céus. (...) Mas infelicidade a vós, ricos, que impedis vossa consolação, infelicidade a vós que rides agora, pois estareis na aflição e em lágrimas*. BÍBLIA SAGRADA. Lucas 6, 20-26.

⁵² HEGEL, G. *A fenomenologia do espírito*.

desviar os piedosos do dever de melhorar a condição terrestre. A partir de então, segundo famosa fórmula de Marx,

abolir a religião como felicidade ilusória do povo é exigir sua felicidade real.

Com o Iluminismo, o prazer e o bem-estar serão readquiridos. Se foi tão-somente uma nova forma de ilusão, é o que se verá a seguir.

A felicidade moderna: o valor legítimo do bem-estar terreno

Para o cristianismo, viu-se, a razão, sem a fé, não leva o homem ao caminho da bem-aventurança. Para os iluministas, no entanto, esse foi o principal problema do pensamento religioso: impedir o dever de se melhorar a condição terrena. Com o Iluminismo, o prazer e o bem-estar são readquiridos como valores legítimos. O pensamento moderno trouxe consigo a visão que rompe com a subordinação a Deus e faz a defesa da busca da felicidade humana na sua vida terrena. O grande símbolo dessa concepção está na promessa iluminista do século XVIII, baseada na fé sobre o poder do exercício da razão e na crença no progresso civilizatório que traria, junto com eles, enfim, o aumento da felicidade humana.

A equação fundamental do iluminismo europeu pressupunha a existência de uma espécie de harmonia preestabelecida entre o progresso da civilização e o aumento da felicidade.⁵³ *O Paraíso terrestre é onde estou*, diria Voltaire num trecho de seu poema *O Mundano*, de 1736.⁵⁴ O Iluminismo e a Revolução Francesa proclamaram o esvaecimento do pecado original, como entraram para a história como uma promessa de felicidade endereçada à toda a humanidade – numa clara ruptura em relação às idéias dominantes no mundo antigo, medieval e renascentista.

Antes da análise sobre a promessa iluminista, no entanto, convém abordar a aurora do pensamento moderno – autores que, a seu modo, iniciaram essa ruptura e

⁵³ GIANNETTI, E. *Felicidade*.

⁵⁴ VOLTAIRE apud idem.

abriram caminho para as atribuições contemporâneas à felicidade. Como pano de fundo da reflexão de autores como Hobbes e Locke,⁵⁵ ressalte-se, estão os avanços do saber científico, o domínio crescente da natureza, aquilo que eles consideravam como a emancipação das mentes após séculos de opressão religiosa, superstição e servilismo, o aprimoramento intelectual e moral dos homens por meio da ação conjunta da educação e das leis e a transformação das instituições políticas em bases racionais.⁵⁶

Surge com eles a reflexão sobre um novo elemento, então em seu nascedouro: o Estado, considerado por Hobbes, por exemplo, como um dos instrumentos de realização do homem na Terra. Vincula-se, portanto, à idéia de um poder racional que visa compreender o mundo e melhorar sua condição. Trata-se de aplicar a razão na solução dos problemas humanos. Locke, por outro lado, definiu de modo diferente a relação entre a razão humana e a busca da felicidade: para ele, o poder é, em princípio, poder de liberdade.⁵⁷ E essa liberdade, afirma, é uma liberdade para a felicidade, e uma liberdade para a felicidade através da razão.

Em *Leviatã*, Hobbes demonstra uma clara noção de felicidade associada ao poder. Para ele, uma vez estabelecida a preservação individual humana como a finalidade básica de cada indivíduo, trata-se pois de determinar os *meios* necessários à consecução desse fim. E Hobbes define o poder como o *conjunto dos meios*. Ocorre que o poder humano é finito e nenhum finito de poder pode garantir

⁵⁵ HOBBS, T. *Leviatã*; LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*; LOCKE, J. *Dois tratados sobre o governo civil*.

⁵⁶ Nesse aspecto, de reflexão sobre a fundação do Estado e o processo de legitimação do poder, é impossível não citar Maquiavel, em cujo pensamento, pela primeira vez, está a política sendo mostrada como uma esfera autônoma da vida social. Esfera do poder por excelência, a vida política aparece no autor florentino como dotada de regras e dinâmicas independentes de considerações privadas, morais, filosóficas ou religiosas. Também a noção de Estado é abordada por ele de modo original: em linhas gerais, primeiramente, não tem a função de assegurar a felicidade e a virtude, como afirmava Aristóteles, por exemplo, mas passa a ter uma lógica e uma ética próprias, distantes da religião e da moral. Está, pois, além do bem e do mal; em segundo lugar, de acordo com Maquiavel, cabe ao Estado regularizar as relações entre os homens, sendo, portanto, o poder central soberano que se exerce com exclusividade e plenitude sobre as questões internas e externas de uma coletividade.

⁵⁷ LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*.

para sempre a preservação individual. Inserir o poder na série aberta dos desejos, permitindo que ele aumente e que se torne assim infundável é a solução encontrada para a preservação. Desejar poder após poder é, portanto, uma condição necessária à preservação. Ou seja, a maximização do poder conduz à preservação.

O desejo e a busca de objetos que promovem a preservação num mundo *desfinalizado* – realidade não determinada por um bem mais elevado ou fim último – tal qual concebe Hobbes, implicam um reposicionamento teórico da noção de felicidade. A felicidade é definida por ele não como a satisfação final dos desejos após um longo percurso de êxitos, e sim como uma condição ativa. Em outras palavras, a felicidade é definida como

um contínuo progresso do desejo, de um objeto para outro, não sendo a obtenção do primeiro outra coisa senão o caminho para conseguir o segundo.⁵⁸

Continua Hobbes:

Sendo a causa disso que o objeto do desejo do homem não é gozar apenas uma vez, e só por um momento, mas garantir para sempre os caminhos de seu desejo futuro.⁵⁹

Para ele, o desejo perpétuo e sem descanso seguido de poder cessa apenas com a morte. Essa é a sua imagem da felicidade.

Não é demais frisar que Hobbes não está defendendo um ideal – a *felicidade do tumulto* – mas apenas enunciando o que ele supõe ser a *inclinação geral de toda a humanidade*. Ele, no entanto, faz um contraponto do ideal estoíco de *felicidade da quietude* (ataraxia), segundo o qual a felicidade é alcançada por meio do equilíbrio e da moderação na escolha dos prazeres sensíveis e espirituais.⁶⁰ Hobbes reconhece o *summum malum* (mal supremo) que é a morte violenta, mas descarta sumariamente o bem supremo de certas correntes da filosofia clássica, entre as

⁵⁸ HOBBS, T. *Leviatã*: cap. XI.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ O contraste entre essa *felicidade do tumulto* e a *felicidade da quietude* foi proposto por PASCAL, B. *Pensamentos*.

quais estóicos e epicuristas, definido como o estado de ataraxia ou imperturbável tranqüilidade em que a mente contemplativa do sábio repousa. Hobbes afirma:

(...) Devemos ter em mente que a felicidade desta vida não consiste no repouso de um espírito satisfeito. Já que não existe *ofinis ultimus* (fim último) nem o *summum bonum* (bem supremo) de que se fala nos livros dos antigos filósofos morais. Ao homem é impossível viver quando seus desejos chegam ao fim, tal como quando seus sentidos e imaginação ficam paralisados.⁶¹

Se o desejo contínuo pelo poder leva à *guerra de todos contra todos*, a felicidade do homem está associada menos ao bem-estar material e mais à segurança, à paz. E isso só poderá ser conquistado através da fundação de uma autoridade provedora da segurança e do bem-estar de todos: o Estado. O soberano torna-se o portador legal do Estado, o portador legal do poder e dos direitos de cada um. Segundo Hobbes, a única maneira de instituir um poder comum, garantindo aos cidadãos uma *suficiente segurança*, é que todos submetam suas vontades à vontade de um representante. Diz ele:

(...) isso é mais do que consentimento, ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, numa só e mesma pessoa, de um modo que é como se cada homem dissesse a este homem, ou a esta assembléia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações.⁶²

A conquista da felicidade, o bem-estar de todos por meio da segurança e da paz, surge somente com um Estado instituído, soberano, poderoso, que ofereça *suficiente segurança* para os indivíduos não apenas se preservarem mas também para viverem *confortavelmente*.

Analisar essa perspectiva hobbesiana de felicidade, associada à esperança, é inscrever o autor de *Leviatã*, mesmo com suas particularidades, numa tradição filosófica de pensamento na qual estão Platão, Epicuro, Kant, Pascal, Freud, dentre outros, que associam a felicidade à esperança e ao desejo.⁶³

⁶¹ HOBBS, T. *Leviatã*: cap. XI.

⁶² Idem: cap. XII.

⁶³ A maioria desses autores, relacionando a felicidade à esperança e ao desejo, vê ceticamente a possibilidade de alcançá-la, como se afirmou na introdução deste capítulo. Desejo é falta, e se desejamos somente o que nos falta, a

Assim como sua visão sobre o poder e sua legitimação difere da análise de Hobbes, Locke também mostra uma perspectiva diferente para a questão da felicidade, embora bastante associada à visão de preservação.⁶⁴ Em seu diário pessoal, já maduro, o filósofo ponderou que o ser humano está no mundo

para buscar a felicidade de que este mundo é capaz, e que consiste em nada além de uma provisão abundante de toda sorte de coisas que podem, com a maior facilidade, prazer e variedade, preservá-lo por mais longo tempo nele.⁶⁵

Uma das chaves para se entender a relação entre a legitimação do poder e a produção da felicidade em Locke é o seu conceito de autopropriedade. Em *Dois Tratados sobre o Governo Civil*, ele apontou o consentimento expresso dos governados como a única fonte do poder legítimo. E sua função primordial é justamente a conservação da propriedade individual. É importante frisar que, quando Locke afirma que a origem e a principal função do governo civil estão ligadas à necessidade de resguardar os direitos de propriedade do cidadão, ele tem em mente não só os bens externos que são transacionáveis no mercado, mas – e principalmente – a propriedade que todo indivíduo tem de sua vida, seu corpo e suas faculdades mentais.

Se em Hobbes, a legitimação do poder se baseia no desejo e na esperança por segurança e paz, meios para se alcançar a felicidade, em Locke o poder se fundamenta na preservação da propriedade, na manutenção das liberdades individuais. Para Locke, esse é o meio pelo qual é possível a conquista da felicidade. Segundo ele, até que os homens sejam completamente livres, existe entre eles uma luta que não garante a propriedade e, tampouco, uma liberdade durável. Ressalte-se ainda que, para Locke, o poder supremo não pode tirar do homem uma parte de suas propriedades sem o seu consentimento.

felicidade nos é impossível. Daí porque filósofos contemporâneos como Sponville (2001) defendem a tese da felicidade como desesperança – não no sentido em que usualmente empregamos esta palavra, mas como ausência de esperança.

⁶⁴ CRANSTON, M. *John Locke*.

⁶⁵ Apud GIANNETTI, E. *Felicidade*.

É interessante observar que, embora a noção de manutenção da liberdade individual e a garantia da propriedade – também individual – sejam pontos centrais na sua obra, Locke introduz um aspecto que, para muitos analistas, se tornará incompatível com a produção equânime do bem comum: a análise sobre a introdução do dinheiro – que ele atribuiu a uma convenção. O dinheiro, segundo Locke, tornou possível e permissível uma apropriação em larga escala, até então fisicamente impossível, porque o dinheiro não se deteriora e tampouco sua posse por um homem diminui a quantidade de terras ou de mercadorias disponíveis para outros.

Isso, no entanto, anularia a eficiência da limitação da propriedade privada no interesse comum. Explica-se. Na visão de Locke, inicialmente o limite da propriedade era fixado pela capacidade de trabalho do ser humano. Depois, o aparecimento do dinheiro alterou essa situação, possibilitando a troca de coisas úteis, mas perecíveis, por algo duradouro (ouro e prata), convencionalmente aceito pelos homens. Com o dinheiro surgiu o comércio e também uma nova forma de aquisição da propriedade que, além do trabalho, poderia ser adquirida pela compra. O uso da moeda levou, finalmente, à concentração da riqueza e à distribuição desigual dos bens entre os homens. Esse foi, para Locke, o processo que determinou a passagem da propriedade limitada, baseada no trabalho, à propriedade ilimitada, fundada na acumulação possibilitada pelo advento do dinheiro.

Em outras palavras: apesar de haver concebido uma necessária limitação à aquisição da propriedade no estado de natureza, Locke pensava que a invenção do dinheiro permitiria que fossem feitas grandes acumulações de propriedade, não questionando, porém, a sua desigual distribuição predominante de seu próprio tempo.⁶⁶ Isso levou Macpherson a argumentar que este era o ponto mais

⁶⁶ GOUGH, J. W. A teoria de Locke sobre a propriedade.

importante da teoria de Locke.⁶⁷ Macpherson salientou o que chamou de evidente incoerência moral entre o direito limitado à apropriação no estado de natureza, de Locke, e a propriedade ilimitada possibilitada pela invenção do dinheiro. No fundo, Locke teria tentado justificar a ilimitada apropriação capitalista e a conseqüente distribuição desigual da propriedade. De um interesse comum, de um bem-estar coletivo do estado de natureza, passou-se então a uma estrutura social desigual, porque ilimitada, no estado civil.

Gough tenta, assim, explicar a visão de Locke:

[Apesar disso] Locke não era um defensor do *laissez-faire*, nem acreditava, como muitos economistas do início do século XIX, que as relações econômicas se equilibrariam e se ajustariam automaticamente. Ele era um mercantilista e acreditava na regulamentação do comércio. Talvez ele não tenha se dado conta de que a posse de grande riqueza pode significar um poder excessivo; se tivesse, não teria colocado o controle político nas mãos de uma minoria proprietária, esperando que ela o exercesse imparcialmente no interesse de todos.⁶⁸

Locke, como poucos, relacionou a questão da felicidade à idéia de liberdade. A liberdade individual, passo para a felicidade e base do pensamento liberal moderno, é entendida como o mínimo de restrições à ação de cada um compatível com o direito a uma igual liberdade dos demais. Ela possui não apenas um valor intrínseco, pelo que significa do ponto de vista da autonomia e dignidade da pessoa humana, mas também um valor instrumental, pelo que representa em termos de ganhos de eficiência e criatividade no uso do conhecimento para a geração de riqueza material.

Há uma outra perspectiva para a felicidade em Locke, exposta no seu *Ensaio sobre o Entendimento Humano*. Nela, atrela a tendência à conservação e satisfação a uma concepção de *felicidade pública*:

Como Deus estabeleceu um liame indissolúvel entre a virtude e a felicidade pública, e tornou a prática da virtude necessária à conservação da sociedade

⁶⁷ MACPHERSON, C. B. *A teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke*.

⁶⁸ GOUGH, J. W. *A teoria de Locke sobre a propriedade*: 176.

humana e visivelmente vantajosa para todos os que precisam tratar com as pessoas de bem, ninguém se deve maravilhar se cada um não só aprovar essas regras, mas igualmente recomendá-las aos outros, estando persuadido de que, se as observarem, lhe advirão vantagens a ele próprio.⁶⁹

Tully aborda, em parte, essa perspectiva, em particular quando associada à idéia de que a lei divina, a virtude e a moral são mecanismos essenciais para se pensar a felicidade.⁷⁰ Tully argumenta que, segundo Locke, prazeres e dores – ou recompensas e castigos – são levados em conta na determinação das ações humanas. E afirma:

Céu e inferno são assim as *verdadeiras fundações* da moralidade, afirma.⁷¹

A felicidade utilitarista: o cálculo do prazer

A conta fechava. À medida que o mundo ao redor progrediria, também os homens ampliariam sua competência como produtores de bens materiais e a sua capacidade de se conduzir segundo os princípios da razão. O final feliz seria certo. Conquistas objetivas levariam o homem a uma fértil colheita subjetiva. Giannetti, em sua análise sobre o fracasso das promessas iluministas de felicidade, cita um importante trecho do filósofo inglês Joseph Priestley, um dos inspiradores do que viria a se tornar mais tarde, com Jeremy Bentham e John Stuart Mill, a grande bandeira do programa de reformas do utilitarismo clássico – o princípio da *máxima felicidade do maior número*.⁷² Neste trecho, em *An essay on the first principles of government*, fica evidente o teor das expectativas dominantes no período sobre a relação entre civilização e felicidade:

[Na vida em sociedade] são requeridos não mais do que alguns poucos anos para se assimilar todo o progresso anterior de qualquer arte ou ciência; no restante de sua vida, na fase em que

⁶⁹ LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*: cap. 1.

⁷⁰ TULLY, J. *An approach to political philosophy: Locke in contexts*.

⁷¹ Idem: 222.

⁷² GIANNETTI, E. *Felicidade*.

suas faculdades estão mais perfeitas, um homem pode se dedicar à expansão do saber. Mas se desse modo alguma arte ou ciência vier a se tornar ampla em demasia para a sua fácil assimilação [...] uma subdivisão vantajosa poderá ser feita. Assim, todo o saber será subdividido e ampliado; e o saber, como observa Lord Bacon, sendo poder, os poderes humanos irão, de fato, se expandir. A natureza, incluindo tanto os seus materiais como as suas leis, estará mais sob o nosso comando e os homens tornarão a sua condição neste mundo enormemente mais tranqüila e confortável; eles irão provavelmente prolongar a sua existência nele e tornar-se-ão dia após dia mais felizes, cada um em si mesmo, e também mais aptos (e creio eu, mais dispostos) a transmitir felicidade aos demais. Desse forma, seja qual tenha sido o princípio deste mundo, o final será glorioso e paradisíaco, além de tudo o que a nossa imaginação possa no presente conceber.⁷³

Marquês de Condorcet também demonstrou a crença na perfectibilidade humana, a idéia de que

a bondade moral do homem [...] é suscetível de um aprimoramento ilimitado e que a natureza vincula estreitamente, numa corrente indissolúvel, a verdade, a felicidade e a virtude.⁷⁴

Esta é a equação do progresso iluminista: razão = virtude = felicidade.

Mais adiante, Condorcet prevê que o progresso das artes mecânicas trará um novo padrão de conforto e felicidade à massa da humanidade e que o estado do conhecimento, naquele momento, assegurava

que o futuro será feliz, mas sob condição de que saibamos como auxiliá-lo com toda a nossa força.⁷⁵

É possível, no entanto, sonhar com a instauração do bem-estar sobre a Terra. É possível confiar na perfeição do homem, em sua capacidade de se desobrigar da eterna reflexão da infelicidade. É possível pensar que a humanidade é a única responsável pelos males que ela própria se inflige e que só ela pode melhorá-la, sem precisar recorrer, pois, a alguma Igreja. Como testemunha a tradição utopista de Thomas More, os prazeres são reais e a dor não simboliza sozinha o conjunto da experiência humana. Ou, como afirma Kant, depende de nós que o presente dê origem à sua promessa de futuro.

⁷³ Apud GIANNETTI, E. *Nada é tudo*. Esse trecho é comentado também por PASSMORE, J. *Perfectibility of man*.

⁷⁴ CONDORCET, M. M. J. C *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*: 29.

⁷⁵ Idem: 33.

Nesse aspecto, Kant merece uma reflexão mais generosa. Em sua filosofia da história, ele sustentou a idéia de que os homens deveriam estar prontos a sacrificar o seu bem-estar presente tendo em vista a felicidade de uma comunidade ideal futura que eles jamais chegariam a presenciar. O futuro se torna o refúgio da esperança, o local de reconciliação do homem consigo mesmo. O sacrifício, Kant assegurava, não seria em vão, como afirma no ensaio *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, organizado em forma de nove teses:

Deverá ser o destino feliz das gerações futuras tão-somente, o de poder habitar o edifício na construção do qual os seus antepassados trabalharam arduamente, sem que a intenção deles fosse exatamente esta, mas ao mesmo tempo sem qualquer possibilidade de desfrutar a felicidade cujas bases eles estavam deste modo construindo [...] O mais alto propósito da Natureza será por fim realizado com o estabelecimento de uma Instituição Cosmopolítica universal [um organismo supranacional que zele pela paz nas relações entre Estados soberanos] no seio da qual todas as capacidades e dotações originais da espécie humana irão por fim florescer.⁷⁶

A história universal é a história natural do progresso da razão. O progresso apresenta-se como passagem do estado de tutela à maioridade: o aprendizado da razão. Na ética kantiana, ao contrário do que ocorre na tradição utilitarista, a felicidade não é o bem supremo ou o fim último ao qual se subordinam todas as normas e todos os princípios da moralidade. Afirma Giannetti:

A expectativa [de Kant] é de que haja uma convergência entre a autonomia – o valor central da vida ética – e o bem-estar. O exercício da liberdade sob a égide da razão e da lei moral conduziria à felicidade.⁷⁷

Kant, como Rousseau, recusa o dilema hobbesiano: liberdade sem paz ou paz mediante submissão ao Estado. Ambos compatibilizam teoricamente os dois termos (liberdade e Estado) mediante o conceito de autonomia: as leis do soberano são as leis que nos demos. Há entre os dois autores, no entanto, uma diferença fundamental. Rousseau formula uma certa visão de um Estado democrático; Kant é

⁷⁶ KANT, I. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*: 3^a e 5^a proposições.

⁷⁷ GIANNETTI, E. *Felicidade*: 28.

um teórico do liberalismo.⁷⁸ Kant concebe o Estado como um instrumento (necessário) da liberdade de sujeitos individuais. Para Rousseau, liberdade identifica-se com autonomia, que do ponto de vista do indivíduo se exerce somente na medida em que integra o sujeito coletivo.⁷⁹ Em Kant, a autonomia *deduz-se* da liberdade negativa, e a preserva e garante. A reconciliação dos homens consigo mesmos, como seres livres, necessita da promulgação pública das leis universais, que manifesta a disposição de todos e de cada um a viver em liberdade.

A construção teórica esboçada acima é necessária para afirmar que, no sistema kantiano, nega-se às autoridades públicas o dever e o direito de promover a felicidade, o bem-estar ou, de modo geral, os objetivos materiais da vida individual ou social. Segundo ele, a legislação deve assentar sobre princípios universais e estáveis, ao passo que as preferências subjetivas são variáveis de indivíduo a indivíduo e se modificam conforme o tempo. Além disso, a ninguém é dado o direito de prescrever ao outro a receita de sua felicidade. Ao Estado cabe, então, promover o *bem público* – a manutenção da juridicidade das relações interpessoais, a constituição legal que garante a cada um sua liberdade através da lei.

A felicidade, para Kant,⁸⁰ seria um ideal não da razão mas da imaginação. Isso exemplifica o que ele quer dizer – sempre, porém, associando a felicidade ao desejo:

A felicidade é a satisfação de todas as nossas propensões, seja extensiva, quanto à variedade destas, seja intensiva, quanto ao grau, seja protensiva, quanto à duração...⁸¹

Ou:

⁷⁸ BOBBIO, N. *Teoria geral da política: A filosofia política e as lições dos clássicos*: 78.

⁷⁹ CASSIRER, E. A questão de Jean-Jacques Rousseau.

⁸⁰ KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*.

⁸¹ KANT, I. *Crítica da razão pura*.

A felicidade é o estado no mundo de um ser razoável, a quem, em todo o curso de sua existência, tudo acontece de acordo com o seu desejo e a sua vontade.⁸²

Aos olhos de Kant, portanto, a felicidade não se reduziria ao cálculo hedonista ou à otimização do saldo positivo (prazer) sobre o negativo (desprazer).

Essa idéia de cálculo dos prazeres se aplica perfeitamente à tradição utilitarista, de maximização da felicidade para o maior número possível. A proposição é de Jeremy Bentham, para quem o

axioma fundamental é que a medida do certo e do errado é a maior felicidade do maior número.

A felicidade (ou, como Bentham também a chamou, utilidade) é então tomada como uma medida de valor. Ou melhor, como a única medida de valor. Por utilidade, diz Bentham, entende-se a propriedade de qualquer objeto pela qual ela tende 1) a produzir benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade; ou 2) evitar a ocorrência de danos, dor, mal ou infelicidade.

O princípio de utilidade reconhece esta sujeição e a coloca como fundamento desse sistema, cujo objetivo consiste em construir o edifício da felicidade através da razão e da lei.⁸³

A ética utilitarista de Bentham é uma ética consequencialista. As coisas devem ser medidas e avaliadas por suas conseqüências. A ação correta é justificada por situações futuras, e não por eventos do passado (Harrison, *in* Bunnin & Tsui-James, orgs., 2002).⁸⁴ Por exemplo, a punição é justificada se coíbe as pessoas de cometer ações indesejáveis. Em outras palavras, ela se justifica se previne danos futuros, em vez de ser uma retaliação por ações más do passado. O objetivo apropriado da punição, para Bentham, como tudo o mais, é produzir prazer e evitar a dor.

⁸² KANT, I. *Crítica da razão prática*.

⁸³ BENTHAM, J. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*: cap. I.

⁸⁴ HARRISON, R. Bentham, Mill and Sidgwick.

O fim é a felicidade. E, para isso, é preciso conceber um sistema perfeito de direito e de governo. Para Bentham, esse projeto requer dois tipos de pressupostos fundamentais. Uma análise de Harrison os expõe claramente:

[...] sobre o que deve ser o caso, e sobre o que é o caso. O primeiro estabelece os fins avaliativos e o último descreve os elementos efetivos com os quais se deve trabalhar para alcançar esses fins. O primeiro é a *Teoria do Valor*, para Bentham, isto é claramente o utilitarismo. O segundo é uma psicologia, explicando como as pessoas agem efetivamente. A menos que isso seja conhecido, não se pode saber o que deve ser feito às pessoas para produzir o fim desejado. A psicologia que Bentham elabora é que as pessoas agem em seu próprio *interesse*. Para Bentham, isso também é compreendido em termos de prazer e dor. As pessoas são vistas como buscando o prazer e evitando a dor.⁸⁵

Na compreensão de Bentham, é importantíssimo não confundir esses dois princípios citados acima. O enunciado sobre o que deve ocorrer (que a felicidade geral deve ser maximizada) é bem distinto do enunciado sobre o que as pessoas efetivamente fazem (tentando maximizar sua própria felicidade). O projeto só pode ser bem compreendido se se tomar as pessoas como elas são (indivíduos em busca de prazer) e construir um sistema de direito e governo em que elas, agindo desse modo, farão também o que elas devem fazer (promover o prazer geral).

Esse apego cego ao prazer – próprio dos utilitaristas clássicos, como Bentham, Sidwick e James Mill – foi criticado por John Stuart Mill, outro utilitarista famoso. Ele reconhecia a habilidade utilitarista do cálculo dos meios, mas criticava a falta de capacidade de discernimento ético na escolha dos fins. Para John Mill, se a busca da felicidade individual implicasse o sacrifício do compromisso com a ética, seria preferível ficar com a segunda.

É melhor ser um ser humano insatisfeito do que um porco satisfeito; melhor ser um Sócrates insatisfeito do que um tolo satisfeito; e se o tolo ou o porco tem uma opinião distinta, é porque eles só conhecem o seu próprio lado da questão.⁸⁶

⁸⁵ Idem: 323.

⁸⁶ MILL, J. S. *Utilitarismo*: cap. II.

Em outra obra, Mill expõe a defesa do valor de categorias como verdade, individualidade e autonomia. Seu objeto é, como afirma, estabelecer um *princípio bem simples*: a de que

o único fim para o qual o gênero humano está autorizado, individual ou coletivamente, a intervir na liberdade de ação de qualquer um é a autoproteção.⁸⁷

Em outros termos, Mill sustenta que deve haver uma área exclusivamente privada além do controle da lei ou da opinião pública. O *bem próprio*, diz ele, não é suficiente para *autorizar a intervenção*.

Ao contrário de Bentham, o fim, para Mill, não é a felicidade. Quando descreve, em sua *Autobiografia*, seu distanciamento do credo utilitarista original, ele diz:

Jamais titubeei na convicção de que a felicidade é o teste de todas as regras de conduta, e o fim da vida. Mas penso agora que esse fim só podia ser atingido se não se fizesse dele o fim direto.⁸⁸

Tal como ele o formula,

a única chance é tratar, não a felicidade, mas algum fim externo a ela, como o propósito da vida.⁸⁹

Há, portanto, uma abordagem indireta, uma explicação da ação pela felicidade. O fim imediato ou aparente da ação pode não ser a felicidade, mas alguma outra coisa. É apenas essa outra coisa que é explicada e justificada pela felicidade. A virtude, por exemplo, pode iniciar-se como um meio para a felicidade e então se tornar um fim aparentemente auto-suficiente da ação.

Voltando a Bentham, é possível afirmar que há, em seu pensamento, uma clara noção – própria das idéias iluministas – que acredita na crescente capacidade dos governantes de fomentar o bem-estar da maioria por meio de políticas e de uma legislação racionalmente desenhada para este fim.

⁸⁷ MILL, J. S. *Sobre a liberdade*: cap. IX.

⁸⁸ MILL apud HARRISON, R. Bentham, Mill and Sidgwick.

⁸⁹ Idem.

A grande empresa do governo [sustentava Bentham] é promover a felicidade da sociedade pela administração de punições e recompensas.⁹⁰

Em outras palavras, há uma evidência nesse tipo de pensamento, de que o domínio da natureza, a perfectibilidade humana e um governo racional caminhariam *pari passu* e, à medida que avançassem, levariam a humanidade à tão sonhada felicidade. A estrada da civilização leva ao paraíso terrestre. Mas essa civilização, dirão muitos autores, tem seus altos custos.

Rousseau foi uma das vozes opostas à visão vigente no iluminismo. Nele, não há esperanças exaltadas em relação ao que o processo civilizatório faria, no longo prazo, em prol da felicidade humana, como foi pregado por aqueles pensadores. Seus dois discursos são exemplos disso. No primeiro,⁹¹ constata a existência do mal social e da decadência dos costumes, ligando-os ao progresso das ciências e das artes. No segundo,⁹² projeta um fim melancólico às sociedades humanas, pois, tendo os homens saído do estado de natureza e ingressado no estado civil por meio de um contrato que ele considera ilegítimo, teria ocorrido aquilo que descreve, no início de seu *Contrato Social*:

O homem nasce livre e por toda a parte encontra-se a ferros.

Há outros caminhos para a idéia de felicidade em Rousseau. Um é a preocupação incessante com a felicidade que seria, segundo ele, o fim último da humanidade. No início da segunda carta moral escreve:

O objetivo da vida humana é a felicidade (...) mas quem de nós sabe atingi-la?.

Para Rousseau o homem é bom, feliz e livre por natureza. Mas sua história velou sua bondade e o tornou infeliz. Alguns comentadores vêem nele um *otimismo antropológico*:⁹³ se a bondade e a liberdade naturais do homem foram veladas pela

⁹⁰ BENTHAM, J. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*: cap. XI.

⁹¹ ROUSSEAU, J-J. *Discurso sobre as ciências e as artes*.

⁹² ROUSSEAU, J-J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*.

⁹³ Como Jean Starobinski, na introdução ao *Segundo Discurso* e analisado em várias passagens da sua obra *A Transparência e o Obstáculo em Jean-Jacques*

história da civilização, estas podem ressurgir a qualquer momento, se as circunstâncias o permitirem.

Pode-se considerar, em Rousseau, três formas de felicidade: a felicidade do homem natural, que tem como condições a bondade natural e a independência; a felicidade do homem no estado civil, que tem como condições a virtude cívica e a liberdade política; e a felicidade do sábio, que poderá realizar a façanha de encontrar o equilíbrio com a natureza, a vida perfeita de cidadão.

As condições de felicidade no plano individual são semelhantes ao do homem natural, e se assentam sobretudo no sentimento da piedade, no *sentimento de existência* e num certo equilíbrio entre desejo e poder.⁹⁴ No plano coletivo, as condições do que poderíamos chamar de felicidade compartilhada dependerão dos laços que nos unem como povo, de nossas leis, de nossas instituições, de nossos costumes, das memórias nacionais. Em síntese, dependerão da noção de pátria e, especialmente, do patriotismo. Como o amor à pátria não é inato, terão grande papel a educação, as formas de diversão do povo e as festas públicas para despertar esse amor na alma do cidadão.

Whitaker assinala algumas considerações que nos remete à Antigüidade clássica e ao modo como essa tradição povoou o pensamento de Rousseau.⁹⁵ As três principais tradições que mais influenciaram nas questões sobre a felicidade foram a platônica, a epicurista e a estóica. Não cabe aqui aprofundá-las. Basta deixar evidente, de uma maneira bastante genérica, que para a tradição platônica, por exemplo, a felicidade podia ser encontrada no plano da sabedoria e da virtude; para a epicurista, estaria na quietude das paixões; para a estóica, dependia da *força da alma* que era identificada como uma virtude. Em Rousseau, diz Whitaker, encontramos uma mistura dessas três tradições com ênfases diferentes

Rousseau; ou Henri Gouhier, em *Méditations Métaphysiques de Jean Jacques Rousseau* apud WHITAKER, T. A. O tema da felicidade em Jean-Jacques Rousseau.

⁹⁴ ROUSSEAU, J-J. *Emílio, ou Da educação*.

⁹⁵ WHITAKER, T. A. O tema da felicidade em Jean-Jacques Rousseau.

dependendo do domínio (particular ou coletivo) e do momento em que tratava a questão. Dentre os modos de coexistência do homem com sua alma, com a *polis* ou com o cosmos, ele elegerá um como ideal por permitir a felicidade de uma forma mais duradoura: é o homem vivendo harmoniosamente na cidade. E isso se dará quando sua vontade particular coincidir com a vontade geral.

Em Rousseau, a seqüência que vai do amor-de-si (próprio do homem natural), ao amor à pátria (próprio do cidadão) e podendo alcançar o amor do gênero humano (característico do sábio e do cristão), define as diversas formas de felicidade. Não há oposição entre essas formas de amor, apenas um é expansão do outro. Na dedicatória à República de Genebra,⁹⁶ Rousseau deixa bem claro que o amor ao gênero humano só pode desenvolver-se pela experiência da cidadania.

A experiência da cidadania vem antes da experiência da humanidade ou, nas suas próprias palavras:

Nós começamos propriamente a nos tornar homens depois de termos nos tornado cidadãos.

Se o homem no estado de natureza cultiva o amor-de-si como sua única forma de conservação, o amor à pátria, por sua vez, desempenhará, na comunidade política, o mesmo papel do amor-de-si no estado de natureza. Já o amor ao gênero humano precisa pagar o preço do amor à pátria pois, com raríssimas exceções, a maior parte dos homens diz amar o gênero humano para não respeitar as leis da cidade. Ou, nas palavras do próprio Rousseau,

esses pretensos cosmopolitas que, justificando seu amor pela pátria pelo seu amor ao gênero humano, se vangloriam de amar todo o mundo para ter o direito de não amar ninguém.

Por isso, entre o amor-de-si, próprio do homem natural e o amor à humanidade, presente apenas em alguns poucos verdadeiros cosmopolitas, Rousseau preferirá apostar no amor à pátria, a partir do qual os homens poderão encontrar o equilíbrio e a felicidade por meio da virtude cívica. Isso, de certo modo,

⁹⁶ ROUSSEAU, J-J. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*: Introdução.

o aproxima de Maquiavel, que apostava nas leis e na virtude cívica para a manutenção da ordem. Para Rousseau, na cidade, ou se é cidadão ou não se é nada.

Por meio de novas associações, corriamos, se for possível, os defeitos da associação geral, diz.⁹⁷

O mal causador das misérias humanas não está na natureza do homem, mas nas suas instituições, que são produto de sua arte.⁹⁸

Para Rousseau, um ser realmente feliz é um solitário. A felicidade, portanto, seria possível a dois seres: Deus e o homem natural. Como por nossas fraquezas devemos obrigatoriamente ser sociáveis, a felicidade intensa e completa só é possível para Deus.⁹⁹ Sendo-nos inacessível a beatitude de Deus, restaria ao homem civilizado voltar seus olhos ao homem de natureza, ou seja, procurar um estado que assemelhasse ao dele, uma espécie de isolamento auto-suficiente, para reaprender a ser feliz.

Há quem critique com veemência essa posição de Rousseau. A crítica, por exemplo, aparece em Giannetti. Utilizando-se de Voltaire, que rebate a visão rousseauiana, um dos personagens de Giannetti aponta um *primitivismo* no autor de *Emílio*:

Uma coisa é a tese de que a civilização impõe perdas ao bem-estar subjetivo do homem – uma relação causal que pode ser falsa, verdadeira ou indecível [*sic*]. Outra coisa, radicalmente diferente, é a avaliação de que o passado era superior ao presente, de que a civilização foi um equívoco monstruoso e de que o melhor que temos a fazer, portanto, é retornar àquela *ignorância feliz na qual a sabedoria eterna que nos colocou* e da qual nunca deveríamos ter pretendido escapar.¹⁰⁰

Trata-se da tese da *permuta civilizatória*, que teve em Rousseau um dos seus precursores modernos. É a visão de que o processo civilizatório traz benefícios, mas

⁹⁷ ROUSSEAU, J-J. *Do Contrato Social*.

⁹⁸ ROUSSEAU, J-J. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*.

⁹⁹ ROUSSEAU, J-J. *Emílio, ou Da educação*.

¹⁰⁰ GIANNETTI, E. *Felicidade*: 113-114.

implica custos. Uma boa análise dessa *permuta* é feita por Giannetti.¹⁰¹ Ele lembra, por exemplo, que os primeiros enunciados dessa tese no pensamento moderno remontam justamente a vozes dissidentes do otimismo reinante dos iluministas do século XVIII:

La Mettrie, Diderot e Rousseau. Pergunta, por exemplo, Diderot:

Querem saber a história abreviada de quase toda a nossa miséria? Ei-la: havia um homem natural; foi introduzido no âmago desse homem um homem artificial, e ele desencadeou no interior da caverna uma guerra civil que se prolongará por toda a vida.¹⁰²

Seguem essa linha, em diferentes épocas, pensadores como Nietzsche, Weber e Freud. Nietzsche afirma que o processo civilizatório é violento e custoso.¹⁰³ A ordem social civilizada exigiu a imposição de leis severas, ameaças e punições penais que, por sua vez,

fizeram com que todos aqueles instintos do homem selvagem, livre e errante se voltassem para trás, contra o homem mesmo.

O resultado foi um ser de crenças e motivações dilaceradas, oprimido pela vergonha e pela culpa:

Esse homem [...], cerrado numa opressiva estreiteza e regularidade de costumes, impacientemente lacerou, perseguiu, corroe, espicou, maltratou a si mesmo, esse animal que querem *amansar*, que se fere nas barras da própria jaula, este ser carente, consumido pela nostalgia do ermo, que a si mesmo teve de converter em aventura, câmara de tortura, insegura e perigosa mata – esse tolo, esse prisioneiro presa da ânsia e do desespero tornou-se o inventor da *má-consciência*. Com ela, porém, foi introduzida a maior e mais sinistra doença, da qual até hoje não se curou a humanidade, do sofrimento do homem com o homem, consigo: como resultado de uma violenta separação do seu passado animal [...].¹⁰⁴

Embora sem citá-lo, Freud segue trilha semelhante a Nietzsche. Como em *O mal-estar na civilização*:

Se a civilização impõe sacrifícios tão grandes não só à sexualidade humana, mas à sua agressividade, podemos entender melhor por que é tão difícil para o homem ser feliz na civilização. De fato, o homem primitivo estava em situação

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² DIDEROT apud idem: 104.

¹⁰³ NIETZSCHE, F. *A genealogia da moral*.

¹⁰⁴ Idem: 73.

vantajosa por não conhecer as restrições ao instinto. Em contraposição a isso, sua perspectiva de usufruir desta felicidade por qualquer intervalo maior de tempo era diminuta. O homem civilizado trocou uma parcela das suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança.¹⁰⁵

Freud logo em seguida lembra que *quanto aos povos primitivos que ainda hoje existem*, pesquisas mostraram que sua vida instintiva não é passível de ser invejada por causa de sua liberdade. Essa liberdade, afinal,

está sujeita a restrições de outra espécie, talvez mais severas do que aquelas que dizem respeito ao homem moderno.

Segundo Freud, seria injusto *censurar* a civilização por tentar eliminar da atividade humana a luta e a competição. Entre custos apontados por essa concepção está o entristecimento da espécie humana, o arrefecimento da alegria espontânea de viver, a anulação do que Rousseau chamou de *o doce sentimento da existência*. Para eles, o progresso sonhado pelos iluministas fracassara. A conta não fechava.

O pensamento de Freud faz a mediação crítica entre a crença iluminista no progresso e na civilização como passo definitivo para a felicidade, a idéia do entristecimento humano, o fim daquelas utopias de redenção da humanidade na *era das luzes*, entre desejos e esperanças anteriores e o desencanto conseqüente, por meio da análise de uma sociedade repressiva – e, no fundo, portanto, promotora da infelicidade. O desejo, em ambos os casos, é um elemento-chave para analisar a felicidade.

À luz dessa concepção, pode-se pensar na sociedade como constituída fundamentalmente na base de uma renúncia e de uma troca: a renúncia envolve a sexualidade e, em troca dos controles exigidos, é proporcionada a garantia da ordem e da segurança contra a agressividade tendencial da pulsão. Em outras palavras: a vida social pressupõe repressão. Tanto o desenvolvimento do indivíduo quando o

¹⁰⁵ FREUD, S. *O mal-estar na civilização*: 72.

desenvolvimento da civilização só são possíveis através do controle das pulsões humanas, pois são incompatíveis com a vida comunitária.

Assim, o preço daquilo que a sociedade proporciona aos indivíduos, no que parece, é justamente uma certa e necessária dose de infelicidade.¹⁰⁶ Na perspectiva de Freud, a infelicidade produzida pelas formas organizadas de convivência é própria da sociedade, e não de um determinado tipo de sociedade, como Nietzsche pensava – a inversão dos valores vitais exigida na sociedade burguesa pela *moral do rebanho* e pela difusão dos ideais democráticos –¹⁰⁷ ou como defendia Marcuse, para quem a repressão do princípio do prazer é típica da sociedade comunista.¹⁰⁸

Trata-se de uma visão nebulosa da felicidade. Freud diz, no fundo, que a felicidade é impossível; que é parte sempre crescente dos desejos que o indivíduo deve abandonar para viver em sociedade, e toda cultura é edificada sobre a renúncia aos instintos. E, uma vez que a infelicidade nos ameaça por toda parte, no nosso corpo, na natureza, em nossas relações com os outros, Freud chega à conclusão de que a felicidade não entrou no plano da *Criação*:

O que chamamos de felicidade no sentido mais restrito provém da satisfação (de preferência, repentina) de necessidades represadas em alto grau, sendo, por sua natureza, possível apenas como uma manifestação episódica.¹⁰⁹

Assim, diz ele, nossas possibilidades de felicidade são sempre restringidas por nossa própria constituição. Já a infelicidade *é muito menos difícil de suportar*.

E então é possível enfatizar o tema do sofrimento. Em Freud, ele nos ameaça a partir de três direções: primeiro, de nosso próprio corpo – *condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a*

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ NIETZSCHE, F. *A genealogia da moral*.

¹⁰⁸ MARCUSE, H. *O fim da utopia*.

¹⁰⁹ FREUD, S. *O mal-estar na civilização*: 24. Freud afirma, em seguida, que quando qualquer situação desejada pelo princípio do prazer se prolonga, ela produz tão-somente um sentimento de *contentamento muito tênue*. Segundo ele, somos feitos de modo a só *podermos derivar prazer intenso de um contraste, e muito pouco de um determinado estado de coisas*. Não à toa, nessa mesma obra, Freud cita Goethe, para quem *nada é mais difícil de suportar que uma sucessão de dias belos*.

ansiedade como sinais de advertência; segundo, do mundo externo – que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, terceiro, de nossos relacionamentos com os outros homens – talvez o mais penoso do que qualquer outro porque tendemos a encará-lo como uma espécie de acréscimo gratuito. Esta terceira fonte de sofrimento se dá na inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade.

Sob essa lógica do sofrimento, diz Freud, não é de estranhar que as reivindicações humanas de felicidade se tornem moderadas, mais modestas: um homem pensa ser feliz simplesmente porque escapou à infelicidade ou sobreviveu ao sofrimento; a tarefa de evitar o sofrimento põe a busca do prazer em segundo plano. É a chamada felicidade da quietude que, nessa linha, aproxima-se do ideal estóico e que tem na imagem hobbesiana de felicidade o seu melhor contraponto.

É importante destacar que a incongruência entre a nossa vontade e nossos desejos, de um lado, e o curso dos acontecimentos que nos afetam, de outro, resultam no sofrimento humano. No centro de todo o debate histórico sobre a questão da felicidade está este grande dilema: como resolver essa equação? Como escapar do jogo perverso que distancia as aspirações e a realidade?

Schopenhauer, na definição de *Eudemonologia* ou *Eudemonismo*, chega à sua formulação optando por um meio termo entre a opção estóica e o que ele chama de agir maquiavélico. Diz ele:

A primeira [a postura estóica], que significa o caminho da renúncia e da privação, deve ser descartada porque a ciência se baseia no homem comum, e este é um ser repleto de vontade para buscar a sua felicidade por esta via. O outro princípio, o maquiavelismo, ou seja, a máxima de alcançar a própria felicidade às custas da felicidade de outros, é igualmente inviável, uma vez que não se pode pressupor no ser humano comum a razão necessária para tanto.¹¹⁰

¹¹⁰ SCHOPENHAUER, A. *A arte de ser feliz*: 4.

O primeiro princípio da *Eudemonologia* é, para Schopenhauer, a crença de que a felicidade completa e positiva é impossível; em vez dela, pode-se esperar apenas um estado relativamente menos doloroso. Menos sofrimento, menos dor, mais felicidade.

Abandonam-se os desejos, portanto, para que seja alcançada a felicidade – mínima que seja, ou uma mera manifestação episódica, como quis Freud. E volta-se ao desejo, não porque é *a própria essência do homem*, como escreveu Espinosa,¹¹¹ mas também porque a felicidade é o desejável absoluto, como mostrou Aristóteles;¹¹² porque ser feliz seria, portanto, ter o que desejamos – tradição já mostrada em Platão, Epicuro, Kant, entre outros. Nessa tradição teórica, a felicidade é impossível porque desejo é falta, e a falta é um sofrimento. Assim que um desejo é satisfeito, ele se abole como desejo. O prazer, escreveu Sartre, é a morte e o fracasso do desejo.

Sponville critica tal concepção.¹¹³ A partir de uma base claramente materialista, retoma as análises de Epicuro, de Espinosa, dos estóicos e, operando uma síntese de toda essa tradição filosófica, elabora o que considera *uma sabedoria para o nosso tempo*. Sua tese central é a de que somente pelo desespero se consegue alcançar a felicidade. Há aqui, porém, um sentido positivo à idéia de desespero. Os homens são cheios de esperança, de ilusões, portanto de desejos, e sofrem por não ver realizar-se tudo o que esperam, por não obter tudo o que pretendem. A esperança é que nos envenena a vida. Convém, pois, eliminar as esperanças, acossar em todos os campos as ilusões. Em suma, devemos matar em nós o desejo, como defendem os budistas. Somente então, no fundo do mais completo desespero, poderemos experimentar a alegria de viver, atingir a beatitude.

¹¹¹ ESPINOSA, B. *Ética*.

¹¹² ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*.

¹¹³ SPONVILLE, A. C. *Pequeno tratado das grandes virtudes*; SPONVILLE, A. C. *Tratado do desespero e da beatitude*; SPONVILLE, A. C. *Felicidade, desesperadamente*.

Para Sponville, o erro comum a pensadores como Platão, Pascal e Schopenhauer foi confundir desejo com esperança. Diz ele:

Se é verdade que desejamos principalmente o que não temos e, portanto, se é verdade que nossos desejos na maioria das vezes são esperanças, também podemos desejar o que gozamos (isso se chama prazer, e todos sabem que há uma alegria do prazer); podemos desejar o que sabemos (isso se chama conhecer, e todos sabem que há uma alegria do conhecimento, pelo menos para quem ama a verdade); podemos desejar o que fazemos (isso se chama agir, e todos sabem que há uma alegria da ação). Se é verdade que somos tanto menos felizes quanto mais esperamos sê-lo, também é verdade que esperamos tanto menos sê-lo quanto mais já o somos.¹¹⁴

O contrário de esperar não é temer, diz, retomando uma tese de Espinosa: *Não há esperança sem temor, nem temor sem esperança.*¹¹⁵ O grande risco da associação, digamos, perigosa entre desejos e alegrias é a falsa percepção de existência de um atalho para o alcance da felicidade: seu caminho mais fácil e rápido estaria no acúmulo de riquezas, no acúmulo de satisfações materiais, no bem-estar movido tão-somente à dimensão objetiva da vida. É o que analisaremos a seguir.

A felicidade econômica: a dimensão objetiva e as políticas sociais contemporâneas

Qual o valor da felicidade? Ou melhor, existe um valor objetivo da felicidade? Essa certamente é uma preocupação muito maior entre os economistas do que entre filósofos ou cientistas políticos. Reconhecendo aqui que o tema merece reflexão, que se recorra aos economistas, portanto. No início deste trabalho destacam-se uma premissa de felicidade baseada em dimensões objetivas e dimensões subjetivas. Mesmo a mais completa sabedoria, afinal, necessita de ingredientes

¹¹⁴ SPONVILLE, A. C. *Felicidade, desesperadamente*: 62.

¹¹⁵ ESPINOSA, B. *Ética*: cap. III.

materiais. O grande desafio, porém, é encontrar informações e dados empíricos confiáveis que possam oferecer uma análise a mais completa possível da confluência entre tais dimensões.

Em seu estudo sobre a felicidade, Giannetti apontou que, nas últimas décadas, inúmeras pesquisas foram feitas entre amostras representativas das populações de dezenas de países, sobretudo entre os de alta renda *per capita*.¹¹⁶ A idéia era buscar obter respostas sobre o grau de felicidade (elevada, moderada ou baixa) dos indivíduos com sua vida como um todo. Há números válidos, embora, obviamente, devam ser especialmente relativizados devido à complexidade da análise.

Uma das principais conclusões é que a relação entre os indicadores objetivos e subjetivos de bem-estar não obedece a um padrão linear. De antemão, pode-se dizer, segundo grupos de pesquisas que têm tentado medir o quanto vale a felicidade, que o dinheiro compra, sim, a felicidade, mas ela não custa tanto quanto se pode pensar a princípio. Eis alguns dados sintetizados por Giannetti:

— Décadas de forte crescimento econômico nos Estados Unidos, Europa e Japão na segunda metade do século XX muito pouco ou nada teriam alterado as proporções de indivíduos felizes e infelizes na população desses respectivos países. O crescimento econômico *compra* felicidade nos países extremamente pobres, mas a partir do momento em que uma nação atinge determinado nível de renda (cerca de US\$ 10 mil anuais per capita), acréscimos adicionais de renda não mais se traduzem em ganhos de *bem-estar subjetivo*. Entre 1975 e 1995, por exemplo, a renda média por habitante nos Estados Unidos aumentou 43% em termos reais, ao passo que a *felicidade média* dos americanos ficou estagnada.¹¹⁷

¹¹⁶ GIANNETTI, E. *Felicidade*.

¹¹⁷ Um trabalho ilustra bem esses dados sobre a relação entre renda per capita e felicidade nos Estados Unidos, na Europa e no Japão: Frey & Stutzer (2002). Os valores monetários são em dólares norte-americanos e foram convertidos segundo a paridade do poder de compra (PPP) das diversas moedas, a fim de evitar distorções provocadas por desajustes nas respectivas taxas de câmbio.

— Embora exista um vínculo positivo entre felicidade relatada e nível de renda pessoal em cada país (em outras palavras, há uma proporção maior de felizes entre os mais ricos), o impacto de aumentos de renda pessoal tende a ser forte somente para as faixas de menor renda na sociedade, caindo substancialmente em patamares um pouco mais altos (cerca de US\$ 20 mil anuais, no caso norte-americano). Curiosamente, o vínculo entre renda e felicidade volta a ficar fortemente positivo quando se atingem níveis ainda mais elevados de renda (cerca de US\$ 80 mil anuais).

— Uma pesquisa de opinião, encomendada pela revista britânica *The Economist* e realizada em 1999 com cerca de três mil mulheres em 11 países, revelou que 93% das entrevistadas acreditam estar em melhor situação do que estavam as suas avós no tocante a direitos e oportunidades; por outro lado, a maioria delas (54%) não se considera mais feliz do que teriam sido as mulheres na geração de suas avós.¹¹⁸

— Um estudo realizado com ganhadores de grandes prêmios de loterias (média em torno de US\$ 500 mil) constatou que, passado o *pico* da euforia momentânea, os ganhadores não apresentavam níveis de felicidade distintos dos verificados entre os não-ganhadores e relatavam menor grau de prazer do que antes do prêmio ao realizar seus afazeres comuns do dia-a-dia.¹¹⁹

Outro estudo, realizado por pesquisadores da London School of Economics, posterior à compilação apresentada por Giannetti, busca também entender o paradoxo. O estudo reconhece, por exemplo, que, embora as economias desenvolvidas tenham ficado mais ricas,

¹¹⁸ Os resultados foram publicados em THE ECONOMIST. Granny knew best, maybe: 52.

¹¹⁹ O estudo é de Brickman, Coates e Janoff-Bulman, *Lottery winners and accident victims: is happiness relative?*, de 1978. Os resultados desse artigo foram discutidos, entre outros, por DIENER et. al. Subjective well-being: three decades of progress e reproduzidos por GIANNETTI, E. *Felicidade*.

na média, as pessoas na América, na Europa e no Japão, não estão mais satisfeitas com a parte que lhes toca do que estavam nos anos 50.¹²⁰

Ou seja, a renda torna-se um fator insuficiente para medir a infelicidade humana. Uma das explicações para o paradoxo, segundo o estudo, é que os norte-americanos, em especial, trabalham muito, exatamente para aumentar a renda, mas têm, comparativamente, menos lazer.

É curiosa também a comparação entre dois dados de uma mesma pesquisa feita com estudantes da Universidade Harvard. Quando questionados o que preferiam, ganhar US\$ 50 mil por ano enquanto outros ganhariam a metade, ou ganhar US\$ 100 mil enquanto outros ganhariam o dobro, a maioria preferiu ganhar menos desde que fosse mais que os outros. Segunda pergunta: entre duas semanas de férias quando os outros teriam apenas uma ou quatro semanas de folga contra oito para os outros, ficaram com as quatro. Ou seja, preferem ganhar menos, desde que seja mais que o resto, mas preferem folgar mais. O trabalho conclui que

a performance norte-americana é superior se julgada apenas pelo PIB. Mas o PIB é uma medida insuficiente de bem-estar econômico. Felicidade demanda lazer tanto quanto consumo material. Os americanos podem ser mais ricos que os europeus, mas serão mais felizes?¹²¹

A grande pergunta entre quem tem se debruçado sobre dados como esses citados acima é: por que a relação entre indicadores objetivos e subjetivos de bem-estar se revela em descompasso? A riqueza material e as condições objetivas de vida são um bom indicador do bem-estar de uma sociedade? Nos campos público e privado – na política e na vida pessoal –, os meios escolhidos estão conduzindo aos fins desejados?

Pergunte-se a si próprio se você é feliz, e você deixa de sê-lo, escreveu John Stuart Mill em sua *Autobiografia*. Com efeito, o simples fato de se perguntar a alguém se está feliz ou satisfeito com a sua vida já ameaça alterar e interferir na resposta. Ciente de tal premissa, o próprio estudo de Giannetti questiona a

¹²⁰ LAYARD, R. Happiness: has social science a clue?

¹²¹ Idem.

admissibilidade desse tipo de pergunta e oferece pistas para possíveis respostas. Em primeiro lugar, o autor lembra que as evidências de bem-estar subjetivo baseadas em respostas individuais sobreviveram a numerosos *testes de validação*. Em outras palavras, as pessoas que se declaram *muito felizes* nas pesquisas possuem atributos observáveis que podem ser tomados como indicativos de felicidade: elas tendem a ser classificadas como felizes por seus parentes e amigos; sorriem com muita frequência; têm maior propensão a renovar os contatos sociais com amigos; faltam menos ao trabalho; apresentam menor incidência de sintomas físicos associados a estresse e têm menor probabilidade de morte prematura ou de cometer suicídio. Se não são a prova irrefutável para a confirmação dos dados, são um bom indicador. No mínimo, aproximado.

O aspecto mais relevante, talvez, é que o problema tem uma natureza mais ética do que metodológica. O que as evidências e anomalias apresentadas nos levam a crer é que as pessoas não sabem muito bem por onde ir na busca da felicidade. Em outras palavras, parecem não saber o que poderia torná-las mais felizes. A sociedade como um todo ficou mais rica, mas a proporção de pessoas que se declararam felizes e infelizes se manteve no mesmo lugar. A sociedade prosperou – do ponto de vista dos indicadores de renda, convém ressaltar – mas a *felicidade geral* ficou estagnada.

Há um outro ponto a destacar: as pesquisas sobre felicidade mostram que a satisfação de certas necessidades básicas, como nutrição e moradia, tem forte impacto positivo no bem-estar subjetivo das pessoas nas mais diversas culturas. Daí o fato de acréscimos de renda serem vitais para quem parte de um nível de renda absoluta muito baixo. A partir de certo ponto, no entanto, as pessoas passam a prestar mais atenção e a preocupar-se com outros elementos de sua vida. O que importa já não é tanto a renda absoluta, mas o que alguns estudiosos chamam de *renda relativa* – a situação em que se encontram numa eventual comparação com as demais.

Adam Smith resume essa proposição:

Para a maior parte das pessoas ricas a principal fruição da riqueza consiste em poder exibi-la, algo que aos seus olhos nunca se dá de modo tão completo como quando elas parecem possuir aqueles sinais de opulência que ninguém mais pode ter a não ser elas mesmas.¹²²

Smith padece da leitura equivocada que muitos fizeram de sua obra. Ele, por exemplo, é posto no rol dos economistas que acreditaram que a auto-realização humana se resolve por meio da satisfação de apetites que se multiplicam e da gratificação indiscriminada dos sentidos – tese própria do pensamento iluminista, do qual Smith pertencia.

O autor de *Riqueza das nações*, no entanto, se diferenciava porque, ao contrário do que se pode pensar, jamais confundiu a *riqueza* das nações com a *felicidade* das nações.¹²³ Com a exceção dos miseráveis, ele acreditava que o contentamento e a dor, ao contrário da renda e do poder, estavam distribuídos de forma razoavelmente equânime entre as diversas classes da sociedade e que naquilo que constitui a verdadeira felicidade da vida humana. Como afirma em *Teoria dos sentimentos morais*, eles [os pobres] em nada se encontram numa situação inferior à daqueles que pareceriam estar tão acima deles.¹²⁴ A verdadeira felicidade, sustentava Smith, mora mais na imaginação das pessoas e na obtenção de uma certa tranquilidade de espírito do que na satisfação ilusória da vaidade associada a níveis maiores de renda e consumo. Como resume Raphael em sua análise sobre Smith:

O ceticismo de Smith com relação às satisfações materiais é uma característica central da *Teoria dos sentimentos morais* e não está de modo algum ausente na *Riqueza das nações*. A partir da satisfação de certas *necessidades e conveniências do corpo*, Smith sustentava que a busca de benefícios materiais era em larga medida enganosa para os indivíduos envolvidos [...]. Mas Smith reconhecia que essa ilusão, embora oriunda de uma corrupção dos nossos sentimentos morais, era importante para a sociedade

¹²² SMITH, A. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*: Livro II, cap. III.

¹²³ RAPHAEL et al. S/ ref. 1997.

¹²⁴ SMITH, A. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*: 2ª parte, seção III, cap. I.

porque ela *despertava e mantinha em constante movimento a diligência humana*.¹²⁵

Ou seja, apesar do seu ceticismo quanto ao papel da riqueza na felicidade dos homens, Smith soube reconhecer a força de seu apelo na psicologia moral do animal humano. É como afirmar: os pobres não riem da ostentação dos ricos; miram deslumbrados e perseguem o troféu que lhes escapa. Dessa crença ilusória se alimenta o progresso das nações.

O apego ao dinheiro não é um *luxo* da sociedade capitalista, nem das sociedades liberais, nem da sociedade contemporânea.¹²⁶ Basta ver que Sófocles, no século V a.C., já dizia que nada havia suscitado *tantas ignomínias* como o dinheiro; este

é capaz de arruinar cidades, de expulsar os homens de seus lares; seduz e deturpa o espírito nobre dos justos, levando-o a ações abomináveis.

Ou o que São Paulo, no século I d.C., já afirmava: *O amor ao dinheiro é a raiz de todos os males*. A vida neste início de século XXI, contudo, pode significar justamente o momento da extremização e, portanto, do redimensionamento do valor do dinheiro como via da felicidade.

Bruckner afirma, porém, que o dinheiro faz parte das

imoralidades necessárias a uma sociedade, *contanto que seu reinado seja refreado e controlado*.¹²⁷

E completa:

[...] é preciso confessar um desconforto fundamental: impossível desprezar o dinheiro, impossível venerá-lo. Ele tem em comum com a felicidade o fato de serem duas abstrações e de representarem potencialmente a totalidade dos prazeres possíveis. Com ele eu possuo virtualmente as coisas sem que elas me atrapalhem com sua materialidade. [...] Mas a inconveniência do dinheiro é que ele se oferece como um modo de vida em si, um substituto de todas as bem-aventuranças. [...] O dinheiro ilustra maravilhosamente o seguinte paradoxo: *todos os procedimentos adotados para alcançar a felicidade podem também fazê-la*

¹²⁵ RAPHAEL et al. S/ ref. 1997.

¹²⁶ FRANK, R. H. *Luxury fever: money and happiness in an era of excess*.

¹²⁷ BRUCKNER, P. *A euforia perpétua: ensaios sobre o dever de felicidade*.

escapar. É por isso que o gosto pelo lucro até o delírio tornou-se, pelo menos nos Estados Unidos, uma paixão coletiva.¹²⁸

É como Nietzsche afirmaria:

A mais laboriosa das épocas, a nossa, não sabe o que fazer do seu trabalho, do seu dinheiro, a não ser mais trabalho e mais dinheiro.¹²⁹

Ou como Keynes questionou, em um ensaio publicado ainda nos anos 30:

Por que não deveríamos começar a colher os frutos espirituais de nossas conquistas materiais?¹³⁰

Algo próximo do que aquelas pesquisas sobre renda e felicidade revelaram: pouco se sabe do que fazer para chegar à felicidade. Válido lembrar que os dados se referem a nações industriais avançadas, como são o caso europeu, norte-americano e japonês – enfim, nações que chegaram a um estágio além do razoável para a conquista de condições objetivas de bem-estar. Há casos bem diversos nos quais o apego ao dinheiro, à riqueza e à opulência se combinam num profundo abismo com carência de necessidades básicas. Há sobra nos afetos, mas escassez nas condições materiais. Uma via incompleta da felicidade, portanto.

A centralidade do poder do dinheiro, na verdade, já havia sido abordada por Marx – para ele, a forma mais sublime de propriedade. O dinheiro expressa, segundo ele, o poder que o homem não tem mais sobre sua própria vida. *O dinheiro é a capacidade alienada da humanidade.*¹³¹ Expressão da propriedade, o dinheiro torna-se, assim, um fim em si mesmo:

O que eu sou e o que eu posso não são determinados de modo algum por minha individualidade. Sou feio, mas posso comprar a mais bela mulher. Portanto, não sou feio, pois o efeito da feiúra, sua força afugentadora, é aniquilado pelo dinheiro. Segundo minha individualidade sou inválido, mas o dinheiro me proporciona vinte e quatro pés, portanto não sou inválido; sou um homem mau, sem honra, sem caráter e sem espírito, mas o dinheiro é honrado e, portanto, também o seu possuidor. O dinheiro é o bem supremo, logo, é bom o seu possuidor; o dinheiro poupa-me além disso o trabalho de ser desonesto, logo, presume-se que sou honesto; sou

¹²⁸ Idem: 180-181.

¹²⁹ NIETZSCHE apud GIANNETTI, E. *Felicidade*.

¹³⁰ KEYNES apud idem.

¹³¹ MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*: 196.

estúpido, mas o dinheiro é o espírito real de todas as coisas, como poderia seu possuidor ser estúpido? Além disso, seu possuidor pode comprar as pessoas inteligentes e quem tem o poder sobre os inteligentes não é mais inteligente do que o inteligente? Eu, que mediante o dinheiro posso tudo a que o coração humano aspira, não possuo todas as capacidades humanas? Não transforma meu dinheiro, então, todas as minhas incapacidades em seu contrário?¹³²

Do mesmo modo, Marx questiona a centralidade adquirida pelo trabalho na conquista da felicidade. Para a concepção marxista tradicional, a auto-realização no trabalho e na política está no centro da idéia de uma *boa vida*. Ao contrário, uma vida prejudicada aparece para o marxismo como o resultado do condicionamento do trabalho pela propriedade burguesa – aquilo que Adorno caracterizaria, mais tarde, como coerção funcional: uma circunstância em que o membro particular da espécie humana se vê condicionado por uma rede funcional ou por uma circunstância de descolamento entre o progresso da cultura material e o progresso no campo da sua liberdade e da sua felicidade (Cohn, 1994).¹³³

Em *A Ideologia Alemã*, Marx afirma que

[...] o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva, aparece para o homem como o único meio que satisfaz uma necessidade, a de manter a existência física. A vida produtiva, entretanto, é a vida genérica. É a vida criando vida. No tipo de atividade vital está todo o caráter de uma espécie, o seu caráter genérico; e a atividade livre, consciente, constitui o caráter genérico do homem. A vida revela-se simplesmente como meio de vida.¹³⁴

Em outro trecho, Marx deixa ainda mais clara a proposição, cuja conseqüência fundamental é o conceito marxista clássico de *alienação do trabalho*:

A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica.¹³⁵

¹³² Ibidem.

¹³³ COHN, G. Adorno e a Teoria Crítica da Sociedade. É na liberdade, comentaria Adorno, que residem as possibilidades objetivas e subjetivas para a felicidade e a boa vida: *A vida digna desse nome realiza-se na sociedade verdadeira e não simplesmente na 'boa' sociedade* (idem: 7). Isso significa que à *'boa vida'* não se contrapõe a *'má'*, mas a *vida falsa, 'vida prejudicada'* (ibidem).

¹³⁴ MARX, K. *A Ideologia Alemã*: 116.

¹³⁵ Idem: 112.

Contra essa alienação, Marx propõe a *plenitude da auto-realização*, a idéia de que o indivíduo pode realizar *plenamente todos* os poderes e capacidades que tem – classificado por Elster¹³⁶ como um dos elementos mais utópicos do pensamento de Marx. Segundo a tradição marxista, a auto-realização

é a efetivação e externalização plenas e livres dos poderes e capacidades do indivíduo.¹³⁷

Trata-se de uma livre escolha, convém ressaltar, diferente daquela pregada pelo capitalismo liberal. Como lembra Elster,

Nos argumentos em favor do capitalismo, as seguintes proposições são apresentadas ou pressupostas: (a) a melhor vida para o indivíduo é uma vida de consumo, tomado o consumo num sentido amplo que inclui os prazeres estéticos e entretenimento, assim como o consumo de bens no sentido comum; (b) o consumo deve ser valorizado porque traz a felicidade ou o bem-estar, que é o bem maior; (c) posto que não há suficientes oportunidades de consumo para que todos alcancem a saciedade, alguns princípios de justiça distributiva têm de ser definidos para decidir quem obtém o quê; (d) o total a ser distribuído tem, antes, de ser produzido. O que é produzido depende, entre outras coisas, da motivação e da informação dos produtores [...]; (e) a teoria econômica nos diz que as conseqüências em termos de motivação e informação da propriedade privada dos meios de produção são superiores àquelas de várias formas de propriedade coletiva.¹³⁸

Segundo a argumentação de Elster, no coração do marxismo há uma concepção específica de boa vida como auto-realização ativa, ao invés de uma concepção de boa vida como consumo passivo. Acrescente-se que, para Marx, as sociedades pré-capitalistas eram caracterizadas pela comunidade sem individualidade; o período moderno, ao contrário, estaria vivendo a emergência de uma individualidade frenética e a desintegração generalizada da comunidade. Marx acreditava que o comunismo ocasionaria a síntese dos dois valores.

Nesse contexto, é conveniente a discussão sobre o lugar da ação política na promoção dessa felicidade. Sobretudo por uma idéia vigente em muitos autores de descompasso entre ambas – política e felicidade. Afinal, se as grandes utopias

¹³⁶ ELSTER, J. Auto-realização no trabalho e na política: a concepção marxista de boa vida.

¹³⁷ Idem: 66.

¹³⁸ Idem: 61-62.

acabaram, como muitos fazem crer, é possível pensar que a práxis política, entendida como instrumento para se atingir o bem-estar coletivo, faliu completamente. Uma desilusão que se apóia na crescente introspecção praticada pelas pessoas e suas tentativas frustradas para fazer coincidir a esfera individual e coletiva. Uma estação de desencanto, como diria Weber, cuja análise, como se viu, vem desde Rousseau, passando, entre outros, por Freud e Marcuse. Tal desencanto se alimenta pela insatisfação crescente com as sucessivas frustrações das esperanças em alguma mudança efetiva da convivência social organizada. Para Marcuse,¹³⁹ por exemplo, os sistemas totalitários e seus meios de repressão inviabilizaram as possibilidades de liberdade, felicidade e autonomia do indivíduo. Segundo ele, aliás, a felicidade não é o fim da civilização. Marcuse acusa a teoria freudiana de ser complacente com essa civilização, na medida em que não admite a possibilidade de uma civilização não repressiva.

O diagnóstico de Marcuse¹⁴⁰ marcou o espírito de desencanto com as utopias no fim do século XX e, com ele, a desesperança de se chegar a um bem-estar coletivo através da práxis política. Um dos elementos teóricos para compreender essa desilusão foi trabalhado por Arendt,¹⁴¹ que apontou o desvio humano para a individualidade e para a perda da paixão política. Essa insistência na individualidade, diz ela, provoca uma separação entre a aspiração à felicidade, relegada ao nível privado, e o que chama de *projetualidade da política*, esgotada na ótica da simples garantia das individualidades pré-constituídas. Segundo Arendt, de uma incompreensão da política nasce a dificuldade que temos em perceber a distinção entre vida privada (que responde à necessidade e passa pelo constrangimento) e a vida política (que responde à liberdade). Retomando o sentido antigo de privado, Arendt afirma que uma vida inteiramente privada

¹³⁹ MARCUSE. H. *Eros e civilização*.

¹⁴⁰ MARCUSE. H. *O fim da utopia*; MARCUSE. H. *Eros e civilização*.

¹⁴¹ ARENDT, A. A busca da felicidade.

implica viver – com o perdão da repetição do termo – privado de coisas essenciais a uma vida inteiramente humana.

Em oposição a esse pessimismo que marcou grande parte desse período, convém citar um autor que, na década de 1940, parece ainda *encantado* com as possibilidades de felicidade coletiva no século XX: Karl Polanyi. Na sua principal obra, Polanyi faz uma crítica à economia de mercado e expressa fortes expectativas positivas em relação ao então nascente *Welfare State*.¹⁴² Faz, portanto, a defesa da ação política em nome do bem-estar coletivo.

A obra de Polanyi analisa as mudanças econômicas, políticas e institucionais que permitiram, no século XIX, o pleno desenvolvimento da economia de mercado e da época de ouro da *civilização liberal*. O livro foi escrito durante a crise que preparou o nascimento, depois da Segunda Guerra Mundial, do *Welfare State* e dos *Estados desenvolvimentistas* – segundo Polanyi, uma reação de autoproteção da sociedade contra os efeitos entrópicos dos mercados auto-regulados. Este princípio de *autoproteção social* pode manifestar-se de duas maneiras diferentes. Primeiro, dentro das sociedades nacionais, através de várias formas de democratização política e social, e da construção de redes de proteção coletiva das populações. Segundo, dentro do sistema internacional, na forma de uma reação defensiva dos Estados que decidem proteger seus sistemas econômicos nacionais, em situações de crise ou de competição desigual.

Como afirma Fiori,

no caso dos países europeus, e no período histórico analisado por Polanyi, os dois movimentos de autoproteção convergiram, invariavelmente, devido à permanente competição inter-estatal europeia e ao lugar central das guerras nestas competições. Segundo Polanyi, o desafio externo tende a diluir as fronteiras de classe estimulando várias formas de solidariedade e consciência nacional, como aconteceu entre 1914 e 1945, momento em que se criaram as bases para o maior choque distributivo e democratizante da história do capitalismo. Mas depois de 1945, as políticas voltadas para o pleno emprego e para a proteção pública e universal das populações, só foram possíveis graças a autonomia

¹⁴² POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*.

concedida às políticas econômicas nacionais, pelo controle da circulação internacional dos capitais acordado em Bretton Woods, em 1944, uma verdadeira heresia na época de ouro da *civilização liberal*, entre 1840 e 1914.¹⁴³

Ao ressaltar o caráter não natural da instituição do mercado, Polanyi chama a atenção para a importância de um aparato estatal forte e centralizado capaz de minar as resistências ao *laissez-faire* e garantir o funcionamento adequado da ordem econômica. Ao contrário do que poderia supor a sabedoria convencional do liberalismo econômico, o avanço do mercado vem sempre acompanhado pelo crescimento dos métodos administrativos de intervenção, o que levou Polanyi a afirmar que o *laissez-faire* foi planejado; o planejamento, não.

Polanyi não foi o único a acreditar no *Welfare State* como um real mecanismo de promoção da versão coletiva da felicidade. Uma das marcas da *era dourada* de prosperidade do pós-guerra, a provisão de serviços sociais tornou-se um direito assegurado pelo Estado a camadas bastante expressivas da população dos países capitalistas desenvolvidos. Ainda que alguns países – como a Alemanha, por exemplo – tenham dado origem a programas de seguro social já no fim do século XIX e que políticas de proteção a idosos, mulheres, incapacitados, etc. se tenham desenvolvido em vários países no início do século passado, é certo que o fenômeno do *Welfare State* experimentou incontestável expansão e até mesmo institucionalização do período do pós-guerra.

O Estado do Bem-Estar Social seria, portanto, a forma capitalista de promoção da felicidade coletiva. Uma definição básica foi apresentada por Harold Wilensky em um livro que se tornou referência para uma das primeiras teorizações acerca da expansão do *Welfare State*:

The Welfare State and equality structural and ideologicam roots of public expenditures. Segundo Wilensky, a essência do Estado de Bem-Estar Social reside na proteção oferecida pelo governo na forma de padrões mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação

¹⁴³ FIORI, J. L. *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo.*

e educação, assegurados a todos os cidadãos como um direito político, não como caridade.¹⁴⁴

Em outras palavras, o *Welfare State* seria a institucionalização dos direitos sociais, e sua principal função seria garantir um nível mínimo de participação do indivíduo na riqueza coletiva.

Outra definição clássica é a de Esping-Andersen, que diferencia o *Welfare State* de um simples incremento das políticas sociais no mundo industrial desenvolvido. Como afirma, o *Welfare State*

representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política. Economicamente, significou um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado, em favor da cidadania; moralmente, a defesa das idéias de justiça social, solidariedade e universalismo. Politicamente, o *Welfare State* foi parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo.¹⁴⁵

A construção do Estado de Bem-Estar marca a ascensão de sujeitos políticos capazes de impor seus interesses sobre a lógica pura do mercado a partir de regras universais e pactuadas. Retomando a reflexão de Polanyi sobre a instituição do mercado, pode-se concluir que o *Welfare State* restabelece a subordinação da economia à política, com o objetivo de amenizar os efeitos desagregadores da acumulação capitalista.¹⁴⁶

A trajetória de impasse, no entanto, vivida pelo *Welfare State* – analisada e discutida por vasta literatura há pelo menos 20 anos – sugere um enfraquecimento da capacidade dos Estados nacionais de manter tais políticas. Não cabe aqui uma discussão aprofundada sobre essa crise. Basta afirmar, por exemplo, que críticos do *Welfare State* apontam que seu velho formato parece irresponsável com as novas demandas sociais e que a capacidade dos Estados nacionais de enfrentar problemas domésticos parece ter declinado. Diz, por exemplo, Pierson:

¹⁴⁴ Apud FARIA C. A. P. Uma genealogia das teorias e modelos do Estado de Bem-Estar Social: 39.

¹⁴⁵ ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do *Welfare State* na Nova Ordem Mundial: 73.

¹⁴⁶ BORGES. Ética burocrática, mercado e ideologia administrativa: contradições da resposta conservadora à “crise de caráter” do Estado.

Em todo o mundo das democracias afluentes, o Welfare State é o centro da discussão política e dos conflitos sociais.¹⁴⁷

Essas novas demandas derivam de vários fatores. Eis os principais: hoje, o crescimento não-inflacionário induzido pela demanda, no interior de um único país, parece impossível; cabe aos serviços, mais do que à indústria, a garantia do pleno emprego; a população está envelhecendo rapidamente, gerando pressão nos sistemas de saúde e de previdência, pondo em dúvida a sustentabilidade dos planos atuais; a família convencional, dependente do provedor masculino, está em declínio; há crescentes déficits orçamentários em diversos países.¹⁴⁸

A crise do *Welfare State*, em consequência, contribuiu para o arrefecimento do otimismo quanto às possibilidades de a política agir mais efetivamente na promoção da felicidade coletiva.

Hoje [...] não temos mais tanta confiança no poder salvador da política e no processo orientado da história rumo a uma direção identificável, diz Bodei,¹⁴⁹ num estudo que tenta redimensionar o espaço do político – ou da política – na promoção da felicidade. E continua:

Por isso, a procura da felicidade (ou pelo menos, de uma vida isenta de grandes pavores e sofrimentos) tende novamente a afastar-se da projetualidade política.¹⁵⁰

Em sua análise, Bodei afirma que, uma vez comprovado não ser possível atribuir à política nem à dimensão comunitária a tarefa de produzir felicidade, o ser humano passa a buscar outros caminhos.

São propostas diversas estratégias. Ele aponta duas: a primeira é a aquela de buscar, de novo e intensamente, a felicidade plena em outro mundo,

¹⁴⁷ PIERSON, P. *The new politics of the Welfare State*: 411.

¹⁴⁸ IVERSEN, T. The dynamics of Welfare State expansion: trade openness, de-industrialization, and partisan politics; SCHWARTZ, H. Round up the usual suspects!: globalization, domestic politics, and Welfare State change; HUBER, E. e STEPHENS, J. D. *Development and crisis of the Welfare State: parties and policies in global markets*; KITSCHOLT, H., LANGE, P., MARKS, G. e STEPHENS, J. D (orgs.) *Continuity and change in contemporary capitalism*.

¹⁴⁹ BODEI, R. e PIZZOLATO, L. F. *A política e a felicidade*.

¹⁵⁰ Idem: 46.

considerando a vida terrena apenas uma etapa provisória da caminhada rumo à nossa plena felicidade. Com isso, a história deixa de constituir o caminho imanente em direção da salvação e da felicidade. Perde-se, enfim, a crença de que o curso da história se orienta espontaneamente para melhor. A segunda estratégia consiste em mergulhar ainda mais profundamente nas satisfações e nos prazeres da vida presente – justamente pelo fato de percebermos a vida como contingente e fugidia; e, por sentirmos que tudo se acaba, fazemos tudo para nos saciarmos, aproveitando todas as ocasiões de prazer que nos apresentam. Deixa-se que os desejos se tornem o árbitro para decidir, vez por vez, o que achar mais vantajoso.

O problema das duas estratégias é que ambas contêm a tentação de uma fuga da política, ou seja, de uma busca individual da felicidade devido ao descrédito da dimensão pública. Por outro lado, continua Bodei,

nos países ocidentais, a própria política atualmente se apresenta mais como promessa de felicidade privada do que de felicidade coletiva, dirigindo-se mais aos indivíduos como tais do que à coletividade.¹⁵¹

No entanto, pelo fato de prometer e induzir a esperar mais de quanto possa cumprir, transforma-se também em uma espécie de autoterapia a respeito das frustrações que necessariamente produz.

Nesse aspecto, é possível lembrar Russell. O filósofo aponta os principais motivos pelos quais somos tão infelizes, num mundo cada vez mais repleto de *felicidades e prazeres acessíveis*.¹⁵² Na falta de desafios e na perda de contato com a terra, diz ele, é que se fundamenta o desespero do homem moderno. Da educação debilitante à competição violenta no trabalho, o homem perde de vista seus verdadeiros fins e confunde suas prioridades, tornando-se individualista, egoísta e buscando linhas de fuga nos prazeres mais intoxicantes que possa encontrar.

¹⁵¹ Idem: 52.

¹⁵² RUSSELL, B. *A conquista da felicidade*.

Russell assinala como condição indispensável da felicidade a renúncia a nos fecharmos em nós mesmos, e a abertura para pluralidade de interesses e das relações. Na verdade, há também uma felicidade que interessa à *maioria dos homens*, feito de coisas simples: o pão e um teto, a saúde, o amor, um trabalho bem-sucedido e o respeito ao próprio ambiente. E do lado oposto, há a infelicidade, vista como uma espécie de fratura, ou também como *a falta de integração entre o eu e a sociedade*.¹⁵³ Essa *falta de integração* existe quando sociedade e indivíduo não estão unidos pela *força de interesses e afetos objetivos*.¹⁵⁴ Segundo ele, só o pleno exercício de nossas faculdades e a plena compreensão do mundo em que vivemos pode garantir uma felicidade real. Assim, o indivíduo deve entregar-se mais às suas relações, deixando de encarar o restante da humanidade como algo ameaçador e vendo a todos como parte integrante (e integrada) do universo. Eis a importância da vida comunitária, das relações políticas.

Convém aqui lembrar a concepção grega de felicidade, segundo a qual a felicidade não é alcançada fora do âmbito da cidade (*polis*), sendo estreitamente ligada à política. Somente na polis o homem grego pode realizar sua natureza, porque ali está inscrito seu código moral. A felicidade do cidadão, segundo Sócrates, por exemplo, consiste na plena integração comunitária, de maneira que não pode prescindir da percepção de um horizonte compartilhado de valores, mesmo quando fossem objetivamente menos autênticos do que novos valores que se apresentem.¹⁵⁵ Seguindo a tradição grega, Tomás de Aquino afirma que

se a finalidade da sociedade fosse a boa saúde, os médicos deveriam governar. Se fosse a abundância do dinheiro, a presidir deveriam ser os economistas... Mas, ao contrário, a finalidade

¹⁵³ Idem: 210.

¹⁵⁴ Ibidem.

¹⁵⁵ O epicurismo, é bom lembrar, move um grande ataque contra a equivalência entre a política e a realização do homem. Com efeito, considera que a política arruína a tranqüilidade e que a felicidade pode ser alcançada mais em momentos de identidade comunitária (amizade), do que em momentos de cidadania, que são geradores de conflitos.

última de um povo constituído em sociedade é a felicidade de todos.¹⁵⁶

Com efeito, a política é a visão sintética do real.

O problema é que a tradução contemporânea de felicidade se revela em seu sentido existencial, subjetivo, psicológico ou individual – seja nas dimensões religiosas cristãs, seja nas dimensões religiosas orientais (não à toa Dalai Lama tornou-se um ídolo *pop*), seja nas dimensões economicistas de felicidade por meio da riqueza e do excesso. A política, ao contrário, por ser uma atividade arquitetônica e de planejamento, não pode garantir esse tipo de felicidade.

Uma possibilidade de confluência das duas esferas é apontada por Annas:¹⁵⁷ a política, para cumprir os objetivos desejados, precisa impor-se sobre os próprios desejos. Não a ponto de eliminá-los, mas na sua harmonização. A felicidade, portanto, pode enquadrar-se na política quando se constata a comunicação dos desejos criada pela renúncia aos mesmos quando excedentes, e a possibilidade garantida para o nosso próprio desejo de ser levado de algum modo em consideração.¹⁵⁸

¹⁵⁶ TOMÁS DE AQUINO apud BRUCKNER, P. *A euforia perpétua: ensaios sobre o dever de felicidade*.

¹⁵⁷ ANNAS, J. *The morality of happiness*.

¹⁵⁸ Sobre a idéia de felicidade pública, é impossível não citar o texto de Hannah Arendt, *A busca da felicidade*, em que analisa as revoluções francesa e americana. A tese principal é a idéia de que as revoluções, mesmo que em seu desenrolar tenham aberto as portas para as massas populares, são sempre iniciadas por um certo grupo de homens, letrados, movidos pelo gosto pela política e pelo desejo de distinção, unidos em torno de um ideal comum. A revolução francesa, liderada inicialmente por seus *hommes de lettres*, foi de preparação extremamente teórica, baseada nas noções romanas de república, e tinha como objetivo a *liberdade pública*, vinculada a uma Constituição livre. Uma liberdade diferente daquela buscada por filósofos anteriormente. Era uma liberdade tangível, terrena, que só podia existir em público. Já para os *pais fundadores* americanos, a revolução foi mais baseada na experiência e, levados por uma paixão pela distinção, buscavam a *felicidade pública*. Felicidade pública e privada eram termos de difícil distinção na *Declaração de Independência*. A expressão *busca da felicidade* podia ser entendida tanto como busca do bem-estar pessoal quanto como direito à participação nos negócios públicos. As revoluções, diz Arendt, tinham, portanto, caráter ambíguo: deveria buscar a felicidade e real bem-estar da maioria da população, regulando-se a paixão de se distinguir (liberdade e felicidade individual), ou buscar a prosperidade pública, deixando que esse desejo de distinção aflore (felicidade pública)? No caso americano, essas noções revolucionárias de felicidade pública e liberdade política jamais desapareceram, tornando-se parte integrante da estrutura do corpo político da República. Por outro lado, a liberdade individual também foi (e

Bruckner (2002) pensa diferente. Para ele, se os governos podem criar condições ótimas, favorecer toda espécie de fins em princípio bons, como saúde, educação, habitação, segurança, nem por isso estão autorizados a definir o que deve ser uma vida feliz.

Os homens só estão de acordo a respeito dos males que desejam evitar; não conseguem, nas democracias pelo menos, entrar em acordo sobre o bem supremo, deixando à apreciação de cada um que o coloque onde bem entender.¹⁵⁹

Em outras palavras, na sua visão existem políticas de bem-estar; não existem políticas de felicidade. Se a miséria torna os seres infelizes, a prosperidade não garante de forma alguma a euforia e o deleite. E completa a sua tese:

É o perigo de se inscrever o direito à felicidade na Constituição: ou ela será diluída em uma miríade de direitos subjetivos que ignoram o interesse comum ou se outorgará a uma oligarquia ou ao Estado o cuidado de dizer o que é preferível, correndo-se o risco de se cair no autoritarismo.¹⁶⁰

A aposta de Bruckner é, na verdade, um problema além da política. Segundo ele, o plano de felicidade começou a ruir no ambiente revolucionário do século XVIII, quando o pensamento iluminista tornou a felicidade um dever, e não um direito. Séculos de reflexão foram substituídos por arroubos de instantes e a conclusão é o desânimo do indivíduo, pois entre ser feliz agora e ser salvo amanhã, escolheu a primeira alternativa e hoje não é nem um, nem outro. Essa inversão de valores somente se consolidou, segundo ele, no século XX, depois de 1968, quando se fez uma revolução em nome do prazer, da alegria, da voluptuosidade. É o que

ainda é) bastante cultivada, e se mostra no desejo de enriquecimento e prosperidade pessoal, e na busca de extinção da pobreza. No entanto, afirma Arendt, com as imigrações de massa, a pobreza se tornou crescente nos Estados Unidos, e com isso a liberdade diminuiu. *O sonho americano, como os séculos XIX e XX vieram a interpretá-lo, sob impacto da imigração em massa, não foi nem o sonho da Revolução Americana – a instituição da liberdade – nem o sonho da Revolução Francesa – a libertação do homem –; foi infelizmente, o sonho de uma ‘terra prometida’, onde correm o leite e o mel* (ARENDR, A. A busca da felicidade: 111). A liberdade individual prevaleceu, o homem sobrepujou o cidadão, e a felicidade pessoal se tornou único desejo. Aqueles que ainda buscam a felicidade pública são alvo de ira, sendo tachados de aristocratas, vaidosos e ambiciosos. Desapareceu o gosto pela liberdade política. Essa batalha, onde o homem venceu o cidadão, determinou a fisionomia dos séculos XIX e XX.

¹⁵⁹ BRUCKNER, P. *A euforia perpétua: ensaios sobre o dever de felicidade*: 153.

¹⁶⁰ Idem: 154.

ele chama de *dever de felicidade*. O problema da felicidade seria a procura, pois está fadada ao fracasso. Privamo-nos, com isso, dos pequenos prazeres e das pequenas alegrias, em nome de uma insatisfação permanente. Algo, portanto, que a política não seria capaz de preencher.

O foco político apresentado mais na promessa de felicidade privada do que de felicidade coletiva está expressa na visão de autores dedicados à análise das políticas sociais contemporâneas, dirigidas hoje mais aos indivíduos do que à coletividade. É esse, entre outros pontos, que marcará, por exemplo, a reflexão de Rawls¹⁶¹ e Sen.¹⁶²

No primeiro, aparece uma noção de justiça social compatível com a constituição de uma ordem política baseada em direitos coletivos, levando em conta as desigualdades naturais dos talentos individuais. Rawls critica o utilitarismo porque, como critério para orientar a escolha pública, funde diferentes desejos, objetivos, valores e fins num único sistema, que deve então ser maximizado para o maior número. A justiça social, diz ele, não permite que os sacrifícios impostos a alguns possam ser compensados pela soma maior de benefícios desfrutados por muitos. O fundamental: a concepção pública de justiça deve ser política, e não metafísica.

Rawls argumenta que a estrutura institucional básica de uma sociedade liberal-democrática bem ordenada deveria distribuir, de acordo com os dois princípios de justiça recomendados por sua teoria¹⁶³, os seguintes bens primários

¹⁶¹ RAWLS, J. *Uma Teoria da Justiça*; RAWLS, J. Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica; RAWLS, J. *O liberalismo político*.

¹⁶² SEN, A. Comportamento econômico e sentimentos morais; SEN, A. *Sobre Ética e Economia*.

¹⁶³ a): cada pessoa tem direito igual àquele esquema plenamente adequado de liberdades fundamentais que seja compatível com um esquema similar para todos; b) as desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer duas condições. Em primeiro lugar, devem vincular-se a posições e cargos abertos a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidades; e em segundo lugar, devem estabelecer-se para o máximo benefício de membros menos favorecidos da sociedade (o chamado *princípio da diferença*). Sobre isto, ver RAWLS, J. *O liberalismo político*.

sociais: a) liberdades e direitos fundamentais; b) liberdade de movimento e de escolha de ocupação, contra um pano de fundo de oportunidades variadas; c) capacidades e prerrogativas de cargos e posições de responsabilidade nas instituições políticas e econômicas da estrutura básica da sociedade; d) renda e riqueza; e) as bases sociais do auto-respeito. Os bens primários arrolados em (a) e (b) devem ser propiciados igualmente a todos; os bens arrolados em (c) e (d) podem ser distribuídos de forma desigual, sem que isto deva ser interpretado como uma injustiça, se essas desigualdades forem estabelecidas para elevar ao nível máximo o quinhão dos que se encontram na posição menos favorável.

Sen, por outro lado, relativiza o igualitarismo de Rawls. Ele recupera as idéias de Adam Smith sobre o interesse próprio dos indivíduos para analisar a definição política das ações sociais. Se em Rawls está a defesa igualitarista de utilidade, satisfação de necessidades básicas e bens primários, Sen sugere uma política mais orientada para a produção, baseada na ampliação das liberdades econômicas, no estímulo às capacidades individuais e no desenvolvimento humano, em vez de políticas assistenciais. Para Sen, as pessoas diferem em suas circunstâncias sociais (renda, riqueza, nível cultural, e educacional da família), em seus talentos e capacidades naturais (incluindo-se aí quão saudável é a saúde de uma pessoa), em seus gostos e preferências e em seus valores. Nenhuma concepção de igualdade distributiva pode tornar as pessoas iguais em todas essas dimensões ao mesmo tempo, das circunstâncias sociais ao nível de realização das preferências e valores de cada qual. A opção por igualizá-las em umas dessas dimensões implica aceitar que elas sejam desiguais em outra.

O bem-estar alcançado não é, para Sen, uma medida suficiente de vantagem ou do benefício individual. As comparações interpessoais de vantagem deveriam basear-se sobretudo na *liberdade* de alcançar bem-estar.

Sen e Rawls estão de acordo sobre o que importa da perspectiva da justiça social: a liberdade efetiva. Mas Sen acredita que os

bens primários não constituem o equalisandum apropriado para promover a liberdade efetiva.¹⁶⁴

Trata-se de um debate cuja extensão e complexidade não cabem nos propósitos deste trabalho. Mas serve de eixo de análise introdutório para uma reflexão contemporânea envolvendo as políticas de bem-estar coletivo. Num ambiente de retração econômica e crescente pluralidade de interesses, o debate sobre as políticas focalizadas em contraposição às políticas universais como forma de combate às desigualdades constitui um dos desafios da atualidade para a promoção da justiça, do bem-estar, da felicidade.

¹⁶⁴ VITA. Justiça distributiva: a crítica de Sen a Rawls.

Capítulo 2

O PT

Uma hora antes do término da votação, militantes e simpatizantes do Partido dos Trabalhadores já ocupavam a primeira quadra da avenida Paulista, onde o partido do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, montara o palco e o telão. Três horas depois, segundo a Polícia Militar, havia 15 mil pessoas no local. Os organizadores do evento falavam em 100 mil. O vermelho, cor oficial do PT, alastrou-se pela avenida mais importante de São Paulo, berço econômico do país. O grito de guerra das primeiras horas de comemoração foi criado por Daiane Maria de Lima, 16 anos, moradora da favela do Jardim Paranapanema, em Capão Redondo, periferia da zona sul da capital paulista. *Sai, sai da frente que agora Lula é presidente*. A garota, revelou uma reportagem do jornal Folha de S. Paulo, chegou à avenida Paulista às 11 horas da manhã, acompanhada de dois irmãos pequenos. Sem dinheiro, pegaram carona em dois ônibus. Até as 17 horas ainda não haviam comido. *Lula é o presidente dos pobres*, disse Daiane, explicando o motivo da sua presença.¹⁶⁵ De acordo com os relatos do dia seguinte, não seriam raros, naquela noite, os casos de choros e lágrimas de felicidade decorrentes da emoção ao se ouvir a música *Sem medo de ser feliz*, criada para a campanha de 1989.

Qualquer processo eleitoral, grosso modo, evidencia experiências, exemplos, trajetórias e gestos notavelmente simbólicos. Em se tratando da vitoriosa campanha de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, a remissão à música e ao slogan *Sem medo de ser feliz* – criada, convém lembrar, na primeira disputa presidencial, em 1989 – constituiu-se um dos momentos mais significativos da identificação de militantes e eleitores com o PT e seu candidato. Sobretudo porque a quarta campanha presidencial teve a égide do *agora ou nunca*, definição comum estampada nas páginas de jornais e revistas durante a disputa. Provavelmente, afinal, seria a última tentativa de Lula de chegar à Presidência da República.

¹⁶⁵ FREITAS, J. Lula da Silva, presidente: Especial 9.

Nessa *última cartada*, o partido profissionalizou a campanha, construiu pontes com ex-desafetos políticos e promoveu mudanças substanciais em seu discurso. No plano das *heterodoxas alianças*, reportagem publicada no dia da votação do primeiro turno exemplificava as transformações do PT em relação às outras campanhas presidenciais:

O sindicalista Luiz Antônio de Medeiros, que na acusação mais leve era *pelego*, foi peça-chave na união com o PL [partido do vice-presidente, José Alencar]; Orestes Quércia, *ex-ladrão de pipoca*, virou *companheiro*; José Sarney, anteriormente um *grileiro* e *administrador medíocre*, tornou-se avalista da candidatura. Pazes foram feitas com a Igreja Universal, para quem Lula já foi o Diabo.¹⁶⁶

A ampliação do leque de apoios partidários e a moderação do discurso ficaram como símbolos de um pragmatismo que marcou a eleição de 2002. Esse pragmatismo eleitoral, por sua vez, apenas consolidou sucessivas transformações pelas quais o partido atravessou durante o percurso de duas décadas como o principal partido de oposição. A mudança não foi feita, portanto, apenas para ganhar a eleição, como alguns analistas e parte da grande imprensa quiseram fazer crer. A metamorfose resultou, ao contrário, de um processo lento de institucionalização da legenda. Do ícone enfezado das camisetas dos metalúrgicos que fundaram o PT em 1980 – João Ferrador – ao *Lulinha paz e amor*¹⁶⁷ de discurso suave e ternos bem-cortados de 2002, foram precisos muito mais do que os poucos meses em que o publicitário Duda Mendonça *remodelou* a imagem de Luiz Inácio Lula da Silva.

¹⁶⁶ FOLHA DE S.PAULO, 6/10/2002, pág. Especial 5.

¹⁶⁷ *Lulinha não quer briga. Lulinha quer paz e amor*, disse o candidato num comício em Rio Branco, Acre, em 22 de agosto, 66 dias antes do segundo turno que o levou à Presidência da República. Impensadamente e, segundo os relatos de petistas, sem o auxílio de Duda Mendonça, Lula acabou criando um dos slogans-síntese de sua campanha. O sucesso da frase fez o candidato passar a repeti-la com frequência. Até a mídia internacional adotou o *Lula peace and love*, símbolo de um candidato que supostamente evitava ataques diretos a seus adversários e usava o programa eleitoral na TV para prioritariamente divulgar seu programa de governo. Durante a campanha, o slogan chegou a ser utilizado como sinônimo de um comportamento arredo do candidato, que evitava respostas a questões que pudessem desagradar a algum segmento do eleitorado ou a algum aliado, vários deles adversários históricos entre si ou concorrentes nas disputas estaduais.

Pode-se dizer, portanto, que, em 23 anos, em vez de fazer a revolução que sonhava para o Brasil, o PT revolucionou a si mesmo, trocando os debates sobre o *partido sem patrões* e o *governo dos trabalhadores*, em 1979, pela convenção festiva de 2002, que lançou a chapa com um empresário, o senador José Alencar (PL-MG), como vice. Os petistas seguiram assim um caminho semelhante ao de partido de esquerda europeus, que, para obter maioria em governos parlamentaristas, renegociaram sua agenda original.¹⁶⁸ Ao justificar os gestos do partido, o próprio Lula não se cansou de repetir durante a campanha presidencial: *Eu mudei, o país mudou, o PT mudou*. A pergunta é inevitável: o que mudou? Em especial, quais as transformações do partido nos 13 anos que separam a primeira e a última disputa pelo Palácio do Planalto?

A metamorfose, decerto, custou anos de discussões nos encontros petistas, como se verá neste capítulo. Desde a sua fundação, o partido chamou a atenção de pesquisadores, cientistas sociais e políticos para a sua especificidade na história política brasileira: a de ser um partido criado pelas *bases*. Trata-se, afinal, de uma agremiação formada por intelectuais de esquerda, trabalhadores, sindicalistas e setores ligados à Igreja Católica progressista. Tal interesse, balizado pela tentativa de compreender o PT, ajudou a intensificar a produção bibliográfica, preocupada em analisar a estrutura do partido,¹⁶⁹ suas práticas políticas,¹⁷⁰ suas experiências administrativas¹⁷¹ e suas características particulares no sistema partidário brasileiro.¹⁷²

¹⁶⁸ PRZEWORSKI, A. *Democracy and the market: political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America*.

¹⁶⁹ CÉSAR, B. T. *PT: a contemporaneidade possível – base social e projeto político, 1980-1991*.

¹⁷⁰ GENRO, T. *O futuro para armar*.

¹⁷¹ TAVARES, J. G. *Totalitarismo tardio: o caso do PT*; MAGALHÃES; BARRETO & TREVAS. *Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*.

¹⁷² SINGER, A. *O PT*; MENEGUELLO & KOVARICK. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*.

Diante de uma extensa literatura já existente, convém ressaltar que não se busca aqui oferecer respostas amplas a *todas* as mudanças enfrentadas pelo partido nesse período. Da análise dos programas de governo e dos princípios e diretrizes aprovados nos encontros nacionais e congressos do PT, foca-se uma discussão em torno do diálogo do partido com a felicidade. O exame dos documentos e da trajetória do partido, no entanto, auxilia a reconstruir tais transformações, explicitadas mais claramente em alguns momentos-chave do partido – as quatro campanhas presidenciais.¹⁷³ Em 1989, por exemplo, o PT apresentou um programa de governo abrangente, tratando de áreas diversas – do papel do Estado à educação sexista no Brasil – e tocando em temas polêmicos, como a estatização dos bancos e a suspensão do pagamento da dívida externa. Ficou clara também a relação das propostas com os objetivos socialistas do partido e a ambígua relação que a agremiação demonstra ter com a democracia vigente no país. Já em 1998 o partido abandonava questões mais ideológicas, como o caráter socialista e transformador do partido.

De uma visão programática mais utópica dos primeiros anos de existência do partido a uma perspectiva mais pragmática que marcou a chegada de Lula à Presidência da República, persistiu um discurso – mais ou menos genérico – pautado pela idéia de mudança social. Uma agenda afirmativa de superação dos problemas de bem-estar social, de redução das desigualdades sócio-econômicas, de promoção de justiça social, constitui um eixo de discurso que se combina com as sucessivas peças publicitárias focadas na idéia de *ser feliz*. A sustentabilidade dessa idéia nos programas e documentos do partido, é o que se analisará nos tópicos seguintes deste capítulo.

A visão programática: a construção do partido sob o ideal de justiça e liberdade

¹⁷³ Foram organizados pelo PT 12 encontros nacionais (1981, 1982, 1984, 1986, 1987, 1989, 1990, 1993, 1994, 1995, 1997, 2001), dois encontros nacionais extraordinários (1985 e 1998) e dois congressos (1991e 1999). As resoluções de todos eles foram analisadas neste trabalho.

O número era o três, não o 13 atual. E a retórica, bem mais enfática, demonstrava uma rudeza muito mais próxima do que hoje constituem partidos como o PSTU. Assim aparecia o Partido dos Trabalhadores, na sua primeira campanha, em 1982, quando Luiz Inácio Lula da Silva concorreu ao governo do Estado de São Paulo. Os slogans evidenciavam o tom do partido: *Vote no três porque o resto é burguês e Trabalhador vota em trabalhador*. Tudo conforme as idéias iniciais da agremiação que teve sua *Carta de Princípios* lançada em 1979 e fundada no ano seguinte. O PT nasceu, afinal, auto-afirmando-se como um partido de classe. Aspirava representar os assalariados contra os patrões, como deixam claras as primeiras frases da *Carta de Princípios*:

A idéia da formação de um partido só dos trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora. Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manterem organizados à parte, para que lhes seja possível oferecer resistência à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes.¹⁷⁴

O manifesto de criação do partido, no ano seguinte, reafirmava a referência ao conflito de classes. *O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores*, dizia o manifesto, numa explicitação prévia dos ideais petistas de uma suposta sociedade feliz, na qual a liberdade se associa ao igualitarismo. Tal concepção era fruto do contexto no qual o partido foi criado. O percurso de Lula e de seu partido coincide, afinal, com a trajetória de abertura política brasileira e de afirmação da democracia depois do regime autoritário – lembrança sem a qual se torna impossível compreender a insistência dos documentos do PT na centralidade da liberdade.

O partido aparece, na fase final do autoritarismo, à frente de um movimento de massa, as greves da região do ABC paulista entre 1977 e 1980. O projeto do PT nasceu naquela região durante a segunda metade da década de 1970 e só pode ser compreendido no contexto da intensa mobilização social que se espalhou dali para

¹⁷⁴ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*: 49.

todo o país nos anos seguintes. A transição democrática, convém sublinhar, já foi extensamente analisada por muitos acadêmicos, que discutiram algumas mudanças oriundas na sociedade civil brasileira – o surgimento, por exemplo, de um vasto espectro de movimentos sociais, que propunham reivindicações no plano sócio-econômico e, ao mesmo tempo, questionavam noções elitistas acerca da política.

Mario Pedrosa, na *Carta Aberta a um Operário*, enxerga o movimento histórico mais importante e fecundo da história brasileira. Diz ele:

Posso agora sorrir e predizer que o Brasil será um país feliz: a hora da emergência da nova classe operária e da emergência de um Brasil novo, liberto afinal da opressão, coincide.¹⁷⁵

Para ele, a missão do PT é

dar procedência aos povos que habitam regiões malfadadas para que eles entrem afinal na vida social e pública do Brasil contemporâneo.¹⁷⁶

Diferentemente de outros partidos políticos criados nos anos 80, o PT tinha uma base sólida no meio operário e nos movimentos sociais,¹⁷⁷ ao mesmo tempo em que levava a sério a questão da representação (tanto na sua organização interna quanto em relação às bases eleitorais) e formulava sua aposta em termos programáticos. O PT e a central sindical com a qual está organicamente vinculado – a CUT – constituíram-se nos novos e institucionalizados atores políticos que surgiram durante a transição brasileira.¹⁷⁸

Como afirma Meneghello,

as transformações infraestruturais e o próprio processo de modernização do Brasil causaram um impacto significativo na forma de inserção sociopolítica dos atores sociais. Com base na sofisticação do parque industrial e nas profundas diferenças da estrutura produtiva, tanto no padrão de tecnologia e produtividade quanto na estratificação de mão-de-obra em níveis de qualificação,

¹⁷⁵ PEDROSA, M. *Sobre o PT*: 12.

¹⁷⁶ *Idem*: 33.

¹⁷⁷ OLIVEIRA, I. R. *Trabalho e política: as origens do PT*.

¹⁷⁸ GADOTTI, M. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*; MENEGHELLO, R. *PT: a formação de um partido: 1979-1982*; KECK, M. *PT: a lógica da diferença – o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*.

remuneração e condições de trabalho, surgiram lideranças políticas ligadas aos setores industriais de ponta, dando origem ao novo sindicalismo urbano.¹⁷⁹

Foi justamente esse último – o sindicalismo urbano – a força motriz da gênese petista, capaz de conduzir o conflito entre capital e trabalho de forma distinta do sindicalismo verificado no Brasil anteriormente, atrelado ao Estado. Não é demais lembrar que a independência desse *novo sindicalismo* e o questionamento que fez das organizações econômicas e políticas estabelecidas durante o regime militar levaram a uma repressão aos trabalhadores, por um lado, e a uma política de arrocho salarial, por outro.

O movimento operário foi um dos últimos a surgir na esfera pública brasileira naquele período. Keck aponta algumas razões para isso:

O efeito inibidor da legislação trabalhista corporativista; o efeito cautelar da severa repressão das últimas grandes greves em 1968; a rápida expansão da classe operária urbana a partir da incorporação de migrantes de áreas rurais, que julgavam a pobreza e a exploração em relação ao seu lugar de origem e não em relação às condições de vida urbana em geral; o crescimento do mercado de trabalho nas principais áreas metropolitanas no final dos anos 60 e início da década de 70.¹⁸⁰

Antes de 1978, considerava-se que tais fatores tornavam extremamente improvável o surgimento de um movimento operário num futuro previsível. A falta de lideranças com suficiente vontade de enfrentar o sistema e a ausência de organização, pelo menos nas indústrias avançadas, deveriam manter os operários quietos.

Não é o propósito aqui detalhar as ações conduzidas pelos sindicatos no período. Basta, porém, ressaltar que foi a partir da campanha de reposição de perdas salariais de 1977 – decorrente do arrocho citado anteriormente – que Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, foi alçado à condição de principal porta-voz dos trabalhadores e tornou-se o mais conhecido dos *novos sindicalistas*. Ao ensaio

¹⁷⁹ MENEGHELLO, R. *PT: a formação de um partido: 1979-1982*: 28-29.

¹⁸⁰ KECK, M. *PT: a lógica da diferença – o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*: 63-64.

geral de 77, sucedeu a estréia da greve, em 12 de maio de 1978, quando os trabalhadores pararam diante das máquinas da montadora de caminhões Scania, na região do ABC paulista. Era a primeira greve no Brasil em dez anos. A onda grevista deflagrada pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo espalhou-se entre 1978 e 1979 por todo o país.

Com as paralisações, os trabalhadores atacaram de uma só vez a política econômica instaurada no regime militar e a repressiva legislação trabalhista, confrontando a proibição à realização de greves e mostrando a necessidade de organização autônoma da categoria. Disse Lula à época:

O arrocho salarial fez com que a classe trabalhadora, após muitos anos de repressão, fizesse o que qualquer classe trabalhadora do mundo faria: negar sua força de trabalho às empresas. Era a única forma que os operários tinham de recuperar o padrão salarial, ou melhor, entrar no caminho da recuperação.¹⁸¹

As paralisações daqueles anos transformaram o novo sindicalismo em força política e deram impulso às discussões para a formação de um partido político – um partido dos trabalhadores, perspectiva que se abria ainda com maior vigor diante da iminência de uma reforma partidária que acabaria com o bipartidarismo no Brasil.

Às lideranças do novo sindicalismo somaram-se na gestação do PT líderes comunitários, em especial aqueles ligados às Comunidades Eclesiais de Base – CEBs – e outros movimentos populares ligados à Igreja Católica, intelectuais, parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro - MDB e membros de organizações de esquerda. Embora tenha surgido entre os sindicalistas, a proposta de um partido popular rapidamente ganhou uma abrangência que ia além das bases sindicais.

¹⁸¹ SILVA, L. I. L. da. *Lula – entrevistas e discursos*: 56.

O caráter de partido ligado a movimentos sociais foi intensamente analisado por uma consistente literatura.¹⁸² Somente de início, porém, a hegemonia do partido ficaria com os integrantes do movimento sindical. Na primeira comissão provisória, de 16 membros, 12 eram sindicalistas. Rodrigues observa, no entanto, que no fim da década de 80 surge um outro cenário: dos 20 membros que assumem a Comissão Executiva Nacional do PT em 1988, véspera da primeira campanha presidencial do partido, apenas dez tinham origem sindical e, destes, só quatro vinham do sindicalismo operário. Rodrigues conclui que o PT, pela predominância de professores e profissionais liberais, deve ser caracterizado, então, como de *classe média assalariada*.¹⁸³

Essa caracterização é importante se considerada a noção de Przeworski, segundo a qual a luta de classes política é uma luta *a respeito de classes*, antes de ser uma luta *entre classes*:

As relações sociais – econômicas, políticas ou ideológicas – não são algo que as pessoas *desempenham* de maneira que refletem os lugares que elas ocupam, mas são uma luta de opções dadas num determinado momento da história. [...] É necessário perceber que as classes formam-se no curso das lutas, que essas lutas são estruturadas por condições econômicas, políticas e ideológicas sobre as quais elas ocorrem, e que estas condições objetivas – simultaneamente econômicas, políticas e ideológicas – moldam a prática dos movimentos que procuram organizar os trabalhadores numa classe.¹⁸⁴

O novo sindicalismo funcionou como um receptáculo das demandas de uma série de grupos sociais e percebeu, com as greves bem-sucedidas no fim dos anos 70, que a participação política era uma das formas de mudar a situação dos trabalhadores. Recorra-se novamente à *Carta de Princípios*:

Os trabalhadores entenderam [...] que as suas reivindicações mais sentidas esbarravam em obstáculos cada vez maiores e é por isso

¹⁸² Para uma síntese, ver RUSCHEINSKY, A. Nexos entre atores sociais: movimentos sociais e partidos políticos.

¹⁸³ RODRIGUES, L. M. *Partidos e sindicatos*.

¹⁸⁴ PRZEWORSKI, A. *Democracy and the market: political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America*: 73.

que vão sendo obrigados a construir organizações cada vez mais bem articuladas e eficazes.¹⁸⁵

Mais adiante, o mesmo documento afirma que

os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação. O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores.¹⁸⁶

A história do partido revelou que o conflito e a divergência se tornariam característica comum. Esse traço petista, somada a outros fatores, gerou uma análise corrente da ambigüidade no discurso do partido.¹⁸⁷ Grande parte dessa ambigüidade deve-se à existência no partido de múltiplos grupos de interesse, especialmente organizações de esquerda.¹⁸⁸ Tais grupos

exerceram uma influência difusa na formação das convicções ideológicas partidárias.¹⁸⁹

Importância substancial na organização do PT, reafirme-se, tiveram as CEBs e outros movimentos populares ligados à Igreja Católica. Essa relação ficou ainda mais clara durante a campanha para as eleições de 1982, quando a maior parte das paróquias pertencentes à Arquidiocese de São Paulo envolveu-se nos trabalhos de campanha eleitoral, auxiliando partidos de oposição como o PT e o PMDB.¹⁹⁰ Um ano antes, Frei Betto – um dos expoentes do meio religioso – já escrevera um texto em que abertamente conclamava as CEBs a não serem omissas diante dos

¹⁸⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*: 49.

¹⁸⁶ Idem: 50.

¹⁸⁷ ROSENFELD, D. L. *PT na encruzilhada: social-democracia, demagogia ou revolução?*; SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*; SINGER, A. *O PT*; KECK, M. *PT: a lógica da diferença – o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*; Coutinho apud WEFFORT & CARVALHO. *PT: um projeto para o Brasil*.

¹⁸⁸ Entre os grupos destacaram-se, além da Convergência Socialista (o mais conhecido), o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), Liberdade e Luta (Libelu), Política Operária (Polop) e Ação Popular (AP), que entraram no debate sobre a fundação do PT e ajudaram a exercer papéis ambíguos na formação do partido.

¹⁸⁹ COUTO, C. G. *O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)*: 68-69.

¹⁹⁰ MENEGHELLO, R. *PT: a formação de um partido: 1979-1982*; KECK, M. *PT: a lógica da diferença – o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*; AMARAL, O. E. *A estrela não é mais vermelha*.

movimentos operários e populares e das novas perspectivas políticas abertas por eles.¹⁹¹

Este não é o lugar para discutir as raízes históricas e teológicas da posição da Igreja no Brasil. Basta dizer, porém, que a adoção da defesa dos direitos humanos e a opção preferencial pelos pobres como princípio (obviamente com variações em sua aplicação prática) permitiu à Igreja confrontar-se com o Estado. Não que a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB tenha declarado uma guerra santa contra o regime autoritário, mas a instituição assumiu posições contra a tortura, a repressão e a opressão econômica e social que eram freqüentemente mais fortes que as de suas congêneres em outros países da América Latina.

A Igreja deu cobertura a diversas iniciativas organizacionais, das quais a mais conhecida foi a das CEBs, lançadas nas dioceses de todo o Brasil no fim dos anos 60, sobretudo após a Conferência dos Bispos Latino-Americanos em 1968, em Medellín, na Colômbia. Através do reexame dos ensinamentos cristãos, muitas comunidades, especialmente em áreas pobres, acabaram desenvolvendo uma crítica social com base na sua experiência imediata.¹⁹²

Estruturalmente, as CEBs contribuíram para o PT apresentar uma forma de organização partidária mais democrática e com maior interação entre as bases e o partido – herança, no âmbito das CEBs, de uma luta por um retorno à Igreja do evangelho e dos pobres; a uma igreja identificada não com a hierarquia, mas com o *povo de Deus*; a uma igreja em que todos são *sujeitos ativos* e participam da missão confiada inicialmente aos apóstolos. Essa interação estava refletida em uma participação mais ampla das bases no processo decisório.

Ideologicamente, as CEBs e o PT conjugaram a mesma defesa da superação das desigualdades sociais através do exercício da liberdade de organização. Diz, por

¹⁹¹ CAVA, R. D. A Igreja e a abertura, 1974-1985.

¹⁹² Sobre as CEBs, ver, por exemplo, Camargo, Souza & Pierucci in SINGER & BRANT. *O povo em Movimento*; e BETTO, F. *O fermento da massa*.

exemplo, o Documento de Puebla, resultado III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Puebla (México):

Comprometidos com os pobres, condenamos como anti-evangélica a pobreza extrema que afeta numerosíssimos setores em nosso continente. [...] Enviamos esforços para conhecer e denunciar os mecanismos geradores dessa pobreza. [...] Apoiamos as aspirações dos operários e camponeses que querem ser tratados como homens livres e responsáveis, chamados a participar nas decisões que concernem à sua vida e futuro e animamos a todos em sua própria superação. [...] Defendemos o seu direito fundamental de *criar livremente* organizações de defesa e promoção de seus interesses e para contribuir responsabilmente para o bem comum.¹⁹³

A organização católica dos movimentos de base promoveu diversos atos cujos valores centrais eram a autonomia (em relação ao Estado e aos partidos) e a auto-organização e cuja imagem *prototípica* era a *caminhada*, a longa marcha do povo de Deus em direção a uma sociedade mais justa – ou ao reino de Deus, segundo a concepção cristã de felicidade (ou bem-aventurança).

A defesa da justiça social e da liberdade fundamenta os anos iniciais de consolidação do PT. Justiça como forma de rompimento com os históricos indicadores das desigualdades e liberdade como direito de organização de defesa de seus interesses e promoção do bem comum. E ambas as categorias como exercício de cidadania a mais plena possível, tanto do ponto de vista eleitoral quanto no que diz respeito aos avanços sociais. Afirma, por exemplo, o primeiro programa do partido, lançado em 1980:

O PT reafirma que os combates contra a miséria, a doença, a ignorância e os preconceitos não são independentes da luta por liberdade e justiça. Pelo contrário, são inseparáveis dessa luta.¹⁹⁴

Em artigo sobre os fundamentos de um programa de governo para o PT, Florestan Fernandes diz que o partido se propõe a fortalecer e dirigir o movimento social que se volta para a transformação da ordem existente, para

¹⁹³ *Documento de Puebla*, nº 1159, nº 1160, nº 1162, nº 1163. Apud ANTONIAZZI, A. *Iglesia y Democracia em Brasil*: 345-365.

¹⁹⁴ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*: 70. Sobre os documentos do partido referentes à década de 1980, ver também GADOTTI, M. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*.

consolidar a democracia, promover a formação de uma sociedade socialista e instituir a associação indissolúvel entre liberdade e igualdade em todas as relações humanas. Nessa visão, entre os postulados do ideal petista, aparece, em primeiro lugar,

que a felicidade é um direito fundamental e deve ser garantido a todos os indivíduos e comunidades humanas.¹⁹⁵

Do 1º Congresso do partido, o tópico *Nosso caminho para o socialismo* explicita tal concepção, afirmando que o PT se compromete com a

construção de uma nova sociedade onde a força do trabalho não seja uma mercadoria; onde a opressão política ceda lugar a instituições sob controle de toda sociedade, dentre as quais um governo dos indivíduos livremente associados; onde não haja qualquer forma de opressão por motivo de raça, idade e convicções religiosas, onde as terras não sejam destrutivamente ocupadas e os ecossistemas devastados; onde os homens e mulheres, libertos progressivamente de toda opressão material, possam construir novas relações sociais; *onde a busca da felicidade seja um direito efetivo de todos os indivíduos e comunidade* [grifo meu]; onde, enfim, a igualdade social possibilite o pleno florescimento das potencialidades individuais.¹⁹⁶

Construir uma sociedade justa e livre, na qual a felicidade seja *um direito efetivo de todos os indivíduos e comunidade* significaria, portanto, extinguir o capitalismo. O PT autodenominava-se um *partido socialista*, propondo mudanças radicais na orientação das políticas econômicas e sociais para beneficiar os *menos favorecidos*. Autodenominava-se também um partido democrático e participativo, sugerindo uma nova concepção de política, na qual os setores da população anteriormente excluídos teriam poder para falar por si mesmos.¹⁹⁷

Boa parte da história inicial do partido, lembra Keck, deve ser compreendida em termos da sua necessidade de continuar sendo um movimento, ao mesmo tempo em que lutava para definir o que significava ser um partido.

¹⁹⁵ FERNANDES, F. *O PT em movimento*: 18.

¹⁹⁶ Apud CÉSAR, B. T. *PT: a contemporaneidade possível – base social e projeto político, 1980-1991*.

¹⁹⁷ O manifesto de criação do partido refere-se à luta *por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis* PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*: 66.

Para muitos petistas, o partido como instituição era um elemento numa rede de organizações.¹⁹⁸

O PT, afirma, via a política como um processo de *reivindicação de direitos* na prática, e não de pedir que o Estado os concedesse. Através da auto-organização da sociedade, as relações de poder entre Estado e sociedade mudariam, e uma nova pauta, baseada nas necessidades sociais, seria criada. A *boa sociedade* não foi, contudo, teorizada pelo partido. Ela surgiria, afinal, a partir da prática democrática de atores sociais autônomos.

Desde o início, tanto os que apoiavam quanto os que atacavam o PT, reconheciam que o partido representava uma nova experiência na história política brasileira. Essa *nova experiência* falava, num primeiro momento, em uma revolução socialista, mas a consolidação do partido se fez através do que chamou de *Revolução Democrática*.

O termo *revolução* pode ser compreendido de duas maneiras. Como aparece no *Dicionário de Política*, trata-se de uma

tentativa, acompanhada do uso da violência de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera socioeconômica.¹⁹⁹

Já no *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, junto com a variante acima, registra-se outro significado da expressão:

Revolução usa-se, por vezes, para descrever qualquer mudança fundamental, quer seja ou não violenta ou súbita. Nesse sentido, falamos de *Revolução Industrial* ou de *revolução científica*.²⁰⁰

Em um conceito, portanto, a tônica está na tomada do poder. No outro, na visão de uma mudança fundamental, sem referência necessária ao poder político. O PT, no entanto, jamais defendeu o uso da violência e, portanto, nunca se enquadrou por completo na primeira acepção. Também segue interessado em

¹⁹⁸ KECK, M. *PT: a lógica da diferença – o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*: 278.

¹⁹⁹ BOBBIO, N. et al. *Dicionário de Política*.

²⁰⁰ TOURAINE, A. et al. *Dicionário do pensamento social do século XX*.

exercer o poder e, por isso, não se ajusta perfeitamente à segunda concepção de revolução. Assim, pode-se dizer que transitou da proximidade de uma para a vizinhança da outra. Em outras palavras: evoluiu da ênfase na ocupação do Estado pelo proletariado para a proposta de uma profunda transformação social, que é denominada, nos documentos internos do partido, de *Revolução Democrática*.

A transição de um a outro modo de pensamento – com efeitos substanciais nos programas e concepções do partido – ocorreu na passagem da década de 80 para a década de 90. Para que não ocorressem rupturas entre as facções internas, a modificação deu-se de modo sutil, sem a revisão aberta dos pontos de vista antigos. O conteúdo transformou-se sob o manto da palavra *revolução*.²⁰¹

No 1º Encontro Nacional, em 1981, o próprio Lula discursou nos termos do *Manifesto Comunista*:

A libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.²⁰²

Reafirma, portanto, o manifesto de criação do partido, divulgado um ano antes:

O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem-estar da coletividade. Para isto é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares.²⁰³

Em outras palavras, o bem-estar coletivo depende da liberdade civil – traduzida pelos *direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis*.

Afirma, por exemplo, Weffort, na sua contribuição para o debate:

No fundamento da nossa concepção de partido está uma *concepção democrática radical sobre a sociedade e a política em geral*: “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios

²⁰¹ WEFFORT & CARVALHO. *PT: um projeto para o Brasil*.

²⁰² PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*: 105.

²⁰³ *Idem*: 66-67.

trabalhadores". Quem entenda o que isso significa deve entender também que *a emancipação dos trabalhadores é a raiz da emancipação social em geral*. Ou seja, a organização autônoma dos trabalhadores é o caminho não apenas da *construção da democracia política* mas também o da *transformação da sociedade*.²⁰⁴

Nas primeiras resoluções do PT, dizia-se que os trabalhadores deveriam tornar-se classe dominante no Estado e colocar o poder político a seu serviço.

Afirmava, por exemplo, o 5º Encontro Nacional, de 1987:

Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político – Estado – a seu serviço.²⁰⁵

Às vésperas da eleição de 1989, em que o PT quase conquistou a Presidência da República, o partido afirmou ter

consciência de que governo e poder não se confundem e que, por isso, a vitória de Lula não pode ser vista como conquista plena do próprio poder político.²⁰⁶

Por outro lado, as eleições livres foram defendidas desde a fundação do PT.

Além de constar do programa formulado em 1980, no ano da campanha das Diretas-Já [1984], o 3º Encontro concluiu:

Queremos eleições livres e diretas por entendermos que só ao povo cabe escolher aqueles que devem governá-lo. Não cremos que eleições livres e diretas sejam atributos exclusivos do regime liberal burguês.²⁰⁷

Essa constitui uma das diferenças da concepção majoritária do PT em relação ao pensamento de organizações de esquerda marxistas que formaram um dos pilares de criação do partido. A despeito de inicialmente propugnar uma sociedade sem classes, ressaltou-se, o PT nunca se declarou marxista. Duas das três linhagens que lhe deram origem – ativistas católicos e sindicalistas – não

²⁰⁴ WEFFORT & CARVALHO. *PT: um projeto para o Brasil*: 33 [grifos do autor].

²⁰⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*: 312.

²⁰⁶ *Idem*: 399.

²⁰⁷ *Idem*: 151.

eram marxistas, embora o terceiro pilar, militantes de organizações de extrema esquerda, inspiravam-se assumidamente em Marx. Já no seu batismo, por exemplo, o partido condenou o autoritarismo da União Soviética e o que considerava excessiva moderação política do Partido Comunista Brasileiro, sobretudo pela *colaboração com a burguesia*.

Tal diferença ajudou a evidenciar as ambigüidades do partido, em especial sobre o *socialismo*. A resolução do 4º Encontro, por exemplo, sustenta que o caminho do socialismo no Brasil

será marcado por um eixo central básico, constituído de grandes e cada vez mais freqüentes e intensas ações políticas de massas, auxiliadas por todas as formas de luta da classe trabalhadora, que terá de combinar, desde já, conquistas reais no plano político, econômico e social, que lhe permitam avançar no caminho de um projeto histórico e político comum.²⁰⁸

Segundo o Encontro, são estas considerações que permitem *delimitar as linhas gerais e o caráter das alianças*. O partido via como *impossível* suportar alianças estratégicas com a burguesia e com as forças políticas que sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista.

O socialismo, dizia o documento do 4º Encontro, viria não de

simples reformas superficiais e paliativas, mas sim com a ruptura radical contra a ordem burguesa e a construção de uma sociedade sem classes, igualitária, que, por meio da socialização dos principais meios de produção, vise a abundância material para atender às necessidades materiais, sociais e culturais de todos e de cada um de seus membros.²⁰⁹

O partido falava então de um socialismo *não livresco*, um socialismo que não fosse nem de *gabinete*, nem de *cúpula*, nem *importado*, nem *retórico*, nem *imposto*. Antes, seria um socialismo

nascido da realidade brasileira, pensado e construído a partir da vontade e das ações das classes trabalhadoras, nas condições de

²⁰⁸ Idem: 252.

²⁰⁹ Idem: 251.

necessidade e de possibilidade que essas mesmas classes irão modificando com sua ação concreta.²¹⁰

O socialismo petista resultaria na conquista do bem-estar coletivo brasileiro, traduzido pelo fim das desigualdades – uma igualdade nivelada *por cima*. O 4º Encontro afirma, por exemplo, que o socialismo almejado pelo partido não pretende nivelar o padrão de vida da população por baixo, mas sim por cima, favorecendo o bem-estar o conforto de todos, e não *apenas de minorias privilegiadas*.²¹¹ Em outras palavras, o PT propõe um ideal de felicidade que tenta combinar um igualitarismo cristão com nuances de forte presença do Estado conduzindo à saciedade dos desejos da população.

No socialismo, afirma o documento, poderão desaparecer os excessos do consumismo burguês, mas isso não significa que as massas deixarão de consumir ou deixarão de desejar possuir todos os bens que melhorem as suas condições de vida.²¹²

O princípio socialista é reafirmado no 5º Encontro, realizado em 1987.

O processo de construção socialista para alcançar a almejada sociedade igualitária, sem classes, sem opressão e dominação, vai enfrentar, durante certo tempo, a existência de diferentes desigualdades, como herança do capitalismo. E vai obrigar a agir, não no sentido de extinguir administrativamente as desigualdades, mas de evitar que elas se polarizem e se tornem antagônicas em relação ao socialismo. Tais contradições no terreno econômico e social geram diferentes contradições no terreno da política, remetendo para a relação do socialismo com a democracia [...] A ausência de democracia é contraditória com o socialismo pela qual lutamos.²¹³

O socialismo petista é definido como um *Socialismo Democrático*. No 1º Congresso, realizado em 1991, aprova-se uma resolução segundo a qual o PT luta

por uma sociedade efetivamente plural, [...] motivo [...] para rechaçarmos a chamada *pluralidade para os partidos operários*, ou seja, *para quem pensa como nós*, que, historicamente, só pode levar a formas de ditadura.²¹⁴

Sai do congresso, também, uma posição clara quanto à alternância do poder:

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ Idem: 255.

²¹² Ibidem.

²¹³ Idem: 315-316.

²¹⁴ Idem: 500.

A democracia socialista que ambicionamos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância do poder.²¹⁵

A pregação revolucionária continua, porém, mais voltada para a sociedade do que para o Estado. *Reafirmamos [...] que as transformações políticas, econômicas e culturais que o Brasil supõem uma revolução social*, resolve o congresso. No entanto, não por acaso, o exemplo de revolução mencionado em 1991 é o da chamada *revolução de veludo*, então recente nos países do Leste Europeu, nos quais se implantou, com a mobilização pacífica da população, a democracia política e a liberdade de mercado na região antes controlada pela URSS.

É nesse contexto que surge a expressão *revolução democrática*. Ao adjetivar de democrática a transformação pretendida, o PT faz questão de frisar os compromissos assumidos com a democracia. Ao manter o termo *revolução*, faz uma ponte com o próprio passado. A *Revolução Democrática* tem, por assim dizer, duas etapas. Na primeira, haveria reformas profundas, com um programa de redistribuição de renda, ampliação do mercado interno e eliminação da miséria. Em 1993, supunha-se que essas medidas seriam implementadas por um governo democrático-popular e que, ao realizá-las, seria capaz de *isolar as elites e reduzir seu poder de manobra*. Com isso, abrir-se-ia o caminho para *a construção de uma sociedade radicalmente diferente da nossa* – leia-se: socialista.

Em 1999, essa passagem já não é tão clara: *o socialismo não é uma inevitabilidade*, declara o 2º Congresso, que referendou, no entanto, o *socialismo democrático* como meta do partido. Ou seja, o PT não concebe o socialismo como um futuro inevitável, a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo.

Desde a fundação, como nota Singer,²¹⁶ os documentos do PT remetem ao problema de definir o socialismo petista para *todo o povo* e para as lutas *do dia-a-dia*.

²¹⁵ Ibidem.

²¹⁶ SINGER, A. *O PT*.

Ou seja, caberia às maiorias escolherem, mais tarde, o modelo a ser implantado. Ao partido cumpriria abrir espaço para que a população tivesse condições de decidir o seu próprio destino. Durante um período, mais importante do que os objetivos do partido, seria que ele existisse e fosse *dos trabalhadores*. Em certa medida, a existência do PT foi, até certo ponto, o seu próprio programa.

A elaboração teórica, portanto, precisaria estar próxima da experiência da classe. Daí a insistência em que a sociedade do futuro *não nascerá de decretos, nem nossos, nem de ninguém*, como decidiu o 2º Encontro, ou em que *a Revolução Democrática é um longo processo*. Ela não será resultado de *teorias pré-elaboradas, nem de vanguardas autoproclamadas*, de acordo com o 2º Congresso, 17 anos depois. O caráter relativamente aberto da plataforma petista, no entanto, serve igualmente ao propósito de contornar a presença, no interior do PT, dos grupos com tendências distintas e conflitantes. Optar por uma delas implicaria romper com a outra e arriscar-se a uma cisão.²¹⁷

O socialismo não voltou a ser discutido pelo PT depois de 1993 e, na prática, a partir de 1995, a Revolução Democrática transformou-se no nome do programa de reformas que o partido desejava para o Brasil. Com a derrota de 1994 e, mais tarde, em 1998, sentidas pelo PT como duros golpes, sobretudo a primeira, as atenções do partido voltaram-se para as tarefas imediatas de governo, ou seja, para a primeira fase da Revolução Democrática. Nesse contexto, porém, o socialismo se manteve *como uma possibilidade histórica aberta para a humanidade na era do capitalismo*, conforme decidiu o congresso de 1999.²¹⁸

Na última versão do programa da Revolução Democrática, aprovado no 2º Congresso, a economia capitalista se torna central. Boa parte das resoluções objetiva detalhar a proposta de uma *nova política econômica* a ser adotada pelo

²¹⁷ SINGER, A. *O PT*; CÉSAR, B. T. *PT: a contemporaneidade possível – base social e projeto político, 1980-1991*.

²¹⁸ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*: 501.

partido caso chegue ao poder. No final, trata-se de um conjunto de medidas destinadas a criar *um amplo mercado interno de bens de consumo de massas* e promover um *gigantesco programa de educação*. Para tanto, prevê-se o financiamento do Estado, *para que este possa impulsionar políticas sociais consistentes* e uma redistribuição *radical* da riqueza, com uma *política de rendas* que aumente a participação dos salários na renda nacional. Segundo o partido, só a combinação entre o planejamento estatal e um mercado orientado socialmente será capaz de propiciar o desenvolvimento econômico com igualdade na distribuição de riquezas. Para que isso aconteça, seria necessário que o Estado exercesse uma ação reguladora sobre a economia e, antes de tudo, que a sociedade estivesse organizada, de modo a interferir, decisivamente, na definição da política econômica.

A visão pragmática: das concepções utópicas de 1989 às alianças de 2002

O PT se preparou para a sua primeira disputa presidencial com a convicção de que a tarefa imposta à classe trabalhadora e todas as *forças progressistas* era a de impulsionar um renovado projeto de Socialismo Democrático. Tal renovação significaria reconstituir o que o partido chamava de utopia socialista – naquele ano, já rumo ao martírio definitivo pela desfragmentação do socialismo do Leste Europeu.

Coube ao 6º Encontro reafirmar

o conteúdo socialista da candidatura Lula e o caráter socialista da proposta do PT, no qual a democracia deve ser entendida como o espaço para criação de novos direitos. O governo democrático e popular e o início da transição para o socialismo são elos do mesmo processo.²¹⁹

O projeto político do partido, afirmava o documento, ia além de ganhar a eleição presidencial:

²¹⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*: 394.

Seu sentido histórico é o de transformar o país, realizar uma revolução política e social.²²⁰

Nas *Diretrizes para a elaboração do Programa de Governo*, de 1989, o partido explicita o objetivo de construir um poder alternativo, fundado no compromisso de promover a igualdade social e orientado pela busca radical da liberdade. O documento refere-se a

um poder que faça da democracia não um compromisso discursivo e legitimador de práticas formais e alienantes de uma pseudo-participação política, mas que estimule a criação de novas esferas públicas de participação política e afirmação da cidadania, que respeite e resguarde os direitos das posições minoritárias, que assuma a noção de pluralidade de sujeitos políticos, que impulse a diversidade; um poder, enfim, que se coloque o desafio de dirigir a sociedade e romper com todas as formas de dominação. Isto exige ampliar e consolidar as conquistas democráticas, eliminar a tutela militar, aperfeiçoar o sistema de representação política e os mecanismos eleitorais, consolidar a liberdade sindical e os direitos dos trabalhadores, democratizar o Judiciário, pôr fim aos monopólios da comunicação, resgatar e redefinir os conceitos de cidadania, apostando na elevação do nível de consciência dos trabalhadores e no amadurecimento político-ideológico dos movimentos sociais, impulsionando as formas de auto-organização dos trabalhadores e preparando as condições políticas e acumulando forças para a revolução socialista.²²¹

Justiça social e liberdade, vê-se, novamente recebem a ênfase do partido. O projeto de transformação parecia tão enfático quanto os desafios sociais impostos a um país que enfrentava uma grave crise econômica, mal saíra do jugo do regime militar e convivia com indicadores de desigualdade desalentadores.

Diferentemente de 2002, no entanto, o projeto petista exposto em 1989 não propunha um governo *para todos*. O partido referia-se, sim, a um

governo popular que terá de se colocar a serviço dos interesses populares, dos trabalhadores, dos pequenos produtores e pequenos proprietários, das camadas médias da sociedade.²²²

Tal dedicação significaria, nos planos do partido, redistribuir a renda, lutar pela erradicação da pobreza e pela eliminação das desigualdades sociais e regionais, redefinir o papel do Estado – *sob controle dos interesses privados e de*

²²⁰ Idem: 401.

²²¹ Idem: 397-398.

²²² Idem: 398.

*seus propósitos, que manipulam a burocracia civil e militar, segundo palavras do 6º Encontro –, promover o crescimento econômico – condição indispensável para assegurar emprego, casa, comida, acesso à educação e possibilidade de expressão cultural para todo o povo.*²²³

Em síntese, esta era *a revolução política e social* já referida anteriormente. Somente uma *revolução* daria conta de tantas mudanças quanto prometidas em 89. Quando Lula recebeu 17,01% dos votos válidos no primeiro turno e perdeu no segundo turno para Fernando Collor de Mello, o PT havia estabelecido o objetivo de revolucionar a sociedade de mercado, com um conteúdo *antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista* – expressão sucessivamente repetida nos documentos do 6º Encontro.

O projeto transformador exposto nos encontros nacionais realizados até ali e, mais tarde, no Programa de Governo – denominado Frente Brasil Popular – foram embalados pelo slogan *Sem medo de ser feliz*. Juntamente com o *Lula, Lá*, simbolizava em música um país prometido de igualdade e liberdade.

Não cabe aqui, porém, esmiuçar o processo eleitoral de 1989.²²⁴ Aos propósitos deste trabalho, basta analisar a campanha publicitária desenvolvida pelo partido, tarefa deixada para o próximo capítulo. Por ora, convém detalhar o Programa de Governo, cujas diretrizes são filhas diretas dos objetivos estratégicos e ideológicos estabelecidos pelos encontros nacionais.

O programa de 1989 reafirma a preocupação central do partido: a eliminação – ou a redução – dos níveis de exclusão social. Trata-se de um problema que trafega praticamente por todos os cadernos temáticos do programa.²²⁵ O partido apresentou

²²³ Ibidem.

²²⁴ Para isto, ver LAMOUNIER, B. *De Geisel a Collor: o balanço da transição*; OLIVEIRA, F. *O marajá superkitsch*; CONTI, M. S. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*; SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. SINGER, A. *O PT*; NÉUMANNE, J. *Atrás do palanque: bastidores da eleição de 1989*.

²²⁵ O programa de 1989 foi dividido em fascículos denominados Democracia, Economia, Questão Agrária, Questão Urbana e Sociedade. Os programas de

uma preocupação quase obsessiva em dar um tom histórico-conjuntural ao criticar a realidade brasileira, o que torna o diagnóstico e as proposições bastante difusas. No caderno intitulado *Democracia*, por exemplo, o PT traça um panorama histórico da exclusão social no item *A exclusão vem de longe*:

A independência do Brasil não foi o resultado de um amplo movimento da sociedade, como ocorreu em outros países da América. Em nossa história ocorreram movimentos que buscaram romper com a dominação colonial e construir um Estado nacional livre e soberano. Mas foram derrotados e a independência terminou sendo uma negociação da Coroa portuguesa com as elites da Colônia. A primeira Constituição do Brasil não foi elaborada por representantes do povo, mas ditada pelo imperador, Dom Pedro I. Foi o primeiro Ato Institucional da nossa história.²²⁶

O partido continuaria discorrendo sobre a falta de participação popular na vida política brasileira em vários itens do programa, inclusive – e principalmente – em *Novo pacto das elites*, no qual analisa a Nova República e a Constituição de 1988, considerada tímida pelo partido. Segundo o programa, cada artigo da Constituição

representando conquistas democráticas traz em seu verso [...] a estampa do velho vício do autoritarismo e da exclusão das maiorias, que marca toda a história do Estado brasileiro.²²⁷

No caderno *Economia*, o PT afirma que tal exclusão é agravada pela dívida externa, vista como uma das principais causas do estrangulamento econômico do país. O fascículo dedicado à *Questão agrária*, por outro lado, responsabiliza a apropriação fundiária no Brasil.

Entre nós, a propriedade se constituiu de forma extremamente discriminatória, afirma o documento (idem, ibidem). Na Nova República, continua, nada mudou. [...] Nos últimos anos, o crédito, a assistência técnica e os outros mecanismos de política agrícola foram dirigidos para o fortalecimento das grandes propriedades.²²⁸

governo de 1989 e 1998 foram digitalizados pelo Centro de Documentação da Fundação Perseu Abramo. Por isso, inclusive, suas citações não contêm página. Estão disponíveis no site da fundação: <http://www.fperseuabramo.org.br>. O programa de 2002 encontra-se disponível no site do próprio PT: <http://www.pt.org.br>.

²²⁶ FRENTE BRASIL POPULAR. *Brasil Urgente: Lula presidente: Democracia: s/ p.*

²²⁷ Ibidem.

²²⁸ Ibidem.

Uma formulação programática balizada pelo aspecto histórico evidencia uma tentativa do PT de mostrar-se como algo novo, como um partido que lutaria por uma mudança na organização sócio-econômica de natureza excludente vigente no país.²²⁹ Mais do que isso, busca ressaltar a natureza transformadora de suas propostas e a reafirmar seus compromissos socialistas.

Só através do socialismo haverá condições de deter a sangria de recursos humanos e materiais imposta ao Brasil pelos países ricos, devolvendo ao povo as riquezas geradas por seu trabalho.²³⁰

Esse projeto transformador é declaradamente uma opção à esquerda do espectro político – faixa na qual o partido desejava obter a primazia.²³¹ É o que mostra, por exemplo, a análise do quadro eleitoral feita pelo Diretório Nacional em dezembro de 1988:

O resultado das eleições de 1988 expressam uma tripla tendência: a capacidade do PT, entre as demais forças de oposição, de captar a insatisfação popular e dirigi-la para um programa radical de transformações [...]. A criação de uma correlação de forças, colocando o PT como o principal partido de oposição no Brasil [...] e a possibilidade de que ocorra, pela primeira vez na história brasileira, uma polarização entre esquerda e direita, obrigando o PT a preparar-se para constituir-se no pólo à esquerda.²³²

Por *esquerda*, recorra-se à clássica definição de Bobbio, que a considera mais sensível a mudanças em favor de uma maior igualdade entre os homens.²³³ A relevância que o partido dá a essa definição fica clara, por exemplo, quando o programa de governo de 1989 enfatiza as políticas de renda, diretas e indiretas, consideradas fundamentais para o combate às desigualdades sociais no país:

²²⁹ AMARAL, O. E. *A estrela não é mais vermelha*.

²³⁰ FRENTE BRASIL POPULAR. *Brasil Urgente: Lula presidente: Democracia: s/ p.*

²³¹ SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*.

²³² Apud AMARAL, O. E. *A estrela não é mais vermelha*.

²³³ Diz Bobbio: *O elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de esquerda [...] é o igualitarismo, desde que entendido [...] como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais*. BOBBIO, N. et al. *Dicionário de Política*: 110.

O nosso governo romperá frontalmente com a prática, usual em nosso país, de subordinar a distribuição de renda aos problemas conjunturais ou aos objetivos gerais de política econômica. Ao contrário, para nós, o objetivo de desconcentrar a riqueza e elevar o padrão de vida dos brasileiros ocupa lugar decisivo na formulação do conjunto da política econômica.²³⁴

A centralidade da distribuição de renda é reafirmada mais adiante:

Promover a distribuição de renda e, com base nela, criar um novo modelo de crescimento [econômico] são os objetivos centrais, aos quais a política econômica deve subordinar-se.²³⁵

Tal discurso, ressalte-se, não difere muito da retórica da maioria dos partidos, inclusive os conservadores. O eixo norteador da mudança, no entanto, marca a distância do PT em relação às demais propostas: o Estado. Diferentemente dos partidos conservadores, o PT defende o fortalecimento da capacidade de planejamento e orientação da economia:

[O PT propõe uma] mudança no papel do Estado, com a recuperação das suas funções de planejamento e orientação da vida econômica, mantendo o controle sobre setores produtivos e financeiros estratégicos da economia.²³⁶

Para o PT, portanto, o Estado é um agente fundamental para o desenvolvimento econômico e para a distribuição de renda. A conquista do bem-estar coletivo, assim, depende da ação do Estado.

Denomina-se aqui de *utópico* o projeto de 1989 pela ausência de detalhamento do programa, falha mais tarde reconhecida pelo próprio partido. Não havia, por exemplo, qualquer menção sobre quais políticas de renda a serem empregadas ou sobre os recursos que seriam utilizados para a sua implementação:²³⁷

²³⁴ FRENTE BRASIL POPULAR. *Brasil Urgente: Lula presidente: Democracia: s/ p.*

²³⁵ *Ibidem.*

²³⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos: 408-409.*

²³⁷ Diante do pouco detalhamento do projeto de 1989, a exceção, como nota Amaral (2003), fica por conta do programa referente à Educação e à Reforma Agrária.

Propomos medidas indiretas, que influenciem a distribuição de renda disponível na sociedade como um todo e, por isso, possam melhorar a vida inclusive de pessoas submetidas a relações informais, que não contam com a proteção de leis trabalhistas e do sistema de segurança social. Incluem-se aí iniciativas de natureza fiscal e tributária, programas sociais e outras.²³⁸

A chave da transformação social, definia o partido, estava na redemocratização radical do Estado e da sociedade. Este era um remédio usualmente prescrito pelos petistas para os *males* do país: a participação popular. Isso já ficara evidenciado no texto de discussão para a campanha daquele ano, exposta por Weffort.²³⁹ Fala-se, por exemplo, em *reformas sociais de caráter democrático*. Segundo Weffort, para mudanças sociais profundas defendidas pelo partido – entre elas destacam-se políticas de distribuição de renda, habitação popular e previdenciárias – é preciso um processo de acumulação, ao longo do tempo, de conquistas econômicas e sociais e de uma crescente capacidade de participação popular no poder. Realizar uma *ruptura de caráter democrático*, diz, significa

mais socialização, no sentido de mais controle da população sobre o Estado e sobre suas empresas, e a consolidação da democracia política precisa começar por um programa de desenvolvimento econômico capaz de dar respostas às questões sociais mais urgentes.²⁴⁰

Há sinalizações de unidade também em torno do papel do Estado como promotor de um bem-estar coletivo. Aliás, como anota Keck,²⁴¹ o discurso de construção e consolidação do PT caracterizou-se por um profundo anti-estatismo com respeito às relações sociais e à organização da sociedade civil, justaposto a um estatismo de esquerda bastante tradicional quanto ao papel do Estado na economia e como um provedor do bem-estar social.

²³⁸ FRENTE BRASIL POPULAR. *Brasil Urgente: Lula presidente: Democracia: s/ p.*

²³⁹ WEFFORT & CARVALHO. *PT: um projeto para o Brasil.*

²⁴⁰ Idem: 73-74.

²⁴¹ KECK, M. *PT: a lógica da diferença – o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira.*

Tudo é alicerçado na magia da participação; esta é a perspectiva única de resolução das dificuldades, critica, por exemplo, Chasin,²⁴² numa síntese dos ataques mais comuns dirigidos ao projeto petista até, pelo menos, as eleições presidenciais de 1998. Prova do reconhecimento da falta de sistematização foi a criação, logo após a eleição de 1989, do Governo Paralelo, órgão sem vinculação partidária que teria por um de seus objetivos agregar a oposição ao governo do presidente Fernando Collor de Mello, agora liderada pelo PT, e sistematizar propostas políticas alternativas nas mais diversas áreas.

Foi uma forma também de pavimentar o caminho para a enfrentar a disputa de 1994. O partido e Luiz Inácio Lula da Silva sabiam da importância política adquirida pela expressiva votação de 1989. No ano seguinte, no 7º Encontro Nacional, o partido afirmaria:

O Partido dos Trabalhadores atravessa uma encruzilhada no plano da construção partidária, da sua organização e do seu funcionamento. O papel desempenhado pelo PT na última campanha presidencial coloca-o diante de novas responsabilidades perante a classe trabalhadora e o conjunto da sociedade.²⁴³

Esse Encontro volta-se para a análise conjuntural. Justificável. Realiza-se, afinal, após a vitória e posse de Collor, num quadro de retraimento dos movimentos sociais e políticos e de incertezas diante das medidas implementadas pelo novo governo. No campo internacional, consolida-se a queda do socialismo do Leste Europeu – avaliada como positiva pelo PT –, abrindo caminho para o fim da União Soviética e uma expansão sem precedentes das grandes corporações transnacionais.²⁴⁴ Para o partido, a eleição de Collor marcaria

o desfecho contraditório da transição conservadora, que chega a seu final sem ter conseguido isolar os trabalhadores, nem ter feito da disputa política assunto de mera economia doméstica das

²⁴² CHASIN. *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*: 266.

²⁴³ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*: 436.

²⁴⁴ CASTELLS, M. *A sociedade em rede*; SANTOS, B. S (org.). *A globalização e as ciências sociais*.

classes dominantes. Ao contrário, são *os de baixo*, liderados pelo PT, que – apesar do muito que ainda têm para avançar – já ocupam o centro da oposição. [...] O Governo Collor elege-se tendo o desafio de centralizar os esforços para a criação de partidos ou coligações que lhe garantam uma base, um dos problemas capitais das classes dominantes para enfrentar a crise econômica e social.²⁴⁵

Para o Encontro, a *grande questão* do governo Collor estaria centrada na *administração do plano de estabilização*, que vivia *entre a recessão e a retomada da inflação*. Diante desse quadro, estaria se criando no país uma *nova situação política*: mobilizações populares e greve estariam sendo reorganizadas; diferentes setores reagiram às medidas de Collor. A análise, de um modo geral, pareceu adequada, embora a expectativa de retomada das mobilizações tenha sido mais fruto de um desejo do partido do que realidade.

Em 1991, o PT realiza o 1º Congresso, também sob o impacto do desmonte final do socialismo da União Soviética e da crise econômica e financeira do governo Collor. Embora realizado sob a idéia geral de um *Projeto para o Brasil*, o Congresso transforma-se num embate ideológico confuso.²⁴⁶ Para o Congresso, estaríamos assistindo ao *desmantelamento do ciclo de revoluções socialistas iniciado a partir da Revolução Russa de 1917*²⁴⁷ e do modelo de sociedade por elas gerado. Aquelas revoluções não se constituiriam mais em

ponto de partida ou caminho para o desenvolvimento do socialismo. Por outro lado, o novo padrão de desenvolvimento tecnológico capitalista desarticula o núcleo do trabalho operário na indústria, fragmenta a classe trabalhadora, gerando desemprego tecnológico e estabelecendo novos paradigmas para a luta sindical e política. Assumem novas e gigantescas dimensões a exploração da força de trabalho e a destruição ambiental.²⁴⁸

De acordo com o 1º Congresso, o principal conflito da política internacional é a relação Norte-Sul:

²⁴⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*: 453.

²⁴⁶ POMAR, V. In PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*.

²⁴⁷ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*: 483-484.

²⁴⁸ Idem: 484.

O grande muro do final do século é entre os países centrais e os países pobres, onde pequenas elites opulentas vivem em meio à miséria de milhões – com enormes dificuldades de participação na chamada *nova ordem internacional*. Isto não significa o fim dos choques entre as alternativas globais – capitalismo e socialismo – nem tampouco o encerramento dos conflitos nos países ricos do norte, onde se aprofunda a concentração de renda e riqueza, aumentam o racismo e a xenofobia nacionalista e cresce o desemprego, exigindo novas dimensões da luta social.²⁴⁹

O resultado de mais de uma década de estagnação dos países do Terceiro Mundo teria sido, segundo o partido, seu crescente distanciamento, tecnológico e produtivo, dos países capitalistas centrais. O PT define o neoliberalismo como um projeto de ajuste do capitalismo no continente, que implica um conjunto de medidas de desregulamentação do processo de expansão capitalista precedente, capaz de destruir a estrutura produtiva nacional, sem assegurar a reorganização da economia. Diante disso, diz a resolução do 1º Congresso,

urge a construção de um padrão alternativo de desenvolvimento – inspirado nos ideais socialistas, democráticos e libertários – que promova uma redistribuição da capacidade de produção da riqueza mundial, que assegure uma radical democratização das estruturas de decisão e que esteja assentado num modelo de desenvolvimento que contemple um planejamento ambiental, democrático, participativo e solidário com as gerações futuras.²⁵⁰

A busca da felicidade, enfatiza o documento do 1º Congresso, constitui um *direito efetivo* de todos os indivíduos e comunidades. Trata-se de um direito balizado pelo *pleno florescimento das potencialidades individuais*.²⁵¹ Tais conquistas se fundamentariam na existência de uma sociedade capaz de reconstituir a *utopia socialista*. Segundo a concepção petista, no entanto,

não há lugar para a noção de uma sociedade perfeita, pronta e acabada, sem problemas e sem diversidade de interesses e opiniões.²⁵²

Cooperação e solidariedade, contudo, constituiria o princípio de uma ordem social *qualitativamente superior*.

²⁴⁹ Idem: 485.

²⁵⁰ Idem: 489.

²⁵¹ Idem: 497.

²⁵² Idem: 500.

No ideal petista de felicidade, vê-se, o bem-estar coletivo pressupõe uma sociedade livre, plural, igualitária na distribuição de riquezas – tudo sob a

ação reguladora do Estado na economia, através de suas próprias empresas e de mecanismos de controle do sistema financeiro, de políticas tributárias, de preços, de crédito, de uma legislação antimonopolista e de proteção aos consumidores, aos assalariados e aos pequenos proprietários.²⁵³

O PT rejeita, contudo, a política social-democrata baseada num Estado de Bem-Estar Social – que, segundo o partido,

apropria-se de parte do excedente econômico, através de políticas fiscais, e o repassa para políticas sociais destinadas a compensar as desigualdades provocadas pelo mercado.²⁵⁴

O *Welfare State*, diz o 1º Congresso, é uma proposta insuficiente para países como o Brasil, de

enormes carências sociais, no qual as elites não demonstram nenhum tipo de compromisso com a elevação do nível de vida da população e onde o Estado, falido, conduz uma política que leva à recessão e à fragmentação social.²⁵⁵

Embora a crítica ao *Welfare State*, exposta pela resolução do Congresso, seja razoavelmente vaga, o partido deixa claro que o *excedente econômico* que pode ser captado através de medidas fiscais tradicionais, para realizar políticas sociais, é insuficiente diante das *enormes* demandas populares acumuladas. A adoção das profundas reformas estruturais necessárias ao Brasil supõe

uma ruptura radical com a ordem econômica, política e social vigente – o que ultrapassa os limites da proposta social-democrata, que, politicamente, acredita na neutralidade do Estado e adota como horizonte máximo a luta por reformas no interior do próprio capitalismo.²⁵⁶

A social-democracia, assegura o partido,

não apenas perdeu a referência socialista, como também se mostra incapaz de sua proposta de Estado de Bem-Estar Social, imerso na crise fiscal e na regressão política.²⁵⁷

²⁵³ Idem: 502.

²⁵⁴ Ibidem.

²⁵⁵ Ibidem.

²⁵⁶ Ibidem.

²⁵⁷ Ibidem.

O avanço das reformas de teor neoliberal constitui o pano de fundo para a crítica do PT à social-democracia exposta nas resoluções do 8º e do 9º Encontro Nacional, realizados em 1993 e 1994, respectivamente. Este último encontro erroneamente supõe que a área econômica do governo Itamar Franco

tem sido marcada pelo imobilismo no combate à inflação. Embora o documento de 1994 enxergue a clara mobilização empresarial e dos setores conservadores em apoio a Fernando Henrique Cardoso, avalia que as chances de sucesso eleitoral de Fernando Henrique, baseadas, em boa medida, no plano econômico, concebido para ser mais um estelionato eleitoral, são reduzidas.²⁵⁸

Faltaria, ao *cruzado dos ricos*, um *mínimo apelo popular*. A história, evidentemente, revelou o tamanho do equívoco da leitura petista. Os detalhes, porém, são desnecessários aos propósitos deste trabalho.

Como extensão das idéias defendidas no 1º Congresso e nos encontros nacionais realizados no período, o programa elaborado pelo PT em 1994 é visto como um programa de transição. Vêem-se nele, afinal, elementos encontrados em 1989 e 1998. Diferentemente do que aconteceria quatro anos mais tarde, no entanto, o programa de 94 foi elaborado basicamente por grupos vinculados ao PT. Aliados como o PSB e o PPS reclamaram de um suposto alijamento na discussão do programa.

O eixo estava na idéia de *Revolução Democrática*. Para os petistas, um eventual governo Lula teria condições de iniciar reformas que alterariam drasticamente a organização da sociedade brasileira, como é possível observar a seguir:

Neste programa estão contidas as alternativas para mudar as grandes estruturas sociais e políticas do Brasil. [...] Ele reflete nossa disposição de desencadear um grande movimento de idéias, uma verdadeira renovação da cultura política brasileira, parte integrante da revolução democrática que pretendemos impulsionar no país.²⁵⁹

²⁵⁸ Idem: 582.

²⁵⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Lula presidente – Uma revolução democrática no Brasil: Bases do programa de governo: 7.*

Como ocorrera em 1989, o PT afirma que todas as ações do Estado sob seu comando privilegiariam a distribuição de renda:

Este é o programa de um governo que submeterá todos seus objetivos à meta central de combater a pobreza e a indigência que atingem metade da população brasileira. Com o Governo Democrático e Popular haverá um processo de distribuição da riqueza, da renda e do poder, condição do novo processo de desenvolvimento [do país].²⁶⁰

Também como no programa de governo anterior de 89, o PT defende o fortalecimento do papel do Estado na elaboração e na condução de um *projeto nacional de desenvolvimento* em contraposição ao neoliberalismo. Diz o partido:

O neoliberalismo opta pelo *Estado mínimo* em oposição a um Estado grande e forte que supostamente existiria no Brasil. Essa definição é falsa. O atual Estado brasileiro é simultaneamente grande e fraco. É grande em função da hiperconcentração de poderes, da superposição de estruturas e ações, da burocratização desmedida [...]. É fraco por sua ineficiência, por sua ausência na prestação de serviços públicos ou por sua privatização pelo poder de grande capital. Necessita-se de um Estado forte, capaz de assumir seu papel em um projeto nacional de desenvolvimento.²⁶¹

O programa petista oferece grande espaço também às políticas de renda. Integram o núcleo de propostas a reforma agrária, a recuperação de salários e a garantia de uma renda mínima.

O ataque à pobreza terá que ser feito em várias frentes, sendo uma delas a distribuição da propriedade propriamente dita, especialmente no caso da terra. Outra é uma política de rendas. Ela deverá ser gradual, ofensiva e transparente [...]. Entre seus mecanismos, encontra-se em primeiro lugar a elevação gradual e permanente do salário mínimo real, tendo como meta dobrar seu valor atual no menor prazo possível. [...] Como objetivo de promover a cidadania, melhorar a distribuição de renda, combater a fome e erradicar a miséria, será instituído um programa de renda mínima, definido em lei, compatível com o grau de desenvolvimento do país.²⁶²

Apoiado na proposta de *Revolução Democrática*, o programa de 1994 pouco enfatizou a possibilidade de construção do socialismo. No único trecho ao qual o partido se refere ao tema, o PT promete denunciar

²⁶⁰ Idem: 5.

²⁶¹ Idem: 45.

²⁶² Idem: 123-124.

[...] a exclusão social criada pelo capitalismo nacional e internacional e agravada pelas políticas neoliberais, constituindo um movimento pelas reformas estruturais e criando as bases sociais e políticas de aplicação do nosso programa. O programa democrático e popular articula-se com objetivos estratégicos socialistas do Partido dos Trabalhadores.²⁶³

A explicação corrente está na preponderância da idéia de *Revolução Democrática*. O governo Lula teria como objetivo impulsionar esta *revolução* para que, a partir dela, se abrisse a possibilidade de construção do socialismo. Se em 1989 a conquista do governo federal era encarada como um passo fundamental para a construção de um bloco capaz de conquistar a hegemonia política e efetivar as transformações socialistas, em 1994 a ascensão ao Palácio do Planalto era vista como um primeiro passo rumo às transformações sociais que, em um segundo momento, poderiam resultar em uma perspectiva socialista. *O socialismo, no programa petista de 1994, perde o caráter de inevitabilidade histórica que continha em 1989*, lembra, por exemplo, Amaral.²⁶⁴

Outra hipótese explicativa é a maior preocupação do partido com questões de cunho mais administrativo, resultando na relativa diluição de questões mais ideológicas. A intenção do partido seria, portanto, articular de forma mais consistente do que em 1989 sua orientação ideológica com problemas práticos de governo. O PT buscava, assim, suprir uma carência do programa anterior: a sistematização de propostas políticas alternativas nas mais diversas áreas. Apesar de tal esforço, havia dois tipos de propostas apresentadas no programa: de um lado, algumas mais concretas e viáveis; de outro lado, idéias genéricas e pouco claras. No segundo capítulo, por exemplo, o partido declara:

A participação popular é um princípio que perpassa nossa concepção de organização da sociedade e do Estado. Para o processo de radicalização da democracia, a participação popular é tão importante quanto os mecanismos da democracia representativa. A participação popular será o instrumento privilegiado pelo Governo Democrático e Popular para socializar o poder e a política, pois uma nova sociedade só poderá ser construída se a política for assumida como preocupação por

²⁶³ Idem: 13.

²⁶⁴ AMARAL, O. E. *A estrela não é mais vermelha*: 119.

dezenas de milhões de brasileiros e se o poder não ficar confinado nas estruturas burocráticas de um Estado tradicionalmente organizado para garantir a dominação de uma minoria.²⁶⁵

O PT, porém, pouco esclarece a indicação de como tal tarefa será implementada. Chega a afirmar que a participação resultaria da auto-organização da sociedade.

Na área econômica, o partido, mais do que subestimar a importância do Plano Real para o eleitorado, esquivou-se de apresentar um projeto alternativo, reforçando a dificuldade corrente da esquerda de formular programas concretos de combate à inflação. Diz o programa de 1994:

A inflação será combatida nos marcos de uma política global de desenvolvimento e distribuição de renda, com uma estratégia que atacará suas várias causas: conflito distributivo, transferência de recursos para o exterior, juros altos e especulação financeira, crescimento da dívida pública, expansão monetária e fragilidade financeira do setor público.²⁶⁶

As críticas ao Real, por outro lado, praticamente se resumem ao suposto caráter exclusivamente eleitoreiro do plano, reafirmando a resolução do 9º Encontro Nacional.

As esperanças do encontro naufragaram na derrota de Lula no primeiro turno das eleições. Foi sob o impacto da vitória de Fernando Henrique Cardoso – nas urnas e na contenção da inflação – que se realizou o 10º Encontro Nacional, em 1995. No contexto internacional, configurava-se a disseminação das reformas de teor neoliberal. A nova fase da globalização econômica, sustentada pelo consenso neoliberal, implicou algumas inovações institucionais: restrições drásticas à regulação estatal na economia; novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros; subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais, tais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio.

²⁶⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Lula presidente – Uma revolução democrática no Brasil: Bases do programa de governo*: 14-15.

²⁶⁶ *Idem*: 116-117.

Os países periféricos e semiperiféricos foram os que mais ficaram sujeitos às imposições do chamado *receituário neoliberal*, uma vez que este é transformado pelas agências financeiras multilaterais em condições para a renegociação da dívida externa através dos programas de ajustamento estrutural.²⁶⁷ Os críticos do neoliberalismo previam efeitos adversos – depois confirmados – nos países periféricos e semiperiféricos: crises financeiras cíclicas, desemprego crescente, manutenção da concentração de renda em níveis elevados, aumento da pobreza, etc.²⁶⁸

No caso brasileiro, porém, os efeitos adversos foram suplantados, de início, pelo bem-sucedido Plano Real. No balanço dos seis primeiros meses do governo tucano, enfatizado pelo 10º Encontro, o PT classificou a administração de Fernando Henrique Cardoso de *perfil neoliberal e conservador*, porque

expõe à concorrência internacional predatória o sistema produtivo nacional, debilita o necessário papel regulador do Estado na economia e ameaça extinguir as já precárias garantias sociais das classes trabalhadoras.²⁶⁹

O apelo popular da estabilidade econômica pareceu ignorado pelo partido. O Encontro constata, por exemplo, que a manutenção da estabilidade econômica garantiu níveis ainda elevados de popularidade ao governo, permitindo a este

²⁶⁷ FIORI, J. L. *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*.

²⁶⁸ Para uma outra abordagem à crítica neoliberal, convém ressaltar um aspecto discutido por STOKES, S. *Mandates and Democracy: neoliberalism by surprise in Latin America*; e pouco lembrado no debate político. Ao analisar o impacto da globalização nas políticas de bem-estar social na América Latina, a autora apresenta uma visão particular sobre as chamadas reformas estruturais ocorridas na região. Ela aborda a perspectiva dos governantes – aqueles que mudam suas políticas depois de eleitos. Segundo a autora, as mudanças latino-americanas resultaram de um processo de escolha dos governos nacionais, e não como um imperativo do processo de integração dos mercados. No fundo, ela questiona a visão estabelecida segundo a qual a globalização implica, necessariamente, a perda da autonomia do Estado e a diminuição da democracia. Esses fatores ocorrem, é verdade, mas por escolhas políticas nacionais ou por ausência de agendas autônomas internas. Para Stokes, a mudança foi efetuada pelos governantes latino-americanos ou por necessidade (ou conveniência) política ou porque, pragmaticamente, eles consideraram que, naquelas circunstâncias, as políticas executadas eram as melhores para a população.

²⁶⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*: 615.

dar demonstração de força nas votações do Congresso e no ataque aos movimentos sociais.²⁷⁰

O partido, no entanto, também supõe que a evolução da conjuntura,

marcada pelo impacto devastador da política de importações predatórias [...] e pelos juros altos, que disseminam a inadimplência e desencadeiam a recessão [faz crescer] uma ampla, ainda que dispersa, mobilização social contra a política econômica do governo.²⁷¹

Tal mobilização sugeria, afirmava o partido, *um cenário distinto* para o segundo semestre.

O PT propõe, então, uma nova política econômica combinada com reformas sociais. O que seria essa nova política econômica, não fica claro na resolução do 10º Encontro. Sabe-se, porém, *o que não seria*: a política econômica implementada por Fernando Henrique Cardoso. O partido também critica as medidas de estabilização financeira, abertura comercial, privatização das estatais, desregulamentação dos mercados, entre outras conduzidas pela gestão tucana.

Na análise da administração de FHC realizada pelo 10º Encontro, um debate torna-se fundamental: a discussão sobre as *políticas sociais compensatórias*. Para o PT, o programa tucano

reitera o tradicional modelo populista de ações sociais, [...] descaracteriza a intensidade das desigualdades sociais [...] e reduz o atendimento dos mais miseráveis a alguns conglomerados localizados.²⁷²

Segundo o encontro, a aplicação de políticas focalizadas *e de dissolução de direitos sociais constitucionais* acaba reiterando *o processo de apartação social* no país.

Desse modo, o partido inscreve-se no debate das políticas de bem-estar ainda em vigor na gestão pública, que no plano acadêmico lembra o confronto

²⁷⁰ Idem: 617.

²⁷¹ Ibidem.

²⁷² Idem: 616.

entre Rawls²⁷³ e Sen,²⁷⁴ apresentado no capítulo anterior. O 10º Encontro reafirma a inclinação petista para a prática de políticas universalistas e igualitaristas como forma de superação da pobreza e de conquista do bem-estar coletivo. Diz a resolução:

O PT não é parceiro de fóruns do Comunidade Solidária, enquanto abandono de políticas universais em favor de políticas pontuais e compensatórias. Os petistas de todo o Brasil devem lutar por políticas que garantam direitos de cidadania.²⁷⁵

Foi sob o avanço das políticas compensatórias, balizadas pelas restrições crescentes da capacidade do Estado de atender a demandas sociais, que o PT realizou o 11º Encontro Nacional, em 1997. Nele, o partido condena a

estratégia de inserção subordinada do país na economia internacional e a desarticulação do Estado nacional [que promovem] um brutal processo de endividamento externo e interno, a exclusão social, a desarticulação da estrutura produtiva, desemprego e precarização das condições de trabalho e a violência e a banalização da vida.²⁷⁶

O Encontro reitera a avaliação de que

os resultados eleitorais recentes na Europa e em alguns países latino-americanos mostram sinais de enfraquecimento da estratégia conservadora.²⁷⁷

No Brasil, o partido defende a criação de uma Frente das Oposições, com uma candidatura única com base numa plataforma comum *antineoliberal*, para disputar a eleição presidencial do ano seguinte contra Fernando Henrique Cardoso. Este programa, diz o partido, deveria ter três eixos:

o *nacional*, que buscará uma nova ordem internacional, onde cada país terá presença soberana; o *social*, que enfrente o problema da exclusão social da maioria da população; o *democrático*, que reforme radicalmente nosso sistema político,

²⁷³ RAWLS, J. *Uma Teoria da Justiça*; RAWLS, J. Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica; RAWLS, J. *O liberalismo político*.

²⁷⁴ SEN, A. Comportamento econômico e sentimentos morais; SEN, A. *Sobre Ética e Economia*.

²⁷⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*: 616-617.

²⁷⁶ Idem: 652.

²⁷⁷ Idem: 661.

amplie e garanta a cidadania e os direitos humanos e estabeleça mecanismos sólidos de controle do Estado pela sociedade.²⁷⁸

Liderada pelo PT, a Frente das Oposições consumou-se em 1998. As eleições gerais daquele ano ocorreram sob a nova característica institucional – a reeleição para postos do Executivo sem a necessidade do afastamento do cargo durante o período eleitoral. A correlação de forças favoreceu Fernando Henrique Cardoso, conforme comenta Giannotti:

A campanha para a reeleição [...] foi inteiramente estruturada para que nada de novo interviesse no processo, de tal modo que pudesse ser a mais semelhante àquela que resultou na eleição de 1995. Esta estratégia estava na lógica da reeleição. O presidente, muito competidamente, soube afastar todos os novos candidatos, com exceção de Ciro Gomes [do PPS], para que seu confronto se resumisse a uma contradança *déjà vu* entre ele e Lula.²⁷⁹

Uma crise financeira agravada pela desvalorização da moeda russa em meados de agosto contribuiu paradoxalmente para reeleger FHC. Não cabe aqui, segundo os propósitos deste capítulo, esmiuçar as explicações para esse paradoxo. Mas a referência é importante porque diz respeito ao perfil programático da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Almeida,²⁸⁰ por exemplo, o programa elaborado pela Frente União do Povo – Muda Brasil - FUPMB, que apoiava Lula, contribuiu para a sua derrota. Baseado em pesquisas qualitativas, ele sustenta que o fato de o programa não afirmar o que a frente faria na área econômica em caso de vitória e não apresentar um eixo central que lhe desse consistência e lógica, reafirmou a idéia de que não havia alternativa a FHC. Sem saber, a frente reforçava o bordão governista, *FHC ou Caos*.

O programa da frente era dividido em seis grandes documentos temáticos, abordando política industrial e comércio exterior, emprego, educação, saúde, agricultura e desenvolvimento urbano. A percepção de que seria fundamental a construção de um bloco oposicionista coeso para enfrentar a disputa de 1998 e a incorporação do PDT à frente de alianças de sustentação da candidatura de Lula

²⁷⁸ Idem: 660.

²⁷⁹ GIANNOTTI, J. Primeira reeleição: 7.

²⁸⁰ Reflexões sobre o marketing de Lula em 98.

provocaram uma maior maleabilidade nas proposições do partido, diferentemente do que ocorrera em 1989 e 1994.²⁸¹ Tal flexibilidade resultou num programa configurado como uma lista de problemas e intenções sem uma estruturação coerente que apresentasse uma alternativa ao que vinha sendo proposto por Fernando Henrique Cardoso.

A característica mais marcante do programa de 1998 foi talvez a incorporação das experiências administrativas do PT em governos estaduais e municipais. No documento sobre saúde, o programa afirma, por exemplo:

O governo [...] implementará o Programa *Saúde em Casa*, garantindo ações integrais de saúde, a partir das experiências exitosas como os Programas de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde.²⁸²

No documento voltado para a educação, o programa diz:

Como lugar de criança é na escola, o programa Bolsa-Escola, já adotado em governos dos partidos da União do Povo, será estendido a todo o país, favorecendo o ingresso, a permanência e o sucesso escolar das crianças e adolescentes das famílias pobres. O governo articulará atividades culturais, esportivas, de lazer [...] visando a formação integral do aluno. [...] É nessa perspectiva que se inscreve [...] uma experiência bem-sucedida como a dos Cieps [Centros Integrados de Educação Pública], levado a cabo em governos dos partidos da União do Povo.²⁸³

Aparecem no programa, com ênfase, políticas de inclusão social baseada nas experiências administrativas petistas. Como notou Singer, a piora das condições materiais no início dos anos 90 levou a novas ondas migratórias em direção aos centros urbanos. Com isso, o PT se viu com a necessidade de enfrentar o problema da miséria nas cidades sob sua administração.

Pelo menos a partir de 1996, e com muita força na eleição de 2000, combater a marginalização social e seus efeitos torna-se a principal bandeira do PT nas disputas municipais.²⁸⁴

²⁸¹ AMARAL, O. E. *A estrela não é mais vermelha*.

²⁸² FRENTE UNIÃO DO POVO-MUDA BRASIL. *Diretrizes do programa de governo*: s/ p.

²⁸³ *Ibidem*.

²⁸⁴ SINGER, A. *O PT*: 80.

Aos programas de renda mínima e Bolsa-Escola, dotados do mesmo princípio – complementar as rendas das famílias cujos ganhos estão abaixo dos patamares considerados dignos – o PT defendeu outras ações de inclusão social e promoção do bem-estar coletivo. O partido buscou, por exemplo, novas maneiras de fomentar a atividade econômica nos municípios e nos Estados por meio de apoio às micro e médias empresas e das experiências de economia solidária. A economia solidária consiste em formas de produção e consumo cooperativadas, em que o controle da atividade econômica é exercido de modo democrático pelos participantes, trabalhadores ou consumidores.²⁸⁵ A formação de cooperativas populares capazes de gerir e recuperar empresas falidas também é vista como uma forma de evitar o declínio da atividade econômica local ou regional.

Foram incorporados ao programa da FUPMB alguns dos projetos discutidos durante o período de atividade do Governo Paralelo e por ocasião da elaboração do programa de governo de Lula em 1994. Destaque-se o Programa de Combate à Fome, que teria como eixo a adoção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar, responsável pela

formação de estoques públicos que permitam, simultaneamente, estabelecer a regulação do mercado e assegurar que a população tenha acesso aos limites necessários para manter-se saudável.²⁸⁶

A intenção parecia clara no programa de 1998: mostrar um projeto concreto, com objetivos e metas – *se possível quantificadas*, conforme expressão utilizada nas Diretrizes para o Programa de Governo, apresentadas no Encontro Nacional Extraordinário de maio de 98.²⁸⁷ Era uma forma de superar os problemas de 1989 e 1994. Exemplo dessa preocupação encontra-se no documento sobre educação:

²⁸⁵ SINGER, P. *Introdução à economia solidária*.

²⁸⁶ FRENTE UNIÃO DO POVO-MUDA BRASIL. *Diretrizes do programa de governo*: s/ p.

²⁸⁷ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*: 674-675.

A meta do governo da União do Povo é possibilitar a matrícula de 1,3 milhão de crianças, a um custo de R\$ 1,5 mil criança/ano. Para tanto, o investimento previsto no quarto ano de governo será de R\$ 1,95 bilhão.²⁸⁸

Mais adiante, o programa afirma:

Os gastos totais com educação no Brasil são hoje da ordem de R\$ 31 bilhões em todos os níveis de governo, cabendo aos Estados e municípios arcar com 70% dessa despesa. A proposta da União do Povo soma R\$ 64,45 bilhões [...]. As metas deverão ser atingidas em quatro anos, período em que serão implementadas políticas econômicas que provocarão crescimento com geração de emprego e renda, ao mesmo tempo em que a reforma tributária permitirá maior arrecadação e, como consequência, um financiamento sólido e sustentado do Estado.²⁸⁹

Apesar do avanço, não convém afirmar que o programa de Lula em 1998 tratou de forma detalhada e concreta todas as questões que abordou. A proposta de reforma fiscal e tributária, por exemplo, citada acima como uma condição para o financiamento dos projetos educacionais, resume-se a poucas e superficiais linhas. Não há metas de arrecadação ou mesmo qualquer previsão do impacto das reformas no Orçamento da União.

Ao contrário de 1989, não existem análises históricas na crítica ao governo. Se no primeiro caso, perdia-se o foco da crítica, no segundo acabou se transformando numa análise superficial dos problemas. No documento sobre agricultura, por exemplo, o programa afirma que o governo FHC copia modelos externos falidos, tendo por meta a *urbanização radical da população*.²⁹⁰ Na análise da política industrial, diz que

o governo FHC renunciou a uma política industrial e tecnológica, contentando-se com medidas parciais. [...] As bisonhas medidas industriais e comerciais de FHC significaram o abandono dos sonhos de várias gerações que lutaram para transformar esta nação num grande país.²⁹¹

O partido continua, no entanto, a defender o fortalecimento da capacidade de planejamento e ação econômica por parte do Estado.

²⁸⁸ FRENTE UNIÃO DO POVO-MUDA BRASIL. *Diretrizes do programa de governo*: s/ p.

²⁸⁹ *Ibidem*.

²⁹⁰ *Ibidem*.

²⁹¹ *Ibidem*.

As elites rejeitam um projeto nacional de desenvolvimento e se recusam a adotar políticas agrícola, industrial e de ciência e tecnologia. Com isso, o Estado perde instrumentos estratégicos de defesa dos interesses nacionais.²⁹²

A ausência de uma maior fundamentação tornou-se mais evidente no programa econômico da candidatura de Lula de 98. O *novo governo* manteria a estabilidade da moeda – uma conquista de FHC – mas esta seria realizada com crescimento e distribuição de renda. Uma *nova organização da economia*, prevista genericamente, constituiria a base para o enfrentamento dos principais problemas sociais do país:

Combater o desemprego; recuperar os salários mais baixos; adotar programas de renda mínima; enfrentar o grave problema da fome; combater a violência urbana e começar a efetiva reforma agrária.²⁹³

Em estudo comparativo com o programa de Fernando Henrique Cardoso, Amaral mostrou que nas diretrizes gerais tucanas aparecem quase os mesmos temas.²⁹⁴

O PT de 1998 deixa de lado a intenção de revelar-se como uma *novidade*, mas algo testado e aprovado, que governa cidades e municípios, apresenta propostas claras e realizáveis. Saem, portanto, questões como o *futuro socialista* – tema que não aparece nem uma vez sequer no programa de 1998. Abandonam-se ainda mais as questões mais ideológicas, superadas pela ênfase na credibilidade e na capacidade administrativa, preocupação consolidada na eleição de 2002.

A estratégia não pareceu suficiente para conduzi-lo a um bom resultado. A terceira derrota foi sentida pelo partido como um duro golpe. As atenções do PT voltaram-se para as tarefas imediatas de governo – ou seja, para a primeira fase da *Revolução Democrática*. O socialismo, reafirme-se, não voltou a ser discutido. Na prática, a partir de 1995, a *Revolução Democrática* transformou-se no nome do programa de reformas que o PT desejava para o Brasil, ainda que o socialismo se

²⁹² Ibidem.

²⁹³ Ibidem.

²⁹⁴ AMARAL, O. E. *A estrela não é mais vermelha*.

mantenha *como uma possibilidade histórica aberta para a humanidade na era do capitalismo*,²⁹⁵ como decidiu o 2º Congresso, realizado em 1999.²⁹⁶

Na última versão do programa da *Revolução Democrática*, aprovado no 2º Congresso, a economia capitalista, como não poderia deixar de ser na era FHC, toma o centro do palco. Boa parte das resoluções, afirma Singer, objetiva detalhar a proposta de uma *nova política econômica* a ser adotada pelo partido caso chegasse ao poder – uma extensão, portanto, dos dois últimos encontros nacionais.²⁹⁷ No fundamental, trata-se de um conjunto de medidas destinadas a criar *um amplo mercado interno de bens de consumo de massas* e promover *um gigantesco programa de educação*. Para tanto, prevê-se o financiamento do Estado, *para que este possa impulsionar políticas sociais consistentes* e uma redistribuição *radical* da riqueza, com uma *política de rendas* que aumente a participação dos salários na renda nacional. Diz o congresso:

O PT se afirma como um partido pós-comunista e pós-social-democrata. Não busca o *assalto ao poder* por meio de revolução violenta, nem conquistar o governo e ocupar o aparelho de Estado para amenizar o capitalismo. O PT defende, desde 1994, a necessidade de uma revolução democrática, capaz de construir um Brasil livre, igual e solidário, socializando riqueza, poder e reconhecimento.²⁹⁸

Os meios utilizados para atingir tais metas implicariam uma reversão do que fora implementado em matéria econômica na década de 1990. O PT propõe que o Brasil *denuncie* o acordo vigente com o Fundo Monetário Internacional – mesma expressão utilizada no 12º Encontro Nacional, realizado em dezembro de 2001 – e proceda a uma *renegociação soberana, imediata e abrangente da dívida externa*. O

²⁹⁵ Apud SINGER, A. *O PT*.

²⁹⁶ Das resoluções dos encontros e congressos do PT, os únicos aos quais esta pesquisa não teve acesso foram os documentos referentes ao 2º Congresso. Daí a necessidade de utilizar fontes secundárias, em especial do estudo de Singer, do qual são extraídas todas as citações das resoluções deste congresso (SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*: 43-46). No caso das resoluções do 12º Encontro Nacional, utilizou-se aqui como referências reportagens de jornais publicadas no período e o site do PT: <http://www.pt.org.br>.

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ Idem.

partido, no entanto, não sugere uma suspensão do pagamento, que, se ocorrer, será em virtude da *intransigência dos credores* e do *contexto da crise cambial*. Outro aspecto a ser revisto é o das privatizações, de acordo com o 2º Congresso. O PT promete reformar de modo *radical* o sistema financeiro, de modo a orientá-lo *mais decisivamente para o fomento da produção*. Do ponto de vista das políticas sociais, o 2º Congresso aponta a defesa da Renda de Cidadania, por meio da qual seria garantido a todos os brasileiros o atendimento de suas *necessidades vitais*.

Embora reafirmasse a linha das formulações do socialismo que já conduzira o partido durante a década de 1990 – *atenuando-as* e enaltecendo mais vigorosamente os valores democráticos – o 12º Encontro Nacional, de 2001, definiu uma *ruptura necessária* com o neoliberalismo, balizado pela *denúncia* do acordo com o FMI. O encontro busca reafirmar tanto a posição à esquerda do partido quanto

os valores do socialismo democrático, que continua sendo uma possibilidade histórica aberta para a humanidade, um processo a ser construído, e não uma inevitabilidade.²⁹⁹

O encontro de 2001 significou um passo fundamental para as transformações do partido apresentadas nas eleições presidenciais do ano seguinte. Foi ali, afinal, que o partido deixou nas mãos do diretório nacional a definição de quais partidos poderiam fazer alianças em 2002. As resoluções do encontro estabeleciam a possibilidade de ampliação do arco de alianças a partidos ou setores partidários de centro que tivessem realizado oposição ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O partido definiu que

a política de alianças deve orientar-se pelo respeito a um programa de governo antineoliberal capaz de propor a abertura de um novo ciclo de desenvolvimento para o país, que defenda uma mudança do modelo econômico assentada em um amplo programa de inclusão social, com radicalização da democracia e inserção soberana do Brasil no mundo.³⁰⁰

²⁹⁹ CADERNO ESPECIAL. E agora, Lula?: Especial A10.

³⁰⁰ Apud http://www.pt.org.br/site/noticias/noticias_int2001.asp?cod=5424.

Com base nessas diretrizes, foi estabelecida a coligação com o Partido Liberal (PL), que indicou o candidato a vice-presidente, José Alencar.

A mudança rumo ao pragmatismo ficou claramente evidenciada nos programas de governo preparados para a disputa de 2002. Menções a uma possível ruptura com o modelo econômico vigente, feita no documento *Concepções e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil*, foram abolidas nos novos documentos do partido. Nas Diretrizes, sob o título *Uma ruptura necessária*, o partido afirma:

A implementação de nosso programa de governo para o Brasil, de caráter democrático e popular, representará uma ruptura com o atual modelo econômico, fundado na abertura e na desregulação radicais da economia nacional e na conseqüente subordinação de sua dinâmica aos interesses e humores do capital financeiro globalizado. Trata-se, pois, de *propor para o Brasil* um novo modelo de desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo. Será preciso *ousar*, rompendo com o conformismo fatalista pretensamente pragmático que sonega direitos básicos da população e resgatando os valores ético que inspiraram e inspiram as lutas históricas pela justiça social e pela liberdade. Será necessário, de igual modo, avaliar com objetividade as restrições e potencialidades do atual quadro sócio-político e econômico do país, para evitar um voluntarismo que poderia frustrar a proposta de transformação da economia e da sociedade brasileiras.³⁰¹

As Diretrizes condenam o *ideário neoliberal* por ter produzido

um enorme descaso pelo social, agravando o nível de concentração de renda e ampliando a exclusão social.³⁰²

Segundo o partido, a exclusão social foi agravada pelo fato de o neoliberalismo ter deslocado para o plano privado *decisões e funções de natureza pública*, transformado serviços públicos de caráter universal em *mercadorias*, levado à desregulamentação de atividades essenciais de infra-estrutura, reduzido o horizonte das preocupações econômicas aos aspectos fiscais e monetários de curto prazo,

³⁰¹COMITÊ LULA PRESIDENTE. *Programa de governo 2002*: 1

³⁰² Idem: 2.

ignorando os problemas estruturais da economia e deixando apenas para o mercado (como se este fosse capaz de fazê-lo) os investimentos necessários ao desenvolvimento econômico.³⁰³

A idéia de ruptura, no entanto, logo depois é substituída pela concepção de pacto social – ou um novo contrato social capaz de superar as desigualdades existentes no país. Essa concepção baliza o programa de governo de 2002, *Um Brasil de Todos*, assim como todos os 15 cadernos temáticos preparados pela coligação.³⁰⁴ A proposta fica clara desde as primeiras páginas do programa:

Para mudar rumo do Brasil será preciso um esforço conjunto e articulado da sociedade e do Estado. Esse é o único caminho para pôr em prática as medidas voltadas ao crescimento econômico, que é fundamental para reduzir as enormes desigualdades existentes em nosso País. A implantação de um modelo de desenvolvimento alternativo, que tem o social por eixo, só poderá ter êxito se acompanhada da democratização do Estado e das relações sociais, da diminuição da dependência externa, assim como de um novo equilíbrio entre União, estados e municípios. Da mesma forma, o estabelecimento de segurança e paz para a cidadania, da plena defesa da integridade territorial e de uma orientação externa que permita a presença soberana do País no mundo são condições necessárias para a construção de um Brasil decente.³⁰⁵

Esse *novo contrato social*, diz o documento, seria o mecanismo capaz de favorecer o nascimento de uma

cultura política de defesa das liberdades civis, dos direitos humanos e da construção de um país mais justo econômica e socialmente.³⁰⁶

Com o *novo contrato*, afirma o programa, seria possível democratizar a sociedade, combatendo o autoritarismo, a desigualdade e o clientelismo.

³⁰³ Idem.

³⁰⁴ Os cadernos são: Meio Ambiente e Qualidade de Vida; A Imaginação a Serviço do Brasil; Cooperar e Desenvolver; Compromisso com os Povos Indígenas; Combate à Corrupção; Saúde para a Família Brasileira; Mais e Melhores Empregos - 2002; Uma Escola do Tamanho do Brasil; Brasil sem Racismo; Vida Digna no Campo; O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil; Projeto Energia Elétrica; Projeto Fome Zero; Projeto Segurança Pública para o Brasil; Política para o Setor Sucroalcooleiro frente à crise: uma proposta alternativa para o Estado de São Paulo; e Projeto Moradia. Todos encontram-se disponíveis no site <http://www.pt.org.br> ou <http://www.lula.org.br/obrasil/documentos.asp>. Incluem-se também a Carta ao Povo Brasileiro e Compromisso com a Soberania, o Emprego e a Segurança do Povo Brasileiro.

³⁰⁵ Um Brasil de Todos, 2002: 2.

³⁰⁶ Idem.

Na busca de um novo contrato, a mobilização cívica e os grandes acordos nacionais devem incluir e beneficiar os setores historicamente marginalizados e sem voz na sociedade brasileira. Só assim será possível garantir, de fato, a extensão da cidadania a todos os brasileiros.³⁰⁷

Sem menção ao socialismo ou à reestatização de empresas – o programa refere-se somente a um *gigantesco esforço de desprivatização do Estado* – o programa de governo que ajudou a eleger Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 é o mais moderado da história do PT. Em seu movimento em direção ao centro do espectro político e em busca de apoio da classe média e do empresariado, o PT abandonou algumas das bandeiras das campanhas anteriores, escolhendo um discurso moderadamente nacionalista e reformista, cuidadoso na seleção das palavras e com ênfase em aspectos como negociação, consenso e respeito a contratos e leis.

Pode-se dizer, por exemplo, que o *novo contrato social* defendido pelo partido em 2002 constituiu uma nova versão do pacto social proposto nos anos 80 – e um dos principais alvos do partido na transição do regime militar para a o regime democrático. Era o que o PT chamava, pejorativamente, de *conciliação de classes*. Também não se trata, evidentemente, de um *contrato* nos moldes concebidos por Hobbes, Locke ou Rousseau nos séculos XVII e XVIII. Não se pretende uma refundação do Estado, mas apenas pô-lo a funcionar segundo as expectativas de uma suposta vontade geral determinada a partir de negociações com todos os setores da sociedade.

O documento de 2002, no entanto, reafirma projetos tradicionais defendidos e implementados pelo partido. É o caso da renda mínima, transformado em uma das estrelas do programa de Lula para a área social. A proposta considera insuficiente o projeto do governo FHC e propõe sua transformação numa ampla proposta de complementação de renda acoplada à educação. Diferentemente do modelo tucano, o público-alvo proposto pelo PT não é só de crianças e adolescentes, mas também de

³⁰⁷ Idem.

jovens pobres entre 16 e 25 anos, que ganhariam bolsas para complementar o ensino médio ou superior e mesmo trabalhadores ativos e desempregados.

Outra prioridade é o Fome Zero, um programa de combate à desnutrição que forneceria cartões a serem trocados por alimentos. Prevendo o estabelecimento de metas sociais a serem atingidas e uma ação integrada a reformas estruturais, o programa tornou-se a principal bandeira de Lula depois de eleito. O caderno do *Fome Zero* deixa claras as intenções prioritárias da campanha:

A segurança alimentar está regida por um princípio básico. Trata-se de considerar o direito humano à alimentação como primordial, precedente a qualquer outra situação, de natureza política ou econômica, pois é parte componente do direito à vida. O direito à alimentação [segue o documento] começa pela luta contra a fome, ou seja, pela garantia a todos os cidadãos do direito ao acesso diário a alimentos em quantidade e qualidade suficiente para atender as necessidades nutricionais básicas essenciais à manutenção da saúde.³⁰⁸

Apesar da ênfase sobre o projeto de combate à fome, a sua leitura combinada com o programa econômico do partido revela uma outra mudança significativa em relação aos projetos anteriores. Deixa-se de lado, por exemplo, a idéia de interrupção das exportações de alimentos (ou de produtos agrícolas em geral) até que todos os brasileiros pudessem comer. Basta ver, ao contrário, a proposta de esforço nas políticas industriais e de exportação, a fim de reduzir o déficit em transações correntes que estaria forçando o país a manter as altas taxas de juros.

O igualitarismo demonstrado nos primeiros anos do PT – não apenas econômico, ressalte-se – é reafirmado no programa de 2002. No texto-base do projeto, o combate às desigualdades econômicas e sociais

é condição necessária para que seja garantido a todos os brasileiros e brasileiras o status de cidadãos, homens e mulheres realmente iguais perante a lei.³⁰⁹

Mas o documento reconhece também que

³⁰⁸ Caderno do Fome Zero: 14.

³⁰⁹ Um Brasil de Todos, 2002: 3.

é preciso um esforço político e cultural para que se afirme no país o princípio da igualdade. Não basta que sejam combatidas as causas econômicas das múltiplas formas de desigualdade. São necessárias ações positivas para que se ponha fim às formas de discriminação existentes contra mulheres, negros, índios, portadores de deficiências e pessoas que possuam distintas orientações sexuais [...].³¹⁰

O mesmo texto defende como prioridades relativas à dimensão social do desenvolvimento:

a) ampliação do nível de emprego, para prover ocupação aos que ingressam no mercado de trabalho, reduzir o desemprego e combater a precariedade do emprego; b) melhoria no perfil de distribuição de renda, sobretudo por meio do aumento do salário mínimo e de uma tributação não regressiva; c) crescente universalização da moradia própria, dos serviços urbanos essenciais (saneamento e transporte coletivo) e de direitos sociais básicos (saúde, educação, previdência e proteção do emprego); d) combate à fome e à pobreza absoluta, com assistência social aos excluídos.³¹¹

O partido volta a sustentar a valorização dos empreendimentos fundados na mão-de-obra familiar ou solidária e organizados sob a forma de pequenas e médias empresas ou cooperativas. Afirma o documento:

É importante lhes assegurar condições econômicas de operação favorecidas, com serviços de apoio, linhas de crédito e tratamento tributário diferenciados, em relação aos grandes empreendimentos.³¹²

O programa de 2002 define *o social* como eixo do desenvolvimento brasileiro, de modo a reduzir grandes desequilíbrios, como

o aumento do desemprego e a precarização do emprego, a estagnação dos níveis de renda e a continuidade de sua má distribuição, o aumento da concentração da propriedade e o encarecimento dos serviços públicos essenciais [que caracterizam] a situação de exclusão social produzida pelas políticas liberais que urge corrigir.³¹³

O segundo eixo de desenvolvimento definido pelo programa é o *fortalecimento da economia nacional*. Sob esse eixo reafirma-se a centralidade do

³¹⁰ Ibidem.

³¹¹ Idem: 25-26.

³¹² Ibidem.

³¹³ Idem: 30.

papel do Estado na articulação de políticas que aumentem a capacidade competitiva do país.

O Estado não pode limitar as suas ações a administrar o curto prazo e as questões emergenciais, mas deve se pautar por uma visão estratégica de longo prazo, articulando interesses e coordenando investimentos públicos e privados que desemboquem no crescimento sustentado. Isso implica reativar o planejamento econômico, assegurando um horizonte mais longo para os investimentos.³¹⁴

Em outras palavras, o programa de 2002 prevê uma presença *ativa e reguladora* do Estado na economia, que retome o planejamento estratégico e intervenha em áreas de infra-estrutura, financiamento e tecnologia para promover a retomada do crescimento econômico e a distribuição de renda. Há evidentes mudanças, no entanto, em relação a programas anteriores. Em 2002, o Estado não aparece *a serviço dos trabalhadores* e das classes populares, tampouco tem o propósito de exercer o controle sobre setores produtivos e financeiros estratégicos da economia, como em 1989 e 1994.

Apesar da referência ao planejamento estatal, o programa de Lula repudia o nacional-desenvolvimentismo do passado e as políticas que entraram em vigor na década de 1990 e, no caso específico da política industrial – fantasma do Brasil desde os anos 1990, por ser considerada fonte de privilégios a empresários e ineficiência da economia – estabelece limites rígidos. Ela será planejada nacionalmente, prevê o programa, com metas a serem atingidas pelas empresas como contrapartida ao apoio público e definida com data para acabar.

Nosso governo manterá distância tanto do velho nacional-desenvolvimentismo das décadas de 1950, 1960 e 1970 quanto do novo liberalismo que marcou os anos 90. No primeiro caso, apesar do sucesso obtido com a industrialização do País, o modelo implantado estimulou práticas clientelistas, às custas de subsídios e benefícios distribuídos às empresas, sem preocupação com a competitividade e sem a definição de cronogramas e metas. Em uma palavra, sem claras políticas de reciprocidade entre o setor público e o privado. O resultado foi a distorção das estruturas de mercado, a geração de ineficiências econômicas e um quadro de má distribuição de renda. De seu lado, a experiência liberalizante dos anos 90 provocou corrosão do tecido industrial, com perdas de

³¹⁴ Idem: 32.

elos importantes das cadeias produtivas, enfraquecendo a capacitação interna e ampliando a vulnerabilidade externa do País.³¹⁵

Tanto no texto base do programa quanto no caderno *Mais e melhores empregos*, o modelo de mudança é defendido de uma forma a não *assustar* os setores empresariais e financeiros, historicamente reticentes à retórica petista. O partido refere-se a uma

transição para o novo modelo [...] sem atropelos, com responsabilidade fiscal e compromisso social, com controle das contas públicas e da inflação.³¹⁶

A defesa pública das metas de superávit primário, impensável em outras campanhas, acabou gerando estremecimentos internos no PT que se consolidaram mais tarde, com o partido já no poder.

Além da proposta de pacto social – unindo governo, trabalhadores, empresários e banqueiros – a cúpula petista fez mais uma inflexão importante no projeto de 2002: o compromisso de manter pilares da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, decorrente, ressalte-se, não só das transformações programáticas do partido, como também de um reflexo do processo de agendamento e enquadramento dos temas que marcaram a campanha.³¹⁷

Temos de adequar nosso discurso à realidade, foi uma frase comum enunciada durante a disputa presidencial.³¹⁸

Recorreu-se com frequência também ao bordão:

Eu mudei, o país mudou, o PT mudou.³¹⁹

Símbolo dessa mudança conservadora foi a divulgação da *Carta ao Povo Brasileiro*, cujas quatro páginas foram classificadas pela grande imprensa e alguns analistas como os mais importantes símbolos da reviravolta programática na história do partido. Divulgada num contexto de instabilidade na Bolsa de

³¹⁵ Idem: 52-53.

³¹⁶ Idem: 11.

³¹⁷ Sobre isto, ver capítulo 3.

³¹⁸ CADERNO ESPECIAL. Lula presidente: H27.

³¹⁹ Idem.

Valores de São Paulo – decorrente de um suposto receio pela subida da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva nas pesquisas de intenção de voto – a *Carta* defende a *mudança*, mas enfatiza que tal mudança será sem rupturas.

Encerra o primeiro parágrafo:

O Brasil quer mudar, inicia o texto. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Fica evidente o tom crítico e pessimista diante da situação existente:

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Ao mesmo tempo, o texto enfatiza o otimismo e a esperança depositadas nas possibilidades de mudança segura:

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

Embora predomine no texto a idéia de mudança do modelo econômico vigente, o trecho que ganhou maior repercussão da *Carta* foi a rejeição do candidato a qualquer processo de mudança *voluntarista* e a reafirmação do seu *compromisso com a estabilidade e com o respeito aos contratos*:

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de

fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

Embora de conteúdo vago e simbólico, *A Carta* balizou a combinação de esperança com pragmatismo que marcou não só a campanha de 2002 como o programa de governo *Um Brasil de Todos*. No projeto substituem-se as utopias da primeira disputa presidencial de Lula por uma tentativa de mostrar a capacidade de gestão do PT e conhecimento prévio do partido das possibilidades de financiamento de cada proposta – nem sempre bem-sucedido, como é o caso da previsão de criação de 10 milhões de empregos em quatro anos.

Apesar da idéia de felicidade ficar cristalizada em 2002, mais até do que em 1989, o programa não faz referência textual à felicidade – característica, ressalte-se, dos quatro programas de governo analisados neste capítulo. A busca de justiça social baliza todos os textos, não obstante seja permeado muitas vezes por um sentido vago, como nos trechos abaixo:

A ênfase no desenvolvimento social articulado com a retomada do desenvolvimento econômico fundamenta-se nos princípios éticos e nas prescrições constitucionais relacionados com o direito à vida, à dignidade da pessoa humana e à justiça social e com compromissos cívicos e patrióticos. Impossível conceber um futuro para nosso povo sem integrar os 53 milhões de brasileiros excluídos da cidadania.³²⁰

Além da dispersão e fragmentação que atingem os programas sociais do governo federal, eles operam com o princípio da focalização, como se a pobreza fosse residual. Para enfrentar a questão social no Brasil e reverter esse quadro, é necessário um movimento duplo: rever o modelo de desenvolvimento adotado e implementar uma nova geração de políticas públicas de inclusão social de caráter universal e sem fragmentação. É necessária, portanto, uma ação coordenada dos programas e das políticas, modificando a lógica setorializada e departamentalizada, que tem alto custo com os meios e baixo retorno nos fins.³²¹

Mesmo a noção de bem-estar parece muito pouco presente no texto de 2002. Há referências breves nos programas de Saúde, Segurança Alimentar e Moradia.

³²⁰ COMITÊ LULA PRESIDENTE. *Programa de governo 2002*: 39.

³²¹ *Idem*: 40.

O mais importante, no entanto, é constatar como se deu o processo de transformação do partido e de seu candidato. Em 2002 fica evidente o objetivo de apresentar-se um reformista moderado. Marca que Luiz Inácio Lula da Silva, ao contrário do que muitos supõem, pode já ter carregado durante toda a sua trajetória – do aprendizado político feito nas assembleias operárias à chegada ao Palácio do Planalto.

A visão carismática: Lula, o *filho do Brasil* desigual

Foi a terra onde nasci, quase morri de emoção. Vi tantas casas caídas, as madeiras apodrecidas. Nos berços onde tive vida, só resta poeira e torrão. Armazéns de cereais, hoje não existem mais. E dos antigos currais, só restam os velhos mourões. Para lá não volto mais, para não maltratar meus pais. Que tempo ruim é quem traz tristeza e devoração.³²²

A toada acima, cantada por José Florêncio da Silva, o Duda, para o primo e filho ilustre de Caetés, no sertão pernambucano, guarda irônica semelhança com Luiz Inácio Lula da Silva. Aos sete anos de idade, Lula deixou o sítio Várzea Comprida, do então distrito de Caetés, num pau-de-arara com a mãe e os irmãos, para tentar vida melhor em São Paulo. Cinco décadas depois, a chegada do *filho ilustre de Caetés* à Presidência da República do Brasil chamou a atenção da imprensa. As inevitáveis reportagens sobre a origem do presidente eleito e a cidade na qual ele nasceu revelaram que a paisagem do sítio onde Lula passou parte da infância não era a mesma. Amigos e parentes haviam ido como ele. Alguns tinham voltado. Poucos nunca saíram. A casa onde Lula nasceu, ruiu; o velho pé de mulungu, em cuja sombra brincava quando menino com o irmão Vavá, já morreu.

Do conjunto de casas conjugadas – que na década de 1950 abrigava uma residência, um pequeno armazém e uma escola – restam os escombros encobertos pelo mato. Fora ali que dona Lindu, a mãe de Lula, passara a noite com os filhos esperando o caminhão que os levaria para a vida nova. As migrações persistem em tempos de seca. E os paus-de-arara ainda existem, mas circulam somente nas

³²² CADERNO ESPECIAL. Lula, presidente do Brasil: Especial 4.

estradas do agreste e do sertão. Atualmente os migrantes viajam de ônibus para o Sul.

Não foi à toa que se tornou lugar-comum comparar a trajetória de Lula a milhões de brasileiros pobres, em especial aos nordestinos como ele, que no sofrimento de uma vida repleta de escassez buscam na mudança a realização dos sonhos de felicidade: a superação da pobreza ou da miséria, a emancipação financeira, a redenção social, a conquista de padrões razoavelmente aceitáveis de cidadania. Não foram raras as análises segundo as quais poucas vezes existiu na história do Brasil um presidente tão identificado com a realidade, o sofrimento e as esperanças da imensa maioria da população – exemplo de um homem do povo que, a partir do degrau mais baixo da pirâmide social, alcançou o posto político mais elevado, sintetizado pela declaração do então presidente Fernando Henrique Cardoso, logo depois da contagem de votos: a de que a vitória de Lula era *uma prova de que existe mobilidade social no país*.

Tal constatação justifica a necessidade de, ao analisarmos a concepção petista de felicidade, individualizarmos a reflexão política feita pelo próprio Luiz Inácio da Silva – como indivíduo e, mais tarde, como ator político. Não se trata de tentar elaborar uma biografia do personagem, tarefa a que outros estudos já se propuseram,³²³ mas identificar uma concepção própria de felicidade, evidenciada ainda mais pela simbologia da representação de Lula em relação aos brasileiros desfavorecidos. Como a pobre Caetés – que, embora tenha ganhado luz elétrica desde a partida de dona Lindu e seus filhos – ainda sofre com a seca e a pobreza.³²⁴

³²³ PARANÁ, D. *Lula: o filho do Brasil*; BETTO, F. *Lula: biografia política de um operário*.

³²⁴ Em ambos os casos (um estudo biográfico ou uma análise da concepção de felicidade do biografado), convém tomar o cuidado para evitar mitificações. Freud, afinal, estava certo ao dizer que os biógrafos estão fixados em seus heróis de uma forma muito especial. Isso não impede, contudo, o respeito político e intelectual pelo biografado.

Lula não é um *self-made man* ao estilo de Abraham Lincoln, que nasceu numa família de lenhadores e conseguiu, pelo esforço, incorporar-se à elite americana do século XIX depois de formar-se como advogado para, enfim, tornar-se presidente dos Estados Unidos. O tucano José Serra, contra quem disputou o segundo turno em 2002, também veio de um lar modesto. O pai era feirante no bairro da Mooca, em São Paulo. Mas os brasileiros só souberam disso pela propaganda do horário eleitoral gratuito, um sinal evidente de que o berço pobre se tornou um detalhe distante no currículo de Serra – que inclusive possui doutorado nos Estados Unidos. Ao contrário, Lula nunca se afastou da origem. Essa é talvez a sua maior diferença.

Como afirma Betto,

sua trajetória familiar coincide com a de inúmeros nordestinos que, expulsos da terra pelo latifúndio ou condenados à fome pela *indústria da seca*, rumaram para São Paulo em busca de melhores condições de vida.³²⁵

Deliberadamente ou não, a imagem que lhe ficou marcada foi a do imigrante nordestino, pobre e analfabeto. Mais tarde, a tais rótulos se somaram a do *metalúrgico* e do *sindicalista*, embora tivesse trabalhado menos tempo na fábrica do que muitos companheiros do seu próprio partido. A biografia de Lula, portanto, do nascimento no sertão nordestino – a terra mítica onde Euclides da Cunha situou *o cerne vigoroso da nossa nacionalidade* – ao obstinado esforço para chegar à Presidência da República, confunde-se com a saga de milhões de brasileiros em busca de direitos sociais e protagonismo político. É uma história repleta de sacrifícios: permeada de prazeres também, mas basicamente uma vida na qual trabalho e sofrimento são binômios centrais. Para tais trabalhadores, por mais que Lula tenha passado a vestir ternos sob medida, compondo um figurino adequado aos *salões perfumados*, ele se constituiu como *um de nós que chegou lá*.

³²⁵ BETTO, F. *Lula: biografia política de um operário*: 14.

A justificativa mais fácil para a manutenção dessa imagem de Lula foi a contínua referência à própria trajetória. No discurso de posse, por exemplo, no Congresso, Lula afirmou:

Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de supremo mandatário da nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.³²⁶

Não cabe aqui, porém, buscar explicações mais profundas sobre essa imagem de Lula. Antes, trata-se de evidenciar a simbologia da representação de sua trajetória com a do povo que o elegeu, tendo como eixo comum um *ideal de felicidade*: a superação da própria escassez material, com doses relevantes de prazer. Ressalte-se, contudo, que tal relação é ambígua, como atestam análises divergentes de respeitadores estudiosos. A Lula, ora atribuem traços *messiânicos* herdados do catolicismo medieval dos colonizadores portugueses, ora atribuem a imagem de um *pai simbólico*, ora atribuem uma visão oposta, já que sua trajetória parece associada sempre à realidade concreta.

José de Souza Martins, por exemplo, sob o calor da vitória petista, afirmava que por trás da *lua-de-mel* dos eleitores com Lula existiria um

reavivamento do sebastianismo, a espera messiânica do retorno do rei dom Sebastião para libertar o reino.³²⁷

Para Martins, as evidências de uma crença messiânica em torno de Lula decorrem

menos por uma explícita crença religiosa e mais pela concepção implícita de que Lula é o presidente dos desvalidos, dos injustiçados, dos fisicamente impossibilitados de ser eles próprios. Tudo isso é núcleo de uma crença messiânica. Esse fenômeno traz à mente os reis taumaturgos, da Idade Média, cuja legitimidade estava na capacidade de operar milagres, bastando tocá-los. Só o ungido podia curar, ou redimir os pobres. O substrato medieval do nosso catolicismo popular subsiste e é muito forte. E a ação das

³²⁶ VEJA. Edição 1784: 23.

³²⁷ MARTINS, J. S. Lula reaviva sebastianismo: A13.

igrejas no sentido de construir essa imagem de Lula é mais do que evidente.³²⁸

Apesar de reconhecer a relevância do questionamento de Martins, convém refutar essa perspectiva de análise. Os tópicos anteriores deste capítulo mostraram que a trajetória de Lula está profundamente ligada a um processo de organização popular e de acúmulo de forças da sociedade civil, expandida no contexto da redemocratização do país, a partir do fim dos anos 1970. Torna-se, portanto, o oposto de um messias, que faz sua pregação apenas no plano do imaginário, dissociada da realidade concreta.

Deve-se ainda ressaltar que o atributo *carismático*, evidenciado no título deste tópico, associa-se não ao modelo de sedução das massas segundo os padrões messiânicos, sebastianistas, populistas ou mesmo totalitários – a despeito do seu indiscutível magnetismo pessoal, revelado desde as assembleias operárias nos anos 70. A expressão não se refere ao *carismático leigo* analisado por Weber, que foi buscar na teologia e o incluiu no seio das multidões.³²⁹ A força de Lula está na condição de representante exemplar dos trabalhadores na luta para alcançar o poder. Como sindicalista, Lula construiu sua carreira como porta-voz de uma coletividade, não como seu tutor.³³⁰ O mesmo ocorreu com o PT. Lula tornou-se a expressão de um partido, ao contrário, por exemplo, de Leonel Brizola, um caudilho que pouco deu espaço para o surgimento de outros líderes a seu lado – embora, reconheça-se, Lula se tenha tornado também um personagem que vai muito além da sigla partidária que ajudou a fundar.

³²⁸ Ibidem.

³²⁹ Simplificadamente, basta dizer que, segundo a concepção tradição weberiana, a autoridade do líder carismático deriva de um dom, um talento extraordinário que só ele possui. Aqueles que reconhecem esse dom aceitam igualmente o dever de seguir o chefe, a quem obedecem de acordo com as normas que ele mesmo dita. Em outras palavras, as relações de dominação baseadas no carisma ocorrem sem a resistência dos comandados, justamente por eles acreditarem na fonte do poder do líder (WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*). Na maioria das vezes, essas relações são fortemente assimétricas, nas quais um grande grupo de seguidores concentra suas atenções em um único chefe *iluminado*.

³³⁰ MENDES, C. *Lula: entre a paciência e a esperança*.

Lula simboliza e corporifica a classe operária nacional que surge com o *milagre brasileiro*, que exige melhores condições de trabalho e de vida e mobiliza-se em busca da democracia. No rico imaginário popular, Lula ocupa muitos espaços, assume muitas e contraditórias identidades:

Talvez para a maioria, [Lula] nunca deixou de ser operário metalúrgico: sua migração do Nordeste, sua origem mestiça (européia e indígena), sua pouca escolaridade formal e sua inserção na indústria do Grande ABC fazem dele um “peão típico”. Alguns segmentos sociais acreditaram ser Lula uma ameaça à ordem pública, um radical de esquerda despreparado, um homem *ignorante*, ávido por assumir cargos eletivos de relevância política. Para muitos, ao contrário, Lula não só é um líder de massas extremamente carismático, mas também um estadista, homem culto, preparado, capaz de promover a justiça social de que o país necessita. Símbolo da mobilidade social e da consolidação da democracia brasileira, Lula representa para alguns o medo, para outros a esperança.³³¹

O distanciamento em relação a um messianismo tradicional não impede, contudo, que se dê relevância a uma certa ambigüidade de Lula diante do cidadão brasileiro. Ao mesmo tempo em que é interpretado alguém *como a gente* que chegou lá, Lula também pode ser classificado como um líder que se situa na fronteira da orfandade de uma nação. Em outras palavras: a ausência do pai é uma discussão-chave para entender o eixo comum existente entre Lula e o Brasil – ambos marcados por sofrimentos comuns e pela ausência de alguém que é fundador da personalidade e semeador de esperanças.

Aristides Inácio da Silva é o personagem mais controverso da saga pessoal de Lula. Aqui, convém sintetizar a trajetória da família Silva. A história tem início em setembro de 1945, quando Aristides deixa Caetés para empreender o êxodo para São Paulo. Faltava um mês para Lula nascer. O pai não esperou. Migrou sozinho para trabalhar como estivador no Porto de Santos. Levou com ele Mocinha, de 16 anos, prima de sua esposa. A jovem o ajudaria no serviço doméstico, mas acabou tornando-se sua mulher – com ela, Aristides teve oito filhos.

³³¹ PARANÁ, D. *Lula: o filho do Brasil*: 33.

Dona Lindu desconhecia a traição. E saiu de Caetés em 1952 com oito filhos. Numa viagem de 13 dias num pau-de-arara, migraram para Guarujá, no litoral paulista. Viveram em Santos por quatro anos, em condições de extrema pobreza e humilhações recorrentes. Aristides manteve o casamento com Dona Lindu e vivia com Mocinha. Não raro, maltratava os filhos do primeiro casamento, como no episódio em que negou a Lula o sorvete comprado para seus meio-irmãos.

Por essas razões, como mostra uma de suas biografias mais importantes,³³² Aristides, morto em 1978 de alcoolismo, sobrevive nas lembranças do filho como pura dor. Ele foi sepultado como indigente no cemitério de Vicente de Carvalho, no litoral paulista. Nenhum dos filhos quis retirá-lo da vala comum dos desvalidos para dar-lhe um túmulo e um epitáfio. *Morreu, tava feito*, disse Lula. Para os filhos de dona Lindu, afinal, Aristides foi um déspota familiar típico. Aplicava constantes e inexplicáveis surras nos filhos. Negava-lhes qualquer possibilidade de progresso ao lhes proibir estudar.

Para Lula, não se tratou de lidar com o abandono do pai, como tantos órfãos que aos poucos aprendem a suportar a dor de uma ausência, mas de carregar a lembrança de sucessivas humilhações. Lula credita todas as virtudes herdadas à mãe, que ao deixar o marido depositou no caçula suas melhores expectativas. Mas, segundo sua biógrafa, Lula tenta nos seus depoimentos sobre Aristides

minimizar a raiva que sentiu pelo pai por todas as injustiças que cometeu com a esposa e os filhos.³³³

Na mesma biografia, o relato do irmão Vavá revela como este último sentiu inveja do tratamento especial que o pai dispensava aos irmãos que vinham da cidade grande – os quais, além de serem filhos do pai com outra mulher, eram crianças muito mais bem vestidas, mais bem cuidadas, que nada sabiam sobre a vida dura do sertão nordestino.

³³² Idem.

³³³ Idem: 459.

Durante todo o seu discurso, Lula aponta para os maus-tratos e o sadismo bastante forte do pai, ainda que sempre pareça tentar racionalizar, explicando as situações de maneira a abrandar o que ocorria.³³⁴

Dois depoimentos exemplificam essa racionalização:

Ele levantava mais cedo do que a gente, tomava café, comia o pedaço de pão dele. Depois, pegava o pedaço de pão que sobrava, botava numa lata em cima do armário e ninguém podia mexer. Só quando ele voltava ele abria para comer. Ele não dava para a gente aquilo, aquilo era uma coisa só dele. Coisa que hoje um pai normal, um ser humano normal, fica sem comer para dar para o filho. O meu pai comia.

(...)

Uma outra coisa que me marcou muito no meu pai é que um dia – a minha irmã tinha uns 3 anos – eu via meu pai comendo pão e a minha irmã pedindo um pedacinho. Meu pai pegava os pedacinhos de pão e ia jogando para os cachorros. Ele não dava para ela. Eu não tenho certeza se ele estava ouvindo ela pedir, mas sei que isso me marcou muito.³³⁵

Em outras palavras, nos dois depoimentos Lula deixa claro que percebe a injustiça e o prazer sádico do pai, mas abre *brechas* para que este *pai mau* possa ser *redimido*. Na verdade, as muitas páginas de depoimentos de Lula e seus irmãos revelam que Aristides era a própria encarnação do pai forte, potente, dominador, a encarnação da lei, como em geral todos os pais são em determinada fase da vida da criança. Mas, neste caso, Aristides era também

a encarnação de uma lei injusta, perversa, desumana, na qual solidariedade, dedicação, amor e crescimento, desenvolvimento e sucesso pessoal estavam proibidos para os filhos.³³⁶

Aos filhos não havia sinais de generosidade; a eles estavam permitidos o sofrimento, a exclusão e a anulação das possibilidades de progresso, descobertas e sentimento de prazer.

³³⁴ Lembra Paraná, recorrendo à psicanálise, que a racionalização é um mecanismo psíquico de defesa que utilizamos para nos defender de uma dor emocional insuportável. Para tanto, recorremos a uma explicação racional lógica e coerente – mas não verdadeira – na qual nós próprios acreditamos, já que, como todos os demais discursos defensivos, a racionalização é sempre um mecanismo inconsciente. Idem: 459-460.

³³⁵ Idem: 460.

³³⁶ Idem: 463.

Assim como Lula, *o Brasil é um país que se considera, tradicionalmente, órfão de pai*, como afirma Kehl.³³⁷ Segundo ela,

não prezamos nossos antepassados portugueses; não respeitamos uma elite governante que não respeita nem a lei, nem a sociedade, nem a si mesma; não temos grandes heróis entre os fundadores da sociedade atual, capazes de fornecer símbolos para nossa auto-estima ou ideais identificatórios para as massas. Nossos 'heróis nacionais' não são figuras históricas ligadas a algum mito de fundação desta sociedade, mas personalidades emergentes do mundo dos esportes e da música popular – muito mais próximos, portanto, da posição de irmãos mais habilidosos e mais espertos do que de um pai exemplar (totêmico) ligado a um mito das origens.³³⁸

O Brasil foi fundado sob o mito da *pátria-mãe gentil*, que tudo autoriza, tudo tolera, *tudo dá*³³⁹ (que Caetano Veloso, como lembra Kehl, chamou *mátria*, pedindo a seguir: *quero fratria*). A orfandade simbólica, no entanto, produziu não uma ausência de figuras paternas, mas um excesso de pais *reais*, arbitrários e brutais. Kehl conclui que

o que falta à sociedade brasileira não é mais um *painho* mandão e pseudoprotetor (vide Antônio Carlos Magalhães e Getúlio Vargas, por exemplo), mas uma *fratria* forte, que confie em si mesma, capaz de erigir um pai simbólico, na forma de uma lei justa, que contemple a necessidade de todos e não a voracidade de alguns. São os irmãos que fazem a função paterna, renunciando voluntariamente ao mais gozar que um dia foi privilégio do pai às custas da servidão dos filhos todos.³⁴⁰

Numa sociedade acostumada ao paternalismo autoritário, também para as formações fraternas, em sua função criadora de cidadania, coloca-se um problema:

³³⁷ KEHL, M. R. A fratria órfã: 216.

³³⁸ Ibidem.

³³⁹ Ver, sobre isto, CALLIGARIS, C. *Hellô Brasil*. Segundo ele, no discurso de cada brasileiro parecem falar o colonizador e o colono, fruto do momento de nossa descoberta. O colonizador veio impor sua língua a uma nova terra e demonstrar a potência paterna – a língua do pai saberá fazer gozar um outro corpo que não o corpo materno – e exercê-la longe do pai. Se o pai interdita apenas o corpo da mãe pátria, a potência herdada e exportada faz com que o colonizador possa sacudir o corpo da uma mulher possuída gritando “Goza Brasil”. Surge o Brasil esgotado, gozado até o fim. O colono viajou para outra língua, abandonado sua língua materna. O que o diferencia do colonizador parece ser a procura de um nome. Procura um novo pai que interdicte e que possa reconhecê-lo. Para Calligaris, o país não soube ser pai, o *um* nacional não conseguiu sujeitar o colono. E a decepção do colono para com a autoridade que dava legitimidade ao seu sonho faz do cinismo, segundo o autor, o modo dominante da relação brasileira com toda instância simbólica.

³⁴⁰ KEHL, M. R. A fratria órfã: 217.

como evitar que, do ato de coragem *coletivo* que elimina a antiga dominação do pai onipotente e institui um novo pacto civilizatório, produza-se um novo usurpador, na figura do herói? Esta é uma questão da qual este trabalho não pretende dar conta, não só pelos seus propósitos como também pelas limitações psicanalíticas. O debate, contudo, é relevante, pois se torna um dos grandes riscos na transformação de Luiz Inácio Lula da Silva – personagem, viu-se, produto de um fenômeno nascido de um conjunto de atores sociais, um amplo universo de classes que, ao defender seus interesses, travam relações dialéticas entre si – num novo símbolo de um *pai dos pobres*, consumido pelos *filhos brasileiros* em festas totêmicas.

A tese é polêmica, mas é possível acreditar que o brasileiro, sentindo-se órfão e desamparado pelo Estado, vota num presidente, mas quer mesmo é eleger um pai. Órfão da cidadania, o brasileiro buscaria, assim, a figura do provedor no presidente.

A trajetória política de Lula, no entanto, permite afirmar que ele rejeita tal papel – não sem uma dose considerável de ambigüidade. Por um lado, oferece razões que justificam as análises sobre um suposto messianismo de seu discurso, analisado anteriormente. Do discurso político de Lula, afinal, sobressai comumente a convicção de possuir a verdade e a promessa de felicidade. Da análise da sua retórica, demonstrada nos seus discursos e entrevistas – autobiográficas ou não – verificam-se repetidamente expressões como *eu estou convicto que, eu acredito, eu tenho certeza, eu estou convencido*, etc.

Na defesa do programa Fome Zero, por exemplo, durante a campanha presidencial, Lula chegou a afirmar: *Estou convencido de que no final de meu governo todos os brasileiros estarão fazendo três refeições por dia*. Trata-se de um tipo de frase que pode ser interpretada como uma tentativa de transmitir uma *verdade predestinada*. Ele não é o único, porém, a fazê-lo. Em qualquer discurso político, aliás, a verdade é sempre atravessada pelas paixões, principalmente da

fé.³⁴¹ Os políticos, em geral, empenham-se em fazer parecer como *verdade* suas *convicções* e *certezas* de inaugurar uma nova era de ouro quando ele – ou seu partido – forem eleitos.

Por outro lado, convém reafirmar a natureza coletiva da ascensão de Lula. Inserido em grupos sociais distintos como os sindicatos dos trabalhadores, a Igreja Católica e a militância organizada em grupos de esquerda, Lula tornou-se, como afirma Mendes,³⁴² o porta-voz de uma coletividade que tem, em seu bojo, a crença de que a sociedade é desigual e injusta. E que – isto é fundamental – é possível transformá-la.

De tais grupos, evidentemente, os trabalhadores organizados constituíram a maior força de transformação no período que redundou na formação do Partido dos Trabalhadores. Lula interagiu com a massa de operários e o fato de se ter tornado o seu porta-voz não diminui a força do seu carisma e de sua liderança. Ao contrário. Ele soube, afinal, conduzir o *novo sindicalismo* de um projeto de cunho basicamente econômico, de reposição de um já reduzido poder aquisitivo, para um horizonte ampliado, um projeto político global para a classe trabalhadora brasileira, com a constituição de um partido identificado com os interesses dessa classe. Como afirma Oliveira:

A luta pela reposição salarial representa um marco importante [...] porque foi por ela que o *novo sindicalismo* invadiu a cena pública, forçando o posicionamento dos atores políticos aí atuantes e mobilizando lideranças e dirigentes até então reduzidos a uma teia de comunicações basicamente pessoal. Ao criar um fato político, os líderes do *novo sindicalismo* iniciam simultaneamente um processo acelerado e complexo de reelaboração de seu projeto, que tem como um segundo marco a constituição do Partido dos Trabalhadores.³⁴³

Fica claro que é a partir da luta de caráter estritamente econômico que as lideranças sindicais como Lula se projetam, conquistam um espaço público de maior

³⁴¹ Convém lembrar a análise de BOBBIO, N. *Teoria geral da política: A filosofia política e as lições dos clássicos*, que já havia sinalizado o quanto a política é mais refém da paixão do que da serenidade e da racionalidade.

³⁴² MENDES, C. *Lula: entre a impaciência e a esperança*.

³⁴³ OLIVEIRA, I. R. *Trabalho e política: as origens do PT*: 47.

dimensão e, mais tarde, ocupam os espaços da esfera política por excelência, com a criação, por exemplo, de um novo partido político. No início de sua gestão no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, ressaltou-se, Lula assumia publicamente não ter qualquer tipo de experiência no comando de greves e delegava aos trabalhadores a responsabilidade de travar a luta da melhor forma possível. Seu discurso era de que a classe trabalhadora tinha legitimidade para lutar por seus direitos, então desrespeitados. A direção sindical apoiaria a vontade e a decisão dos trabalhadores. Em outras palavras, o sindicato teria o papel de *acatar as demandas* de seus representados, em vez de as formular por eles.³⁴⁴

Lula buscava esclarecer ao governo, ao patronato e à opinião pública que as greves dos trabalhadores eram pura e simplesmente reivindicatórias de melhores salários. Como afirmava ao jornal *Folha de S. Paulo*, em 4 de julho de 1977:

Não queremos baderna nem confusões, mas apenas o que nos tiraram. O Brasil, para ser milagroso, não precisava lesar a classe trabalhadora. [...] Nós, quando chamados, contribuimos e até demos ouro para o bem do Brasil. Mas chega o momento em que qualquer cidadão quer viver com dignidade. Queremos recuperar o que nos foi tirado na época do chamado milagre brasileiro. Até admito que haja milagre, porque creio em Deus. Mas não acredito que possa haver milagre roubando-se de quem não tem nada. Só conseguiremos a reposição, quando a classe patronal sentir que os 120 mil metalúrgicos querem apenas recuperar seus salários.³⁴⁵

Mediante a proibição pelo governo das *greves políticas*, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema reafirmava o caráter *apolítico* do movimento. Lula concebia aquelas reivindicações como uma conquista por liberdade – econômica, ressaltou-se.

Um homem que levanta às quatro e meia da manhã e dorme às dez horas da noite para ganhar CR\$ 3.000,00 [na época, cerca de 2 salários mínimos] é um eterno presidiário [...]. A classe trabalhadora é uma eterna prisioneira.³⁴⁶

Naquele momento, porém,

³⁴⁴ ANTUNES, R. *O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-80*; DANTAS JR., A. *Lula, sem censura*.

³⁴⁵ PARANÁ, D. *Lula: o filho do Brasil*: 435-436.

³⁴⁶ KECK, M. *PT: a lógica da diferença – o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*: 55.

ninguém poderia imaginar que essa mesma liderança, pouco tempo mais tarde, iria defender o papel político da classe trabalhadora, fundar um partido político e uma central sindical.³⁴⁷

A fundação de tal partido só ocorreu quando os horizontes dos trabalhadores se havia ampliado; quando as lideranças sindicais passaram a ver o Estado não mais como um representante do *bem comum*. Caberia ao partido, portanto, defender os direitos e conquistar a independência política dos trabalhadores. Para Lula, era necessária a criação de um partido sem coloração ideológica: nem capitalista, nem comunista, mas capaz de enfrentar os problemas da classe trabalhadora com realismo.³⁴⁸

Não é difícil acreditar que a luta política travada na esfera pública por Lula – primeiro no âmbito sindical, depois na arena partidária – confunde-se em grande parte com o enfrentamento pessoal das adversidades vividas por ele. *Muitas vezes eu cheguei a passar fome*, disse em depoimento reproduzido em uma de suas biografias.³⁴⁹ Com a ressalva:

Não passar fome de não ter nada para comer. Ter o que comer às vezes até você tem. Mas nem sempre o que você tem é aquilo que você está com vontade de comer. [...] A gente não comia carne nunca. A carne era mortadela que meu irmão roubava da padaria onde ele trabalhava. Nós comíamos muita sopa de caldo de feijão com macarrão.³⁵⁰

Tais dificuldades, no entanto, são a chave, segundo ele, para uma prática de transformação, como se vê neste depoimento:

Eu compreendi agora, nesta viagem pelo Nordeste [Caravana da Cidadania], o otimismo da minha mãe e de outras pessoas, que é diferente do da classe média urbana é muito borocoxô. Ela está sempre se achando infeliz, reclamando. O sujeito está sentado num bar aqui na avenida Santo Amaro, tomando cerveja, todo mundo com os ombros caídos, dizendo que nada tem jeito, que está tudo desgraçado, que o governo não presta. Você conversa com o sertanejo, ele está passando fome, está sem comer há três dias, mas ele está com a cabeça erguida, achando que tem jeito! É um negócio assim, quase que uma profissão de fé. Tem jeito! Eu vou melhorar, vai chover, vai acontecer alguma coisa na minha

³⁴⁷ PARANÁ, D. *Lula: o filho do Brasil*: 428.

³⁴⁸ OLIVEIRA, I. R. *Trabalho e política: as origens do PT*.

³⁴⁹ PARANÁ, D. *Lula: o filho do Brasil*: 72.

³⁵⁰ *Ibidem*.

vida. [...] Com um povo desse dá para fazer uma revolução. Dá para salvar este país! Esse país tem jeito, isso é um negócio fantástico. Eu tenho certeza, estou convencido que com esse povo vai dar para mudar o Brasil.³⁵¹

Pode-se dizer que a família Silva era um exemplo desse povo pobre que aposta, que acredita na felicidade. Como fruto das gigantescas desigualdades regionais vigentes no país, o sertão pernambucano do Nordeste brasileiro das décadas de 1940 e 1950 pode, sem exagero, ser considerado um outro país se comparado a São Paulo, que se industrializava mais e mais.³⁵² Os sonhos da família miravam na modernidade simbolizada pelo Sudeste e, em especial, por São Paulo. O que antes era totalmente inimaginável poderia tornar-se real. Realidade e mito imaginário desses migrantes recém-chegados estabeleciam uma relação muito singular.

Nos relatos de Lula e seus familiares, uma das histórias fantásticas que os sertanejos nordestinos ouviam a respeito de São Paulo era de que, naquele mundo novo, o homem era capaz de tudo. Até de andar por baixo da terra. Ao chegarem, os Silva constataram ser verdadeira a história:

de olhos arregalados, passaram pelos túneis que ligam a cidade de São Paulo à Baixada Santista.³⁵³

O homem era, sim, capaz de passar por baixo da terra – naturalmente, não como haviam imaginado em seu lugar de origem.

Para os Silva, a ida para São Paulo representou encher os sonhos de modernidade e iniciar o desejo de adaptação e ascensão social dentro dos padrões do mundo industrializado com o qual passavam a ter contato. Tratava-se de

um mundo que, apesar de suas desconfianças e incerteza, [os Silva] desejavam ser cheio de oportunidades douradas. Logo, logo, a realidade não iria revelar-se desta forma. Oportunidades viriam. Mas a cor destas oportunidades variaria para cada um dos irmãos, cujos destinos seriam também tão variados. Para os Silva, assim como para incontáveis *famílias de migrantes, o contato com o Sudeste industrializado era o encontro com um mundo da*

³⁵¹ Idem: 61-62.

³⁵² OLIVEIRA, F. *O elo perdido*.

³⁵³ PARANÁ, D. *Lula: o filho do Brasil*: 385.

*esperança, mas também do medo. A esperança de inclusão nos prazeres que a civilização industrial proporciona e, concomitantemente, o medo de sua exclusão.*³⁵⁴

A história vivida e relatada pela família Silva corresponde com fidelidade também à trajetória de vida, experiência e cultura dos trabalhadores metalúrgicos da Grande São Paulo das décadas de 1960 e 1970, como mostra o trabalho de Sader.³⁵⁵ Segundo ele, se a atividade de trabalho é extremamente importante para a inserção do indivíduo em seu grupo social, as condições diferenciadas de trabalho desse mercado – altamente competitivo nos anos 70 – resultaram numa lógica individualista de ascensão social. O grande sonho dos operários era assumir uma função bem remunerada e valorizada socialmente no interior das grandes empresas. Assim, o caminho para a melhoria de vida e a ascensão social fazia-se através de um percurso individualista.

Como afirma Sader,

para reforçar ainda mais a competitividade entre os trabalhadores havia, nesse momento da economia brasileira, a possibilidade de conquista de melhores cargos com relativa rapidez para aqueles portadores de melhores qualificações profissionais, uma vez que o parque industrial crescia também rapidamente.³⁵⁶

Assim como seus irmãos, Lula relata sua experiência neste sentido. Seus *sonhos dourados* de trabalhar em uma grande empresa nasceram tão logo passou a morar na Grande São Paulo. Imaginava-se no futuro desempenhando este ideal que era também a realização do sonho que sua mãe reservara para ele.

Tudo o que eu queria era o que todo mundo quer: ter uma vida tranqüila, ganhar meu salário. Queria casar e constituir minha família sem nenhuma ilusão.³⁵⁷

A história mostrou, claro, que esse desejo de uma felicidade individual foi transplantado para a prática coletiva. E o Brasil das ausências, das contradições revelou-se, para Lula e sua família, um país também de possibilidades e de

³⁵⁴ Idem: 386.

³⁵⁵ SADER, E. *E agora PT? Caráter e identidade*.

³⁵⁶ Idem: 87.

³⁵⁷ PARANÁ, D. *Lula: o filho do Brasil*: 82.

conquistas, com todos os riscos que tais esperanças implicam – síntese, talvez, da idéia do *ser feliz* coletivo brasileiro.

Capítulo 3

O Brasil *sem medo de ser feliz*

Na decantada marca dos paradoxos, que atravessa os cinco séculos de nação brasileira, o individual e o coletivo, o particular e o universal fundem-se em cada história de vida, até formar uma característica mais ou menos generalizada – a despeito de toda a heterogeneidade que fundamenta a base da sociedade. Assim como a vida da família Silva – como se viu no capítulo anterior, dotada de carências, desejos e esperanças – o Brasil constitui também um país de ausências e contradições, mas também de possibilidades. Entre os trabalhadores metalúrgicos da Grande São Paulo, grupo do qual a personalidade política de Luiz Inácio Lula da Silva se sobressaiu nos anos 1970, não foram raros os exemplos de pessoas social e economicamente excluídas – migrantes ou não – que conduziram suas trajetórias em busca de uma felicidade individual, traduzida, naquele momento, em melhores condições de trabalho e numa remuneração minimamente digna para viver. Do mesmo modo, não foram poucos os casos de trabalhadores que se dedicaram a uma preocupação coletiva de bem-estar. Nas palavras de Lula:

Havia uma dinâmica na categoria. À medida que a categoria ia exigindo, você ia... Na medida em que nós fizemos uma opção de que o sindicato não seria o tutor da categoria, mas seria uma espécie de caixa de ressonância da categoria, cada vez que os trabalhadores exigiam, ao invés da gente represá-los, a gente soltava. Então eles queriam mais boletim, era mais boletim; mais atividade, era mais atividade; mais curso de formação política, era mais curso de formação política. Eles queriam que a gente radicalizasse mais, a gente radicalizava mais. A gente passou a viver muito por conta do próprio crescimento da categoria. Por isso que eu digo sempre que eu sou o fiel resultado do crescimento de minha categoria. Nem mais, nem menos. À medida que ela avançava, eu avançava, na medida em que ela não avançava, eu não avançava.³⁵⁸

³⁵⁸ PARANÁ, D. *Lula: o filho do Brasil*: 485-486.

Na complexidade dos problemas brasileiros, essa confluência entre o individual e o coletivo, no entanto, não é tão nítida ou irrefutável, como também não o é no plano das discussões teóricas sobre a felicidade. A tese é válida não apenas quando nos referimos à participação política – característica da trajetória sindical de Lula e de seus companheiros e, mais tarde, da trajetória do Partido dos Trabalhadores – mas também à identificação e representação que os possíveis beneficiários da política – os brasileiros – possuem do país e de si mesmos. Comprovam a complexidade sobre uma possível idéia coletiva de felicidade, a diversidade e a aparente contradição dos resultados de algumas pesquisas empíricas realizadas nos últimos anos, além de – e sobretudo – análises teóricas dos mais diversos pensadores que buscaram refletir sobre a *identidade brasileira* ou o *caráter nacional*.

Convergentes ou não, existem, porém, características comuns e rumos teóricos possíveis de serem analisados.

Uma das hipóteses que balizam este trabalho, reafirme-se, é que a vitoriosa expressão de felicidade cristalizada na campanha presidencial de 2002 explorou tais características presentes na população brasileira – com todos os desejos, esperanças e utopias que elas implicam. Esses elementos também constituem uma marca típica da gramática do marketing político/eleitoral. Daí, portanto, a necessidade de conjugar aqui uma análise que dê conta teórica e empiricamente não apenas de uma possível noção coletiva do *ser feliz* brasileiro – apesar de reconhecer o caráter sutilmente especulativo das conclusões nesse campo – como também das estratégias publicitárias claramente demarcadas nas últimas disputas presidenciais, especialmente na última. Essa combinação decorre da centralidade adquirida pelo marketing político, exacerbada ainda mais na campanha de 2002 – conduzida, no PT, pelo publicitário Duda Mendonça.

Destacar a importância da publicidade eleitoral não significa enobrecê-la, mas tão-somente reconhecer, sem fugir da percepção crítica necessária, que um

projeto político – e, portanto, coletivo – de felicidade não subsiste sem uma campanha publicitária bem-sucedida. E vice-versa.

O país do futuro imediato: a utopia e a felicidade de ser brasileiro

Teorizar a felicidade brasileira é mover-se sobre um terreno movediço no qual se espalham e se confrontam visões tão antagônicas quanto generalistas. Não se pode, contudo, ignorar uma extensa literatura que lida com o processo histórico de invenção da nação e, em especial, com a idéia de *caráter nacional* e, mais tarde *identidade nacional*. São concepções distintas, como nota Chauí:

O *caráter nacional* corresponde, grosso modo, aos períodos de vigência do *princípio de nacionalidade (1830-1880)* e da *idéia nacional (1880-1918)*. A *identidade nacional* aparece no período da *questão nacional (1918-1960)*.³⁵⁹

Para os propósitos deste trabalho, não cabe uma discussão aprofundada sobre tais conceitos. Basta saber, por exemplo, que território, densidade demográfica, expansão de fronteiras, língua, raça, crenças religiosas, usos e costumes, folclore e belas-artes foram os elementos principais do *caráter nacional*, entendido como disposição natural de um povo e sua expressão cultural. Como observa Perry Anderson,

o conceito de caráter é um princípio compreensivo, cobrindo todos os traços de um indivíduo ou grupo; ele é auto-suficiente, não necessitando de referência externa para sua definição; e é imutável, permitindo modificações parciais ou gerais.³⁶⁰

Em um trabalho clássico, Dante Moreira Leite mostra como as formulações brasileiras sobre o *caráter nacional* dependeram de três determinações principais: o momento sociopolítico, a inserção de classe ou a classe social dos autores, e as idéias européias mais em voga em cada ocasião.³⁶¹ Tomando as construções do *caráter nacional* como ideologias, Moreira Leite conclui seu livro afirmando que elas foram, na verdade, obstáculos para o conhecimento da sociedade brasileira e não a apresentação fragmentada e parcial de aspectos reais dessa realidade.

³⁵⁹ CHAUI, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*: 21.

³⁶⁰ ANDERSON, P. *Zona de compromisso*: 151.

³⁶¹ LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*.

Tais observações são relevantes quando se acompanha, por exemplo, a elaboração ideológica do *caráter nacional* brasileiro. Sempre é algo pleno e completo, seja essa plenitude positiva ou negativa. No primeiro caso, encontram-se autores como Afonso Celso,³⁶² Gilberto Freyre³⁶³ ou Cassiano Ricardo.³⁶⁴ Da plenitude negativa, trataram nomes como Silvio Romero, Manoel Bonfim³⁶⁵ ou Paulo Prado.³⁶⁶

É curioso ver a divergência clara referente a um mesmo povo. Afonso Celso, por exemplo, em *breviário de patriotismo*, destacou que a felicidade brasileira era fruto dos *motivos reais* que a pátria nos dá para amá-la e para que dela nos orgulhemos. Para ele, pode haver países mais prósperos, mais poderosos e mais brilhantes do que o Brasil, mas

nenhum mais digno, mais rico de fundadas promessas, mais invejável.³⁶⁷

Afonso Celso apresenta então 11 motivos para a superioridade do Brasil, destacados entre a natureza, o povo e a história. Diz que o país tem todas as riquezas naturais, que permitem

a distribuição natural da riqueza conforme as leis do trabalho. Também não conhecemos proletariado, nem fortunas colossais [...], nem argentarismo, pior que a tirania, nem pauperismo, pior que a escravidão [...]. No Brasil, com trabalho e honestidade, conquistam-se quaisquer posições.³⁶⁸

³⁶² CELSO, A. *Porque me ufano do meu país*.

³⁶³ FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*.

³⁶⁴ RICARDO, C. *A marcha para o oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*.

³⁶⁵ BONFIM, M. *América Latina: males de origem*. BONFIM, M. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*.

³⁶⁶ PRADO, P. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*.

³⁶⁷ CELSO, A. *Porque me ufano do meu país*: 84.

³⁶⁸ Idem: 88. Sobre o tema, ver CARVALHO, J. M. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. Ele aponta a persistência, no imaginário social brasileiro, desde os tempos coloniais até os dias de hoje, de um motivo edênico, isto é, de uma visão da natureza (sua beleza, grandeza, riqueza) como razão principal do orgulho nacional, acima de outras razões como o caráter do povo e a história do país. Segundo a concepção edênica, o devir grandioso derivaria do fato de o Brasil ser um éden, um paraíso construído pela natureza, independente das ações humanas. Como afirma o historiador Rocha Pita, em 1730: *Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem raios tão dourados, nem os*

Se para Afonso Celso, o clima e a mestiçagem garantem um *tipo nacional* privilegiado, para Paulo Prado, por outro lado, tais elementos constituem explicações suficientemente evidentes para a *tristeza brasileira*, como se vê a seguir:

A melancolia dos abusos venéreos e a melancolia dos que vivem na idéia fixa do enriquecimento – no absorto sem finalidade dessas paixões insaciáveis – são vincos fundos na nossa psique racial, paixões que não conhecem exceções no limitado viver instintivo do homem, mas aqui se desenvolveram de uma origem patogênica provocada sem dúvida pela ausência de sentimentos afetivos de ordem superior. Foi na exaltação desses instintos que se formou a atmosfera especial em que nasceu, viveu e proliferou o habitante da Colônia.

[...] No Brasil, o véu da tristeza se estende por todo o país, em todas as latitudes, apesar do esplendor da Natureza, desde o caboclo, tão mestiçado de índio da bacia amazônica e dos sertões calcinados do Nordeste, até a impassibilidade soturna e amuada do paulista e do mineiro. Destacam-se somente nesse fundo de grisalha melancolia o gaúcho fronteiriço, mais espanholado [...] – e o carioca, já produto de cidade grande e marítima, em contato com o estrangeiro e entregue ao lazaronismo³⁶⁹ do ambiente.³⁷⁰

Em outras palavras, quer para louvá-lo, quer para depreciá-lo, o *caráter nacional* é uma totalidade de traços, fechada e sem lacunas porque constitui uma *natureza humana* determinada. A mestiçagem é um dos exemplos que permite construir a imagem de uma totalidade social homogênea.

Convém citar ainda o que afirmou Joaquim Nabuco, cuja visão racial refuta a tese proposta por Paulo Prado:

A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; seu contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou; ela povoou-o como se fosse uma religião natural e viva, com os seus mitos, suas legendas, seus encantamentos; insuflou-lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem

reflexos noturnos tão brilhantes; as estrelas são mais benignas e se mostram sempre alegres [...] é enfim o Brasil Terreal Paraíso descoberto, onde têm nascimento e curso os maiores rios; domina salutar o clima; influem benignos astros e respiram auras suavíssimas, que o fazem fértil e povoado de inumeráveis habitantes (apud CARVALHO, J. M. O motivo edênico no imaginário social brasileiro: 21).

³⁶⁹ Relativo a Lazarone, mendigo de Nápoles. Significa *pobreza, indigência*. PRADO, P. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*: 283.

³⁷⁰ Idem: 141-143.

concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte... É ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do Norte.³⁷¹

Na ideologia da *identidade nacional*, por outro lado, como afirma Chauí, a nação é apresentada

como totalidade incompleta e lacunar – é assim que, por exemplo, escravos e homens livres pobres, no período colonial, ou os operários, no período republicano, são descritos sob a categoria da consciência alienada, que os teria impedido de agir de maneira adequada.³⁷²

Reafirme-se aqui a periodização proposta por Moreira Leite:³⁷³ à primeira fase colonial, marcada pela descoberta da terra e pelo movimento nativista (1500-1822) sucede o Romantismo, com a formação de uma imagem positiva do Brasil e dos brasileiros (1822-1880). Em seguida, uma terceira fase, com as ciências sociais e uma imagem pessimista do brasileiro (1880-1950) e a última, com a superação, nas décadas de 1950 e 1960, da ideologia do caráter nacional brasileiro.

A análise segundo a qual estaria anacrônica a visão positiva do povo brasileiro – que se traduz num ufanismo ou num *verdeamarelismo* – não se sustenta por diversas pesquisas empíricas realizadas nos últimos anos no país. Em 1997, por exemplo, uma pesquisa de opinião do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas perguntou aos entrevistados se eles sentiam orgulho de ser brasileiros e quais os motivos para o orgulho.³⁷⁴ Os dados foram os seguintes:

Tabela 1: Orgulho de ser brasileiro

<i>Sente por ser brasileiro</i>	%
Muito orgulho	59,6
Algum orgulho	27,4

³⁷¹ Idem: 121.

³⁷² CHAUI, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*: 27.

³⁷³ LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*.

³⁷⁴ CARVALHO, J. M. O motivo edênico no imaginário social brasileiro.

Não sente orgulho	6,8
Sente vergonha	4,4
NS/NR	1,8
Total	100,0 (N=1578)

Fonte: CPDOC/Iser, 1997

Como se vê, enquanto quase 60% responderam afirmativamente, somente 4% disseram sentir vergonha do Brasil.³⁷⁵ Quanto aos motivos de orgulho, foram enumerados, em ordem decrescente: a Natureza, o caráter do povo, as características do país, esportes/música/carnaval. Um dos dados surpreendentes dessa pesquisa é que, em geral, o grau de escolaridade não afeta de modo significativo o fato de se ter ou não orgulho do país. Mas se se leva em conta apenas a resposta *muito orgulho*, aparece uma diferença significativa (17,3%) entre os menos educados e os mais educados, no sentido de que os primeiros são mais patriotas que os últimos. O resultado, segundo Carvalho, não surpreende, pois é razoável supor que entre os mais educados o senso crítico esteja mais desenvolvido. Em outras palavras, quanto mais se conhece o país, menos dele se gosta.³⁷⁶

Variáveis como gênero, religião, grau de informação (medido por leitura de jornais), grau de participação política (em greves, passeatas e outros tipos de protesto), mobilidade social e grau de associativismo têm efeito pequeno sobre a taxa de orgulho. Sobre o povo brasileiro, de quem os entrevistados se sentem orgulhosos, para 50% deles a imagem apresentava os seguintes traços, também

³⁷⁵ Ter ou não orgulho do país depende, naturalmente, da conjuntura. Pesquisa nacional do Instituto Datafolha, feita em setembro de 1991, quando havia denúncias de corrupção contra o governo do presidente Fernando Collor de Mello, revelou que 40% da população ou não tinha orgulho de nada ou não sabia mencionar qualquer motivo para ter orgulho do país. Sintomaticamente, entre os que mencionaram algum motivo, a maioria (8%) optou pela natureza. Entre os que tinham curso superior, essa porcentagem subia para 20%. Apud idem.

³⁷⁶ Idem.

em ordem decrescente: trabalhador/lutador, alegre/divertido, conformado/solidário e sofredor.

Na análise do motivo edênico para o orgulho nacional, Carvalho chama a atenção para uma *surpresa* e uma *preocupação*: como, após quase dois séculos da proclamação da independência, os brasileiros ainda não conseguem encontrar razões para seu orgulho patriótico que tenham a ver com conquistas nacionais e não com fatores sobre os quais não têm controle? Uma das explicações do autor está no baixo grau de confiança na política e no baixo índice de participação cívica. *Ao final do século XX, a maioria dos brasileiros se mantém avessa ao mundo das associações civis e da política*, afirma. É maior a confiança nos patrões do que nas lideranças sindicais. As lideranças políticas, com exceção do presidente da República, não merecem confiança. Usando a expressão de Da Matta,³⁷⁷ inspirada em Gilberto Freyre, os brasileiros só confiam na casa, no mundo das relações primárias. Fora de casa, no espaço público, só merecem confiança os líderes religiosos.

Uma pesquisa do Instituto Datafolha, realizada em março de 2003, no início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, reforça a tendência da pesquisa citada por Carvalho. Os novos números apontam que 85% dos entrevistados sentem orgulho de ser brasileiro, enquanto 61% acham o Brasil um país ótimo ou bom para viver.

E a felicidade? Tão divergentes quanto as visões antagônicas demonstradas pelos pensadores brasileiros são os dados extraídos de uma ampla pesquisa realizada também pelo Datafolha em 1997. O *Relatório Folha da Felicidade* mostrou que 43% dos brasileiros consideram o Brasil o país mais feliz do mundo. Estão satisfeitos com a própria vida 65% dos entrevistados. Curiosamente, no entanto, o Brasil é também apontado na pesquisa como o segundo país mais infeliz do planeta, atrás apenas da África (genericamente) e da Etiópia – empatadas. Somente 3% se declaram infelizes.

³⁷⁷ DAMATTA, R. *A casa e a rua*.

Tabela 2: Percepção da própria felicidade

<i>Em relação à sua vida, você se considera</i>	<i>%</i>
Feliz	65
Mais ou menos feliz	31
Infeliz	3
NS/NR	1
Total	100,0 (N=2698)

Fonte: Datafolha, 1997

Tabela 3: Percepção da felicidade do brasileiro

<i>Você acredita que os brasileiros são</i>	<i>%</i>
Felizes	23
Mais ou menos felizes	56
Infelizes	18
NS/NR	3
Total	100,0 (N=2698)

Fonte: Datafolha, 1997

Tabela 4: Países mais felizes

<i>Países em que as pessoas são mais felizes</i>	<i>%</i>
Brasil	43
EUA	20
Japão	6

Outros	37
Total	100,0 (N=2698)

Fonte: Datafolha, 1997

Tabela 5: Países mais infelizes

<i>Países em que as pessoas são mais infelizes</i>	<i>%</i>
África*	12
Etiópia	12
Brasil	9
Bósnia	7
Outros	60
Total	100,0 (N=2698)

* sem especificar / Fonte: Datafolha (1997)

Pelos dados revelados na pesquisa, no componente da percepção da felicidade individual do brasileiro, parece estar em segundo plano a renda monetária e as condições materiais de vida. Setenta e cinco por cento dos entrevistados pelo Datafolha tinham renda familiar inferior a R\$ 1.120,00 mensais. Sessenta e três por cento não foram além do 1º grau na escola. A baixa renda e a parca escolaridade, se poderia supor, seriam motivos suficientes para tornar os brasileiros infelizes. O dado de que apenas 3% se declaram infelizes refuta a pressuposição – confirmando idéias como a de Adam Smith, abordadas no capítulo 1, para quem,

naquilo que constitui a verdadeira felicidade da vida humana, os pobres em nada se encontram numa situação inferior à daqueles que pareceriam estar tão acima deles.³⁷⁸

³⁷⁸ SMITH, A. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*: 2ª parte, seção III, cap. 1.

A grande maioria dos entrevistados, afinal, não importando o nível de renda e o grau de escolaridade, está feliz com a vida que tem.

A pesquisa revela uma impossibilidade estatística, balizada pelo conflito entre representações individuais e coletivas dos brasileiros. Enquanto 65% dos entrevistados sentem-se felizes consigo mesmos, apenas 23% desses mesmos cidadãos acreditam que os brasileiros em geral são felizes. Em outras palavras, a imagem que temos de nós mesmos, cada um por si, não corresponde àquela que temos de nós mesmos como coletividade. Como entender duas percepções tão conflitantes? Analisando os dados, Giannetti apresenta duas hipóteses. A primeira seria questionar a validade da imagem que cada um gosta de alimentar de si mesmo.

Ninguém é bom juiz em causa própria; ninguém pode dizer que sabe o que verdadeiramente sente. Por mais infeliz que alguém seja aos olhos dos outros, o indivíduo se defende como pode da dor de admitir perante si mesmo a própria infelicidade. Fazer isso seria [...] render-se ao naufrágio de uma vida sem esperança.³⁷⁹

A segunda hipótese de Giannetti é que os entrevistados talvez usem critérios distintos nos juízos que emitem:

Ao falarem de si, eles privilegiam a perspectiva interna e declaram o seu bem-estar subjetivo. Ao falarem dos demais, contudo, eles naturalmente adotam o ponto de vista externo e privilegiam as condições objetivas em que vive a maioria. A precariedade da vida vista de fora – renda, emprego, segurança, saúde, educação, moradia – domina a avaliação.³⁸⁰

Em outras palavras: infelizes, dizemos, são os outros, não eu. Aos olhos deles, no entanto, os outros somos nós. Essa felicidade no Brasil apresenta, portanto, uma dissociação entre o mundo privado e o mundo público. Dizemo-nos felizes, individualmente, mas nossas felicidades individuais não se somam, não se multiplicam. A maioria, afinal, acha que o resto da sociedade é infeliz. Como afirmou Ribeiro, comentando tais indicadores,

³⁷⁹ GIANNETTI, E. *Nada é tudo*: 61.

³⁸⁰ *Idem*: 62.

a pesquisa [Datafolha] confirma [...] o que vários dizem de nossa sociedade: seu individualismo pronunciado, sua incapacidade histórica de gestar uma dimensão coletiva, um espaço público, em que a busca suicida do bem pessoal dê lugar à aliança, ao compromisso, ao trato e ao contrato.³⁸¹

Não à toa, a política brasileira traz infelicidade para 37% dos entrevistados, enquanto 40% das pessoas dizem que a política as deixa mais ou menos felizes. Apenas 21% dos entrevistados disseram-se completamente satisfeitos com a atuação dos homens públicos no Brasil.

Como se vê, se no plano individual *indicadores objetivos*, como renda e emprego, podem não exercer influência relevante na percepção de felicidade, a visão coletiva pressupõe a centralidade de tais fatores na visão dos brasileiros. Este é um dado extremamente importante para a hipótese de relação com o *sem medo de ser feliz* explorado na vitoriosa campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, que o levou ao poder em outubro de 2002. *Ser feliz*, para o brasileiro, em seu sentido coletivo, significa conquistar – ou pelo menos ter a esperança de conquistar – melhorias nas condições objetivas de vida. Assim, a felicidade coletiva atrela-se diretamente ao conceito de bem-estar coletivo.

Com tal relação, pode-se estabelecer uma definição mais objetiva para a felicidade. Liberdade, democracia, direitos humanos, qualidade de vida, paz e segurança são, portanto, elementos que ajudam a *quantificar* a felicidade de uma nação, de um povo – e não apenas traços culturais subjetivos, como defenderam muitos representantes do pensamento social brasileiro.

Algumas pesquisas empíricas contribuem para sustentar a importância desses indicadores. São referências que estão disponíveis em instituições diversas, como a Organização das Nações Unidas, o Banco Mundial, a Organização Internacional do Trabalho. Basta conferir-lhes um outro tratamento e uma outra interpretação.

³⁸¹ RIBEIRO, R. J. A busca suicida do bem pessoal.

É o que fazem, por exemplo, os pesquisadores da revista francesa *Globeco*,³⁸² que criou um índice de felicidade compartilhada nos países a partir da confluência de três indicadores complementares: um índice de globalização, um índice de felicidade mundial e um índice de desigualdades mundiais. O primeiro índice é formado por seis diferentes dados: as exportações de bens e de serviços em relação ao Produto Interno Bruto mundial, a porcentagem de viagens aéreas internacionais em relação ao número total das viagens aéreas, a porcentagem dos investimentos diretos no exterior em relação ao total bruto dos investimentos mundiais, o faturamento das 100 empresas multinacionais mais importantes em relação ao PIB mundial, o número de países que aderiram à Organização Mundial do Comércio em relação às nações que poderiam ingressar nesta organização, e, finalmente, o número de internautas em relação à população mundial de usuários da Web.

O índice de felicidade mundial, por outro lado, é calculado a partir de 40 dados reunidos em quatro categorias (paz e segurança; liberdade, democracia e direitos humanos; qualidade de vida; e cultura). A última pesquisa, de 2002, conclui que houve um *progresso espetacular*, considerando o prosseguimento acelerado da propagação das novas tecnologias da informação e da comunicação, de um lado, e, diferentemente do que certas idéias preconcebidas sugerem, uma nítida redução da distância que separa minorias de ricos dos bilhões de pobres.

E, por fim, o índice das desigualdades mundiais, que inclui, entre outros, os indicadores fornecidos pelas pesquisas voltadas para o desenvolvimento, as taxas de escolarização dos jovens e de alfabetização dos adultos, somadas à quantidade de calorias consumidas e aos dados referentes à *desigualdade digital*. Os resultados refletiram uma diminuição das desigualdades nos planos digital e audiovisual, porém, inversamente, um aumento das discrepâncias existentes nos campos do PIB

³⁸² Sobre o *Indice du Bonheur Mondial* - IBM, ver <http://www.globeco.fr/ibm.htm>. Acessado em 28 de outubro de 2004.

por pessoa, da esperança de vida no nascimento, da taxa de escolarização dos jovens e da taxa de mortalidade das crianças menores de 15 anos.

Esta longa referência aos padrões estabelecidos pela *Globeco* serve para indicar o padrão de tentativa de tornar objetiva a análise sobre a percepção de felicidade coletiva no mundo. Suécia, Noruega, Finlândia e Islândia são os quatro países que figuram no topo da lista, construído a partir da análise de 60 nações. Os Estados Unidos aparecem em 26º, e o Brasil ocupa um modesto 39º.

Outras organizações aproveitam, por exemplo, para cruzar os dados referentes ao *grau de felicidade* com outros indicadores. Foi o que fez a OIT, que divulgou em novembro de 2004 um estudo segundo o qual a *segurança econômica eleva o nível de felicidade das pessoas*. De acordo com a OIT, os países que oferecem um elevado nível de segurança econômica para seus cidadãos têm, em média, um grau maior de felicidade. Ressalte-se, contudo, que o fator determinante da felicidade nacional não é o padrão de renda, mas o grau de segurança econômica – medido em termos de proteção da renda e de um baixo nível de desigualdade entre os rendimentos.

Convém lembrar ainda os outros estudos – alguns deles já citados no capítulo 1 – que associam a percepção de felicidade às dimensões objetivas de bem-estar numa análise comparativa entre países³⁸³ ou especificamente no país-símbolo do que se chamou aqui de *dever de felicidade*, os Estados Unidos.³⁸⁴ Os resultados, como se viu, são desalentadores. A despeito da diferença dos números obtidos por tais pesquisas, a conclusão geral, reafirme-se, foi a de que o progresso econômico não trouxe mais felicidade às nações desenvolvidas a partir de um certo padrão de vida. O mesmo se pode dizer sobre a democracia.

³⁸³ LAYARD, R. Happiness: has social science a clue?; LANE, R. *The loss of happiness in market democracies*; FRANK, R. H. *Luxury fever: money and happiness in an era of excess*.

³⁸⁴ EASTERBROOK. *The progress paradox – how life gets better while people feel worse*; SCHWARTZ, H. *The paradox of choice: why more is less*; FREY & STUTZER, A. *Happiness and economics*; WRIGHT, R. Will globalization make you happy?.

Os americanos são os maiores exemplos do fracasso. O PIB real *per capita* cresceu 43% entre 1975 e 1995.³⁸⁵ Em comparação com 1957, os americanos possuem duas vezes mais carros *per capita*, além de forno de microondas, TVs coloridas, videocassetes, aparelhos de ar condicionado, secretárias eletrônicas. Apesar de tais avanços, o nível de felicidade não aumentou nos Estados Unidos. Apenas 30% dos americanos se dizem totalmente satisfeitos com a vida que levam, enquanto 58% se declaram *razoavelmente* felizes.³⁸⁶

Uma das explicações tem relação com o processo de escolhas dos indivíduos. Para Schwartz, por exemplo, nos países afluentes do Ocidente houve uma explosão de depressão clínica nos últimos dez anos, decorrente do fato de que grande parte dos cidadãos desses países não se satisfaz com uma *boa escolha*, mas persegue incansavelmente a melhor escolha – seja ela referente ao alimento que comerá de manhã, a escola a que mandará os filhos, seja o parceiro que escolherá para casar e passar o resto da vida.³⁸⁷ Ele afirma:

Na terra tida como a da liberdade, a busca pela melhor opção invariavelmente traz sofrimento, pois, para ter certeza de que optou pelo melhor, o sujeito tem de examinar cada uma das opções disponíveis. O resultado é depressão, estresse e arrependimento. Uma felicidade perdida.³⁸⁸

Não convém avançar muito mais nesse terreno, sob o risco de imergir demasiadamente no âmbito da psicologia. Aos propósitos desta pesquisa, importa o plano coletivo da felicidade. No caso dos Estados Unidos, Wuthnow conduziu uma pesquisa que perguntava quais as imagens que os americanos alimentam de si mesmos e que valores regem suas vidas.³⁸⁹ Oitenta e nove por cento dos entrevistados consideram a sociedade excessivamente preocupada com o dinheiro. Setenta e quatro por cento julgam ser o materialismo exagerado um grave problema

³⁸⁵ FREY & STUTZER, A. *Happiness and economics*; WRIGHT, R. Will globalization make you happy?.

³⁸⁶ Idem.

³⁸⁷ SCHWARTZ, H. *The paradox of choice: why more is less*.

³⁸⁸ Idem: 87.

³⁸⁹ WUTHNOW, R. A good life and a good society: the debate over materialism.

social – o que reflete um antagonismo evidente entre as práticas individuais e a percepção coletiva de tais práticas.

Como afirmou François La Rochefoucauld, cada um de nós descobre nos outros as mesmas falhas que os outros descobrem em nós. O sonho de um mundo menos competitivo e escravizado ao econômico choca-se com a realidade da força da motivação econômica e da competição por prestígio e status, no sonho de cada um.

Embora em outros termos, processo semelhante ocorre no Brasil. Os mesmos estudos citados anteriormente mostram que avanços em indicadores objetivos têm impacto positivo no bem-estar subjetivo das pessoas em nações de níveis sócio-econômicos mais baixos. A satisfação de certas necessidades básicas, como moradia, nutrição, renda, emprego e segurança, pode garantir, segundo essa concepção, em aumento do grau de felicidade em nações como o Brasil. A campanha presidencial de Lula de 2002 soube explorar tais elementos. Com mais um fator favorável: o nível de esperança.

Convém lembrar aqui o clássico estudo de Robert Dahl sobre poliarquias.³⁹⁰ Numa análise sobre igualdades e desigualdades e sua relação com as respostas dos governos frente aos excluídos, Dahl citou um trabalho de Hadley Cantril, que fornece algumas evidências sólidas de que a distância entre condição e aspirações diminui em todo o mundo à proporção que melhora a situação objetiva do indivíduo. Numa pesquisa realizada em 14 países, pediu-se aos entrevistados que se situassem numa hipotética escada de dez graus entre *a melhor vida possível para você... e a pior vida possível para você*. Pediu-se que situassem também seu país numa escada semelhante.

Cantril revelou que quanto mais alto o nível socioeconômico de um país, mais alto as pessoas situavam, em média, suas condições passadas na *escada* da satisfação, assim como as posições passadas e presentes de seu país. Ele descobriu

³⁹⁰ DAHL, R. *Poliarquia: participação e oposição*.

também que as pessoas que estão objetivamente em melhores condições no tocante a educação, renda ou status profissional, expressaram maior satisfação com sua condição, na média, do que as com educação menor, renda mais baixa ou status profissional inferior..³⁹¹

Entretanto, lembra Dahl, mesmo quando estão relativamente mais insatisfeitos com sua condição, os membros de um grupo de excluídos podem não concluir todas as conexões ao longo desse caminho hipotético. Em outras palavras,

numa sociedade com amplas desigualdades, um indivíduo pode ter um juízo relativamente favorável de sua própria condição ainda que, objetivamente falando, ele esteja em situação seriamente desvantajosa em relação às elites.³⁹²

A tese confirma a hipótese citada anteriormente sobre os dados da pesquisa Datafolha sobre a felicidade brasileira e a discrepância entre as percepções individual e coletiva.

Os resultados da pesquisa de Cantril, afirma Dahl,

respaldam a idéia de que as pessoas freqüentemente julgam sua própria situação pelo que elas percebem ser a direção de mudança para uma coletividade maior com a qual se identificam, neste caso, o país.³⁹³

Um dado interessante: as expectativas pessoais mais altas para o *futuro* eram apresentadas (em ordem decrescente) pelas pessoas entrevistadas em Cuba, Egito, Estados Unidos, Nigéria, Brasil e Panamá. O país que liderava todo o restante no porte da mudança nas classificações pessoais do passado para o futuro (isto é, em expectativas de melhoria) foi a Nigéria, destinado, na época da pesquisa, a uma guerra civil catastrófica. A Nigéria vinha seguida de Cuba, República Dominicana, Egito, Brasil e Panamá. Assim, conforme conclui Dahl a partir da pesquisa de Cantril,

³⁹¹ Idem: 103-104. Na pesquisa de Cantril, o Brasil aparece nos indicadores socioeconômicos como o 11º entre os 14 pesquisados. O estudo chama-se *The pattern of human concerns*.

³⁹² DAHL, R. *Poliarquia: participação e oposição*: 105.

³⁹³ Idem: 106.

não havia virtualmente qualquer relação entre o nível socioeconômico do país e as expectativas expressadas por seus cidadãos quer sobre seu próprio futuro, quer sobre o de seu país.³⁹⁴

O alto nível de esperança dos brasileiros parece confirmar-se por uma outra pesquisa de opinião, realizada pelo Instituto Datafolha, o *Relatório Folha da Utopia Brasileira*, de 2000. Ao entrevistar pessoas acima de 16 anos de todo o Brasil a respeito do que sonhavam para o futuro do Brasil, o Datafolha revelou que 64% acreditam que o Brasil é um país ótimo para se viver no presente, e a maioria (59%) julga que ele será melhor ainda nos próximos anos. Além disso, 75% considera que sua vida pessoal será melhor do que é atualmente. Tais índices se repetem inclusive entre os mais pobres (com renda de até 10 salários mínimos). E um dado relevante: os brasileiros não só são otimistas em relação ao país em que vivem quanto a maior parte deles calcula que o Brasil se tornará uma superpotência econômica em cinco anos. Um país, portanto, de utopia imediata.

O então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, o PT e o publicitário Duda Mendonça, artífice da campanha, pareciam saber disso dois anos depois. A combinação dos números com as estratégias publicitárias da campanha podem fornecer, portanto, boas conclusões sobre a *esperança imediata* e a felicidade brasileira.

O país da *onda vermelha*: as campanhas presidenciais de 1989 a 2002

Numa das cenas do documentário *Entreatos*, de João Moreira Salles, lançado em novembro de 2004 – no momento em que este capítulo estava sendo escrito – o então presidente do PT, José Dirceu e o publicitário Duda Mendonça analisam um texto a ser lido pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva durante o programa eleitoral na TV. No meio do diálogo, com o papel na mão, Dirceu pede mudanças: *Está muito petista para o segundo turno*, afirma com um tom de inconformismo, recebendo a concordância de Mendonça.

³⁹⁴ Idem: 107.

O documentário é um retrato dos bastidores da campanha de 2002, revelando a intimidade do candidato do PT e de seu entorno. A referência ao filme de Moreira Salles é conveniente pela exposição visual daquilo que significou uma evidente mudança na trajetória do PT na disputa presidencial de 2002. Também ajuda a reafirmar, em imagens em movimento, o que uma extensa literatura vem destacando nos últimos anos: a centralidade adquirida pelo marketing político nos processos eleitorais brasileiros.

Ficam explícitas no documentário as técnicas de construção da imagem do candidato e o controle que exerce o aparato de propaganda sobre o político. Em outra cena, por exemplo, Duda Mendonça dirige a gravação do primeiro programa de TV de Lula para o segundo turno. Comanda um auditório repleto de personalidades e representantes petistas, ensaiando-os a fazer um gesto sincronizado com o braço e a gritar juntos a palavra *vem*. No palco, além de Lula, estão Ciro Gomes, candidato derrotado do PPS no primeiro turno, e José Alencar, o candidato a vice-presidente. O que chama a atenção da cena é a atuação do publicitário. Lembra Silvio Santos ou Fausto Silva, o Faustão.

Em outra passagem, mais reveladora ainda, Moreira Salles mostra a filha de Duda Mendonça, Eduarda. Ela está longe dos estúdios da TV Globo, onde se realiza o último debate da campanha presidencial. Acompanha, sem ser vista, um grupo de eleitores que assiste ao debate numa sala. Com o celular na mão, Eduarda vai transmitindo ao vivo os resultados da pesquisa qualitativa a Luiz Gushiken, um dos coordenadores da campanha. Depois de verificar as reações do grupo, diz em detalhes e em tom afirmativo o que Lula deve fazer, como deve falar, o que está funcionando e o que corrigir.

Assim têm funcionando as campanhas políticas – e não só no Brasil, evidentemente.³⁹⁵ Do mesmo modo, parece claro que a estratégia de associação

³⁹⁵ Trecho da biografia do ex-presidente americano Richard Nixon, *Nixon na arena: Os agentes do Serviço Secreto protegem os candidatos contra os maníacos e os pesquisadores de opinião os protegem contra os eleitores. Ao*

direta do discurso do candidato com os resultados obtidos na investigação das preferências do eleitorado – com pesquisas cada vez mais profissionalizadas – não começou com o PT em 2002.

Nas eleições de 1989, a campanha de Fernando Collor de Mello representou um marco na profissionalização do marketing eleitoral, apoiando-se em pesquisas de opinião e adotando um discurso liberal, moralizador e modernizante que casava perfeitamente com os interesses e valores veiculados nos principais veículos da imprensa.³⁹⁶ *O fenômeno Collor jogou por terra as tradicionais interpretações dos jogos eleitorais*, observou Machado.³⁹⁷ Collor não era bem visto na elite política brasileira, não tinha estrutura partidária (criou um partido para ser candidato), a seis meses da data da eleição era desconhecido nacionalmente³⁹⁸ e não tinha uma sólida carreira política a amparar suas ambições. Apesar de tudo isso, Collor foi considerado um fenômeno, ganhando aquela eleição.

Não convém, contudo, buscar explicações para vitórias eleitorais tão somente no aspecto comunicacional. Trata-se de uma questão bem mais complexa, cuja abordagem não caberia nos propósitos deste trabalho. Opta-se aqui, portanto, destacar alguns conceitos que são fundamentais para entender por que a retórica enunciada na propaganda eleitoral tornou-se tão relevante quanto o discurso programático do PT – este último elemento já analisado no capítulo anterior.

Nas últimas eleições, também ganhou relevo o estudo do comportamento da mídia em geral, e da imprensa em particular. No caso de 2002, verificou-se uma imprensa mais disposta a investir no assunto eleitoral do que em 1994 e 1998, por exemplo. Tal opção, importa ressaltar, exige que se trafegue na fronteira da ciência

mesmo tempo, os assessores de campanha vendem aos candidatos um pacote completo: mensagem, estratégia, tática e infra-estrutura – e dão assim aos eleitores não uma opção entre vários candidatos, mas uma opção entre vários pacotes. Apud FIGUEIREDO, R. O marketing político: entre a ciência e a falta de razão: 11.

³⁹⁶ LATTMAN-WELTMAN, F. *A imprensa faz e desfaz um presidente.*

³⁹⁷ MACHADO, M. A política mercadológica: 53.

³⁹⁸ CONTI, M. S. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor.*

política com a comunicação, uma combinação teórica de tradição bastante relevante nos EUA e que, no Brasil, felizmente, foi percebida por cientistas políticos cujas análises têm apresentado notável qualidade.³⁹⁹

O reconhecimento da importância desse tipo de estudo sustenta o que Swanson e Mancini afirmam:

Em termos pragmáticos e simbólicos, campanhas são um microcosmo que reflete e forma uma vida social, econômica, cultural e, é claro, política da nação.⁴⁰⁰

Em outras palavras, com o estudo das campanhas eleitorais podem ser encontradas as razões que levam os eleitores a escolher ou rejeitar candidatos, tendo como referência o estado geral de uma sociedade tal como as campanhas o interpretam e apresentam para o eleitor Figueiredo, Aldé, Dias e Jorge.⁴⁰¹

A campanha *Lula Presidente*, de 2002, não fugiu à regra destacada por Swanson & Mancini. Trata-se de um exemplo importante de como se dá a união do pragmatismo com o simbólico nas eleições majoritárias. O pragmatismo, viu-se no capítulo anterior, ficou notabilizado pelas transformações políticas verificadas pelo partido, sobretudo na ampliação do leque de alianças e nas mudanças – mais ou menos sutis – percebidas nos documentos e diretrizes programáticos. Quanto ao simbólico, um dos aspectos mais relevantes evidenciou-se nas estratégias conduzidas pelo partido no Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita - HPEG.⁴⁰² Essa

³⁹⁹ ALDÉ, A. *A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*; MIGUEL, L.F. Os meios de comunicação e a prática política; MIGUEL, L.F. *Política e mídia no Brasil: episódios da história recente*; MIGUEL, L.F. A eleição visível: a Rede Globo descobre a política em 2003; MIGUEL, L.F. Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral; FIGUEIREDO & ALDÉ. Intenção de voto e propaganda política: efeitos e gramáticas da propaganda eleitoral; FIGUEIREDO, R. O marketing político: entre a ciência e a falta de razão; FIGUEIREDO, M. Mídia, mercado de informação e opinião pública; RUBIM, A. A. C. As imagens de Lula presidente.

⁴⁰⁰ SWANSON & MANCINI. *Politics, media and modern democracy: an international study of innovations in electoral campaigning and their consequences*: 1.

⁴⁰¹ FIGUEIREDO, R. O marketing político: entre a ciência e a falta de razão.

⁴⁰² O HPEG brasileiro, sublinhe-se, é um instrumento importante não apenas como forma de diálogo do candidato com o eleitor. Também *pode ser encarado como um importante passo para a equalização das condições da disputa política* (MIGUEL, L. F. Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da

combinação do PT revelou-se a mais eficaz entre os quatro principais candidatos de 2002.

Por um lado, Lula foi o candidato que mais dedicou tempo às músicas e *jingles* (10,6%), segundo dados de uma pesquisa comparativa de Porto.⁴⁰³ Ao mesmo tempo, de acordo com a mesma pesquisa, ao se fixar o olhar analítico sobre a campanha do PT, descobre-se que Lula dedicou 28,2% do tempo total ao tratamento da análise da conjuntura. O diagnóstico dos problemas do país esteve, portanto, no centro das preocupações dos programas eleitorais do candidato. A atenção às políticas futuras a serem desenvolvidas ficou em segundo lugar, com 18,4% do tempo. Desse modo, vê-se, Lula associou a avaliação da situação brasileira e do governo de Fernando Henrique Cardoso e à apresentação de soluções para os problemas e propostas de seu governo.

Nas análises de conjuntura, a campanha do PT destacou a situação da economia brasileira, dedicando quase metade do tempo a esse assunto. Os problemas sociais, a violência e a segurança pública vieram a seguir, mas ocupando um espaço de tempo bem mais reduzido, de acordo com Porto. Em relação às políticas futuras, Lula enfatizou as questões sociais – em especial a saúde e a educação –, as propostas relacionadas à política econômica – maior tempo dentre os quatro candidatos –, ao emprego e ao salário.

agenda eleitoral: 239). Afinal, a legislação brasileira prevê dois tipos de espaço para a política no rádio e na televisão: a propaganda *partidária*, destinada à difusão dos programas dos partidos, veiculada fora do período de campanha, e a propaganda *eleitoral*, apropriada à divulgação das candidaturas. Na prática, ocorre a antecipação das disputas eleitorais e o espaço de propaganda partidária acaba destinado à promoção de candidatos. Como os partidos ocupam esse espaço um a cada vez, ao longo de vários meses, a exposição na mídia garante ondas de crescimento nas pesquisas de intenção de voto. No primeiro semestre de 2002, de Roseana Sarney, a primeira, a Ciro Gomes, o último, todos os principais candidatos experimentaram um crescimento expressivo na *preferência* do eleitorado no momento em que utilizaram o espaço partidário na mídia. *No jogo eleitoral brasileiro, ele [HPEG] se tornou um elemento central, altamente valorizado nos cálculos dos agentes políticos, quando projetam os lances seguintes de suas carreiras ou procuram alianças. [...] Uma vez que o tempo é distribuído, em parte, de acordo com as bancadas no Legislativo, os partidos contam como blocos, como se agissem em uníssono.* Ibidem.

⁴⁰³ PORTO, M. Televisão e eleições presidenciais 2002: notas sobre as relações entre horário eleitoral e cobertura do Jornal Nacional no primeiro turno.

Essa definição temática, contudo, ocorreu de modo bem mais complexo na disputa de 2002 do que se poderia supor com a análise tão-somente do programa de governo e dos documentos do partido. A imprensa brasileira teve um papel fundamental na escolha das prioridades do discurso de campanha –⁴⁰⁴ num processo que a teoria da comunicação define como *agendamento*, decorrente sobretudo da aparente *imparcialidade* da mídia (e, portanto, sua legitimidade superior). Essa ação da mídia

impôs um fechamento do horizonte discursivo da agenda em debate e também privilegiou um enquadramento restrito dos temas veiculados. Com isso, a cena de disputa de interpretação da realidade se viu restringida.⁴⁰⁵

A ênfase da mídia na cobertura eleitoral foi um dos fenômenos mais importantes do processo eleitoral de 2002. Decorreu, sobretudo, da *descoberta da política* pelo maior conglomerado brasileiro de comunicações, a Rede Globo. Cabe observar que a relação entre os agentes do campo da mídia e do campo política é dinâmica e contraditória, marcada tanto por cooperação quanto por confronto.⁴⁰⁶ O diálogo – ou, em alguns momentos, sua ausência – entre o telejornalismo e o HPEG é revelador de alguns destes movimentos em que partidos, emissoras e profissionais de mídia buscam reforçar suas posições relativas.

A reiteração da maior legitimidade do discurso da mídia é uma forma de garantir o controle sobre um importante recurso de poder.⁴⁰⁷

O jornalismo, é importante ressaltar, tem ajudado a suprir a necessidade de um maior volume de informação decorrente do aumento do dinamismo das sociedades contemporâneas. Em outras palavras, com uma rede de repórteres, o trabalho jornalístico consiste em recolher informações dispersas, *empacotá-las* através de determinados processos técnicos (jornal, rádio e televisão) e distribuir o

⁴⁰⁴ ALDÉ, A. *A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*; RUBIM, A. A. C. As imagens de Lula presidente; MIGUEL, L. F. A eleição visível: a Rede Globo descobre a política em 2003.

⁴⁰⁵ RUBIM, A. A. C. As imagens de Lula presidente: 49.

⁴⁰⁶ MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política.

⁴⁰⁷ MIGUEL, L. F. Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral: 243.

produto final a uma audiência diversificada.⁴⁰⁸ Apoiando-se numa categoria abordada por Anthony Giddens, o *sistema perito (expert system)* – sistema de competência técnica especializada, do qual as pessoas em geral se servem, mas não são capazes de compreender seu funcionamento ou avaliar *a priori* sua eficácia – Miguel lembra como o jornalismo se utiliza da *confiança* em sua competência.

O consumidor que lê um jornal ou assiste a um noticiário não tem, via de regra, como checar se determinada sessão do Congresso realmente ocorreu, com tais e quais decisões sendo tomadas, ou se um navio realmente naufragou na costa da África. Ele *confia* no jornal ou no noticiário. Esta incapacidade de comprovação independente é tão acentuada que chega a particularizar o jornalismo dentre os diversos sistemas peritos. [...] A confirmação da confiança que se concede a um determinado noticiário não é dada pela vivência, mas pelos noticiários concorrentes, que apresentam conteúdo similar.⁴⁰⁹

Para Miguel, essa crença depositada no jornalismo pelo consumidor de informações desdobra-se em três elementos. Primeiro, a confiança na veracidade dos fatos relatados. Depois, a confiança de que realmente os aspectos mais relevantes de cada fato são aqueles que estão relatados. Por fim, a confiança na escolha acertada, entre a infinidade de eventos que ocorrem a cada dia, de quais mereceriam ser alçados à condição de *fatos jornalísticos*. A imprensa possui, assim, o monopólio da seleção da notícia.

O relevante é observar que o recorte da realidade, resultante das decisões de um grupo restrito de profissionais e submetido aos constrangimentos próprios do campo jornalístico, é apresentado à sociedade como sendo *a* a realidade ou, ao menos, sua parcela significativa.⁴¹⁰

No caso brasileiro, as quatro campanhas presidenciais exacerbaram a importância desse recorte conduzido pela imprensa. Convém compará-las

⁴⁰⁸ MIGUEL, L. F. Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral; RUBIM, A. A. C. As imagens de Lula presidente; KUCINSKI, B. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*.

⁴⁰⁹ MIGUEL, L. F. Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral: 94. Sobre a aplicação do *sistema perito* à mídia, ver também MIGUEL, L. F. *Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo*.

⁴¹⁰ MIGUEL, L. F. Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral: 94.

brevemente, relacionando o agendamento da mídia e o enquadramento dos temas à efetividade política do HPEG.

As eleições de 1989 são, ainda hoje, o principal exemplo da efetividade política do HPEG. Ali, o uso dos espaços de propaganda gratuita permitiu a partidos e candidatos um êxito razoável em suas tentativas de pautar a mídia eletrônica. Collor impôs a temática dos *marajás* (funcionários públicos com altos salários), graças, em grande medida, ao impacto de sua presença em vários programas partidários prévios à campanha eleitoral⁴¹¹ e a um incansável trabalho de articulação com os controladores de jornais e TVs,⁴¹² que se transformaram em parceiros na construção do enquadramento da realidade. Mesmo o PT, porém, foi capaz de introduzir alguns assuntos na pauta das emissoras. Em especial, os programas de Lula – e também os de Collor – investiram em denúncias contra o governo federal. (Muitos dos casos de corrupção e desperdício apresentados no HPEG foram em seguida acompanhados pelos telejornais e pela imprensa escrita).

A receptividade à agenda própria dos candidatos limitou-se a 1989. Nas eleições presidenciais seguintes, as emissoras de TV se encontravam melhor preparadas para conter as influências sobre a pauta dos noticiários e impor sua própria primazia. Em 1994, a efetividade da propaganda política na televisão foi limitada por restrições impostas pela legislação eleitoral (lei 8.713, de 30/09/1993), que vetou a presença de convidados nos programas (só os candidatos podiam aparecer), bem como a exibição de cenas externas e a utilização de *trucagens*. A lei 8.713

serviu para, comparativamente, aumentar o poder dos media tradicionais quanto ao agendamento e ao enquadramento dos temas a serem discutidos na campanha e quanto à interpretação do andamento da disputa eleitoral.⁴¹³

⁴¹¹ Idem.

⁴¹² CONTI, M. S. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*.

⁴¹³ ALBUQUERQUE, A. Sem montagens e sem trucagens: a nova legislação eleitoral: 186.

Análise muito difundida viu na mudança da legislação uma manobra para atingir o candidato do PT, Lula, pois era conhecida a intenção de fazer de suas viagens pelo país – as *caravanas da cidadania* – um dos carros-chefe da propaganda da TV.⁴¹⁴ A legislação, curiosamente, fora proposta por deputados de esquerda, ligados ao ex-governador Leonel Brizola, notório adversário das transformações que a televisão introduziu no discurso eleitoral. A intenção inicial era, por um lado, reduzir as desigualdades entre os candidatos e, por outro, obrigar o aprofundamento do debate político. Os gastos com a produção diminuiriam, eliminando a utilização de recursos sofisticados, inviáveis financeiramente para partidos e coligações mais pobres. Sem externas, sem convidados, sem trucagens, caberia aos candidatos sentar na frente da câmera e discorrer sobre o programa de governo.

Nada disso ocorreu. As desigualdades de recursos se ampliaram. O programa do candidato governista, Fernando Henrique Cardoso, apresentou uma qualidade técnica muito superior à de seus adversários. E o discurso extenso e aprofundado dos candidatos foi evitado, graças à utilização de brechas na lei, que permitiam o uso de *jingles*, de animações e mesmo de fotografias em rápida sucessão, estimulando tomadas externas. Como afirmou Miguel, quase sem exceção,

os candidatos dos principais partidos buscaram reaproximar seus programas da linguagem da televisão *normal*, com seus recursos visuais, seu discurso fragmentado, sua edição impaciente. Este é o habitat do telespectador/eleitor, que tende a rejeitar o que lhe causa estranhamento – e mantê-lo, portanto, era uma condição de efetividade das mensagens. Mas é também a linguagem à qual se

⁴¹⁴ RUBIM, A. A. C. As imagens de Lula presidente. Com as *caravanas da cidadania*, Lula percorreu 30 mil quilômetros e 25 dos 26 estados. Conversou com trabalhadores, sem-terra e fazendeiros. Para uma análise, ver Mendes. Segundo ele, *cada expedição não era um rosário de paradas, mas a chamada e o incorporar de contingentes do país ainda excluído, que define desempenhos políticos e desbrava soluções. Não foi o pedido do pão nem da comida, mas a denúncia dos intermediários. Não foi o clamor pela falta d'água ou de saúde, mas o grito contra as oligarquias de serviços no interior, o desvio de suas verbas e os simulacros de atendimento às carências das populações marginais do país.* MENDES, C. *Lula: a opção mais que o voto*: 233.

acostumaram os políticos da nova geração e seus marqueteiros, que tinham dificuldade em mudar de registro.⁴¹⁵

Como atestam análises correntes dos processos eleitorais, em 1994, o HPEG mostrou-se incapaz de gerar fatos políticos. O fato dominante da campanha – a deflagração do Plano Real, de estabilização macroeconômica –, foi produzido pelo governo, com a cumplicidade dos meios de comunicação de massa, sem que enquadramentos desviantes pudessem ganhar plena visibilidade. Foram prejudicados os candidatos da oposição, que tiveram limitados seus recursos para reagir à campanha velada, travestida de objetividade jornalística, em favor de Fernando Henrique Cardoso.

Com o Plano Real dominando a pauta jornalística, a imprensa contribuiu para a construção de um presente positivo, com exemplos palpáveis de bem-estar coletivo alcançado com a estabilidade econômica do Real.⁴¹⁶ A cobertura, evidentemente, criou um ambiente eleitoral favorável ao candidato da situação, Fernando Henrique Cardoso, o *pai* do Real, mas as eleições propriamente ditas mobilizaram o mínimo de cobertura dos principais jornais e telejornais.⁴¹⁷

Em 1998, a eleição começou a ser decidida quando o Congresso aprovou a possibilidade de reeleição dos ocupantes de cargos do Executivo. Seguiu-se em seguida uma campanha pouco empolgante, favorecida ainda pela redução do período de veiculação da propaganda gratuita de 60 para 45 dias. Fernando Henrique ainda se valeu de uma crise econômica internacional para

construir a imagem do presidente como um condutor confiável, conhecido para a aparentemente inevitável turbulência econômica que já se evidenciava.⁴¹⁸

As regras, no entanto, voltaram a conceder ampla liberdade para a utilização dos recursos da linguagem televisiva, mantida apenas a vigilância da Justiça

⁴¹⁵ MIGUEL, L. F. Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral: 246.

⁴¹⁶ GUIMARÃES, C. Deu no jornal, é Real.

⁴¹⁷ ALDÉ, A. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais.

⁴¹⁸ Idem.

Eleitoral para coibir a veiculação de falsas acusações entre os candidatos. Ainda assim, a imprensa e, em particular, os telejornais, mantiveram-se pouco receptivos às temáticas abordadas no HPEG. O principal deles, o Jornal Nacional, da Rede Globo, dedicou, nas 12 semanas que separaram o fim da Copa do Mundo da data da votação, apenas uma hora e 15 minutos (ou 4,6% do tempo total) às eleições.⁴¹⁹ Ainda assim, quase todo esse tempo foi

destinado à divulgação de pesquisas de intenção de voto, a reportagens de serviços (ensinando como operar a urna eletrônica) e ao *fait-divers* (eleições simuladas em tribos indígenas, por exemplo). A movimentação de campanha, declarações de candidatos, acordos políticos, tudo isso ficou com apenas 10 minutos (ou 0,6% do tempo total do telejornal do período). O esvaziamento da cobertura eleitoral, do qual o Jornal Nacional foi o exemplo mais extremo, mas não o único, convergia com a estratégia do candidato à reeleição, Fernando Henrique Cardoso, que buscava desinflar o debate sucessório.⁴²⁰

Em contrapartida, temas apresentados pelos candidatos da oposição, sobretudo Lula, foram deixados de fora da agenda da mídia, como o recrudescimento da seca no Nordeste, com suas graves conseqüências sociais (menos de dois minutos no Jornal Nacional, segundo estudo citado), ou o aumento do desemprego no país (pouco mais de nove minutos). Tais temas foram substituídos por problemas na comercialização de medicamentos no país, o drama de um ator de telenovelas e um *serial killer* em São Paulo. O agravamento da crise financeira internacional de 1998, tema dominante na fase final da campanha, chegou a estar presente no Jornal Nacional, mas o enquadramento proposto pela oposição, que denunciava a política econômica do governo de Fernando Henrique como responsável pela fragilidade do país, foi ignorado.⁴²¹

Como já se afirmou, as eleições de 2002 significaram uma mudança substancial no comportamento da mídia. Enquanto as disputas presidenciais de 1994 e 1998 foram praticamente banidas do noticiário, em 2002, a eleição recebeu

⁴¹⁹ MIGUEL, L. F. *Política e mídia no Brasil: episódios da história recente*.

⁴²⁰ Idem: 63.

⁴²¹ KUCINSKI, B. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*.

extrema visibilidade. De um tema menor, a eleição tornou-se o assunto dominante no noticiário. Enquanto a parca cobertura de 1998 privilegiava o *fait-divers* eleitoral e as sondagens de intenção de voto, o noticiário de 2002 concentrou-se no debate político propriamente dito. Praticamente emudecidos na eleição anterior, os candidatos ganharam voz em 2002, em séries de longas entrevistas em estúdios e na apresentação quase diária de suas declarações. Mais: foram realizados três debates entre os principais candidatos no primeiro turno e um outro antes do segundo turno, contrastante com a ausência de qualquer debate em 1998.

A Rede Globo construiu para si própria o papel de *regente* das eleições de 2002. A emissora referia-se com frequência à *maior cobertura eleitoral* da história. Maior espaço dedicado à cobertura da campanha, no entanto, não é necessariamente garantia de informação de melhor qualidade,⁴²² assim como tratamento equânime para os candidatos não significa neutralidade.⁴²³

Convém aqui sintetizar algumas observações de Bourdieu⁴²⁴ sobre o funcionamento do campo político. Um dos papéis que ele cumpre, afirma, é o de fixar o espaço do *politicamente aceitável*. A exigência de comportamento *responsável e confiável* contribui para fechar o campo político, excluindo os grupos que não aceitam os papéis que lhes cabem e buscam redefinir as fronteiras da própria política. É claro que a determinação de tal espaço é fruto de lutas no interior do próprio campo político – o que leva a alguns analistas a interpretar a visão de Bourdieu como uma versão mais fraca da concepção gramsciana de hegemonia. Suas fronteiras variam de acordo com mudanças no jogo de forças.⁴²⁵

A mídia cumpre papel central nesse processo, na medida em que enaltece antigos desviantes que se adaptam ao novo consenso

⁴²² RUBIM, A. A. C. Das visibilidades das eleições de 2002: uma reflexão dos enlaces entre política, mídia e cultura.

⁴²³ MIGUEL, L. F. A eleição visível: a Rede Globo descobre a política em 2003.

⁴²⁴ BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*.

⁴²⁵ MIGUEL, L. F. A eleição visível: a Rede Globo descobre a política em 2003.

sinal de *amadurecimento* e relega os renitentes ao ostracismo, ignorando suas posições ou, então, folclorizando-as.⁴²⁶

A percepção sobre as tendências internas do PT ilustra bem esse tipo de tratamento. Os grupos mais à esquerda foram estigmatizados como *xiitas*, termo pejorativo que tem sua contrapartida no *PT light*, adjetivo para os petistas mais moderados.

As posições *xiitas* foram julgadas irrelevantes para o debate político, acarretando menor visibilidade pública e limitando as chances eleitorais da esquerda partidária. Fechando o ciclo, o baixo rendimento eleitoral justificava a ausência na mídia.⁴²⁷ Em outras palavras, a mídia reforça o trabalho do campo político no sentido de *domesticar* esse tipo de força, premiando as demonstrações de *moderação, responsabilidade e respeitabilidade*, o que contribuiu para alterar a composição de forças dentro do próprio PT.

Não por coincidência, talvez, o discurso do candidato do PT – tanto no HPEG como nas declarações à imprensa e na participação dos debates – foi balizado por essa preocupação com o tom moderado. Esse *enquadramento* em um só figurino – não apenas do candidato do PT, reafirme-se – foi amplificado pelo agravamento da crise econômica. Tal cenário constituiu o principal instrumento de fechamento do campo discursivo: vulnerabilidade externa da economia, turbulência mundial provocada pelos atentados ao World Trade Center e ao Pentágono, em setembro do ano anterior, crise de confiança, tudo somado levou ao estreitamento das possibilidades temáticas.

Esteve presente na mídia, por exemplo, a necessidade de gerar *confiança* nos operadores do mercado financeiro – a expressão *risco-país*, medida de confiabilidade diante dos credores externos, tornou-se corrente no noticiário de

⁴²⁶ Idem: 302.

⁴²⁷ Como lembrou MIGUEL, L. F. A eleição visível: a Rede Globo descobre a política em 2003: 308, uma reportagem de capa da revista *Veja*, publicada às vésperas do segundo turno em 2002, é exemplar: sete páginas ridicularizando as *medidas anacrônicas* propostas pela esquerda do PT e advertindo Lula, cuja eleição já era dada como certa, da necessidade de banir os radicais de seu governo. Ver *Vai ser preciso segurar*, de Carlos Graieb. VEJA: 38-44.

massa. Todos os principais candidatos à Presidência foram levados a manifestar seu compromisso com a continuidade de alguns dos pilares do modelo econômico vigente e apoiar o novo acordo com o Fundo Monetário Internacional, fechado no início do mês de agosto daquele ano. O objetivo: reduzir as *incertezas* que as eleições provocam no funcionamento da economia; restringir a margem de manobra do novo governo em relação à política econômica. Símbolo do compromisso com a *confiança dos mercados* foi a Carta ao Povo Brasileiro, analisada no capítulo anterior.

Nas entrevistas e nos debates, o âncora do Jornal Nacional, William Bonner, cobrava a todos (em especial dos três opositores) a *manutenção dos contratos*, o pagamento das dívidas interna e externa e o compromisso com o ajuste fiscal. Quanto ao agendamento e enquadramento dos temas, percebeu-se, de um lado, o silenciamento sobre certas questões. A negociação com os Estados Unidos sobre a formação da Alca pouco apareceu no noticiário. Enquanto isso, a economia brasileira ganhou alta visibilidade, com atenção especial para as oscilações da bolsa e do câmbio.⁴²⁸

Um estudo de Fausto Neto sobre o conjunto de entrevistas que os candidatos realizaram, um a um e ao vivo, nos telejornais, ilustra bem o modelo de mediação das eleições verificada em 2002:

De modo geral, as entrevistas estruturam-se em torno de sabatinas, muitas vezes se transformando em situações inquisitoriais, com os jornalistas saindo de um certo lugar de fala, assumindo tarefa investigatória pela qual colocam os candidatos em situação de interrogações em que são testados sobre questões como preços de gêneros alimentícios, (*o senhor sabe quanto custa um quilo de arroz, quanto custa um quilo de feijão?*). São colocados na situação de prestação de contas, em que seus orçamentos são postos em dúvida (*o senhor tinha uma dívida quando deixou o governo. Por que o senhor não pagou?*), são cobrados sobre a identidade partidária e os vínculos de suas campanhas (*O senhor tem vergonha de ser candidato do governo?*) [...] Os âncoras pousam de especialistas ou de autoridade [...]. Às vezes professorais, são também detentores de julgamentos (*o senhor diz que não, mas parece que de fato deixou*

⁴²⁸ MIGUEL, L. F. A eleição visível: a Rede Globo descobre a política em 2003.

*algumas contas para serem pagas, o senhor tem feito promessas em sua campanha de apelo muito fácil, mas [...] muito difíceis e até impossíveis de serem realizadas).*⁴²⁹

Nenhum dos quatros principais candidatos *ousou* questionar tal comportamento. No cálculo dos custos políticos, perceberam que o discurso ganharia efetividade se seguissem o enquadramento temático proposta pela mídia. No caso da candidatura Lula, verificou-se ainda uma adequação aos padrões dominantes do jogo político, como já analisado, com a ampliação do arco de alianças em direção ao centro do espectro ideológico, a completa profissionalização do marketing e a pasteurização do discurso programático. Tratou-se de

um movimento de capitulação na luta pela produção da agenda e dos enquadramentos da realidade.⁴³⁰

Não se pode deixar de considerar o peso da *lembrança* das três derrotas anteriores sobre o PT. Em 1989, o programa da Frente Brasil Popular adotou o formato da *Rede Povo*, que, no nome, logotipo e vinhetas, parodiava a própria Globo. Com slogans como *Aqui você vê a verdade na tevê*, a Rede Povo indicava a pretensão de ser uma alternativa à mídia comercial, implicitamente acusada de apresentar uma versão distorcida da realidade.⁴³¹ Em 1994, o PT defrontou-se com o apoio unânime da grande mídia ao Plano Real e à candidatura de Fernando Henrique Cardoso. Em 1998, outro enfrentamento, o do silêncio que beneficiava a reeleição do presidente. Em ambas as eleições, tentou, sem sucesso, modificar agenda e enquadramentos, denunciando o uso da máquina oficial em favor de um candidato ou indicando a seca no sertão nordestino e o crescimento dos índices de desemprego como problemas centrais a serem discutidos. Em 2002, tais tentativas de modificação da agenda foram praticamente abolidas.

⁴²⁹ FAUSTO NETO, A. et al. *Lula presidente: televisão e política na campanha eleitoral*: 95-98.

⁴³⁰ MIGUEL, L. F. A eleição visível: a Rede Globo descobre a política em 2003: 251.

⁴³¹ ALBUQUERQUE, A. *Aqui você vê a verdade na tevê: a propaganda política na televisão*; CONTI, M. S. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*.

Comparando os programas do horário político eleitoral do PT com o texto do programa de governo, pode-se dizer que o partido soube trabalhar com coerência temática. Como se viu, a maior parte dos programas foi ocupada com *propostas de governo* – de acordo, porém, com abordagem positiva/propositiva da disputa eleitoral, que é o modelo normativo dominante na mídia. Os temas eram emprego e renda, educação, saúde e segurança – portanto, assuntos *clássicos* das campanhas eleitorais, abordados de forma praticamente idêntica pelos quatro principais candidatos.

Dos 19 programas petistas veiculados no primeiro turno, 15 tiveram foco central em propostas relativas a esses quatro temas, e em apenas um caso, a concorrência para a compra de caças pela Força Aérea (de 7/9), tocou numa questão polêmica da agenda pública, ainda que com reduzida ressonância popular.⁴³² Em relação ao problema mais visível da conjuntura política e econômica, a deterioração das finanças do país, Lula aderiu, também no HPEG, ao enquadramento hegemônico, que destacava a necessidade de gerar *confiança* nos operadores do mercado financeiro. O discurso em favor da *mudança* – comum a todos os candidatos, até mesmo o governista José Serra,⁴³³ combinava-se com a afirmação da manutenção das linhas gerais das políticas macroeconômicas.

É curioso que, se nas aparições e nas declarações em entrevistas nos telejornais, o enquadramento da *confiabilidade* dominava a abordagem temática da disputa, no HPEG, temas como dívida e relação com o FMI – marcos da confiança frente aos credores externos – foram praticamente ignorados. Falava-se de crise econômica e da necessidade de retomar o desenvolvimento, mas nem o PT, tampouco os seus adversários ousaram ocupar o espaço de

⁴³² Os outros quatro programas do primeiro turno tiveram como foco central a apresentação de apoios de intelectuais, de obras de administrações petistas e, por duas vezes, apelo ao voto dos indecisos. No segundo turno, de 11 programas, seis dedicaram-se aos temas listados. Os programas analisados foram exibidos à noite.

⁴³³ ALMEIDA, J. Serra e a mudança: um discurso fora do lugar de fala; FIGUEIREDO & ALDÉ. Intenção de voto e propaganda política: efeitos e gramáticas da propaganda eleitoral.

propaganda gratuita para discutir as dívidas externa e interna, a relação do Brasil com o mercado financeiro mundial ou os acordos com o FMI. Ou se sentiram satisfeitos com o enquadramento dominante na mídia, ou não consideravam vantajoso contrapor-se a ele.

A análise pode fazer crer que o HPEG tenha sido irrelevante na campanha eleitoral de 2002. Engano. Para Lula, a campanha na TV significou o principal instrumento para remodelação da sua imagem pública, essencial para a redução do *medo de ser feliz* demonstrado pelo eleitorado nas campanhas anteriores. Como afirma Rubim,

a imagem pública emerge como um passaporte que possibilita a existência visível do ator político na contemporaneidade. Sem habitar o espaço eletrônico em rede, que ambienta a sociabilidade atual, fica impossível posicionar bem um ator na cena política contemporânea.⁴³⁴

A construção da imagem pública na política, acrescente-se, sempre acontece em um campo de forças, no qual o protagonista, seus aliados e adversários disputam a cada instante a construção e a desconstrução das imagens públicas dos entes envolvidos no jogo político.

Nesse processo, para Lula parecer competitivo e construir uma possibilidade efetiva de chegar à Presidência da República, tornou-se imperativo *refazer* sua imagem pública. A estratégia comandada pelo marketing político de Duda Mendonça consistiu na (re)construção de uma imagem pública de tal modo que ajudasse a superar o *medo* e possibilitasse a vitória da *esperança*. Lula *deveria* personificar a esperança da mudança – uma das demandas populares detectadas nas sondagens e um dos problemas mais evidentes da eleição de 2002 – e simultaneamente deveria transmitir uma garantia de que a mudança ocorreria sem sobressaltos, deslocando a apreensão e superando o medo.⁴³⁵

⁴³⁴ RUBIM, A. A. C. As imagens de Lula presidente: 51.

⁴³⁵ Cabe aqui reafirmar o papel central que o conhecimento sobre o que pensam as pessoas comuns teve historicamente na política. A indagação sobre a atribuição de razões pelos homens para suas próprias ações remonta à preocupação dos primeiros teóricos políticos com a natureza humana, sua

Apesar dos riscos de artificialidade propiciados por tal estratégia, tratava-se de uma preocupação justificável, referendada pela própria teoria política. A confiança é um aspecto central da relação do eleitor com o candidato. Basta lembrar Manin,⁴³⁶ segundo o qual a campanha constrói antagonismos de imagem entre os candidatos, em que os compromissos são vagos e a relação estabelecida com o eleitor é de confiança: a credibilidade do político substitui a possibilidade de verificação – mesmo processo, já ressaltado, de confiança entre cidadãos e meios de informação.

Cidadãos recebem uma variedade de imagens que competem entre si. Trata-se, no entanto, de representações políticas esquematizadas e simplificadas. Para Manin, *é um meio de resolver o problema dos custos da informação política*, desproporcionais em relação à influência que o eleitor espera exercer sobre o resultado das eleições. E acrescenta que,

quando a identidade social e a identificação partidária perdem importância na determinação do voto, surge a necessidade de encontrar caminhos alternativos para obter informação política.⁴³⁷

No caso das modernas democracias⁴³⁸, viu-se que são os meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão, que se encarregariam de fornecer *atalhos* para a obtenção de informação política funcionalmente necessária para o cidadão comum, cumprindo papel equivalente ao que Anthony Downs atribuía aos

relativa capacidade, habilidade, vontade e autonomia para a organização coletiva e a condução dos negócios comuns. No campo da política concreta, mesmo em regimes autoritários, em que a participação do povo não é efetiva, ela sempre foi estratégica. Já Maquiavel, no século XVI, aconselhava ao príncipe que conhecesse os costumes e opiniões do povo; um certo grau de consenso e segurança sempre foi vantajoso para o exercício do poder.

⁴³⁶ MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo.

⁴³⁷ Idem: 30.

⁴³⁸ Democracias estas que Manin chamou de *democracias de público*, transformação no sistema representativo, equivalente à que marca a passagem de um parlamentarismo de notáveis (séculos XVII-XIX) à democracia de partido típica dos séculos XIX e XX. Assim, o que tem sido entendido como crise da democracia e declínio das relações de identificação entre representantes e representados seria para Manin um novo modelo político, porém mantendo constantes as principais características democráticas.

partidos políticos, eles próprios atalhos freqüentes nas simplificações cognitivas operadas pelo cidadão comum.⁴³⁹

O dilema petista de 2002, portanto, resulta numa explicação bem mais complexa do que análises correntes sobre a suposta *despersonalização* do partido visando à conquista do poder.

Uma das facetas desse dilema respondia pela idéia de competência. Para *mostrar* que poderia levar o país a conquistas sociais profundas – num caminho *seguro, sem medo* – a campanha precisou *comprovar* que o candidato Lula detinha um programa de governo qualificado e uma equipe competente para poder gerir o país. Tal esforço estava presente já na formação produzida para apresentação inicial do programa eleitoral gratuito, com a difusão da idéia de que

especialistas de diversas áreas trabalharam com Lula na construção de um projeto para o Brasil.

Para demonstrar a capacidade do governar, a campanha enfrentou ainda dois atributos associados à imagem pública de Lula: a radicalidade e o seu despreparo individual. No primeiro caso, a fórmula *Lulinha paz e amor* expressou com precisão e sintetizou essa tentativa. Mas a construção da nova imagem não foi um mero produto de marketing. Como o capítulo anterior mostrou, o PT sofreu mudanças significativas ao longo do tempo, encaminhando-se para uma conversão ao centro.

É curioso também que a imagem pública de radicalidade se tenha mantida ao longo do tempo, a despeito de uma trajetória evidente de mediação e negociação que marcou a vida de Lula como sindicalista e presidente do PT – aspecto raramente ressaltado pelas análises políticas, que preferem enxergar mais um caráter *ambíguo* do que atribuir uma dimensão transigente de negociação. Algo

⁴³⁹ Apud ALDÉ, A. *A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. Sobre a relação com o marketing político, ver SILVEIRA, F. E. A dimensão simbólica da escolha eleitoral.

que até o próprio Lula buscou enfatizar na campanha de 2002, repetindo seguidamente que *o que mais fez na vida foi negociar*.

A imagem pública de negociador, aliás, é o elemento-chave trabalhado nos programas gratuitos do PT para superar a resistência diante do segundo problema, o suposto despreparo do candidato. Seguiu-se enfaticamente a idéia de que o momento da crise requeria uma competência política – e não técnica de conversar para aglutinar atores e interesses em torno de uma saída, negociada e alternativa, que abrisse a possibilidade de desenvolvimento econômico e social para o país. Ou, como definiu o programa de governo, destacado no capítulo anterior, um pacto social – um novo contrato social capaz de superar as desigualdades existentes no país – concepção que baliza o programa *Um Brasil de Todos* e todos os 15 cadernos temáticos da campanha. Reafirme-se um trecho de uma citação já apontada no capítulo anterior:

Para mudar rumo do Brasil será preciso um esforço conjunto e articulado da sociedade e do Estado. Esse é o único caminho para pôr em prática as medidas voltadas ao crescimento econômico, que é fundamental para reduzir as enormes desigualdades existentes em nosso País.⁴⁴⁰

Esse *novo contrato social*, diz o documento, seria o mecanismo capaz de favorecer o nascimento de uma

cultura política de defesa das liberdades civis, dos direitos humanos e da construção de um país mais justo econômica e socialmente.⁴⁴¹

As relações de proximidade entre os programas eleitorais gratuitos e o programa de governo ajudam a refutar em parte as críticas correntes sobre o esvaziamento de conteúdo proposto pelo marketing político. É inegável o seu peso

⁴⁴⁰ Um Brasil de Todos: 2. Ver citação completa no capítulo 2.

⁴⁴¹ Ibidem.

sobre o discurso do candidato e do partido, mas não convém interpretá-lo como uma centralidade absoluta.⁴⁴²

A construção da imagem *paz e amor*, em oposição à visão da radicalidade anterior, foi produzida por

um conjunto complexo de expedientes que conjugavam desde a progressiva moderação do discurso político de Lula e do PT, a aceitação de atitudes tomadas e de compromissos assumidos pelo governo FHC até o quase abandono da propaganda negativa e dos ataques aos candidatos adversários e o uso intensivo de *jingles* e músicas, como estratégia figurada para o horário eleitoral.⁴⁴³

O uso intensivo de *jingles* e músicas como *estratégia figurada*, conforme ressaltou Rubim no trecho acima, vocalizou a mensagem de esperança de um Brasil feliz com Lula no poder. Tais recursos buscaram sugerir que Lula expressaria a consciência de que no Brasil a mudança regeira e impulsionaria o imaginário e as práticas sociais. A expressão *a esperança vence o medo* condensa essa *mudança*. Aponta para um povo que, apesar das dificuldades e preconceitos, passou a acreditar em si mesmo, através da eleição de um líder que pode ser classificado como *homem comum* – liderança destacada através da empatia e da identificação

⁴⁴² Importante ressaltar aqui a mudança percebida nos próprios movimentos da política partidária de massa. Uma extensa literatura mostra que, na medida em que a conquista da maioria dos votos é o objetivo crucial, há um incentivo ao aplainamento das arestas ideológicas, com a adoção de um discurso mais abrangente e mais difuso. O partido ideológico cede lugar ao partido *catch-all*. A profissionalização da disputa, por outro lado, faz das sondagens de “opinião pública” uma ferramenta indispensável para a construção do discurso dos candidatos – que se adapta àquilo que os eleitores esperam ouvir. Não deixa de haver, aí, uma nova via de adaptação à agenda midiática, já que a *opinião pública* superficial, colhida das sondagens, é fortemente dependente dos conteúdos da comunicação de massa. Não é demais lembrar ainda a comparação freqüente atribuída ao marketing político como o mecanismo pelo qual se disputa o mercado de eleitores (consumidores) com os mesmos métodos com que os fabricantes de *sabonetes* disputam o mercado. Trata-se de uma referência que remonta a um artigo autobiográfico de Lazarsfeld, *An episode in the history of social research: a memoir*, de 1969, em que relata que seu interesse pelo marketing surgiu *das equivalências metodológicas entre o voto socialista e a compra de um sabonete*. (Lazarsfeld é um sociólogo considerado referência para as análises sobre marketing político, desde que publicou o livro *The people's choice: how the voters makes up his mind in a presidential campaign*, de 1955). Daí para frente, o *sabonete* aparece sempre como o produto preferido para se fazer alusão à supremacia do *mercado* sobre a *política*. Para uma análise recente sobre as relações entre política e mercado, ver SCOTTO, G. *As (difusas) fronteiras entre política e o mercado: um estudo antropológico sobre marketing político, seus agentes, práticas e representações*.

⁴⁴³ RUBIM, A. A. C. As imagens de Lula presidente: 55.

popular com seus traços de gente do povo. Em resumo: um homem do povo que, tendo enfrentado todas as dificuldades da pobreza, *venceu na vida*, como o capítulo anterior destacou.

Acreditar e ter esperança em um *igual* para dirigir o país implica superar o medo e o preconceito enraizados pela sociedade de classe. Significa acreditar em sua potencialidade e apostar na abertura de um horizonte maior de possibilidades sociais. Trata-se, em suma, da mutação da auto-estima do homem comum, dado essencial nas mudanças culturais e políticas.⁴⁴⁴

A retórica emotiva, associada à eficácia dos *jingles*, constituiu-se como um elemento-chave para a transmissão de uma mensagem de esperança. É o que analistas chamam atmosfera emocional, dotada de elementos simbólicos extremamente persuasivos. Uma das estratégias foi a repetição enfática do slogan *Lula-Lá!*, criado em 1989 pelos publicitários Paulo de Tarso Santos, diretor do programa eleitoral da TV naquela eleição, e por Carlito Maia. Dizem os versos originais, que se transformaram na canção-tema criada por Hilton Acioly:

Passa o tempo e tanta gente a trabalhar
 De repente essa clareza pra notar
 Quem sempre foi sincero e confiar
 Sem medo de ser feliz!
 Quero ver chegar...
 Lula-lá! Brilha uma estrela!
 Lula-lá! Cresce a esperança!
 Lula-lá! No Brasil criança e na alegria de se abraçar...
 Lula-lá! Com sinceridade!
 Lula-lá! Com toda a certeza!
 Pra você meu primeiro voto
 Pra fazer brilhar nossa estrela!
 Lula-lá! É a gente junto!
 Lula-lá! Valeu a espera!
 Lula-lá! Meu primeiro voto

⁴⁴⁴ Idem: 61.

Pra fazer brilhar nossa estrela!⁴⁴⁵

A idéia-síntese está na concepção de que a felicidade chegaria, com a conquista da Presidência da República por Lula. Além disso, porém, inscreve-se no sentido de felicidade da mensagem publicitária o *Brasil criança* capaz de, com *alegria, se abraçar*. Este país feliz, *abraçado*, nasceria da união do que Keck chamou de *dois Brasis*. Diz ela:

Os resultados das eleições presidenciais de 1989, em que Collor recebeu 42,75% dos votos contra os 37,86% de Lula, trouxeram uma dupla mensagem. Revelando o que vários comentaristas [...] chamaram de confronto entre o Brasil organizado e o Brasil desorganizado, as eleições demonstraram que o Brasil organizado não é suficientemente forte para vencer uma disputa nacional, enquanto nas imagens projetadas pelos meios de comunicação de massa o *espetáculo da política* tem mais peso que as considerações programáticas e institucionais. A mensagem mais surpreendente [...] era que o Brasil *organizado* era quase forte o suficiente para vencer. Num sistema político altamente elitista, em que a política era considerada domínio exclusivo dos letrados e bem-nascidos, um metalúrgico com um diploma supletivo de ginásio, líder de um partido dedicado a organizar os trabalhadores e os pobres, tinha ficado apenas a um passo da conquista da presidência.⁴⁴⁶

Nos slogans de campanha – de 1989 a 2004 – a idéia de felicidade parece evidentemente mais nítida. Neles, a esperança de um Brasil feliz está na mudança. Tratou-se de um caminho frustrado em 1989, mas não inteiramente esmaecido, como destaca um depoimento de Kotscho:

A derrota nas urnas por pequena margem [...] jamais será capaz de apagar da nossa memória as muitas vitórias alcançadas nesta campanha, não só por Lula, pelo PT, pelos partidos e líderes progressistas que se aliaram a nós, mas pelos milhões de brasileiros, quase a metade do país, que despertaram para a realidade de que o sonho é possível. A parte moderna e organizada da sociedade brasileira sai fortalecida desse confronto, que acabou colocando frente a frente a coragem de mudar e o medo do novo, o maior dos desafios enfrentados na campanha e que acabou resumido no belo verso de Hilton Acioly, o ‘Sem medo de ser feliz’, cantado por velhos e moços, nos campos e nas cidades, no embalo da alegre esperança que, apesar de tudo,

⁴⁴⁵ Este e os versos seguintes, citados nas próximas páginas, foram analisados a partir do CD preparado pelo Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública, do IUPERJ, e da página da campanha de Lula de 2002 (<http://www.lula.org.br/eleitor.jingles.asp> – acessado em 27 de novembro de 2004).

⁴⁴⁶ KECK, M. *PT: a lógica da diferença – o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*: 14-15.

sobrevive nas lutas de um povo em busca da soberania e da dignidade, de uma vida decente, enfim.⁴⁴⁷

É preciso ponderar que os dois trechos pecam pelo excesso de mitificação do poder de transformação do país movido por uma candidatura. Ambos, porém, buscam oferecer uma discussão supostamente consistente à retórica da propaganda do PT estabelecida em 1989 e ampliada 13 anos depois. Em 2002, afinal, outros slogans foram acrescentados e o próprio *Lula-Lá* recebeu novas versões, criadas por Duda Mendonça e Péri. Como estes, que foram cantados em ritmo de samba, o *Samba da Vitória*:

É Lula aqui, é Lula ali, é lula-lá
 Chegou a hora nossa vida vai mudar
 É lula aqui, é lula ali, é lula-lá
 Homem do povo, o Brasil vai governar
 Está em festa o meu país, nossa gente está contente
 O Brasil está feliz, Lula é nosso presidente
 Brilha no céu a estrela da esperança
 Logo após a tempestade, pra nossa felicidade,
 Sempre chega a bonança.

Dois elementos fundamentais surgem na letra acima. Primeiro, a ênfase no *homem do povo* que vai governar o Brasil, numa espécie de constatação de que *chegou a hora* da auto-organização da sociedade garantir que *a nossa vida vai mudar*. A idéia é referendada por um texto do volume *Trajetórias*, publicada pela Fundação Perseu Abramo:

A conquista da Presidência da República e a consolidação do PT como a maior força política nacional foram saudadas por imensas celebrações nas ruas, sem precedentes na história eleitoral do país. A eleição do primeiro presidente de origem popular marca um singular momento histórico, em que *a esperança venceu o medo*. Demonstra também,

que o povo brasileiro já está maduro para se autogovernar e que a nação, recusando o legado de séculos de opressão e exploração,

⁴⁴⁷ KOTSCHO, R. O ano em que lavamos a alma: 37.

dá os primeiro passos rumo a um futuro condizente com os seus imensos potenciais naturais e humanos [grifo meu].⁴⁴⁸

O outro elemento a ressaltar é a idéia do *Brasil em festa*. Essa *festa* brasileira foi amplamente trabalhada por DaMatta⁴⁴⁹ e é possível utilizar-se dela para compreender o processo político vivido pelo país nas eleições, em especial nas disputas de 1989 e 2002. A *festa* nas eleições, convém sublinhar, não é restrita ao PT e seus militantes. É resultado da *carnevalização da vida* presente na cultura brasileira e transpassada para as eleições. Na visão de DaMatta, trata-se da penetração da existência por valores carnavalescos que produzem efeitos políticos e culturais de longo alcance: uma postura positiva diante de tudo o que se liga à vida e à natureza, uma *alegria* que também não capitula em situações difíceis, bem como um pendor para coroar e descoroar permanentemente indivíduos e instituições.

Assim o carnaval, no entender de DaMatta, propõe a oportunidade que os entes *espectadores* têm de se verem como figuras principais da festa, as eleições brasileiras também são percebidas por grande parte dos eleitores como o momento em que eles vêem como protagonistas da mudança – através do voto. Não é à toa que tais elementos estão presentes no *diálogo* entre Lula e o eleitor, mediado pela estratégia comunicacional que fundamentou a campanha.

Em todos os temas apresentados pelo PT, não há, claro, um detalhamento do que seria a *mudança* que levará o Brasil à felicidade. No *jingle* do segundo turno, chega a aparecer com brevidade a idéia de que é preciso mandar a tristeza embora, pois a mudança começou – e, com ela, abre-se uma perspectiva de mais empregos, como se vê na letra a seguir (também de Duda Mendonça, com música de Péri):

Chegou a hora Brasil,

⁴⁴⁸ Texto em <http://www.fpa.org.br/memoria/trajetorias2003/trajetorias.htm>. Acessado em 6 de outubro de 2004.

⁴⁴⁹ DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia de dilema brasileiro*.

que você tanto esperou
 Mande a tristeza embora
 que a mudança começou
 Agora vem
 Vem mudar a sua sorte
 Nada pode ser mais forte
 do que a vontade de mudar
 Vem, ser feliz é seu direito,
 solte esse grito do peito
 Ninguém vai te segurar
 Vem, o Brasil está unido
 e jamais será vencido
 Nossa estrela vai virar
 Vem, a estrela da esperança,
 do emprego e da mudança
 mora do lado de cá
 Agora é Lula, falta pouco, quase nada
 Nossa pátria tão amada
 já não quer mais esperar
 Agora é Lula, por um Brasil diferente
 Vem entrar nessa corrente
 Aqui é o seu lugar.

Um pouco mais explícito – no contexto, obviamente, das limitações impostas pela natureza das canções de campanha – ainda é o *jingle Agora é Lula*, também de Duda Mendonça e Péri. Nele, repete-se a vaga idéia da mudança e reafirma-se a estrela que brilha com Lula chegando ao poder – *Lula-Lá*. Introduce-se, no entanto, a percepção de que *botar essa estrela no peito* significa *torcer a favor* de um Brasil *direito e decente*, capaz de garantir uma *vida diferente a essa gente* que deseja *cantar* – um povo, apesar de pobre, *nobre e trabalhador*.

Não dá pra apagar o sol, não dá pra parar o tempo
 Não dá pra contar estrelas que brilham no firmamento
 Não dá pra parar um rio quando ele corre pro mar
 Não dá pra calar o Brasil quando ele quer cantar:
 ‘Lula-Lá! Brilha uma estrela!’
 Bote essa estrela no peito, não tenha medo ou pudor
 Agora eu quero você, te ver torcendo a favor

A favor do que é direito, da decência que restou
 A favor de um povo pobre, mas nobre e trabalhador
 É o desejo dessa gente querer um Brasil mais decente
 Ter direito à esperança e uma vida diferente
 É só você querer que amanhã saberá
 Agora é Lula, agora é Lula, é Lula-Lá!
 É só você querer que amanhã assim será
 Agora é Lula, agora é Lula, é Lula-Lá!

É importante notar que os *jingles* da campanha de 2002 também recriaram uma espécie de universo ufanista que reproduz o pensamento vigente desde Afonso Celso, destacado no tópico anterior deste capítulo. É o que se nota, por exemplo, nos versos abaixo, da dupla sertaneja Zezé di Camargo & Luciano, utilizado na campanha do PT:

Aqui não falta sol, não falta chuva
 A terra faz brotar qualquer semente
 Se a mão de Deus protege, molha o nosso chão
 O que será que tá faltando, então?
 Se a natureza não carrega o amor da gente,
 O corte do machado, a foice, o fogo ardente
 Se nessa terra tudo o que se planta, dá
 Que é que há, meu país? Que é que há?
 Tem alguém levando lucro, tem alguém colhendo fruto
 Sem saber o que é plantar
 Tá faltando consciência
 Tá sobrando paciência
 Tá faltando alguém brigar
 Feito um trem desgovernado, quem trabalha tá ferrado
 Nas mãos de quem só engana
 Feito um mal que não tem cura
 Estão levando à loucura o país que a gente ama.

Como na tradição ufanista do *motivo edênico* da felicidade brasileira, neste país *não falta sol, não falta chuva*; a terra fértil faz brotar *qualquer semente*; *tudo o que se planta, dá*. Reescrevendo o sentido, porém, o texto alerta que, mesmo assim, não somos um país feliz – embora, pela natureza que temos, pelo Éden que somos, deveríamos, sim, ser felizes. Não somos porque *tem alguém levando lucro*,

enganando o povo que trabalha, que *ama* este país. *O que tá faltando, então?*, questiona a letra. *Falta consciência* – de votar no melhor candidato, de escolher alguém *para brigar*. Este *alguém* é Lula, claro, gente do povo que poderá corrigir a rota deste *trem desgovernado*.

O tom emocional dominou a propaganda eleitoral de Lula na TV. Basta citar dois exemplos: o último programa do primeiro turno, com o que alguns chamaram *A marcha das grávidas* e o último programa do segundo turno, *A valsa do Adeus*. No primeiro caso,⁴⁵⁰ Lula pediu *permissão* para deixar de falar sobre seus projetos e se dirigiu aos seus eleitores indecisos, chamando-os de *meus amigos e amigas quase-Lula*:

O Brasil precisa de uma mudança, não de uma quase mudança, afirmou, acrescentando que ele merecia essa oportunidade para a qual tanto esperou.

O programa terminou com mulheres grávidas carregando crianças no colo, todas vestidas de branco caminhando em um campo ao som do Bolero de Ravel. Com narração do cantor e compositor Chico Buarque, a mensagem:

Você não pode escolher se seu filho será menino ou menina, nem a altura, a cor dos olhos dele ou o que ele vai ser quando crescer. Mas uma coisa você pode escolher: que tipo de país você quer para ele.

Em seguida, uma criança surgiu, segurando uma estrela vermelha, símbolo do PT, e o mesmo Chico Buarque apareceu dizendo:

Se você não muda, o Brasil também não muda.

Na *Valsa do Adeus*, presente no último programa do partido e inspirada em comemorações comuns em estádios de futebol, a platéia que estava ali era composta não por pessoas comuns, mas uma audiência selecionada e qualificada, formada, basicamente, por líderes partidários, deputados, governadores e prefeitos do Partido dos Trabalhadores – personagens que, seguindo a terminologia utilizada por Bourdieu,⁴⁵¹ poderiam ser definidos como *porta-vozes autorizados*. Além de cantarem,

⁴⁵⁰ CADERNO ESPECIAL. *Folha de S.Paulo*: 4.

⁴⁵¹ BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas*.

os personagens acenavam lenços brancos debaixo de uma *chuva* de papel prateado para criar um efeito de estrelas caindo. Na metade do *spot*, a seqüência foi interrompida. A música continuou, mas no lugar das cenas da platéia, a tela no vídeo ficou totalmente preta. De baixo para cima, sobre esta tela escura, surgiu o texto em letras brancas. Em vez do nome de Lula, utilizou-se a seguinte frase:

27 de outubro, dia que entrará para a história do nosso país como o dia em que a esperança venceu.

Para o PT, a felicidade, enfim, chegara.

Considerações finais

A busca da felicidade constitui um dos principais combustíveis da humanidade. *Como ser feliz?* é uma pergunta a que se fazem, com habitual frequência, muitos cidadãos – ricos ou pobres, ocidentais ou orientais, brancos, negros ou mulatos, intelectuais ou não. Já no século IV a.C., Aristóteles anunciava que a felicidade é a maior meta do homem.⁴⁵² Desde então, filósofos, psicólogos, antropólogos, poetas, cientistas debruçaram-se sobre o tema e arriscaram-se a definir tal meta e, conseqüentemente, os meios de alcançá-la. Como qualquer conceito, as divergências interpretativas são vastas, e os eixos explicativos, complexos.

No caso brasileiro, o enraizamento de certos estereótipos contribuiu para amplificar o *dever de felicidade*. Apesar de algumas linhas analíticas contrárias, o país construiu ao longo de sua história a imagem de uma terra de pessoas alegres e festivas, apesar das adversidades. Uma felicidade desvinculada do progresso científico ou do conhecimento tecnológico. Uma alegria independente da exaltação iluminista da razão, em vigor nas nações *avançadas* desde o século XVIII – acreditando-se que a razão seria o único meio pelo qual o homem poderia entender o universo e aperfeiçoar a própria condição. No plano coletivo, o mito da condição de *país do futuro* alimenta a imagem de que uma das marcas profundas do *ser brasileiro* é a esperança de uma vida melhor e mais feliz.

No início dos anos 80, conta Giannetti, uma equipe da BBC inglesa visitou o Brasil para gravar um documentário sobre as condições de vida numa favela do Rio de Janeiro. O objetivo: mostrar um dia na vida de uma jovem favelada carioca. A equipe subiu o morro, escolheu a protagonista e passou a registrar o cotidiano de vida, trabalho e lazer daquela jovem. A intenção do documentário, depois exibido na BBC, era

explorar as chagas abertas e a penúria do cotidiano na favela: a imundície e a promiscuidade dos barracos, a dieta sofrível, a falta

⁴⁵² ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*.

de água encanada, o dinheiro curto, o tempo perdido no transporte público, o subemprego, enfim, as condições absurdamente precárias da vida no morro. Tudo isso a equipe da BBC foi até lá buscar e encontrou. O que eles não podiam esperar, mas as câmeras e microfones testemunharam, era que a jovem moradora daquele barraco objetivo habitasse um verdadeiro palácio subjetivo de alegria, esperança e fantasia.⁴⁵³

A jovem escolhida para servir de fio condutor do programa personificava a negação viva de toda a carga de sombra e amargura que o registro clínico de seu cotidiano nos faria esperar dela. Esbanjando *joie de vivre*, a jovem, em meio à precariedade de seu dia-a-dia humilde na favela, conforme descreveu o documentário,

irradiava uma felicidade espontânea, uma satisfação íntima consigo mesmo e uma libido exuberante que jamais conseguiríamos encontrar numa jovem inglesa de sua idade, não importando a classe social e mesmo no verão.⁴⁵⁴

Não se trata de um caso isolado. O carnaval, o samba, o futebol e mesmo a religião são exemplos de um Brasil altivo e feliz, cujo significado pode constituir-se em algo bem mais real do que simples material etnográfico para visitantes estrangeiros e antropólogos. Como afirmou DaMatta,⁴⁵⁵ reconhecendo aspectos relevantes dos *estereótipos* nacionais, o brasileiro sabe ser feliz sem notáveis conquistas materiais, mas fazendo um gol, conquistando uma mulher (ou um homem), participando de uma procissão de fé e brincando no carnaval.

É plausível supor, no entanto, que tanto o documentário da BBC quanto as pesquisas de opinião sobre os *graus* de felicidade sofram dos efeitos daquilo que físicos quânticos denominam *princípio da incerteza* – a interferência deturpadora do ato de observar sobre a configuração do que foi observado. Ao ser indagado sobre a sua felicidade, o entrevistado se defende perante si mesmo da ameaça de dor que uma resposta derrotista traria e declara-se sinceramente feliz. Ao ser escolhida, entre tantas outras, para *estrelar* um programa de TV, a jovem carioca

⁴⁵³ GIANNETTI, E. *Nada é tudo*: 64-65.

⁴⁵⁴ Apud idem: 66.

⁴⁵⁵ DAMATTA, R. *A casa e a rua*; DAMATTA, R. Brasil: uma nação em mudança e uma sociedade imutável? - considerações sobre a natureza do dilema brasileiro.

sente-se a *eleita dos deuses* e embarca num mundo de fantasia tão luxuriante quanto a novela das oito.

Avançar em tal caminho é arriscar-se a seguir no movediço terreno da especulação ou da justificativa antropológica para um objeto de pesquisa que – embora contenha forte conteúdo cultural – é fundamentalmente político: a fronteira entre a promessa petista de felicidade e a ação política (simbolizada na perspectiva da *mudança* e cristalizada, segundo o marketing de campanha, na vitória de Lula).

Como se viu neste trabalho, a intensa utilização da idéia de *ser feliz*, balizada pelas noções de esperança e alegria a serem atingidas pelo *povo* por uma *mudança* iminente, fundamentou a campanha que levou Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. É verdade que campanhas eleitorais costumam ser um espaço fértil para a venda do paraíso na terra. Com partidos fracos e competição política personalizada,⁴⁵⁶ candidatos transformam-se habitualmente em *salvadores da pátria* – expressão já popularizada entre eleitores e analistas. Apresentam-se, enfim, como portadores da esperança de uma vida melhor.

Talvez mesmo por essa constatação, e pela convicção de que o Partido dos Trabalhadores constituiu-se nos últimos 20 anos como uma agremiação diferenciada na estrutura partidária brasileira, é que esta pesquisa nasceu. Nasceu pela indagação: sob os recursos retóricos e audiovisuais das modernas técnicas de marketing eleitoral e trabalhadas com sucesso por Duda Mendonça e sua equipe, escondia-se um projeto real de nação feliz? Da análise dos documentos e diretrizes aprovados nos congressos e encontros do partido, e exposto nos programas de governo consolidados ao longo das quatro campanhas presidenciais, seria possível identificar uma ou mais concepções de felicidade coletiva?

⁴⁵⁶ REIS, B. Justiça social num mundo de estranhos; MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo; LIMA JR., O. B. *Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade*.

Pelo que foi analisado e discutido nos três capítulos deste trabalho, a resposta é *sim* e *não*. Antes, porém, de explicar tal dicotomia, convém realizar uma breve recapitulação, de modo a permitir ao eventual leitor que tenha chegado a este ponto uma apreensão sintética dos principais argumentos expostos.

O capítulo 1 buscou apresentar o conceito de felicidade segundo algumas correntes da filosofia política, da ciência política e da economia política. Se se tornasse necessário identificar um eixo temático que unisse todas as correntes analisadas, os elementos-chave a apontar seriam o desejo e a esperança. No debate sobre a felicidade, tais elementos constituem, *grosso modo*, o ponto central de discussão. A diferença entre os autores foi percebida justamente na percepção de cada um sobre a idéia de desejo e de esperança. Reconhecendo os pormenores conceituais de cada pensamento, é possível, por exemplo, destacar as abordagens que seguem a idéia segundo a qual *ser feliz é ter o que se deseja*. Deseja-se, porém, aquilo que não se possui. A felicidade estaria, assim, depositada na esperança da conquista de um ou mais objetivos, ainda que não plenamente realizados.

Tais desejos, tais esperas, acarretam uma considerável dose de sofrimento. Para amenizar essa dor, os *remédios* a serem *receitados* são diversos. Segundo o pensamento cristão tradicional, por exemplo, isso é possível com a crença da conquista no Paraíso – ou nos céus. A interpretação tradicional dos evangelhos aponta que as bem-aventuranças cristãs têm uma forma de promessa, dependentes do compromisso individual com a atitude humana – que será julgada se merecedora ou não da *salvação*. Outras interpretações, no entanto, defendem uma promessa de felicidade também num sentido mais imediato. Foi o caso dos ideólogos da Teologia da Libertação, que fundamentaram o trabalho dos grupos de base da Igreja Católica. Tais movimentos católicos integraram parte da sustentação política da construção do PT. Verificou-se, assim, a ênfase numa igreja conduzida

para os pobres e excluídos – e contra a pobreza e a exclusão social, balizada pela práxis em prol da dignidade humana, pelas relações de justiça social e pela autonomia humana – a libertação contra a opressão.

A felicidade como um valor legítimo na vida terrena está também, como se viu no capítulo 1, no centro do pensamento moderno. A emancipação das mentes, o aprimoramento intelectual e moral dos homens por meio da ação conjunta da educação e das leis e a transformação das instituições políticas em bases racionais constituiriam, para alguns autores, instrumentos de realização do homem na Terra. Para outros, a estrada da civilização e do progresso material conduziriam à felicidade.

Há, porém, diferenças substanciais. Para Locke, por exemplo, a felicidade depende das liberdades individuais – com um mínimo de restrições à ação de cada um, compatível com o direito a uma igual liberdade dos demais. Hobbes, por outro lado, viu a felicidade como um contínuo progresso de desejo, causa, entre outras coisas, da *guerra de todos contra todos* – daí, portanto, a necessidade de um Estado forte que garanta paz e segurança, meios para se alcançar os caminhos de seu desejo futuro e, conseqüentemente, a felicidade. Hobbes contrapôs-se, portanto, ao ideal estóico de *felicidade da quietude* (ataraxia), linha de herança grega e cristã segundo a qual a felicidade é alcançada por meio do equilíbrio e da moderação nas escolhas individuais. Viu-se também a discussão utilitarista sobre a felicidade – considera como o fim de um cálculo de prazeres, balizada pela máxima do bem-estar para o maior número possível de pessoas.

A crítica à civilização aparece em Rousseau, que projeta um fim melancólico às sociedades humanas egressas do estado de natureza e envoltas num estado civil por meio de um contrato, segundo ele, ilegítimo. Mais tarde, a tese de que a civilização entristece o homem foi retomada por Freud, para quem as comunidades nunca poderão abrir mão do aparato coercitivo, o que acarreta a falência de tentativas de implementação de um ideal de justiça universal. O advento da

Primeira Guerra Mundial convenceu Freud de que toda e qualquer retórica política fundada na pretensa existência de uma razão universal estaria fadada ao fracasso. Ele esperava que os dissensos internacionais pudessem, face ao *progresso* possibilitado pelo Iluminismo, ser resolvidos por outra forma que não por meio do apelo às armas.⁴⁵⁷ Um Estado liberal ou um Estado socialista, ambos considerados como propostas de eliminação dos conflitos e de garantia da felicidade coletiva, tornam-se, assim, *modelos* políticos insuficientes e ilusórios.

Ilusão semelhante foi percebida por alguns autores na análise do desencanto com as utopias que marcou o fim do século XX, bem como a desesperança de se chegar a um bem-estar coletivo através da práxis política e a constatação de que conquistas materiais e financeiras não levaram as sociedades à felicidade. Essa percepção seria causa ou consequência da centralidade adquirida pela busca individual de realização dos prazeres, pela ênfase no poder do dinheiro e do trabalho – já anteriormente criticada por Marx, por exemplo.

Uma dos casos de exceção desse desencanto ocorrido no século XX foram as esperanças depositadas por Polanyi, por exemplo, no nascente *Welfare State* – considerado por ele uma reação de autoproteção da sociedade contra os efeitos entrópicos dos mercados auto-regulados. Tratou-se, para muitos, do maior choque distributivo e democratizante da história do capitalismo. Tal esperança, como se pôde verificar nos capítulos 1 e 3, foi turvada. É o que provam os indicadores de felicidade analisados, segundo os quais as conquistas econômicas e os benefícios materiais não se tornaram elementos suficientes para acréscimos nos indicadores de percepção de felicidade.

⁴⁵⁷ Para Freud, a guerra, como meio de resolução dos conflitos, teria equiparado as sociedades ditas então *civilizadas* às sociedades tribais do interior da África. Para ele, a psique humana teria uma integridade em sua constituição muito mais ampla do que até então se imaginava. O produto final das *etapas civilizatórias*, para fins de diferenciação das sociedades, tornou-se assim insignificante: em todas estas estariam presentes os elementos da morte e da pulsão destrutiva – ou seja, os elementos que compõem o mal.

No caso brasileiro, ressalte-se, a questão ganha complexidade pela ausência histórica de políticas redistributivas efetivas, a despeito das tentativas desenvolvimentistas conduzidas no país durante o século XX.⁴⁵⁸ Não interessou a este trabalho, porém, investigar historicamente as tentativas brasileiras de realizar o sonho de um *Brasil grande*, especialmente através dos chamados *projetos de desenvolvimento*. Para que o tema não passe incólume, basta citar que, de Getúlio Vargas aos militares, as únicas exceções à hegemonia desenvolvimentista foram os *liberais* Dutra, Café Filho e Castello Branco – e Goulart, à sua maneira.⁴⁵⁹

Enquanto os governos conservadores, apoiados sobretudo nas oligarquias, buscavam legitimar-se pela projeção de um futuro melhor para os pobres embutido nos audaciosos projetos desenvolvimentistas e por generosos subsídios para os ricos justificados pelo esforço de industrialização, o governo Goulart – antes de Lula, o único da história do Brasil com um presidente fortemente vinculado ao movimento sindical e à esquerda – buscou compensar a falta de instituições que protegessem o seu mandato com o apelo distributivo direto encarnado nas *reformas de base*. Fracassou, sabe-se. Como fracassaram no país as possibilidades de políticas com resultados mais efetivos do ponto de vista da justiça social, da redução da desigualdade de renda e do crescimento econômico sustentado ao longo do tempo.

⁴⁵⁸ REIS, B. *Modernização, Mercado e Democracia: Política e Economia em Sociedades Complexas*. Curiosamente, o país testemunhou uma virtual unanimidade no interior de sua elite dirigente quanto às virtudes e à necessidade imperiosa do desenvolvimento econômico e da industrialização. Almeida, por exemplo, destacou a força ideológica dessa unanimidade: *O consenso em favor do desenvolvimentismo era mais do que sinônimo de interesses constituídos. Tratava-se de uma auto-representação da sociedade, uma ilusão sobre seu futuro prometido, compartilhado por todos os atores políticos importantes, da direita à esquerda. Os comunistas professavam enraizadas convicções nacionalistas que justificavam a intervenção estatal em nome da defesa da indústria brasileira e da justiça social. Políticos e tecnocratas de direita – civis e militares – alimentavam o sonho de transformar o Brasil em potência mundial de primeira classe com o auxílio de um Estado autoritário e intervencionista.* ALMEIDA, J. Reflexões sobre o marketing de Lula em 98: 221.

⁴⁵⁹ REIS, B. *Modernização, Mercado e Democracia: Política e Economia em Sociedades Complexas*; BRESSER PEREIRA, L. C. *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina*; SCHNEIDER, B. *Burocracia Pública e Política Industrial no Brasil*.

O Brasil também não conseguiu constituir um *Welfare State* nos moldes da social-democracia europeia.⁴⁶⁰ O sistema de proteção social instituído na Era Vargas foi desmontado paulatinamente por seus sucessores. Coube somente à Constituição de 1988 consagrar, por exemplo, a expressão Seguridade Social, até então oficialmente inexistente, para

consignar um padrão de proteção social compatível com a necessidade – à época, na ordem do dia – de asseverar direitos de cidadania a toda a população.⁴⁶¹

O termo designou, na Europa a partir dos anos 40, a garantia de que a sociedade se solidariza com o indivíduo quando o mercado o coloca em dificuldades.

Os anos 80 e 90, no entanto, ajudaram a eliminar do mapa geopolítico a referência à *humanização generosa* do capitalismo pela via dos sistemas de proteção social. Na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, foram duas décadas de resultados sócio-econômicos bastante conhecidos. Recessão, déficit público, inflação, crise fiscal somaram-se a desequilíbrios estruturais, com drástica redução do emprego e aumento dos já alarmantes índices de concentração de renda.⁴⁶² O neoliberalismo vigente

se transformou numa ideologia e numa política conservadora ou mesmo reacionária, ao legitimar uma verdadeira vingança do capital contra os trabalhadores, feita na forma do desmonte de sua legislação sindical e dos seus direitos sociais.⁴⁶³

Foi nesse contexto descrito por Fiori que o maior partido de esquerda do Brasil chegou ao poder, em outubro de 2002. A trajetória desse partido está sintetizada no capítulo 2, que teve como objetivo principal apresentar as transformações programáticas ao longo do percurso – da sua fundação, em 1980, à eleição, em 2002. Da análise das diretrizes e resoluções aprovadas nos congressos

⁴⁶⁰ PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*; PRZEWORSKI, A. *Democracy and the market: political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America*.

⁴⁶¹ VIANNA, M. L. T. W. As armas secretas que abateram a seguridade social: 91.

⁴⁶² GONÇALVES, R. Distribuição de riqueza e renda: alternativa para a crise brasileira.

⁴⁶³ FIORI, J. L. *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*: 79.

e encontros nacionais do partido, verificou-se a evidente mudança de foco no discurso petista nesse período: da ênfase a posições ideológicas, ainda que balizadas pelo que alguns analistas apontam como ambigüidade, o partido encaminhou-se para uma estratégia discursiva voltada para a ampliação da base eleitoral. Passou a exaltar, por exemplo, a capacidade de resolver problemas concretos da população. A dimensão utópica de partido transformador foi aos poucos perdendo espaço para o pragmatismo do exercício do poder –⁴⁶⁴ traço resultante de um lento processo de institucionalização e crescimento da legenda.

Certamente não reside neste ponto o ineditismo deste trabalho. Não são raros, afinal, os estudos que analisaram tais transformações nas idéias, nos discursos e até mesmo nos documentos internos produzidos pelo PT. Como se viu no capítulo 2, não foram poucas as pesquisas que discutiram a complexa formação do partido, que o levou a ter como característica central a existência, dentro da própria legenda, de múltiplos grupos dotados de teses e concepções distintas. A originalidade defendida aqui está na tentativa de cruzar essas idéias, esses discursos, esses documentos, a concepções de felicidade supostamente presentes no ideário petista.

O capítulo 2 buscou justamente destacar evidências que permitissem a identificação da existência ou não de um projeto real de felicidade coletiva nos programas de governo, bem como nas resoluções e diretrizes aprovadas nos congressos e encontros do PT. E aqui convém retomar a pergunta feita na introdução deste trabalho e repetida nas primeiras páginas destas considerações finais: nesse percurso, o PT elaborou um *projeto* de felicidade coletiva para o país? Já se disse que *sim* e *não*. Agora, cabe explicar.

Os bem-sucedidos *jingles* de campanha, analisados no capítulo 3, sugerem, de fato, uma clara referência a um *Brasil feliz*. Essa felicidade é, pela própria natureza do recurso, um tanto vaga. Apesar disso, destaca-se com clareza uma mensagem de

⁴⁶⁴ MENDES, C. *Lula: a opção mais que o voto*.

desejo e esperança. Essa esperança de conquista da felicidade está depositada na idéia de mudança, que embala os sonhos de uma gente que não veria a hora de um *homem do povo* governar o país. Mais do que isso, porém, os *jingles* não chegam a detalhar. As idéias, viu-se, seguem vagas, embora é preciso ressaltar que dificilmente se poderia esperar um aprofundamento na concepção de felicidade. Há referências passageiras à perspectiva de emprego e à terra que *tudo dá*, mas turvada pela corrupção e por uma elite que leva os lucros e colhem os frutos, enquanto o povo amarga a pobreza. Os *jingles* também se referem a um Brasil mais decente, no qual o trabalhador tenha uma vida digna, apesar de pobre.

No andamento da pesquisa, havia a convicção de que os documentos e diretrizes do partido forneceria respostas mais claras para a questão. Voltados, convém anotar, para o público interno, para a base do partido, tais textos revelaram um discurso pautado na idéia do que se chamou aqui de *mudança social*. Conduziram, afinal, para uma agenda afirmativa de superação dos entraves para a conquista do bem-estar coletivo, de redução das desigualdades sócio-econômicas, de promoção de justiça social.

Por essa ênfase – que se mantém coerente ao longo do tempo – conclui-se que é possível, sim, estabelecer conexões entre o partido e uma suposta felicidade coletiva. O problema é que esse tipo de discurso costuma adornar o ideário de qualquer partido político. Liberais ou social-democratas, representantes da esquerda ou da direita, socialistas ou não, qual partido, afinal, seria capaz de contrapor-se a um projeto de promoção de justiça social ou de redução das desigualdades sócio-econômicas? Basta saber que, do ponto de vista econômico, por exemplo, é importante notar que a experiência das democracias eleitorais mais estáveis ao longo do século XX desautoriza a crença de que governos oriundos da esquerda ou da direita possam adotar políticas econômicas muito diferenciadas entre si. Via de regra, ambos recitam, com vaga diferença de ênfases, o *estado das*

artes econômico vigente no momento, quando a estabilidade institucional lhes permite valorizar suficientemente *payoffs* futuros.⁴⁶⁵

Pode-se dizer, porém, que no caso brasileiro as estratégias, os meios de conquista e a percepção sobre o papel do Estado na condução de políticas sociais não foram capazes de conduzir ao bem-estar coletivo. Nesse sentido, é inegável o aspecto diferencial do PT no contexto do quadro partidário nacional. Não só pela base sólida de sustentação política – sindicalistas, movimentos católicos de esquerda, intelectuais, etc. – como pela maneira com a qual o partido discutiu e aprovou internamente suas concepções e diretrizes. Pelo menos em grande parte da sua trajetória como partido de oposição, quando ainda não precisava adequar-se ao pragmatismo da práxis do poder.

Da pesquisa, contudo, conclui-se que felicidade não constitui um conceito explícito apresentado nos documentos do partido. Referências textuais aparecem em raríssimas ocasiões. Surge, por exemplo, quando Florestan Fernandes, em artigo sobre os fundamentos de um programa de governo para o PT, afirma que, entre os postulados do partido, está, em primeiro lugar, a defesa da felicidade como

um direito fundamental, que deve ser garantido a todos os indivíduos e comunidades humanas.⁴⁶⁶

Surge também na resolução do 1º Congresso, segundo a qual a

busca da felicidade é um direito efetivo de todos os indivíduos e comunidade.⁴⁶⁷

⁴⁶⁵ É claro, porém, que os países não são todos idênticos entre si, e contextos diferentes podem produzir formas de capitalismo e trajetórias de modernização bastante variadas. Ver, por exemplo, ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do *Welfare State* na Nova Ordem Mundial para uma descrição de agudas diferenças na operação do *Welfare State* mesmo entre países europeus comparativamente muito mais assemelhados entre si do que com os países periféricos de modernização mais recente, como as nações latino-americanas. No interior de um mesmo país, contudo, a alternância eleitoral entre partidos democráticos de esquerda e de direita tem produzido um impacto limitado na condução da política econômica.

⁴⁶⁶ FERNANDES, F. *O PT em movimento*: 18.

⁴⁶⁷ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*: 497.

Não se trata de fazer aqui uma procura tosca da expressão *felicidade* nos documentos do PT. Não. Mas chama a atenção que o termo – eixo central dos slogans das quatro campanhas presidenciais que Luiz Inácio Lula da Silva participou – esteja explicitamente pouco presente em 20 anos de documentação programática. Desse estranhamento resulta a opção de aqui tratar a felicidade petista não como um *projeto*, e sim como uma *idéia*. Essa *idéia petista de nação feliz*, evidentemente, assim como o próprio PT, assim como a realidade brasileira, assim como as relações internacionais, assim como o contexto sócio-econômico, modifica-se ao longo da trajetória do partido.

Justiça social e liberdade, viu-se, constituiu-se no eixo central da idéia de felicidade presente no PT. Enquanto o primeiro conceito se manteve com o passar do tempo – mudando-se apenas os meios diagnosticados pelo partido como os mais eficazes para sua conquista – o conceito de liberdade perde nítido espaço. O PT nasceu, afinal, no crepúsculo do regime militar, e seu discurso em prol da liberdade adequa-se à defesa das liberdades políticas, das conquistas democráticas e do alcance dos direitos de livre associação. Não se tratava, portanto, de uma liberdade de herança liberal – lockeana ou utilitarista; tampouco uma liberdade próxima aos neoliberais ortodoxos, defensores do *Estado mínimo*, que estabeleceram claros limites da contraposição frontal entre a extensão do poder do Estado e a franca operação do mercado.

Há, contudo, uma presença forte da herança cristã e marxista na idéia petista de felicidade, em especial na noção que o partido apresentou de justiça social. A *utopia democrática* dos primeiros anos do partido, conjugada com políticas universais capazes de promover uma *efetiva* inclusão social, resultaria, segundo o PT, numa sociedade socialista – embora o socialismo petista tenha padecido algumas vezes de um caráter ambíguo e indefinido, conforme mostrou o capítulo 2. Mas o objetivo era a conquista do bem-estar coletivo, traduzido pelo fim das desigualdades – uma

igualdade nivelada *por cima*. O 4º Encontro, realizado em 1986, afirma, por exemplo, que o socialismo almejado pelo partido

não pretende nivelar o padrão de vida da população por baixo, mas sim por cima, favorecendo o bem-estar o conforto de todos, e não apenas de minorias privilegiadas.⁴⁶⁸

O PT, no entanto, não se definiu em seus documentos como marxista, tampouco seguiu o diagnóstico marxista para as crises econômicas. Recusou, por exemplo, a idéia de *inevitabilidade histórica* da crise final do capitalismo e do conseqüente alcance do socialismo. Chega, contudo, a aproximar-se do conceito marxista de *boa vida*, apresentado no capítulo 1, com a defesa da emancipação e da auto-organização humanas; o caráter utópico desta emancipação, presente no discurso da campanha presidencial de 1989, praticamente *sumiu* nas disputas seguintes.

O eixo econômico do discurso petista, aliás, constitui um dos elementos centrais no entendimento da *idéia petista de nação feliz* – e também um dos principais exemplos das transformações verificadas nos documentos e nos programas de governo do partido. Primeiro porque o PT deixa de lado a dimensão utópica citada no parágrafo anterior, balizada pela idéia de emancipação política e econômica. Em segundo lugar, porque se viu o crescente pragmatismo do partido que, aos poucos, tomou conta não só da retórica dos seus líderes, como também das suas diretrizes programáticas. De uma retórica de ruptura com o *modelo econômico*, vigente na primeira disputa presidencial (1989), o partido atravessou três derrotas para assegurar, na *Carta ao Povo Brasileiro*, seu *compromisso com os contratos* e seu apoio ao então recente acordo com o Fundo Monetário Internacional.

A dimensão econômica adquire centralidade também pela própria percepção de felicidade que cerca a população brasileira. Como se viu no capítulo 3, as pesquisas empíricas sobre o tema revelaram as imagens que os brasileiros

⁴⁶⁸ Idem: 255.

alimentam sobre si mesmos: uma delas, por exemplo, mostrou que só 3% se declara infeliz em relação à própria vida, enquanto a grande maioria se disse satisfeita com a vida que leva. No plano coletivo, contudo, se 65% dos entrevistados sentem-se felizes consigo mesmos, apenas 23% desses mesmos cidadãos acreditam que os *brasileiros em geral* são felizes. Em outras palavras, a percepção de felicidade coletiva – aquela que, de fato, interessou a este trabalho – é bastante negativa. Convém reafirmar um dos argumentos utilizados neste trabalho: os entrevistados podem utilizar critérios distintos nos juízos que emitem. Ao falarem dos demais brasileiros, privilegiam as condições objetivas em que vive a maioria. A precariedade vista de fora – renda, emprego, saúde, segurança, educação, habitação – domina a avaliação. Tais elementos estão presentes na lista de maiores demandas sociais brasileiras.

Não se trata, portanto, de reduzir a felicidade coletiva brasileira à dimensão econômica, mas, num sentido amplo, às condições objetivas da vida dos cidadãos.⁴⁶⁹ Aqui, o *palácio subjetivo* – a alegria espontânea dos afetos, o *Brasil em festa* simbolizado pelo carnaval e pelo futebol, por exemplo – cede à força do *barraco objetivo* – as adversidades materiais e financeiras enfrentadas por uma população, em sua maioria, marcada pela escassez. E são justamente essas condições objetivas, não é demais ressaltar, que dizem respeito ao campo da política. É nesse espaço que a política atua e *pode* vir a dar respostas para a melhoria ou não da percepção da felicidade coletiva. Foi por essa perspectiva que, embora tenha reconhecido que felicidade e bem-estar coletivo sejam conceitos distintos, este trabalho os utilizou como confluentes.

⁴⁶⁹ Apesar da ênfase no discurso voltado para as questões sociais, a questão econômica parece sempre ter balizado o discurso do PT. Num artigo recente no jornal *Folha de S.Paulo*, de 06/12/2004 (p. A3), no qual discute uma suposta mudança do partido, Cristovam Buarque nota com clareza: *O PT é um partido de economia, vista da ótica dos assalariados do setor moderno; acredita que os problemas sociais se resolvem pelo crescimento econômico, que gera emprego e distribui renda por meio dos salários. O Partido dos Trabalhadores não abandonou o social – ele nunca foi um partido do social.*

Da análise dos documentos, dos programas de governo e das estratégias do marketing político da última campanha presidencial – expostas nos *jingles* e na (re)construção da imagem pública de Lula –, conclui-se que o PT soube enfatizar os aspectos econômicos da *mudança* que garantiram ao eleitor a perda do *medo de ser feliz*. A afirmação pode parecer tautológica, dada a vitória de Lula em 2002, mas ganha respaldo pela constatação verificada na campanha: um momento de rara junção, em Lula, entre o discurso de defesa da mudança (com ênfase na agenda social, supostamente inverso ao que estaria dedicado o então governo de Fernando Henrique Cardoso) com garantia de confiabilidade institucional, acrescido da (re)construção de uma imagem pública de negociador, capaz de mediar um novo contrato social no país, conforme analisou o capítulo 3. Como afirmou Luis Carlos Fridman, num artigo publicado no dia seguinte à vitória:

Lula não é o detentor da sensibilidade social, mas já sentou-se em todas as mesas: naquelas onde falavam alto as forças do capital ou onde disputava-se o que fazer quando não havia dinheiro algum. Seu longo trajeto representa o amadurecimento de um partido político enraizado na sociedade a ponto de finalmente ganhar a adesão de fortes e expressivos setores do empresariado. Pelo reconhecimento através do voto, essa nova aliança parece destinada a absorver as urgências sociais brasileiras, o que não significa um desprezo olímpico e irresponsável pelas relações de força e efeitos da economia global.⁴⁷⁰

Um aspecto central da união entre a felicidade e o PT está simbolizado na figura do próprio Lula. Mais do que o partido, a vitória de 2002 construiu a imagem de que *ele chegou lá*: da infância pobre à dura vida de metalúrgico, das lutas sindicais *em defesa* dos trabalhadores ao bem-sucedido comando do partido, Lula parece simbolizar um país marcado pelas desigualdades mas de possibilidades efetivas de mobilidade social.

Pode-se aqui novamente recorrer ao documentário *Entreatos*. Numa seqüência, durante a preparação para uma sessão de gravações para a TV, quando está escolhendo sua gravata, Lula critica aqueles que condenam seu *aburguesamento*.

⁴⁷⁰ CADERNO ESPECIAL. Lula, presidente do Brasil: Especial 12.

Outro dia um companheiro xiita do PT disse: *Eu prefiro o Lula de macacão, não o Lula de gravata.* (...) Eu não estava presente, me contaram. Aí fui no microfone e falei: *Tem um companheiro aqui que disse que prefere o Lula de macacão. Vamos fazer o seguinte: eu dou meu macacão de graça pelo terno e gravata dele. Ele vai trabalhar numa fábrica para ver se é bom.* Só fala isso quem não conhece o que é trabalhar de macacão debaixo de uma telha de Brasilit. Depois do almoço aquela porra esquentada e você fica todo suado até três horas da tarde.

Em seguida, diz que levou meses para se acostumar com o macacão da fábrica e apenas duas horas com a gravata. Difícil encontrar representação melhor para a felicidade de Lula conquistada por meio da ascensão social.

Um dos tópicos do capítulo 2 ressaltou a importância da análise específica sobre a trajetória, a personalidade e os discursos de Lula. Acrescenta-se uma frase emitida por ele ao fim do primeiro ano do mandato:

Eu digo sempre que, se tem um homem neste país que tem razões de sobra para estar feliz, sou eu.

Um curioso contraponto à frase-símbolo das charges de João Ferrador nos tempos de metalúrgico: *Hoje eu não tô bom.*

Se a eleição de Lula de fato significou, mais do que um episódio eleitoral, a inauguração de um processo *civilizatório* do pujante, mas excludente, capitalismo brasileiro, não cabe a este trabalho discutir. Enquanto ele foi escrito, não foram raros os episódios retratados na grande imprensa de surpresa – e até de estupefação e inconformismo por parte de alguns – de aliados históricos do PT diante dos exemplos de pragmatismo do governo petista.⁴⁷¹ O contraste com as

⁴⁷¹ Processos semelhantes, convém lembrar, ocorreram com a esquerda européia, desde que assumiu o poder no período entre-guerras. Prisioneiros da inexequibilidade de um programa revolucionário no interior de um marco institucional-legal minimamente consistente, os social-democratas permaneceram reféns da ortodoxia no que toca à gestão governamental. Como afirmou Reis, *num século pródigo em intelectuais marxistas, um pensador que nunca foi socialista veio salvar os social-democratas da completa capitulação. Ao colocar o consumo do centro dinâmico do sistema capitalista, Keynes retirou do salário do operário a condição de mero item de custo das empresas, cuja extensão apenas comprimiria investimentos futuros, e forneceu à social-democracia uma bandeira que poderia ser apresentada como universal: tecnicamente, a redistribuição passava, de um gesto de caridade a demandar sacrifícios à coletividade, à condição de política produtora de efeitos benéficos para o sistema como um todo – permitindo aos ex-socialistas passar da política tudo-ou-nada, até então inevitável, para a nova ideologia do bem-estar geral.* REIS, B. Justiça social num mundo de estranhos: 32. Sobre isso, ver também

teses do passado, muitas delas explicitadas neste trabalho, constitui um fato tão constante quanto novo na democracia brasileira. Apesar de se já ter atingido metade do mandato de Lula, no momento, não é possível estabelecer mais do que exercícios prospectivos ou normativos. Caso do recente trabalho de Tarso Genro, um dos ideólogos do partido:

O conflito que vivemos entre os nossos desejos e programas 'de oposição' e o que podemos fazer no poder, precisa ser resolvido no campo da teoria e da ação política, envolvendo a nossa base, interna e externamente ao partido. Não é possível simplesmente alegar – mesmo que verdadeira a alegação – a mera *impossibilidade de cumprimento das metas* que defendíamos na oposição, sem elaborar uma *doutrina da transição*. A ausência desta doutrina, sem dúvida, alenta o pragmatismo e passa a dar sentido puramente *imediatamente* à vida política prática de cada um. É necessário buscar um amplo entendimento entre todos os setores partidários e não partidários que aspiraram, por exemplo, o desenvolvimento econômico, a estabilidade social, a vigência dos direitos humanos, o combate frontal à desigualdade, para assim promover um pacto amplo de defesa de uma contratualidade social renovada que é a justificação histórica e moral da guinada ao centro.⁴⁷²

Se é verdade que o PT não tinha um *projeto* de felicidade coletiva, mas uma *idéia de nação feliz* – na qual pontuavam alguns aspectos que se pôde identificar como adequados a certas noções de felicidade –, é verdade também que a perspectiva real de poder reduziu-lhe a dimensão utópica. Se é verdade que aquele projeto utópico de uma sociedade igualitária, sem classes, foi derrotado já no início dos anos 90, diante dos escombros do Muro de Berlim, é verdade também que não foi substituída por uma utopia de natureza democrática,⁴⁷³ mas pelo

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*; PRZEWORSKI, A. *Democracy and the market: political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America*.

⁴⁷² GENRO, T. *A esquerda em processo*: 111.

⁴⁷³ *Idem*.

neoliberalismo.⁴⁷⁴ Se é verdade que as promessas socialistas ruíram com o burocratismo e a ausência de liberdades, é verdade também que o neoliberalismo contribuiu, nas últimas duas décadas, para arrefecer muitas das esperanças de sociedades coletivamente mais felizes. Se é verdade que a felicidade, ainda que vaga, manteve-se ao longo da trajetória do PT como uma meta, o partido pareceu incapaz de identificar os meios concretos de alcançá-la quando chegasse ao poder.

A construção de uma sociedade fraterna e igualitária, prometida por Lula e pelo PT mesmo numa disputa marcada pelo realismo e pelos *compromissos* com a estabilidade monetária (como ocorreu em 2002), é algo ainda em aberto, que somente análises futuras poderão dar conta sem incorrer no erro da especulação. Embora modesto, espera-se que este trabalho possa significar um passo adiante, mínimo que seja, para tal reflexão. Não a fim de especularmos sobre *possibilidades*, mas para a identificação de elementos confluentes e divergentes entre promessas e práticas políticas. Ainda que tais promessas sejam tão complexas e árduas quanto esta: deixar a felicidade ao alcance de uma nação tisonada por históricas desigualdades.

⁴⁷⁴ Não se quer dizer aqui, evidentemente, que a felicidade só poderia ser conquistada no socialismo. A ênfase aqui resulta da proposta inicial do PT, segundo a qual a meta de chegar ao poder visava ao alcance de uma *sociedade socialista, sem classes*. Ver capítulo 2, tópico *A visão programática: a construção do partido sob o ideal de justiça e liberdade*, deste trabalho.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, A. Sem montagens e sem trucagens: a nova legislação eleitoral. *Comunicação & política*, nova série, vol. 1, n° 2, 1994.

_____. *Aqui você vê a verdade na tevê: a propaganda política na televisão*. Rio de Janeiro: MCII/UFF, 1999.

ALDÉ, A. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. Comunicação apresentada no *III Encontro (Inter)Nacional de Estudos de Comunicação e Política*, Salvador, 2002.

_____. *A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, J. Reflexões sobre o marketing de Lula em 98. In: RUBIM, A. A. C. (org.) *Mídia e eleições de 1998*. Salvador: Universitária/UFPB e Facom/UFBA, 2000.

_____. Serra e a mudança: um discurso fora do lugar de fala. Comunicação apresentada no *III Encontro (Inter)Nacional de Estudos de Comunicação e Política*, Salvador, 2002.

ALMEIDA, M. H. T. Pragmatismo por necessidade: os rumos da reforma econômica no Brasil. *Dados*, vol. 39, n° 2, 1996.

AMARAL, O. E. *A estrela não é mais vermelha*. São Paulo: Garçon, 2003.

ANDERSON, P. *Zona de compromisso*. São Paulo: Edunesp, 1996.

ANNAS, J. *The morality of happiness*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

ANTONIAZZI, A. Iglesia y Democracia em Brasil. In: CORVALÁN, S. (ed.). *Iglesia, Estado y Democracia em América Latina*. Santiago: Kead, 1990.

ANTUNES, R. *O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-80*. São Paulo: Ensaio/Unicamp, 1988.

_____. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas: Autores Associados, 2004.

ARENDT, A. A busca da felicidade. In: *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1979.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

_____. *Metafísica*. São Paulo: Loyola, 2001.

BENTHAM, J. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. São Paulo: Coleção Os Pensadores, Abril Cultural, 1974.

BETTO, F. *O fermento da massa*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *CEBs: rumo a uma nova sociedade*. São Paulo: Paulinas, 1983.

_____. *Lula: biografia política de um operário*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Loyola, 1995.

BOBBIO, N. et al. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BOBBIO, N. *Teoria geral da política: A filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BODEI, R. e PIZZOLATO, L. F. *A política e a felicidade*. São Paulo: Edusc, 2000.

BOFF, C. et. al. *As Comunidades de Base em questão*. São Paulo: Paulinas, 1987.

_____. e BOFF, L. *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

- BOFF, L. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1980a.
- _____. *O caminhar da Igreja com os oprimidos: do vale das lágrimas à terra prometida*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980b.
- _____. Comunidades eclesiais de base - povo oprimido que se organiza para a libertação. *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 41, n° 162, 1981.
- _____. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1995.
- BONFIM, M. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- _____. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- BORGES. Ética burocrática, mercado e ideologia administrativa: contradições da resposta conservadora à "crise de caráter" do Estado. *Dados*, vol.43, n° 1, 2000.
- BOSH, P. V. D. *A filosofia e a felicidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BRESSER PEREIRA, L. C. *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- BRUCKNER, P. *A euforia perpétua: ensaios sobre o dever de felicidade*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- BURY, J. B. *Idea of progress: an inquiry into its origin and growth*. Londres: London University Press, 1998.
- CABRAL. Teologia da Libertação: o cristianismo a favor dos excluídos. *Achegas*, 2002. http://www.achegas.net/numero/dois/a_cabral.htm. Acessado em 1° de novembro de 2004.
- CALLIGARIS, C. *Hellô Brasil*. São Paulo: Escuta, 1991.
- CANTRIL, Hadley. *The pattern of human concerns*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1965.
- CARVALHO, J. M. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n° 38, 1998.
- _____. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. In PANDOLFI, D. et. al. (org.). *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CASSIRER, E. A questão de Jean-Jacques Rousseau. In QUIRINO, C. G. e SOUZA, M. T. S. (orgs.). *O Pensamento Político Clássico: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau*. São Paulo: Biblioteca Básica de Ciências Sociais, 1980.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAVA, R. D. A Igreja e a abertura, 1974-1985. In STEPAN, A. (org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- CELSO, A. *Porque me ufano do meu país*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.
- CÉSAR, B. T. *PT: a contemporaneidade possível – base social e projeto político, 1980-1991*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CHASIN. *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000.

- CHAUI, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1981.
- _____. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. *Ética em Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- COHN, G. Adorno e a Teoria Crítica da Sociedade. In COHN, G. (Org.). *Theodor W. Adorno*. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, n° 54, 1994.
- CONDORCET, M. M. J. *C Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Campinas: Unicamp, 1993.
- CONTI, M. S. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- COUTINHO, C. N. Democracia e socialismo. In WEFFORT, F. e CARVALHO, A. (orgs.). *PT: um projeto para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- COUTO, C. G. *O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CRANSTON, M. *John Locke*. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- DAHL, R. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.
- DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia de dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- _____. Brasil: uma nação em mudança e uma sociedade imutável? - considerações sobre a natureza do dilema brasileiro. *Estudos históricos*, vol.1, n° 2, 1988.
- DANTAS JR., A. *Lula, sem censura*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DEMO, P. *Dialética da felicidade: olha sociológico pós-moderno*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- DIENER et. al. Subjective well-being: three decades of progress. *Psychological Bulletin*, n° 125, 1999.
- DU CHÂTELET, M. *Discurso sobre a felicidade*. São Paulo: Martins Fontes: 2002.
- DULCI, L. Entrevista a Ricardo de Azevedo. *Teoria e Debate*, dezembro de 2002.
- EASTERBROOK. *The progress paradox – how life gets better while people feel worse*. Nova York: Random House, 2004.
- ELSTER, J. Auto-realização no trabalho e na política: a concepção marxista de boa vida. *Lua Nova*, n° 25, 1992.
- EPICURO. *Carta sobre a felicidade (a Menecceu)*. São Paulo: Unesp, 2002.
- ESPINOSA, B. *Ética*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do *Welfare State* na Nova Ordem Mundial. *Lua Nova*, São Paulo, n° 33, 1995.
- FARIA C. A. P. Uma genealogia das teorias e modelos do Estado de Bem-Estar Social. *BIB*, n° 46, 1998.
- FAUSTO NETO, A. et al. *Lula presidente: televisão e política na campanha eleitoral*. São Paulo: Hacker, 2003.
- FERNANDES, F. *Pensamento e ação: PT e os rumos do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- _____. *O PT em movimento*. São Paulo: Cortez, 1991.
- FIGUEIREDO, M. Mídia, mercado de informação e opinião pública. *Informação e democracia*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000.
- _____ e ALDÉ, A. Intenção de voto e propaganda política: efeitos e gramáticas da propaganda eleitoral. Recife: Anpocs, 2003.
- FIGUEIREDO, R. O marketing político: entre a ciência e a falta de razão. In FIGUEIREDO, R. (org.). *Marketing político e persuasão eleitoral*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- _____. A eleição de 2002. *Opinião Pública*, v. 9, n° 2, 2003.
- FIORI, J. L. *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FRANCISCATTI, K. V. S. À felicidade na liberdade ou à felicidade na ausência de liberdade. *Psicologia & Sociedade*, vol.14, n° 1, 2002.
- FRANK, R. H. *Luxury fever: money and happiness in an era of excess*. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2003.
- FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- FREY, B. e STUTZER, A. *Happiness and economics*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- GADOTTI, M. (org.). *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.
- GENRO, T. *O futuro para armar*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *A esquerda em processo*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GIANNETTI, E. *Nada é tudo*. São Paulo: Campus, 2000.
- _____. *Felicidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. Economia e felicidade. *Next Brasil*, n° 1, 2003.
- GIANNOTTI, J. Primeira reeleição. *Novos Estudos Cebrap*, n° 52, 1998.
- GONÇALVES, R. Distribuição de riqueza e renda: alternativa para a crise brasileira. In LESBAUPIN, I. (org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GOUGH, J. W. A teoria de Locke sobre a propriedade. In QUIRINO, C. G. e SOUZA, M. T. S. (orgs.). *O Pensamento Político Clássico: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau*. São Paulo: Biblioteca Básica de Ciências Sociais, 1980.
- GUIMARÃES, C. Deu no jornal, é Real. *Comunicação e Política*, 1995.
- HARRISON, Ross. Bentham, Mill and Sidgwick. In BUNNIN, N. F. and TSUI-JAMES, E. P. (eds). *The Blackwell Companion to Philosophy*. Oxford: Blackwell, 1996.
- HARNECKER, M. *O sonho era possível*. Havana: Mepla/Casa América Libre, 1994.
- HEGEL, G. *A fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HELLER, A. *Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- HUBER, E. e STEPHENS, J. D. *Development and crisis of the Welfare State: parties and policies in global markets*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
- IBGE. *Estatísticas do século XX*. 2003.

- IVERSEN, T. The dynamics of Welfare State expansion: trade openness, de-industrialization, and partisan politics. In PIERSON, P. *The new politics of the Welfare State*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- KANT, I. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986a.
- _____. *Crítica da razão prática*. Lisboa: Edições 70, 1986b.
- _____. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- _____. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- KECK, M. *PT: a lógica da diferença – o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.
- KEHL, M. R. A fratria órfã. In KEHL, M. R. *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- KITSCHOLT, H., LANGE, P., MARKS, G. e STEPHENS, J. D (orgs.) *Continuity and change in contemporary capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- KOTSCHO, R. O ano em que lavamos a alma. In SINGER, A. *Sem medo de ser feliz*. São Paulo: Scritta, 1990.
- KUCINSKI, B. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- LAMOUNIER, B. (org.) *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 1990.
- LANE, R. *The loss of happiness in market democracies*. New Haven: Yale University Press, 2000.
- LATTMAN-WELTMAN, F. *A imprensa faz e desfaz um presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- LAYARD, R. Happiness: has social science a clue?. Londres: London School of Economics, 2003.
- LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1983.
- LESBAUPIN, I. *Igreja, movimentos populares e política no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983.
- _____. et. al. *As Comunidades de Base em questão*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- _____. (org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999a.
- _____. Comunidades de base e mudança social. 1999b. <http://www.ifcs.ufrj.br/jornada/papers.09mr0103.rtf>. Acessado em 1º de novembro de 2004.
- LIBÂNIO, J. B. *A volta à grande disciplina*. São Paulo: Loyola, 1983.
- LIMA JR., O. B. *Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- _____. *Dois tratados sobre o governo civil*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LÖWY, M. O marxismo da Teologia da Libertação. *Revista Espaço Acadêmico*, n° 17, 2002. <http://www.espacoacademico.com.br/017/17clowy.htm>. Acessado em 2 de novembro de 2004.

- MACHADO, M. A política mercadológica. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado*, n° 5, maio de 1998.
- MACPHERSON, C. B. *A teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- MAGALHÃES, I. BARRETO, L. e TREVAS, V. (orgs.). *Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 29. São Paulo: Anpocs, 1995.
- MARCUSE, H. *O fim da utopia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- _____. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.
- MARÍAS, J. *A felicidade humana*. São Paulo: Livraria 2 Cidades, 1989.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Edições 70, 1989.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MENDES, C. *Momento dos vivos: a esquerda católica no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- _____. *Lula: a opção mais que o voto*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- _____. *Lula: entre a impaciência e a esperança*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004a.
- _____. *Lula: une gauche qui s'éveille*. Paris: Descartes & Cie, 2004b.
- MENEGHELLO, R. *PT: a formação de um partido: 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MENEGUELLO, R. e KOVARICK, L. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MIGUEL, L. F. Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo. *Dados*, vol. 42, n° 2, 1999.
- _____. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. *BIB*, n° 49, 2000.
- _____. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, n° 55-6, 2002a.
- _____. *Política e mídia no Brasil: episódios da história recente*. Brasília: Plano, 2002b.
- _____. A eleição visível: a Rede Globo descobre a política em 2003. *Dados*, vol. 46, n° 2, 2003.
- _____. Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral. *Sociologias*, ano 6, n° 11, 2004.
- MILL, J. S. *Utilitarismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000a.
- _____. *Sobre a liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000b.
- MISRAHI, R. *A felicidade: ensaio sobre a alegria*. Rio de Janeiro: Difel, s/ data.
- NÊUMANNE, J. *Atrás do palanque: bastidores da eleição de 1989*. São Paulo: Siciliano, 1989.
- NIETZSCHE, F. *A genealogia da moral*. Lisboa: Guimarães, 1979.
- O'DONNELL, G. e SCHIMITTER, P. *Transições do regime autoritário – primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.

- _____ e REIS, F. W. (orgs.). *Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.
- OLIVEIRA, F. O marajá superkitsch. *Novos Estudos Cebrap*, n° 26, 1990.
- _____. *O elo perdido*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- OLIVEIRA, I. R. *Trabalho e política: as origens do PT*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- PARANÁ, D. *Lula: o filho do Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- _____. *PT 20 anos: trajetórias*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- PASCAL, B. *Pensamentos*. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Pensadores, 1999.
- PASSMORE, J. *Perfectibility of man*. Londres: London University Press, 1970.
- PEDROSA, M. *Sobre o PT*. São Paulo: Ched, 1980.
- PIERSON, P. *The new politics of the Welfare State*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- PLATÃO. *O banquete*. Mira-Sintra: Europa-America, 1986.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POMAR, V. In PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- PORTO, M. Televisão e eleições presidenciais 2002: notas sobre as relações entre horário eleitoral e cobertura do Jornal Nacional no primeiro turno. III Encontro (Inter)Nacional de Estudos de Comunicação e Política, Salvador, 2002.
- PRADO, P. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Democracy and the market: political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- RAWLS, J. *Uma Teoria da Justiça*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- _____. Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica. *Lua Nova*, n° 25, 1992.
- _____. Social unity and primary goods. In SEN, A e WILLIAMS, B. *Utilitarianism and beyond*. Nova York: Cambridge University Press, 1996.
- _____. *O liberalismo político*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela; São Paulo: Ática, 2000.
- REIS, B. Modernização, Mercado e Democracia: Política e Economia em Sociedades Complexas. Rio de Janeiro: Iuperj, tese de doutorado em ciência política, 1997.
- _____. Justiça social num mundo de estranhos. Texto apresentado no II Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 20-24 de novembro, 2000.
- RIBEIRO, R. J. Hobbes: o medo e a esperança. In WEFFORT, F. (org.). *Os clássicos da política* (vol. 1). São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *A Marca do Leviatã: linguagem e poder em Hobbes*. São Paulo: Ática, 1978.

- RICARDO, C. *A marcha para o oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: José Olympio/Edusp, 1970.
- RODRIGUES, L. M. *Partidos e sindicatos*. São Paulo: Ática, 1990.
- ROSENFELD, D. L. *PT na encruzilhada: social-democracia, demagogia ou revolução?* Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2002.
- ROUSSEAU, J-J. *Do Contrato Social*. São Paulo: Coleção Pensadores (vol. I), Editora Nova Cultural, 1999a.
- _____. *Discurso sobre as ciências e as artes*. São Paulo, Coleção Pensadores, Abril Cultural (vol. I), 1999b.
- _____. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Coleção Pensadores, Abril Cultural (vol. II), 1999c.
- _____. *Emílio, ou Da educação*. São Paulo: Difel (Clássicos Difel), 1973.
- RUBIM, A. A. C. Das visibilidades das eleições de 2002: uma reflexão dos enlaces entre política, mídia e cultura. *Comunicação & Política*, s/ ref., 2002.
- _____. As imagens de Lula presidente. In: FAUSTO NETO, A. et al. *Lula presidente: televisão e política na campanha eleitoral*. São Paulo: Hacker, 2003.
- RUSCHEINSKY, A. Nexos entre atores sociais: movimentos sociais e partidos políticos. *BIB*, n° 46, 1998.
- RUSSELL, B. *A conquista da felicidade*. São Paulo: Ediouro, 2003.
- SADER, E. *E agora PT? Caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Pensadores, 1996.
- SANTOS, B. S (org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SCHNEIDER, B. *Burocracia Pública e Política Industrial no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1994.
- SCHOPENHAUER, A. *A arte de ser feliz*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *O mundo como vontade e como representação*. São Paulo: Ediouro, 1986.
- SCHWARTZ, H. Round up the usual suspects!: globalization, domestic politics, and Welfare State change. In PIERSON, P. *The new politics of the Welfare State*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- _____. *The paradox of choice: why more is less*. Swarthmore University Press, 2004.
- SCHWARTZENBERG, R. G. *O Estado espetáculo*. São Paulo: Difel, 1977.
- SCOTTO, G. *As (difusas) fronteiras entre política e o mercado: um estudo antropológico sobre marketing político, seus agentes, práticas e representações*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- SEN, A. Comportamento econômico e sentimentos morais. *Lua Nova*, n° 25, 1992.
- _____. *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SEN, A e WILLIAMS, B. *Utilitarianism and beyond*. Nova York: Cambridge University Press, 1996.
- SILVA, L. I. L. da. *Lula – entrevistas e discursos*. São Paulo: ABCD, 1980.
- SILVEIRA, F. E. A dimensão simbólica da escolha eleitoral. In FIGUEIREDO, R. (org.). *Marketing político e persuasão eleitoral*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

- SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.
- _____. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001.
- SINGER, Paul e BRANT, Vinícios Caldeira. *O povo em Movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____. *Um governo de esquerda para todos*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- SMITH, A. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- _____. *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SPONVILLE, A. C. *Pequeno tratado das grandes virtudes*, São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *Tratado do desespero e da beatitude*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *Felicidade, desesperadamente*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- STAROBINSKI, J. *A transparência e o obstáculo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- STOKES, S. *Mandates and Democracy: neoliberalism by surprise in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- SWANSON, D. e MANCINI, P. (org.). *Politics, media and modern democracy: an international study of innovations in electoral campaigning and their consequences*. Westport: Praeger, 1996.
- TAVARES, J. G. *Totalitarismo tardio: o caso do PT*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.
- TOURAINÉ, A. et al. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- TULLY, J. *An approach to political philosophy: Locke in contexts*. Nova York: Cambridge University Press, 1993.
- WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 1991.
- WEFFORT, F. e CARVALHO, A. *PT: um projeto para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- WHITAKER, T. A. O tema da felicidade em Jean-Jacques Rousseau. In *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, 1999: 115-123.
- WRIGHT, R. Will globalization make you happy?. *Foreign Policy*, set., 2000.
- WUTHNOW, R. A good life and a good society: the debate over materialism. In WUTHNOW, R. *Rethinking materialism: perspectives on the spiritual dimension of economic behavior*. Michigan: Grand Rapids, 1995.
- VIANNA, M. L. T. W. As armas secretas que abateram a seguridade social. In LESBAUPIN, I. (org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- VITA. Justiça distributiva: a crítica de Sen a Rawls. *Dados*, vol. 42, n° 3, 1999. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000300004&lng=pt&nrm=iso. Acessado em 5 de novembro de 2004.
- _____. A tarefa prática da filosofia política em John Rawls. *Lua Nova*, n° 25, 1992.

Imprensa

- BENEVIDES, M. V. Brilha uma estrela. *Folha de S.Paulo*, 28/10/2002: A3.
- BUARQUE, C. Lugar da mudança. *Folha de S.Paulo*, 6/12/2004: A3.
- CADERNO ESPECIAL. *Folha de S.Paulo*, 04/10/2002: 4.
- CADERNO ESPECIAL. E agora, Lula? *Folha de S. Paulo*, 28/10/2002.
- CADERNO ESPECIAL. Lula presidente. *O Estado de S.Paulo*, 28/10/2002.
- CADERNO ESPECIAL. Lula, presidente do Brasil. *O Globo*, 28/10/2002.
- CADERNO MAIS! Relatório Folha da Felicidade Brasileira. *Folha de S. Paulo*, 25/05/1997.
- _____. Relatório Folha da Utopia Brasileira. *Folha de S. Paulo*, 23/04/2000.
- CANDIDO, A. Um presidente e muita esperança. *Folha de S.Paulo*, 28/10/2002: Especial A13.
- CARVALHO, J. M. Lembrança de outro carnaval. *Folha de S.Paulo*, caderno Mais!, 5/01/2003: 4-6.
- FOLHA DE S.PAULO. 25/12/2002: A7.
- FREITAS, J. Lula da Silva, presidente. *Folha de S. Paulo*, 28/10/2002: A5.
- FRIDMAN, L. C. A quarta via. *O Globo*, 28/10/2002: Especial 12.
- GIANNOTTI, J. A. PT, saudações. *Folha de S.Paulo*, 28/10/2002: Especial A12.
- GRAIEB, C. Vai ser preciso segurar. *Veja*, 23/10/2002: 38-44.
- LAYMERT, G. S. República dos Silvas. *Folha de S.Paulo*, caderno Mais!, 5/01/2003: 7.
- MARTINS, J. S. Lula reaviva sebastianismo. *Folha de S.Paulo*, 3/11/2002: A13.
- OLIVEIRA, F. Entre São Bernardo e a avenida Paulista?. *Folha de S.Paulo*, 29/12/2002: A11.
- RIBEIRO, R. J. A busca suicida do bem pessoal. *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, 25/05/1997: 10.
- THE ECONOMIST. Granny knew best, maybe. 9/10/1999.
- VEJA. Edição 1784. 8/01/2002: 23.

Internet

- <http://www.pt.org.br>
- <http://www.lula.org.br/eleitor.jingles.asp>
- <http://www.lula.org.br/obrasil/documentos.asp>
- <http://www.fpa.org.br/memoria/trajetorias2003/trajetorias.htm>

Documentos

- COMITÊ LULA PRESIDENTE. *Programa de governo 2002*. 2002.
- FRENTE BRASIL POPULAR. *Brasil Urgente: Lula presidente: Democracia*. 1989.
- _____. *Brasil Urgente: Lula presidente: Economia*.
- _____. *Brasil Urgente: Lula presidente: Questão Agrária*.

_____. *Brasil Urgente: Lula presidente: Questão Urbana.*

_____. *Brasil Urgente: Lula presidente: Sociedade.*

FRENTE UNIÃO DO POVO-MUDA BRASIL. *Diretrizes do programa de governo.* 1998.

_____. *Diretrizes para uma política industrial e de comércio exterior.*

_____. *Mudar a educação para mudar o Brasil.*

_____. *O direito de viver melhor nas cidades.*

_____. *Saúde é direito e não mercadoria.*

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Lula presidente – Uma revolução democrática no Brasil: Bases do programa de governo.* 1994.

SILVA, L. I. L. *Carta ao povo brasileiro.* 2002.